
TÍTULO

Revista de Estudos Anglo-Portugueses

Número 21 2012

ISSN: 0871-682X

DIRECTORA

Maria Leonor Machado de Sousa

SECRETÁRIA

Mariana Gonçalves

COMISSÃO REDACTORIAL

George Monteiro, Brown University (Professor Emeritus)

João Paulo Pereira da Silva, CETAPS (Prof. Auxiliar)

Mariana Gonçalves, CETAPS (Investigadora)

Maria Leonor Machado da Sousa, CETAPS (Prof. Catedrática)

Maria Zulmira Castanheira, CETAPS (Prof. Auxiliar)

Patricia Odber de Baubeta, University of Birmingham (Full Professor)

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

da Universidade Nova de Lisboa

Av. de Berna, 26 – C – 1069-061 Lisboa

<http://www.cetaps.com>

EDIÇÃO

Tiragem: 500 exemplares

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

CAPA

Arranjo gráfico de Mário Vaz, a partir do selo existente na Ratificação do Tratado de Ricardo II, Rei de Inglaterra com D. João I – 1386

– Arq. Nacional Torre do Tombo

EXECUÇÃO GRÁFICA

Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, S.A.

Rua de Strasburgo, 26, R/c Drt.º – 2605-756 Casal de Cambra

Telef.: 21 981 79 60 – Fax: 21 981 79 55

e-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt

DISTRIBUIÇÃO

Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

Depósito Legal n.º 93441/95

Revista de Estudos Anglo-Portugueses

Número 21

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

Lisboa
2012

S U M Á R I O

EDITORIAL	7
-----------------	---

PROJECTOS

Monteiro, George, “Gil Vicente in U.S. Publications (1818-1991)”	9
Ceia, Carlos, “Portugal como fim do mundo em <i>Where Are the Snows</i> , de Maggie Gee”	17

ESTUDOS

Gomes, Diogo José, “A Legislação Régia no Início do Século XIII: Afonso II de Portugal (1211) e João de Inglaterra (1215)”	25
Casimiro, Tânia Manuel, “Faiança Portuguesa na Inglaterra e na Irlanda”	45
Sousa, José Baptista de, “‘Lisbon declared for Doña Maria’: Convidados e <i>habitués</i> portugueses da Holland House nos anos de 1802-1838”	73
Lopes, António, “Comércio em tempos de guerra: a correspondência de Samuel Farrer – Parte 2 (setembro de 1812-Junho de 1813)”	105

Castanheira, Maria Zulmira, "Seeing and Admiring: The Formative Journey of José Félix Henriques Nogueira to Britain in 1853"	141
Neves, Marco António Franco, "A Discreta Aliança: a Imprensa Portuguesa e a Inglaterra no Tricentenário de Camões"	157
Benmansour, Katarzyna, "In Portugal (1912): Aubrey Bell's depiction of Portuguese society under the First Republic"	173
Puga, Rogério Miguel, "All Lisbon is an aquarelle... like a town in dreamland': <i>Ekphraseis</i> e Paisagens Acústicas e Ecológicas em <i>Moments in Portugal or Land of the Laurel</i> (1939), de <i>Lady Lowther</i> "	225
Monteiro, George, "Samuel Eliot Morison, Leonard Bacon, and 'The 'Mystery Boys' in Portuguese History"	243

RECENSÃO CRÍTICA

Sousa, Maria Leonor Machado de, "Gabriela Gândara Terenas, <i>Entre a História e a Ficção. As Invasões Francesas em Narrativas Portuguesas e Britânicas</i> , Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012"	247
ABSTRACTS	251

EDITORIAL

Com este número entra na sua terceira década a *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, que tem cumprido o desígnio inicial de aparecer anualmente. Ao passar da série castanha para a verde, mais que duplicou o seu volume, acontecendo ficarem para o número seguinte artigos que ultrapassavam a possibilidade de publicação. Aumentaram os colaboradores, diversificaram-se os temas, o que veio comprovar a variedade e a riqueza das relações culturais anglo-portuguesas, de que têm constantemente vindo a revelar-se novos temas, em áreas como a literatura, a história, a política, a história económica, a história da arte, a história social, tudo aquilo que podemos incluir na cultura.

O novo número traz uma nova cor, e com ela virão por certo outras modificações, de organização e de responsáveis, que trarão consigo novas ideias. Mudou a cor, mas não mudou o grafismo da capa, o que pode parecer monótono. Todavia, aquele pequeno selo que Mário Vaz tão bem trabalhou há trinta anos é um símbolo – difícil de substituir – do acontecimento político que em 1386 ligou indissolúvelmente os dois países a partir de cujo desenvolvimento foi possível imaginar os estudos anglo-portugueses.

Quanto aos colaboradores, continuarão a ser todos aqueles a quem agrada a nossa área de trabalho e tenham algo de interessante a apresentar. Continuam a ter o seu lugar os assuntos que tragam notícias de qualquer país de língua inglesa. Ao dizer isto, cabe aqui uma palavra especial de agradecimento ao Professor George Monteiro, a quem devemos a valiosa série que temos vindo a publicar, resultante da sua incansável pesquisa nos jornais norte-americanos. Para o próximo número temos já um importante estudo sobre traduções americanas de Júlio Dinis e Eça de Queirós. E, claro, não podemos esquecer o apoio editorial que permanentemente nos tem dado, juntamente com

a Professora Patricia Odber de Baubeta. Aos dois um “muito obrigado”.

Nascida como projecto ambicioso e difícil, a *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* marcou o seu lugar e foi crescendo, não só em si mesma como também no interesse que tem despertado no mundo, como a pesquisa informática no Repositório da Universidade Nova (RUN) nos permite comprovar, em países tão inesperados como o Senegal. Curiosamente, não é no Reino Unido que atrai maior número de leitores, mas sim nos Estados Unidos da América e no Brasil, que alternam no primeiro lugar.

A nossa revista nasceu de um sonho, tímida e duvidosa, mas todo o esforço teve ampla compensação no modo como cresceu. Cabe agora a todos os que nela têm colaborado o novo esforço de a manter, nas condições difíceis em que vivemos, e imaginar novas hipóteses de trabalho. Creio que são esses os desejos de todos os que têm publicado nela os seus estudos.

Maria Leonor Machado de Sousa

PROJECTOS

GIL VICENTE IN U.S. PUBLICATIONS (1818-1991)

George Monteiro
Brown University

Do you know Russian? I am terribly impressed—my languages are so bad—and Portuguese has nothing to offer like Chekhov, alas—although I do like some of the very old poets, the *Kings*—and Gil Vicente is nice, too. Imagine the strange days when the kings wrote the best lyrics of all—

Elizabeth Bishop (1965)¹

Before looking for references to the great Portuguese dramatist Gil Vicente in United States periodicals and books, one might have guessed them to be few and far between. Although my search has not turned up anything like the hundreds of reference to Camões, it has resulted in the location of fifty-one references, a surprisingly substantial number in this case.

Included in this chronological compilation of items culled from U. S. journals, periodicals and books, mainly from the nineteenth century, are works of scholarship and reference, poetry and even fiction, a few of them with prior publication in England. The online data bases searched include “American Historical Newspapers 1690-1922,” “American Periodical Series 1740-1900,” “Making of America,” “New York Times Historical” and “Hartford Courant Historical.”

1. “Fragments on Portuguese Literature, from the French of Sismondi,” *Analectic Magazine* (Philadelphia) (Oct. 1818), 12: 304-11.

¹ Elizabeth Bishop to Randall Jarrell, Feb. 25, 1965, in *Poems, Prose, and Letters*, ed. Robert Giroux and Lloyd Schwartz (New York: Library of America, 2008), 867.

Portugal's "dramatic literature is very poor. They have but one popular poet who has written in the spirit of the nation, Gil Vicente."

2. "Portuguese Mysteries," *New England Galaxy and United States Literary Advertiser* (Boston) (Oct. 5, 1827), p. 3.

Summarizes the plots of two of Gil Vicente's dramas.

3. "Literary Chronology: List of the Principal Writers Mentioned in Sacred and Profane History," *American Quarterly* (Boston) (Nov. 1832), 5: 132-47.

The list includes "Gil Vicente; Comedy."

4. "The Blind Artist," *Western Monthly Magazine* (Cincinnati) (May 1834), 3: 237-47; *The Knickerbocker; or New York Monthly Magazine* (June 1848), 31: 495-503.

"Gil Vicente was indeed no ordinary foe. Whether he was, as his name might imply, a descendant of the great dramatist, history has not seen fit to inform us."

5. "Memoirs of the Marquis de Pombal," *North American Review* (Boston) (Apr. 1845), 60: 478-88.

The sixteenth century is "illustrated by the names of Caminha, Gil Vicente, Diogo Bernardes, and, above all, by the mighty genius of Camoens."

6. "Ticknor's History of Spanish Literature," *Christian Examiner and Religious Miscellany* (New York) (Jan. 1850), 48: 121-45.

"Gil Vicente, a native of Portugal, wrote plays both in Spanish and Portuguese."

7. [William Hickling Prescott], "History of Spanish Literature," *North American Review* (Boston) (Jan. 1850), 70: 28; *The Living Age* (Boston) (Feb. 2, 1850), 24: 213; and reprinted in William Hickling Prescott. *Biographical and Critical Miscellanies*. Philadelphia: J. B. Lippincott, 1865. 683.

"[George Ticknor] accompanies his analysis with occasional translations of the best passages from the ancient masters. From one of them—a sort of dramatic eclogue, by Gil Vicente—we extract the following spirited verses. The scene represents Cassandra, the heroine of the piece, as refusing all the solicitations of her family to change her state of maiden freedom for married life." [Quotes twenty-eight lines, beginning with "They say, 'T is time, go, marry! go!'"]

8. Lieber, Franz, E. Wigglesworth and T. G. Bradford. (Eds.). *Encyclopedia Americana* (Boston: Mussey and Company, 1851), X, 285.

Calderon and Lope de Vega "formed themselves" on "the model of Gil Vicente."

9. Southey, Charles Cuthbert. (Ed.). *The Life and Correspondence of Robert Southey* (New York: Harper & Brothers, 1851). 238.

Robert Southey writes, in a letter, "The title of the Portuguese Plautus" is "generally applied to Gil Vicente."

10. "Ticknor's History of Spanish Literature [from the *Quarterly Review*]," *Eclectic Magazine* (New York) (Jan. 1851), 22: 1-24.

Gil Vicente is "the first, best, and last dramatist of Portugal, to read whose works Erasmus is said to have learnt Portuguese."

11. Godwin, Parke. (Ed.). *Hand-Book of Universal Biography* (*Putnam's Home Cyclopedia*) (New York: George A. Putnam, 1852). 442.

Identifies Gil Vicente as "a Portuguese dramatist of the 16th century, who wrote nearly fifty plays, and excelled all the dramatic writers of that period in elegance of style and fertility of invention."

12. Ripley, George and Bayard Taylor. (Eds.). *Hand-Book of Literature and the Fine Arts* (*Putnam's Home Cyclopedia*) (New York: George P. Putnam, 1852). 368.

Gil Vicente is "supposed to have served as a model to Lope de Vega and Calderon."

13. Putnam, George P. (Ed.). *Hand-Book of Chronology* (*Putnam's Home Cyclopedia*) (New York: G. P. Putnam, 1853), 636.

On the list is Gil Vicente "d. 1567, comedy."

14. Goodrich, Samuel G. (Ed.). *A History of All Nations from the Earliest Periods to the Present Time* (New York: J. C. Derby & N. C. Miller, 1854). 851.

Portugal has produced "an eminent dramatist, Gil Vicente."

15. Godwin, Parke. (Ed.). *Cyclopedia of Universal Biography* (New York: A. S. Barnes, 1856). 442.

"Gil Vicente, a Portuguese dramatist of the 16th century, who wrote nearly fifty plays, and excelled all the dramatic writers of that period in elegance of style and fertility of invention."

16. [Thomas Wentworth Higginson]. "Portugal's Glory and Decay." *North American Review* (Boston) (Oct. 1856), 83: 474.

"Among the earlier names least thoroughly forgotten" is that of Gil Vicente, "to read whose comedies Erasmus studied the language."

17. "Mind Your P's and Q's," *Oliver Optic's Magazine* (Boston) (Apr. 4, 1868), 3: 219.

- Erasmus is "said to have learned the Portuguese language in order to be able to read the comedies of Gil Vicente, the only celebrated dramatist whom Portugal can boast."
18. Thomas, Joseph. (Ed.). *Universal Pronouncing Dictionary of Biography and Mythology* (Philadelphia: J. B. Lippincott, 1870), 1035.
 Gil Vicente "did more than any other to build up the modern drama."
 19. Andersen, Hans Christian. *In Spain and a Visit to Portugal*. New York: Hurd & Houghton, 1870.
 When Gil Vicente drew on folk literature for his comedies, he was opposed for eschewing the "classical."
 20. Chambers's *Encyclopedia: A Dictionary of Universal Knowledge for the People* (Philadelphia: J. B. Lippincott, 1872), I, 183.
 Gil Vicente "extracted" from the Amadis de Gaul romance "the materials for two Spanish comedies."
 21. Chambers's *Encyclopedia: A Dictionary of Universal Knowledge for the People* (Philadelphia: J. B. Lippincott/Edinburgh: W. & R. Chambers, 1873), I, 181, 702, 751.
 "With Camoens and his contemporary, Gil Vicente, the language and poetry of Portugal reached the culminating point of their development."
 22. Holland, J. G. (Ed.). *Illustrated Library of Favorite Song*. New York: Scribner, Armstrong and Company / Chicago: Hadley Brothers & Kane, 1873. 287.
 This anthology includes Henry Wadsworth Longfellow's translation of Gil Vicente's poem, "She is a Maid of Artless Grace."
 23. Ripley, George and Charles H. Dana. (Eds.). *The American Cyclopedic* (New York: D. Appleton, 1875). XIII, 743.
 Gil Vicente's "comedies, tragic-comedies, farces, and pantomimes, published collectively in 1563, derive their merit rather from truthfulness of character and vivacity of dialogue than from fertility of invention."
 24. "Calderon's Autos Sacramentales," *Catholic World* (New York) (Apr. 1875), 21: 33.
 "We can form some idea of the early *autos sacramentales* from the production of Juan de la Encina and Gil Vicente," the latter the author of an "*auto* for Christmas, and one on the subject of St. Martin."
 25. Bryant, William Cullen. (Ed.). *A New Library of Poetry and Song* (New York: J. B. Ford, 1876). 443; *The Family Library of Poetry and Song* (New York: Fords, Howard and Hulbert, 1880. 479.

- John Bowring's translation of Gil Vicente's poem, "The Nightingale," is included.
26. Ross, John M. (Ed.). *The Globe Encyclopedia of Universal Information* (Boston: Estes & Lauriat, 1877), II, 439.
 Gil Vicente—"the greatest dramatist of Portugal"—"founded a Romantic school."
 27. Barnard, Frederick A. P., and Arnold Guyot. (Eds.). *Johnson's New Universal Cyclopedia* (New York: A. J. Johnson & Son, 1878), III, 406, 1150, 1348.
 Gil Vicente endowed Portugal "with the best dramatic works produced in Portuguese literature, though they were written in Spanish."
 28. "The Ticknor Spanish Library," *New Englander* (New Haven, Connecticut) (May 1880), 3: 385-97.
 There is a reference to "the lighter lyrics of the Gil Vicente school."
 29. *Appletons' Annual Cyclopedia and Register of Important Events* (New York) (Jan. 1, 1881), 21: 509.
 "The artistic style of Gil Vicente, founder of the Portuguese theatre" is treated in the recently published *Questões de Litteratura e Arte Portuguesa*.
 30. "Women as Actresses [from *Notes and Queries*]," *New York Times* (Oct. 18, 1885), p. 11; "Appearance of Women as Actresses," *Philadelphia Inquirer* (Dec. 9, 1885), p. 7.
 "Instances of women acting in plays and of royal personages taking their parts in them are afforded in Portugal by Gil Vicente, who, in the beginning of the sixteenth century, wrote dramas in the Castilian language, which gave rise to the Spanish theatres and anticipated Lope de Vega and Shakespeare by nearly a century."
 31. A. M. Elliott, "*Curso de Historia da Litteratura Portuguesa*, por Theophilo Braga," *American Journal of Philology* (Baltimore) (Jan. 1, 1887), 8: 93.
 "Gil Vicente founded the national theatre."
 32. "Romance Philology: An Able Paper Read Before the Academy of Sciences by Prof. Alcee Fortier," *Daily Picayune* (New Orleans) (July 11, 1887), p. 4.
 "Gil Vicente and Camoens gave great splendor to Portuguese literature, but after the battle of Alcasar in 1578 and the fall of Sebastian, Portugal never recovered its glory."
 33. "The Renaissance in Portugal," *American Architect and Building News* (Boston) (June 6, 1891), 32: 144.
 There is a reference to Gil Vicente.
 34. Smith, Benjamin E. (Ed.). *The Century Cyclopedia of Names*. New York: Century Co., 1894. 1035.

- Gil Vicente "wrote pastorals and plays for the Portuguese court after 1502. His works in Portuguese and Spanish include comedies, farces, autos, and tragicomedies."
35. "Puer Parvulus," *The Living Age* (Boston) (Feb. 3, 1900), 224: 299.
- "A Portuguese named Gil Vicente, who often wrote in Spanish, also produced some realistic idylls in which people talk of friars, hermits, breviaries, calendars, and papal bulls."
36. Isabel Moore, "The Literature of Portugal," *Poet Lore* (Boston) (Autumn 1907), 18: 357.
- "Gil Vicente is really the Portuguese author most closely concerned with the establishment of the national theater. He was born, probably, twenty years before the close of the fifteenth century, during the reign of Emmanuel; but Emmanuel's son and successor, Dom John III, was the acknowledged patron of Gil Vicente and he was a contemporary of Torres Naharro in Spain, who did practically the same for the Spanish drama as Vicente did for the Portuguese. Like Montemayor and Miranda, he is to be numbered among the Spanish writers as well as among those of his native land for, of all his plays, ten are in the Castilian language and fifteen partly so, while seventeen are entirely Portuguese. In the judgment of Bouterwek, the farces of Gil Vicente are the best of his productions; and he certainly is the representative of the Portuguese classic humor."
37. Wilfred P. Mustard, "Later Echoes of the Greek Bucolic Poets," *American Journal of Philology* (Baltimore) (July 1, 1909), 33.
- Gil Vicente's "Fragoa de Amor" echoes Moschus.
38. Frederic J. Haskin, "Lisbon is One of the Most Beautiful of European Cities" *Lexington Herald* (Kentucky) (July 21, 1911), Sec. 2, p. 5.
- Before Lisbon's Teatro Dona Maria Segunda stands the "statue of Gil Vicente, father of the drama in Portugal."
39. J. P. Wickersham Crawford. *Spanish Drama Before Lope de Vega*. Publications of the University of Pennsylvania Extra Series in Romanic Languages and Literatures, no. 7. Philadelphia, 1922.
- There are several references to Gil Vicente's Castilian plays.
40. "Modern Spain," *The Independent* (New York) (Jan. 28, 1922), 108: 86-87.
- In *A Picture of Modern Spain*, J. B. Trend shows that he is

“familiar with the intricacies of dramatic history,” beginning with Ercina and Gil Vicente.

41. Joseph A. Meredith. *Intoito and Loa in the Spanish Drama of the Sixteenth Century*. Philadelphia: [University of Pennsylvania], 1928.

There are references to Gil Vicente throughout.

42. Maxmillian Rudwin, “The Organization of Pandemonium,” *The Open Court* (Chicago) (Aug. 1929), 43: 465.

There is a reference to Gil Vicente’s play, *Historia de Deos*.

43. Lawton Mackall. *Portugal for Two*. New York: Dodd, Mead, 1931. 159.

“The artist who executed this gleaming steeple-on-chalice base [of the *Custodia dos Jerónimos* in Lisbon’s Museum of Ancient Art] was named Gil Vicente, which happens to be the name also of Portugal’s first and perhaps greatest dramatist, who was living at that time; but whether the two Gils were the same person or not, is a matter for speculation. One notices, though, that the figures on this *Custodia* have the individuality and ‘effectiveness’ of *dramatis personae*.”

44. “Stamps Honor Notables,” *New York Times* (Sept. 19, 1937), p. 192.

Portugal has issued a stamp with “a likeness of Gil Vicente, the ‘Portuguese Shakespeare.’”

45. “Plan Floating Post Office for Canal Zone Stamp,” *Hartford Courant* (Connecticut) (June 25, 1939), p. SM10.

In 1938, Portugal put a portrait of Gil Vicente on a stamp.

46. Charles David Ley. Introduction. *Portuguese Voyages 1498-1663*. Ed. Charles David Ley. New York: E. P. Dutton / London: J. M. Dent, 1947. ix.

“Gil Vicente’s plays, written at the beginning of the sixteenth century, are so satirical that even to-day some of them are not allowed to be acted in Portugal.”

47. William Barrett, “Voice of the Gods and the Unconscious,” *New York Times* (Aug. 14, 1955), p. BR4.

Gil Vicente is one of C. M. Bowra’s subjects in *Inspiration and Poetry*.

48. David Lidman, “Productivity in Crescendo,” *New York Times* (Dec. 5, 1965), p. X33.

Portugal has issued four stamps honoring Gil Vicente in commemoration of the fifth centenary of his birth.

49. John Dos Passos. *The Portugal Story: Three Centuries of Exploration and Discovery*. Garden City, New York: Doubleday, 1969. 263-65.

Gil Vicente’s “forty or so eclogues, religious mysteries,

farces and comedies which have come down constitute—a generation before the Spanish dramatists and two generations before the Elizabethans—the earliest flowering of the Renaissance theater.”

50. “A Portuguese Ensemble with Period Instruments,” *New York Times* (June 11, 1990), p. C13.

The Théâtre Varia in Brussels will present Gil Vicente’s *Comédia de Rubena*.

51. Eric Siogren, “Portugal is the centerpiece in Brussels and beyond,” *New York Times* (Sept. 29, 1991), p. XX15.

The Théâtre Varia season includes “*Comédia de Rubena* by the 16th-century playwright Gil Vicente.”

**PORTUGAL COMO FIM DO MUNDO
EM *WHERE ARE THE SNOWS*, DE MAGGIE GEE***

Carlos Ceia
Universidade Nova de Lisboa
CETAPS

A imprensa praticamente ignorou *Where Are the Snows* (1991), de Maggie Gee: nem recensões, nem estudos, nem comentários pormenorizados. O silêncio sobre este livro é estranho porque a Autora foi uma das finalistas do primeiro *Granta's Best of Young British Novelists* de 1983 (a mesma lista que incluía nomes como Martin Amis, Kazuo Ishiguro, Salman Rushdie, Julian Barnes, Ian McEwan, Graham Swift, etc.), e nesse ano publica um romance que confirmava o seu talento: *The Burning Book*. O silêncio sobre o romance em estudo permanece até hoje, mesmo quando o estatuto literário de Maggie Gee foi consolidado com a nomeação de *Fellow* e Vice-President of the Royal Society of Literature e com o facto de ter sido a primeira mulher a ocupar o cargo de Chair of Council of the Royal Society of Literature (2004-2008). Já tinha sido nomeada para o Management Committee da Society of Authors no ano em que publicou *Where Are the Snows*, um ano profícuo que se completou com o texto que escreveu para uma exposição itinerante organizada pelo British Council sobre Virginia Woolf e que foi mostrada em mais de cinquenta países. Finalmente, o silêncio sobre este romance é incompreensível porque a própria Autora o considera o seu favorito. Acresce a singularidade de a sua criação e produção ter sido feita em Portugal, em especial

* Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

no Algarve,¹ que é o dado que me interessa mais para este estudo enquadrado no conjunto de imagens de Portugal na ficção britânica e norte-americana contemporâneas que tenho vindo a explorar.

O romance conta a história de um casal maduro, com dois filhos adolescentes de um primeiro casamento do marido a completar a família, e que decidem um dia abandoná-los literalmente. Escrito como uma sátira social e humana aos anos de 1980, o romance concentra-se nessa fuga do casal maduro em busca de um novo sentido para a sua vida de casal, viajando pelo mundo de forma errática e sem vontade de regressar a casa. A viagem conjugal tem um objectivo moral implícito: o de tentar permanecer jovem e sobreviver ao mundo depois da meia-idade, mesmo que o egoísmo dos amantes se venha a sobrepor às obrigações parentais. Christopher e Alexandra continuam apaixonados e querem perpetuar esse amor com uma lua-de-mel permanente e desterritorializada em relação ao mundo pequeno onde vivem. As viagens dos amantes implicam ainda o saber viver com o sentimento de culpa por terem deixado, sobretudo, os dois filhos adolescentes para atrás, que são forçados a uma emancipação precoce para que os pais possam gozar os seus momentos de uma privacidade constante que exigem a si próprios por onde passem. O refrão de culpa que se ouve por todo o romance – “What have I done?” – explica apenas o grau de irresponsabilidade desta paixão adulta sem fronteiras a quem nem o romance nem o leitor pedirão mais explicações. Mesmo que não assumido directamente por Maggie Gee, a alusão ao poema “The Ballad of Dead Ladies”, de François Villon, serve não só de inspiração para o título do romance a partir de um dos seus versos como serve de imagem simbólica de uma mulher morta por dentro e que se quer ressuscitar de todas as formas possíveis enquanto permanece nesta vida comum:

TELL me now in what hidden way is
Lady Flora the lovely Roman?
Where's Hipparchia, and where is Thais,
Neither of them the fairer woman?
Where is Echo, beheld of no man,
Only heard on river and mere,--

¹ Margaret McKay (1997): “An interview with Maggie Gee”, *Studia Neophilologica*, 69:2, 219. Este testemunho foi-me também transmitido pessoalmente pela Autora, revelando como foi decisiva a sua visita a Portugal, em particular a sua estada no Algarve, para o enquadramento e redacção deste romance.

She whose beauty was more than human?...
But where are the snows of yester-year?²

A versão americana da Amazon.com não tem opiniões de leitores sobre este livro, e a versão inglesa tem apenas três comentários, um deles refere com justiça: “If there was any justice, this book would still be selling steadily away, despite the fact that it has a sort of built-in obsolescence: it is set during the run-up to the millennium, painted here as the eerily futuristic time it still seemed to be little more than a decade ago, when this book first appeared.” (s.v. *Where Are the Snows*, in Amazon.co.uk). Os comentários de clientes da maior livraria do mundo podem ser referências sem validade científica ou académica, mas há casos em que são mais significativos do que longos artigos publicados formalmente. A obsolescência referida não é tão relevante para a compreensão do romance como fica aí sugerido. A passagem do milénio fica facilmente em segundo plano da narrativa perante a força do combate íntimo da protagonista. Essa passagem podia interferir com o destino dos dois amantes, mas quando Alexandra se encontra na recôndita Bolívia e Christopher em Veneza, quinze anos mais tarde depois da aventura inicial quando deixaram para trás os filhos, a casa, a pátria e de alguma forma o pudor pela noção de família, a instabilidade emocional dos protagonistas não se explica por mudanças lunares ou seculares – trata-se de um problema de todos os tempos e de todos os anos: a procura da felicidade individual no amor.

O romance de Maggie Gee usa o mesmo tipo de inquérito da natureza humana a que a Autora recorre em quase todos os seus romances. Poucas explicações científicas ou especulações filosóficas, para que o retrato cru do indivíduo moderno em busca de si próprio possa vencer tudo o resto. A irresponsabilidade do casal de *Where Are the Snows* mede-se unicamente pelas acções na intriga das suas vidas. Eles vivem numa espécie de bolha de amor onde o mundo exterior não conta, por mais países que visitem, por mais lugares que encontrem, apesar da grande preocupação de Gee com as questões ambientais que se tornaram uma das imagens de marca da sua ficção. No final, vence sempre a natureza humana, com todas as suas rugas e imperfeições.

A maternidade é outro tema central no romance, sobretudo nos seus aspectos éticos e simbólicos, muitas vezes associada

² Traduzido para o Inglês por D.G. Rossetti, disponível em:< http://www.poetry-archive.com/v/the_ballad_of_dead_ladies.html> (consultado em Setembro de 2012).

ao sentimento de culpa (por não ser mãe, por abandonar os filhos enteados, por não ser capaz de cumprir a função maternal em qualquer das suas variantes). Alexandra é não só o exemplo do que não deve ser uma mãe, mas também do que não deve ser uma madrasta, funções maternais que são sempre dominadas pelo desejo de liberdade individual, pelo egoísmo assumido e pela irreflexão sobre os actos reprováveis que afectam os outros, o que se condensa no episódio em que deseja ser mãe não pela via natural mas simplesmente comprando uma criança, o que se revelará um desastre na sua vida emocional. Na base de todas estas convulsões femininas, numa mulher de meia-idade perdida dentro da sua própria identidade, está o conflito com o passar do tempo e da vida e com as marcas que ficam no corpo de cada um, algo com que Alexandra tem dificuldade em viver.³

A narração alterna de capítulo em capítulo depois de sabermos que os amantes se separaram e já não percorrem o mesmo caminho nem a mesma vida. A variação de ponto de vista entre Chris e Alex não acompanha o desenvolvimento da maturidade de cada um, pois ambos são verdadeiramente uma desilusão aos seus próprios olhos, ambos vencidos pela própria vida e pela solução que ambos decidiram um dia e que os primeiros capítulos do romance tinham anunciado. Se Chris se refugia no álcool como forma de esquecer o lado irresponsável dos seus actos passados e presentes, Alex continua a sua busca nunca concretizada de saber ao certo que espécie de feminilidade quer para si própria.

O facto de o romance usar o mito da passagem do milénio para situar cronologicamente a história dos amantes, com um longo antes e um depois de cerca de sete anos, tal não significa que o simbolismo gasto da passagem do tempo numa data redonda e única não se sobrepõe à história das personagens. Gee

³ Em entrevista a Margaret McKay, Maggie Gee explica o seu objectivo com a construção destas personagens, em particular com o tipo de egoísmo representado em: "What I was trying to do in *Where Are The Snows* (the American title was *Christopher and Alexandra*) was to look at this idea about the novel being the form of transcendental homelessness, and also that the novel begins with the rise of the individuated self; so I was trying to show that these people were both the final extension of selfishness, because they didn't think about their children or other people and were really disconnected from society, and also they had no home either in religion or in nationality. They were drifting about the surface of the world and all they were interested in was each other which is not enough; and in the end in some way the children reached out, and the past reached out, and pulled them back, just as death reaches out and pulls back the differentiated self and turns it back into bones. But the reason why I was interested in this question of women and selfishness and women and selflessness is because I find it so hard myself to find a way between being selfish and being so unselfish that you lose everything. ("An interview with Maggie Gee", *Studia Neophilologica*, 69:2, 219, 1997).

tem uma agenda paralela, nada ficcional, que inclui uma recorrente crítica às tensões ambientais do mundo em que vivemos, e esse simbolismo gasto da passagem do milénio é aproveitado para reforçar a crítica aos abusos do homem perante aquilo que o planeta lhe dá de forma generosa.

Portugal surge na história dos amantes num momento de graça amorosa e conjugal, quando ainda sonham que podem viver o resto dos seus dias simplesmente amando-se em todos os lugares da terra. Já tinham sido bem-aventurados em Portugal no passado e agora Chris queria que Alex a voltasse a amar, por isso pareceu-lhe uma boa escolha regressar a um País onde já tinham sido felizes. O país como lugar é que lhes interessa e não as pessoas que o habitam, o que parece ser uma regra quase internacional para se escolher Portugal como destino turístico. Ninguém nos visita por sermos quem somos mas por termos o que temos. Aliás, quando chega o momento de nos avaliar como cidadãos e pessoas, ficamos mal na fotografia, mesmo que seja uma fotografia mal tirada, porque somos “horrivelmente sentimentais”: “ ‘(...) They were horribly sentimental. Or perhaps they do it for tourists.’ That hurt. The Portuguese were either sentimental or false, and our younger selves were just tourists” (p. 122). Assim, Portugal como atracção turística não se explica pela sua geografia humana, sem solução para a sua natureza negativa, porque ou somos sentimentais de uma sentimentalidade que pelo menos não é compreendida pelos que nos visitam, ou somos falsamente sentimentais, o que ainda será mais difícil de compreender pelos outros e até por nós próprios.

Lisboa e Sagres são, pois, os destinos escolhidos no presente contínuo da narrativa. Estes são os lugares da geografia física que são capazes de atrair visitantes estrangeiros. Lisboa, onde já tinham estado há vinte anos atrás, foi a primeira paragem, e lembravam-se da cidade como um lugar idílico para amantes (“ I remembered it intimate and slow, a good city for lovers.”⁴). O cenário evoluiu e os amantes estranham a mudança da cidade, que agora não parece confirmar a possibilidade de se afirmar como lugar de redenção e de recomeço amoroso:

“It’s the perfect European city, just what you wanted”, I told her ...

Some things were left. I pointed them out. There were still narrow streets with open windows in which canaries swung in

⁴ Maggie Gee, *Where Are the Snows* (1991), London: Telegram Books, 2006, 120. Todas as citações futuras pertencem a esta edição.

cages, above a brilliant display of petunias, there were still unripe lemons and arum lilies growing round the ruined battlements. The yellow trams had been phased out, but the taxi-drivers were more manic than ever, their pale green roofs flying uphill at twilight like terrified moths escaping hell....

There was a lot of demolition work in the Alfama. The oldest buildings had suffered most. Some of the rebuilding was ugly new brick. Scaffolding clambered everywhere. The streets were full of sand and bricks. The air, which had once smelled of cooking and lemons, now caught at our throats and made us cough—new brick-dust, or disturbed dry rot? The sound of small birds was replaced by hammering....

I felt nostalgic for our earlier selves, ten years younger, stretched on the beach, I was full of love for Portugal, for my wisdom, for the gin in my hand, first drink of the day well before eleven, so maybe something had already gone wrong. (120-121)

O recôndito é muitas vezes um lugar sinónimo de fim do mundo ou de lugar maldito, inacessível ou acessível apenas aos aventureiros; é um não-lugar onde poucos se atrevem a ir porque não representa uma atracção de interesse global. Portugal funciona deste modo, mesmo que por vezes em imagens sublimadas, como lugar onde um forasteiro chega depois de ter já experimentado todos os lugares amenos do mundo. Na sua estada romântica na pousada de Sagres, os dois amantes ingleses encontram-se com um casal americano e a metáfora principal do lugar fica esclarecida:

So this was the new beginning. Nothing is quite what you expect it to be, not Portugal, not the woman you love....

The American guests [in Sagres' *pousada*] moved around us like extras, having unreal conversations in unreal voices.

'Say. Did Henry the Navigator *actually lived here?*'

Because we had a notional relationship with the barman, the Americans thought we had superior knowledge.

'Pardon me. My wife would like to know, what does *Ovindo Mondo* mean?'

At least, that was what I thought I'd heard. The phrase meant nothing at all to me, though it vaguely evoked a brand of wine, or perhaps a Latin pop singer.

'Sounds like a name to me,' I said. 'My wife's good at the lingo. When she comes, I'll ask.'

When she came, I asked, and she frowned, puzzled, went over to the Americans. They showed her something in a tourist pamphlet.

'*O fim do mundo*,' she exclaimed. 'Is that what they call this part of the coast? "The end of the world."'

'Gee thanks, that's great!'

She came back to me. '*O fim do mundo*. What a beautiful name.'

'I suppose it was the end of all the earth they knew ...'

'So they sailed off the edge of the world; how brave.'

'So did we. No beginning without an ending.' (131-132)

Deixemos de parte mais um erro tipográfico ("mondo" em vez de "mundo"), que infelizmente vem sendo habitual em todos os romances de expressão inglesa que insistem em transcrições do Português com erros ortográficos, não resistindo os seus autores a tais ilustrações linguísticas para dar a nota exótica à narrativa de viagem, o que não é ilegítimo, mas não ficava mal um maior rigor na revisão do texto publicado. Esta imagem de Portugal como o fim do mundo explica-se pelo sentido mais clássico da expressão (histórica imagem do último lugar da terra antes do mar infinito) mas também pelo sentido de um lugar horrendo, onde já nada mais há a perder, se for o caso de o forasteiro se sentir com falta de alguma coisa, que tanto pode ser o sentido da vida como o sentido da sua própria identidade. Estas duas acepções ajustam-se ao caso dos protagonistas de *Where Are the Snows*. O lugar recôndito oferece-nos uma estranha possibilidade de reencontro interior que talvez todos os outros lugares já tenham esgotado, por isso Sagres/Portugal/o fim do mundo representa a possibilidade de recomeço da vida amorosa. Sagres é o novo Portugal, mas também o lugar onde momentos significativos na vida dos amantes se vão revelar:

It was a different country we'd come to. The people were in-turned, dour, suspicious; the bleakness of the country was in them. This land was wide and high and harsh, rock and cactus and flat baked earth. The edge of Europe was entirely ungentle, a savage break between earth and sea over which the winds poured and the waters raged, flung back by the cliffs in torrents of spray. At Cape St Vincent grey walls of rock dropped perpendicular into the Atlantic. The lighthouse looked brave and small from a distance. You felt these people clung on to the earth by a mixture of courage and grim endurance.

- So how did they ever summon the flair to set off on those epic voyages? How did they dare to send their wooden boats across the enormous curve of the earth? Was it possible that Alex and I would find new heart for our travels here? (128)

O egoísmo destes amantes em busca de redenção conjugal não é um erro de percepção do mundo. Faz parte da sua natureza e explica os impulsos de todas as viagens, quer quando, mais tarde, Alex procura a companhia de um jovem amante na Bolívia quer quando Chris tenta preencher o seu tempo com prostitutas em Veneza. Na estada portuguesa, todas as promessas de amor ainda fazem sentido e a vida à frente dos dois amantes só prometia uma grandeza igual à do mar aberto em frente de Sagres. O fim do mundo ali era o princípio novo de uma vida que eles teimavam em recomeçar todos os dias, mas também o fim da possibilidade de triunfo do egoísmo, pois nenhum conseguirá experimentar mais o mesmo tipo de coragem perante o desconhecido que outrora os navegadores portugueses ilustraram e cujo exemplo Chris julgava ser possível imitar para a sua vida.

ESTUDOS

A LEGISLAÇÃO RÉGIA NO INÍCIO DO SÉCULO XIII: AFONSO II DE PORTUGAL (1211) E JOÃO DE INGLATERRA (1215)¹

*Diogo José Gomes
Universidade Nova de Lisboa*

O início do século XIII surge-nos como um período de charneira na Idade Média, com o surgir de várias iniciativas régias de organização da administração e da justiça dos reinos do ocidente medieval. Dois exemplos desta tendência podem ser detectados em Portugal e Inglaterra, em momentos e contextos muito próximos, embora também muito distantes.

Em 1211, face a uma nobreza e um clero preocupados com o fortalecimento do poder régio, e na eminência de enfrentar uma guerra civil, Afonso II, acabado de suceder ao trono de Portugal, promulga um conjunto de Leis Gerais, definindo as leis a aplicar no reino, a todos os seus súbditos. Cerca de quatro anos mais tarde, em Inglaterra, João-Sem-Terra ver-se-á forçado, após uma guerra civil, a assinar um documento no qual fixa os direitos (de alguns) dos seus súbditos. Ambos os monarcas, cercados por uma forte oposição e receando ter o seu trono comprometido, recorrem ao estratagema de tentar reafirmar a sua soberania e manter os seus súbditos em paz, através da emissão de documentos legalmente vinculativos.

¹ Originalmente realizado como trabalho final do curso, *A Realeza Mítica: Reis, Deuses e Heróis. Construção e Desconstrução da Realeza da Antiguidade à Modernidade*, organizado pelo Instituto de Estudos Medievais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pela Prof. Doutora Maria João Branco, a quem se agradece todo o acompanhamento e auxílio prestado. Uma nota de agradecimento também ao Prof. Doutor Miguel Alarcão, que revelou, desde início, um enorme interesse e apoio na realização deste artigo.

Com base nesta constatação, considerou-se que seria interessante analisar aprofundadamente as suas legislações, primeiro separada e depois comparativamente, procurando ver quais as diferenças e semelhanças entre ambas e que conclusões se poderiam extrair dessa comparação, relativamente às estratégias de poder destes os monarcas do início do século XIII.

Afonso II (1211-23): legislação e conflito

Sancho I (1185-1211), quando subira ao trono, demonstrara logo um grande interesse com a organização do território herdado, e não apenas na sua expansão para sul. Sancho vai assim preocupar-se em controlar um conjunto de corpos sociais, o que depressa resulta num conflito com a nobreza e o clero, particularmente com este último, apoiado pela cúria papal de Inocêncio III (1198-1216). Apesar dessas várias querelas com a Igreja, com o aproximar da morte, Sancho I curva-se perante as exigências papais e, no seu testamento, mostra-se não só generoso para com a igreja mas ainda beneficia as filhas de forma considerada demasiado pródiga, o que originaria uma série de conflitos generalizados após a sua morte, com Afonso II a alegar que o pai dispusera de bens que eram da coroa e não pessoais, contrariando assim os pressupostos da bula *Manifestis Probatum* (Branco, “The King’s Counsellors” 524-5; Coelho e Homem, 89; Mattoso, *Identificação I* 74; Vilar, 91).

Apesar de nos ser apresentado como um rei doente, muitas vezes afastado do governo, Afonso II mostrou-se, desde início, implacável na defesa do princípio de que não era lícito diminuir o poder real, nem quando a ameaça provinha da própria família. As infantas, antecipando a acção do seu irmão, pediram a ratificação dos seus bens e direitos junto do de Inocêncio. Mesmo após a confirmação papal, em outubro de 1211, dos senhorios e da ameaça de excomunhão de quem pusesse isso em causa, Afonso não se deixou intimidar e exigiu que irmãs lhe jurassem obediência por intermédio dos seus alcaides e que pagassem os direitos à coroa. Afonso II acabaria mesmo excomungado e o reino interditado em Março de 1212. Mas não foi apenas o Papa a tomar o partido das suas irmãs. Quando o rei português cercara Alenquer e Montemor-o-Velho, em Novembro de 1211, as suas populações declaram-se vassalas de Afonso IX de Leão (1188-1230), que, em Março de 1212, intervém e captura alguns domínios no Minho e marcha para Sul. Contudo, Afonso não desiste e, buscando apoio internacional, vai, através de um grupo de juristas em Roma, defender-se, começando por pagar

as dívidas relativas ao censo que desde Afonso I (1143-85) aparentemente nunca mais tinha sido pago. A excomunhão é levantada em Janeiro de 1214 e o conflito, que estivera tão activo em 1212, fica relativamente apaziguado entre 1214-16 (Branco, *Poder* 413; Coelho, 86-7; Lay, 366-7; Vilar 103).

Ainda no campo militar, apesar de incapaz de acorrer pessoalmente (por deficiência física ou falta de vontade de abandonar um reino em guerra civil), Afonso II não terá deixado de estar atento, quer aos assuntos domésticos, quer aos peninsulares. Quando Afonso VIII de Castela (1158-1214) faz um pedido de auxílio aos cristãos, o rei português envia, ao contrário do seu rival leonês, algumas forças de cavaleiros, que participam na batalha de Navas de Tolosa em Julho de 1212, na qual se derrota um grande exército do Emir de Marrocos. Cinco anos depois, sob a liderança do bispo de Lisboa, dá-se a reconquista de Alcácer do Sal com o auxílio de cruzados (Coelho, 89-92; Coelho e Homem, 69; Vilar 102).

Depois desta vitória, ao mesmo tempo que reforma a chancelaria, e aproveitando um momento de paz no reino, Afonso pretende proceder a *Inquirições Gerais*, pelas quais averiguaria a legitimidade das doações de terras e as posteriores Confirmações do direito de posse das mesmas. Contudo, o rei ou o seu chanceler, acharam por bem iniciar o processo por exigir, a partir de 1218, confirmação documental do direito à posse de terras e privilégios, por parte de instituições eclesiásticas e da nobreza. Só em 1220 é que o rei finalmente consegue realizar as *Inquirições*, inventariando o património régio. Estas terão sido realizadas através de inquéritos aos membros mais destacados de cada local, ou seja, foi respeitada a tradição, o direito costumeiro (Coelho, 92; Coelho e Homem, 103; Vilar, 186-7, 190).

Ao manter a sua política intervencionista, Afonso é de novo censurado pelo papa (que o excomunga) e reacende-se o conflito com Leão, com incidentes dos dois lados da fronteira. Em Junho de 1222, dá-se o perdão ao rei (mas mantêm-se as críticas, com o papa a tentar reaproximar o rei da Igreja) e em Agosto há uma reunião na qual se procura um entendimento. Contudo, com o rei gravemente doente, pouco se resolve e Afonso morre, ainda excomungado, em Março de 1223, deixando o reino a um filho menor (Coelho, 101).

As Leis Gerais de 1211²

Como se viu, Afonso II começou o seu governo em Março de 1211, pressionado pelo alto clero (apoiado pela nobreza) ainda recordado do comportamento de Sancho I que, possivelmente reticente quanto à atitude do seu sucessor, o fizera jurar que cumpriria o que estava disposto no seu testamento (Vilar, 53-4).

Afonso, ao herdar o trono, convoca de imediato cortes para Coimbra, numa estratégia de apaziguamento que já fora utilizada por Afonso IX em 1188. Nessas cortes, com o consenso dos ricos-homens, eclesiásticos e vassalos, promulga uma série de Leis Gerais com o propósito de assegurar a sua posição no trono (que ele teme ser posta em causa³) e assegurar à nobreza e à Igreja o respeito pelos seus direitos, acabando com os focos de tensão existentes. (Branco, *Poder* 414, 427, “The King’s Counsellors” 527; Coelho, 79; Vilar, 13).

Contudo, não se tratou apenas de assegurar o apoio dos grandes senhores. As Leis foram também a forma de um rei enfermo se evidenciar e mostrar que, apesar de não poder manter a tradicional veia militar dos seus dois antecessores, era capaz de governar. Para isso contou com um grupo, que começara a despontar ainda na cúria de seu pai e que pode mesmo ter sido instrumental na sua própria educação: juristas (formados em Coimbra e até mesmo Bolonha), influenciados pelo Direito Romano e uma nova aplicação de um conceito tradicional de realeza: um rei piedoso, administrador da justiça, mantenedor do bem comum e da ordem social, generoso e respeitador dos *bons costumes* – imagem de um rei cristão ideal que vem já do século XII, que sabia ouvir os que o rodeavam. Assim, logo no preâmbulo, Afonso começa por afirmar que tudo foi decidido por um consenso⁴ (Branco, “The General Laws” 524-5; Coelho e Homem, 89; Mattoso, *Identificação I* 74).

Quanto às Leis em si, não nos chegou infelizmente o texto original⁵, sendo necessário trabalhar com compilações posteriores. Neste caso e segundo a versão das *Ordenações Afonsinas* do século XIV, elas seriam compostas por um preâmbulo e vinte e

² Para uma leitura completa das leis veja-se: *Livro das Leis e Posturas* (9-20).

³ A sucessão ao trono por primogenitura (com raízes francesas) era algo recente e com aplicação difícil na península. Assim, Afonso temia que, devido aos conflitos com os grandes do reino, estes apelassem a outro herdeiro (Veloso, 66).

⁴ O direito escrito era olhado com desconfiança, daí a ênfase no apoio dado ao rei na fixação destas leis (Freitas, 104).

⁵ Contudo, a existência das leis nunca foram postas em causa (Branco, *Poder* 432).

quatro leis⁶. Para uma leitura mais eficaz, decidiu-se separá-las por quatro campos: judicial, social, eclesiástico e económico.

No campo judicial, Afonso preocupa-se em criar um conjunto de Leis (juízos⁷) para todo o reino, mas salvaguardando sempre que quando aqueles entrassem em conflito com as Leis canónicas, estas teriam precedência. Assim, afirma que os almoxarifes não podem apreender bens de navios danificados e que os que albergarem vadios em terras régias e não os retirarem perderiam a terra. O rei defende também que os herdeiros de culpados por traição não devem ser prejudicados e “manda” que estes recebam os seus bens (excepto quando o atentado for contra a pessoa do rei). Ainda sobre julgamentos: quem insistir num sobre a mesma questão e perder, é multado; quem já tenha sido julgado na corte, não pode sê-lo de novo e é proibido penhorar os bens dos acusados sem provas. Quanto aos conflitos violentos (homízios), Afonso defende que onde já houver uma morte em cada facção, serão açoitados; no caso de não haver mortos, que se proceda a compensações e quando um grupo sofreu uma morte e o outro não, o primeiro pode apontar um dos outros como culpado. Em relação a oficiais que forem contra o rei, subtraindo alguma coisa, serão (havendo provas) açoitados ou marcados com ferro (um fidalgo apenas paga multa e perde o que do rei tiver). Os servidores que emprestem o pão serão também açoitados e um moedeiro que fizer moeda falsa, ou um ourives falsificador, perderá as mãos e os pés. Os Judeus ou mouros conversos que regressem e abjurarem da sua fé devem ser executados, sendo que qualquer sentença (régia) de morte tem um período de espera de vinte dias (leis nº. 1, 2, 4, 5, 7, 8, 12, 14, 19, 21, 23 e 24).

Socialmente, o rei demonstra preocupação em evitar a existência de pressões sobre quem quer que seja, ao defender que os matrimónios deviam ser livres. Outra preocupação foi para com os *pequenos*, afirmando: “pertence a nos defender os mesquinhos dos poderosos”, e assim nenhum cavaleiro ou terratenente do rei podia tomar seja o que fosse aos “vilãos”, a não ser que pagasse o que um juiz estipulasse. Contudo, ao mesmo tempo afirma que era do “bom príncipe” purgar a “sua província” dos maus homens (os que não tivessem mester fixo ou possesões) que não podiam morar no reino. Afirma ainda que, de forma a não prejudicar os homens-livres, estes podiam escolher

⁶ Duas delas aparecem incluídas no preâmbulo.

⁷ Há duas versões diferentes: uma fala de juizes e outra de juízos, mas, seguindo as interpretações de Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria João Branco, uma vez que o intuito era criar leis, o texto original deveria referir-se a *juízos*.

o senhor que quisessem⁸. Ainda de forma a evitar a instabilidade social, defendia que, após os julgamentos, não se pode causar danos à propriedade ou pessoa do adversário. Por último, mantendo a imagem do bom rei cristão, afirmava que os judeus e mouros não podiam ser oficiais régios, ter um servo cristão ou deserdar um filho converso (leis n.º 6, 17, 20, 22, 23 e 24).

Quanto às questões eclesiásticas, os mosteiros e as igrejas vêem o seu clero isento do recrutamento para trabalhos em terras régias e é proibido que se pouse em suas casas. Contudo, Afonso mantém algumas prerrogativas, ao afirmar que decidiria (mas sempre com o conselho ou a verificação do bispo) as nomeações nos mosteiros que de “seu direito” eram. E que era proibida a compra de bens pelas instituições eclesiásticas⁹, mas não aos clérigos (leis n.º 9, 10, 13 e 16).

No campo económico, o rei preocupa-se mais uma vez com os *pequenos*, ao afirmar que os seus oficiais tinham de pagar o mesmo que qualquer outro pelos produtos e que os “mesquinhos” não eram obrigados a sustentar as aves de caça do rei ou das suas terras. Tenta ainda evitar que os seus oficiais cometam abusos, ao proibir que estes emprestem a juros. Vai ainda mais uma vez defender os seus direitos, ao definir que as herdades dadas pelos hospitais (ou outras entidades) deviam regressar ao seu tamanho original e ser verificadas anualmente, pois punham em causa as terras régias. E por fim, para evitar que as herdades patrimoniais fossem dispersas ou que o seu valor fosse influenciado, afirma que estas só podiam ser vendidas a familiares, por um preço justo (leis n.º 3, 11, 15, 17 e 18).

O que nos foi logo possível observar após a leitura atenta do enunciado das Leis e a sua separação por assuntos é que, apesar de elas estarem indiciadas como vinte e quatro, na realidade atingem as vinte e sete, já que a lei n.º 17 aborda os campos social e económico e as leis n.º 23 e 24 os campos judicial e social. E também que o maior peso vai claramente para os assuntos judiciais (44,4 %).

Segundo estes enunciados, o objectivo de Afonso II seria assim o de restabelecer a ordem no reino de forma decisiva, definindo quais os deveres ou direitos dos privilegiados e pequenos, enquanto defendia os seus interesses e exercia um controlo sobre o desenvolvimento económico do reino (Branco, “The General Laws” 87).

⁸ Ao contrário dos dependentes. Havia uma noção pacífica de que os homens-livres não se deviam colocar debaixo das mesmas prestações que estes. (Mattoso, *Identificação II* 68).

⁹ Excepto no aniversário da sua morte (ou da de seu pai).

Ao ler estas Leis com atenção, verifica-se realmente uma preocupação do rei em se afirmar como a origem das mesmas. Refere-se a si mesmo na primeira pessoa, nunca se apresenta outro falar por si, e a única referência aos magnates é feita para indicar a atenção do rei ao conselho de outros antes de lançar as suas leis. Outra preocupação expressa nas Leis seria a de evitar os maus costumes e de manter os bons (que, para a nobreza e o clero, seriam os seus) e assim “evitar maldades na terra”. É curioso que, ao fazê-lo na lei nº 3, o rei utiliza a seguinte ordem: Coimbra, Estremadura, e só depois o reino. Estaria assim a listar primeiro os locais onde teria maior capacidade de intervenção e a definir uma certa hierarquia do seu próprio poder (Mattoso, *Identificação II* 86, 88).

Note-se que, apesar de estipular vários limites e castigos aos nobres e eclesiásticos, Afonso II deixava-lhes, contudo, liberdade e espaço de actuação, uma vez que a maioria das Leis refere explicitamente que os senhorios afectados são os seus, e quando, por exemplo, proíbe as instituições eclesiásticas de comprar bens, permite que os clérigos o façam pessoalmente. Assim, nada garantia que as Leis fossem repetidas (dificuldade de aplicar de forma efectiva em todo o território), pois estas ficavam um pouco ambíguas, ao só referirem os domínios sobre os quais o rei tinha uma autoridade directa – ao defender os mesquinhos contra os poderosos e impedir que os grandes levassem o que quisessem dos produtos, só prevê penas para os que tiverem terras suas. Assim, ficava por estipular o que aconteceria, em situações semelhantes, nos senhorios nobres (Mattoso, *Identificação II* 71, 87-8).

Contudo, apesar de Afonso se apresentar conforme ao mesmo modelo de rei medieval: um bom cristão (limites aos mouros e judeus), respeitador dos bons costumes e mantenedor do *status quo* (com penas separadas para fidalgos e terras senhoriais pouco afectadas), esta legislação não deixou de ser inovadora e surpreendente. Pela primeira vez um rei português não decide conforme os casos surgissem, mas sim cria desde logo um conjunto de Leis de forma a conduzir a uma maior centralização e uniformização do reino, ao colocar os seus oficiais sobre os mesmos parâmetros (Mattoso, *Obras* 98-9). E algumas novidades não são momentâneas: a afirmação de que as áreas das propriedades aforadas pelos hospitais deviam ser comprovadas por título todos os anos reflecte um princípio que, anos mais tarde, seria aplicado aquando das já referidas *Inquirições e Confirmações*.

Resta-nos referir que estas Leis e o futuro processo de centralização não surgiram desligadas do contexto europeu. A sua

inspiração foi a própria cúria romana, com quem Sancho I e Afonso II tiveram tantas querelas. Mesmo no que toca às outras monarquias europeias, a atitude de Afonso não é única, sendo comparável à de Filipe II de França (1180-1223), que apesar de não proclamar um corpo legislativo leva a cabo um número de reformas dos seus quadros administrativos itinerantes, e à do Imperador Frederico II (1220-50), que em 1231 se apresenta como fonte de justiça e defensor dos fracos, reivindicando a autonomia do príncipe em relação aos outros poderes (Mattoso, *Identificação II* 87).

Afonso, a mãos com um reino em guerra, começa por, ao contrário do rei francês, promulgar um corpo de Leis, e só depois se preocupa em criar uma verdadeira administração política do território, que a aplique, e em organizar as finanças do estado. Obviamente, estes esforços (que alteram o *status quo*) dão lugar a violenta oposição da nobreza e do clero, mas Afonso mantém a sua orientação até ao fim do reinado. Apoiado por um grupo de oficiais que compunham a sua chancelaria, esforça-se por conter a expansão territorial senhorial. Contudo, isto seria um ensaio precoce (antecedendo o imperador em vinte anos) e, sem forma de ser plenamente aplicado, vai, à morte de Afonso II, sofrer um retrocesso, não tendo qualquer continuidade por parte do seu filho e sucessor imediato, Sancho II (1223-48). Porém, as ideias não desaparecem e ficam presentes nos oficiais de chancelaria, sendo mais tarde recuperadas por Afonso III (1248-79) já na segunda metade do século XIII (Mattoso, *Obras* 263).

João (1199-1216): entre Roma e França

Segundo Stenton, “nenhum rei de Inglaterra foi tão azarado como João.” (47). Apesar da má reputação de João, teria sido Ricardo I (1189-99) quem primeiro veio alterar o equilíbrio entre poderes legado por Henrique II (1154-89). Apesar da imagem de bom cruzado e monarca, as campanhas de Ricardo I, quer na Terra Santa quer em França, forçaram os seus súbditos a pagar pesados impostos (sobretudo pelo seu resgate de 150 mil marcos ao imperador, em 1194). Apesar de não surgir ainda uma oposição activa dos barões (a ausência do rei e a existência de uma administração estável e eficaz serviam de escape), o desequilíbrio instalava-se. O Grande Conselho recusa enviar cavaleiros para França, em 1197, Ricardo, que fora combater para França, mal regressara, falece em Abril de 1199, deixando ao seu irmão um reino com dívidas, um conflito latente em França e um conjunto de Barões quase em revolta (Backman,

286; Black, 56; Davies, 300-1; Gomes, 87-8.).

João sobe ao trono em Maio de 1199, já numa situação algo frágil. Logo em 1185, quando visitara o senhorio da Irlanda (seu desde 1177) deixara más memórias quer aos reis locais, quer aos cavaleiros anglo-normandos. Também durante a ausência do irmão Ricardo na cruzada, procurara derrubar o governo de Inglaterra (entregue a dois 'oficiais de Justiça'), ou mesmo apoderar-se dele. Contudo, a fama de um João diabólico é injusto (assim como a de um bom Ricardo) e a sua reputação de desonesto, desconfiado¹⁰, arbitrário, ganancioso e orgulhoso poderá ser o resultado de um simples acumular de descontentamentos cada vez maior. Apesar disso, João realmente ganhou a inimizade de dois dos mais capazes líderes da época, Filipe II de França e o papa Inocêncio III, o que veio a marcar profundamente o seu reinado (Carpenter, 314; Davies, 295, 300-1).

Devido às dificuldades financeiras, herdadas de seu irmão – cofres vazios por causa das campanha militares e do resgate pago – João tentou recolher dinheiro através de impostos extraordinários. Se no início não houve uma grande reacção adversa, depressa o acumular de derrotas em França e o conflito com o papa fizeram aumentar as vozes da oposição.

Em relação ao conflito papal, este resulta do facto de João não aceitar a imposição de Estevão Langton (m. 1228)¹¹ para o arcebispado de Cantuária¹². Em 1208, o papa interdita o reino e em 1209 excomunga o rei. A situação só se resolve quando Inocêncio ameaça apoiar uma invasão francesa (1212) e João cede; aceita Langton e, torna o reino censitário do Papa, compromete-se a pagar 100 marcos anuais e coloca-se sob protecção de Inocêncio¹³, em 1213.

No campo militar, existem duas situações diferentes, a das ilhas e a do continente. Em França, a oposição de alguns barões à entronização de João – apoiam o seu sobrinho, Artur da Bretanha – acresce à pressão a que Filipe II continua a submeter

¹⁰ Não sem razão. Chegou a haver um atentado contra a sua vida em 1212 (Holt, 110).

¹¹ Cardeal inglês, radicado em Roma e responsável pela divisão da Bíblia em capítulos, foi um dos principais mediadores durante a rebelião. Terá mesmo sido o primeiro a propor a redacção de uma carta de direitos, tendo como base a *Carta de Coroação* de Henrique I (1100-35). Por ter hesitado, ou mesmo adiado propositadamente, o cumprimento das ordens papais que ordenavam a submissão dos barões, viu-se suspenso das suas funções em 1215 (Carvalho, 37, 49, 64-5).

¹² O que significava também ser o Primaz de Inglaterra e um dos principais conselheiros do Rei.

¹³ João procurava assim um aliado que, para além de acalmar a situação doméstica, ajudasse na obtenção de aliados contra os franceses (Black, 57; Davies, 302-3).

os territórios ingleses. Em 1203, João, apesar de conseguir derrotar os barões (captura Artur em Poitou¹⁴), não consegue fazer face a Filipe, que rapidamente conquista toda a Normandia (Junho de 1204). Só quando se dá a resolução da questão papal, é que João se pode concentrar em recuperar os domínios perdidos. Infelizmente, a sua coligação é derrotada em Bouvines (Julho de 1214). Já nas ilhas, a sorte de João será diferente: derrota do rei Guilherme da Escócia em 1209, submete os reis irlandeses em 1210 e derrota de Llywelyn, príncipe do Norte de Gales, em 1211 (Carpenter, 314-5, 318-9).

Ao falhar a recuperação da Normandia, João ficava numa posição muito delicada, pois havia já um acumular sucessivo de insucessos que os barões tinham dificuldade em aceitar. Assim, de regresso a Inglaterra, João depressa vê desenhar-se uma revolta aberta, com os barões a recusarem-se tomar parte numa nova campanha em França e a renunciarem à sua obediência de vassalos. Contudo, apesar do antagonismo, ambas as partes parecem tentar chegar a acordos ao longo de todo o conflito, uma vez que ninguém consegue ganhar vantagem, até que, em Maio de 1215, os barões capturam a cidade de Londres (Carvalho, 35-6, 45, 49; Holt, 143-4, 147, 152-3; Poole, 441; Warren, 165).

A Magna Carta de 1215¹⁵

Devemos começar por referir que a *Magna Carta* não pode ser vista como um conjunto de imposições a um rei indefeso por uma grande maioria de barões unidos; foi sim uma forma encontrada para se chegar a um consenso e obter a paz no reino. Outra característica passa pelo facto de as queixas serem muito variadas, resultando de questões específicas e pessoais (Warren, 164-5). Constituída por um preâmbulo e sessenta e três artigos, a carta (assinada em 19 de Junho) resulta de um primeiro documento entregue em 15 de Junho de 1215: os *Artigos dos Barões* (Black, 57).

Inicia-se pela identificação do rei, os seus títulos, uma saudação (onde se enumeram vários quadrantes da sociedade, leigos ou eclesiásticos) e uma enunciação das testemunhas, onde se pode logo ressaltar o arcebispo de Cantuária, Estevão

¹⁴ Mais tarde, alegadamente assassinado por João em Rouen (Stenton, 47).

¹⁵ Para os artigos completos veja-se a tradução portuguesa do original em latim feita por João Soares Carvalho (112-69).

Langton,¹⁶ e Guilherme, o *Marechal* (1146-219)¹⁷. É importante referir que o rei, após identificar-se, afirma explicitamente que o que se segue foi feito para o benefício do reino, por inspiração de Deus e salvação da sua alma e da dos seus sucessores (quase uma confissão de culpa); devido ao enunciado dir-se-ia que o que em baixo se proclama partiu da sua iniciativa. Quanto aos artigos, seguindo a mesma lógica de divisão utilizada para as Leis de Afonso, mas adaptando ao tamanho e às características da carta, foram definidos seis campos: judicial, social, eclesiástico, económico, militar, tributário e juramentos.

A Carta começa¹⁸ logo com as questões eclesiásticas. João “garante e confirma” perante Deus os direitos da Igreja (incluindo as eleições livres) como era “antes de ter surgido a desavença” e os seus clérigos seriam multados segundo um julgamento dos seus pares, mas só para terras laicas. Quanto às abadias sem abades, se algum barão a tivesse fundado ou dela tivesse direitos, ficaria com a sua alçada (artigos n.º. 1, 22 e 46).

No campo tributário, João define que o imposto sobre as heranças de adulto voltava às tabelas antigas (com diferenciações para cada tipo de terra); a dos menores não tinha qualquer imposto; não se levantavam tributos ou taxas militares sem consentimento geral do reino e nem podendo os senhores tributar os homens-livres (havendo três exceções: resgate, do rei ou do senhor; armar cavaleiro o filho mais velho; casar, uma vez, a filha mais velha); os tributos e as liberdades de todas as localidades¹⁹ permaneciam iguais e todas as rendas antigas eram mantidas, com exceção para as de domínio régio (artigos n.º. 2, 3, 12, 13, 15 e 25).

Quanto ao campo económico, João manda criar um sistema de medidas e pesos padrão em todo o reino. Afirma depois que só se obrigava a construir pontes se os costumes antigos o dissessem; que todas as armadilhas marítimas e fluviais deviam

¹⁶ É mesmo o primeiro a ser nomeado.

¹⁷ Feito Conde de Pembroke por Ricardo I, era um cavaleiro de grande renome e experiência militar. Apesar de alguns desentendimentos com João, esteve envolvido nos assuntos de governo, tendo servido de mediador entre o rei e os barões revoltosos. Com o reatar do conflito, mantém-se do lado do rei e, após a sua morte, é nomeado regente de Henrique III (1216-72). Leva a cabo a reedição da *Magna Carta* em 1216 e 1217, aquietando os barões e liderando com sucesso a resistência à invasão do príncipe Luís de França (Carpenter, 328; Holt, 92; Poole, 301, 484; Stenton, 89-90).

¹⁸ No final do primeiro artigo surge uma introdução a todos os artigos seguintes: “concedemos para sempre” também a todos os “homens livres” (pequena nobreza e proprietários de terras) as liberdades “a seguir expressas”.

¹⁹ A importância e diferença que Londres já teria para as outras urbes verificava-se no enunciado da Carta, sendo a única a que se fazia referência específica.

ser retiradas; que os “nossos” oficiais não podiam usar carros, cavalos ou madeira alheia sem autorização do proprietário; que deviam pagar na altura pelos cereais ou outros bens e que os “costumes antigos e justos” protegiam os mercadores e os viajantes – excepto em tempo de guerra com o seu reino de origem. Para evitar que houvesse aproveitamento por parte dos curadores de terra, afirma que o guardião de terras de um herdeiro menor só tirava o necessário para o sustento da terra; caso causasse danos, teria de pagá-los e o herdeiro, quando atingisse a maioridade, receberia todos os bens e rendimentos da propriedade (artigos nº 4, 5, 23, 28, 30, 31, 33, 35, 41 e 42).

Socialmente, há uma preocupação clara com os herdeiros: era impedido que fossem casados com alguém de estatuto inferior²⁰ ou sem o consentimento do parente mais próximo; quando devedores a judeus (ou outros indivíduos), não pagavam juros e apenas o que excedesse a herança serviria para pagar a dívida, mesmo que o título fosse parar às mãos do rei; caso os bens tivessem revertido para a coroa, não pagariam qualquer serviço ou compensação para que os recebessem (excepto o estipulado pelo estatuto da terra) e, por fim, quanto aos bens móveis de defuntos sem testamento, estes iriam para os parentes mais próximos, sob a supervisão da Igreja. Também se faz uma referência específica às viúvas, que tinham direito à sua herança sem qualquer impedimento ou tributo e que podiam recusar-se a casar; mas se casassem e tivessem terras régias, teriam de informar o rei (artigos nº. 6, 7, 8, 10, 11, 27 e 43).

Relativamente aos assuntos militares a Carta limita o serviço que se deve pelo feudo de cavaleiro; afirma que não se pode exigir pagamento de guarda de castelo, caso o cavaleiro queira fazê-lo ele próprio; que quem possua curadorias não-militares está isento do serviço militar ao rei (mesmo que deva a outro senhor). João afirma ainda que entregará imediatamente os reféns e forais tomados para garantia de paz, os reféns galeses e o filho do príncipe galês, assim como as irmãs e os direitos de Alexandre da Escócia, bem como os reféns escoceses. Por, fim, dá-se a expulsão da família²¹ de Gerardo d'Athée²² e, após o estabelecimento

²⁰ Algo de que João estaria a abusar, ao casar herdeiros de grandes famílias com famílias dos seus protegidos (Carvalho, 55).

²¹ Apesar de estipular que os membros desta família não poderiam mais tarde exercer cargos em Inglaterra, estes parecem não ter abandonado o reino. Engelard de Cigogné e Filipe Marco ainda desempenharam funções no reinado de Henrique III (Poole, 477).

²² Mercenário que, já depois da deserção do senescal de Anjou, defendera o castelo de Loches contra as forças de Filipe II (Poole, 383). Em Inglaterra, os seus feitos em França ter-lhe-iam valido uma rápida ascensão (juntamente com os familiares) junto de João, ao ponto de (entre vários mercenários e apoiantes do rei) serem os únicos nome-

da paz, dos mercenários que vieram “para prejudicar o nosso reino”²³ (artigos n.º. 16, 29, 37, 49, 50, 51, 58 e 59).

Quanto à questão judicial, João afirma que “não venderemos ou recusaremos” a justiça, pelo que as inquirições sobre alguém são gratuitas e irrecusáveis. Assim, um homem-livre tinha direito ao julgamento pelos seus pares ou segundo as leis do país, não se podendo deter ninguém sem testemunhas e o mandado *praecipe*²⁴ não seria emitido, caso pusesse em causa o direito a tribunal. João promete também que todos os costumes e direitos serão observados no que a “nos respeita”, já depois de afirmar que todos os maus costumes em cada condado deviam ser investigados e abolidos, após conhecimento do rei ou juiz-principal, por doze cavaleiros de cada condado. A carta preocupa-se também desde cedo em referir que a convocatória para o Grande Conselho seria conforme o estatuto: os grandes pessoalmente, os outros colectivamente, mas todos sempre com quarenta dias de antecedência e referindo o assunto a tratar; quanto à decisão, essa seria tomada segundo quem estivesse e independentemente de quem faltasse. João aborda também os tribunais locais (do condado), ao estipular que estes julgariam as acções cíveis em lugares definidos e não no “nosso tribunal” (cujos casos nenhum oficial podia julgar) – eram, pois, os dois juizes régios que se dirigiam ao tribunal e não o contrário.²⁵ Quanto às penas, afirma-se que não se podia confiscar terras desde que os bens móveis cobrissem a dívida; as multas nunca podiam pôr em causa a subsistência de um homem-livre e sua família, a mercadoria de um comerciante ou a sementeira de um vilão e só se aplicavam com testemunhos creíveis. Caso alguém que falecesse devesse comprovadamente algo à coroa, os bens móveis só seriam confiscados até ao valor da dívida. Quanto aos condes e barões, estes só seriam multados após julgamento dos seus pares e conforme o delito. As terras dos condenados seriam devolvidas aos seus senhores passado um ano e um dia. Multas injustas impostas pelo rei e contrárias à lei seriam inteiramente perdoadas ou resolvidas pelos vinte e cinco barões.²⁶ João afirma que os bens ou terras por “nós”

ados pelos barões revoltosos.

²³ Uma vez que fora o rei a adquirir os mercenários, esta expressão é um claro sinal de que o texto da Carta lhe foi imposto (Carvalho, 152)

²⁴ Enviado a um *sheriff*, ordenando o retorno imediato de uma terra a um queixoso, ainda com o julgamento por decidir (Carvalho, 142).

²⁵ Outro artigo definia como se processava um julgamento, caso este durasse mais do que um dia.

²⁶ Se um deles fosse implicado, escolhiam-se outros vinte e cinco.

expropriadas sem julgamento seriam restituídos, quer no reino²⁷, quer em Gales. Quanto aos bens expropriados pelos reis anteriores, a decisão seria adiada até ao seu regresso da peregrinação.²⁸ Quanto ao regime florestal, este só deveria conter florestas anteriores a este reinado (o mesmo para as margens de rios reservadas) e quem vivesse fora da floresta não teria de se apresentar ao respectivo tribunal, excepto se estivesse implicado ou fosse fiador. Para se ser nomeado oficial régio, teria de se conhecer e querer aplicar a lei. Quanto às denúncias de mulheres, estas só levariam a prisão em caso de morte do marido. Por fim, já no antepenúltimo artigo, vem indicada a forma de instituição da já várias vezes referida comissão dos vinte e cinco barões, que deverá observar a paz e as liberdades então outorgadas. Bastaria que quatro barões soubessem de alguma falha régia para irem pedir satisfações ao rei – caso este não as desse em quarenta dias, poderiam comunicar aos restantes e, a partir daí, “molestar-nos”; contudo, após a reparação devem “obedecer-nos como dantes”. João finaliza, dizendo: “não procuraremos obter apoio de ninguém” (pessoalmente ou por outros) para revogar ou limitar a Carta – se o fizer, os efeitos não seriam válidos e os artigos da Carta mantinham-se (artigos nº. 9, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 32, 34, 36, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60 e 61).

A Carta termina com os juramentos. O rei afirma: “desculpamos e perdoamos” todas as transgressões desde a Páscoa até à conclusão da paz, “passamos garantias, e foi feito juramento pela nossa parte e por parte dos barões” para tudo o que foi outorgado. (artigos nº. 62 e 63).

A primeira imagem que nos traz a Carta é a de que a grande preocupação ao longo do documento são os assuntos judiciais (42,9%). Os artigos em si não nos apresentam uma revolução legislativa. A *Magna Carta* é uma listagem de liberdades e limites régios – um documento conservador que tenta confirmar privilégios antigos e não criar novos. Essencialmente tornava ilegais os abusos do rei e dos seus serviçais. Mais do que leis, são uma declaração da culpabilidade do rei. Mas é preciso ter atenção ao simbolismo: o rei foi forçado a assinar um documento que garantia direitos dos governados e que, em muitas passagens, parecia quase explicitamente reconhecer os seus erros. Contudo, é mesmo essa imposição que vai decretar o falhanço da *Magna Carta*, que, em vez de criar e institucionalizar a paz, provocou a guerra (Backman, 286-7; Holt, 1).

²⁷ Com os desacordos a serem decididos pelos vinte e cinco barões.

²⁸ Cruzada que João prometera ao Papa e que nunca se realizou.

Assim, apesar do que jura, João apela imediatamente ao papa, seu superior feudal, que excomunga os barões que o obrigaram a assinar a carta. Cria-se um problema: pelo direito feudal, o papa podia decidir a invalidade da carta, mas o artigo nº 61 da mesma afirmava que qualquer intervenção contra ela seria sempre inválida. Contudo, constranger monarcas a aceitar limitações era sempre problemático, uma vez que dependia sempre da vontade deste em aceitá-lo, algo que João não fez. A guerra civil tornou-se assim inevitável – desta vez com um apelo dos rebeldes ao herdeiro francês, o futuro Luís VIII (1223-6), para que viesse ocupar o trono. É então no meio de uma guerra civil, quando se preparava para responder aos rebeldes, que João falece, em Outubro de 1216 (Black, 58; Davies, 304-5).

Análise comparativa e conclusões

No final das abordagens individuais sobressai então o seguinte sobre as legislações: a origem da iniciativa de promulgação é diferente, mas a conjuntura de onde esta emerge é semelhante. As *Leis Gerais* de Afonso II de Portugal terão surgido da vontade do monarca em se afirmar perante um reino à beira da guerra, que parece herdado com bastante oposição e de se demarcar dos seus antecessores no tipo de soberania que quer impor ao reino. O caso de João difere sobretudo pelo facto de, no fim de uma guerra civil resultante do seu reinado, a nobreza e o clero terem exigido ao monarca a assinatura de um documento que fixasse os seus direitos e privilégios perdidos.

Quanto às diferenças, talvez a mais acentuada seja o facto de Afonso II se referir mais do que uma vez aos “mesquinhos”, demonstrando preocupação pela sua protecção. Isto já não se verificou no documento inglês, o que também era de esperar, uma vez que parte de um grupo de nobres que quer recuperar o seu estatuto e as suas possessões, não estando preocupado em mostrar interesse na protecção e no respeito pelos direitos dos mais humildes.

Outra diferença é a de que, se em algumas Leis de Afonso II, se aborda mais do que um assunto, o mesmo não parece acontecer com a Carta de João, cujos artigos parecem muito mais sistemáticos (apesar de haver muitos saltos de assuntos entre eles), abordando apenas uma questão cada um. Mas esta é uma diferença pequena, que advirá do facto de a carta ser mais exaustiva e responder a situações e problemas particulares que já tinham ocorrido.

Contudo, como já foi afirmado, após a leitura das vinte e sete leis e dos sessenta e três artigos de cada um destes corpos documentais, temos de concluir que, apesar das disparidades, as legislações não se afastam assim tanto. Assim, embora se afirme muitas vezes que Afonso dominava os outros poderes, na realidade, após a leitura das Leis, verificamos que o rei deixava muito espaço à nobreza e ao clero, ao reger sobretudo as suas terras e os seus oficiais. Uma situação que não fugia assim tanto do enunciado da *Magna Carta*, que se preocupava grandemente em travar os abusos dos oficiais régios.

As Leis de Afonso II, apesar de mostrarem a sua vontade, iniciativa, capacidade e poder, pretendiam, apesar de tudo, para acalmar um país em algum tumulto. Surgem-nos como documento de aplicação mais geral e ambígua, de separação de poderes (régio e senhorial), mas garantindo-se sempre que seriam mantidos os direitos antigos e centrando-se sobretudo em controlar as terras régias. Refere assim pouco os domínios ou privilégios senhoriais, que não são ameaçados, como se temia no reinado do seu antecessor. Já a Carta surge como um documento de correcção do que estava mal: sobretudo o que o rei ou os seus oficiais faziam. Resultante de um conflito mais durável e intenso, tornou-se assim mais exaustiva e específica no que aborda, chegando mesmo a nomear individualidades. Assim, se em 1211 se tenta regulamentar os oficiais régios, em 1215 a preocupação é também para com esses mesmos oficiais, mas neste caso a correcção das suas más práticas.

Outra semelhança que salta à vista é o facto de a maioria dos assuntos abordados nos dois documentos se situarem no campo judicial (Leis, 44,4%; Carta, 42,9%). Isto não é, contudo, de estranhar, uma vez que as monarquias se apresentavam cada vez mais como o garante da aplicação da justiça em todo o reino, sendo censuradas quando não são capazes de o fazer, mesmo que seja fora dos seus senhorios.

Também dentro dos campos acima referidos (quatro nas Leis e seis na Carta), há assuntos semelhantes ou muito próximos. Ambas as legislações referem a necessidade do casamento ser livre. Protegem a propriedade privada e o comércio: os oficiais régios não podiam tirar produtos sem autorização do próprio dono e, quando quisessem comprá-los, deveriam pagar o preço correcto e no momento. Outro assunto coincidente é o de não ser permitido alguém ser castigado sem provas, fosse com penhoras ou com prisão. Assim, verificamos que, apesar de resultarem de vontades diferentes, nem por isso as iniciativas deixaram de se cruzar quanto às preocupações expostas.

Quanto à forma como a figura do rei era tratada, as legislações, mais uma vez, não se distanciaram muito. Apesar de, nas Leis de 1211, Afonso se apresentar mais vezes na primeira pessoa, algo que seria de esperar, uma vez que a iniciativa foi sua ou dos seus conselheiros (“estabelecemos”, “mandamos” ou “defendemos”), tal também se verificou na *Magna Carta*. Neste caso, apesar de a iniciativa ter partido de um grupo de barões rebeldes, o resultado final saiu da mão de juristas, que, seguindo os modelos da época, se preocuparam em colocar o rei como o outorgante dos artigos, uma vez que, posto ou não em causa, era do rei que emanava o poder e era a ele que competia garantir o respeito pela justiça e a lei no reino.

Para terminar, podemos ainda referir a constante repetição, de que, quer o documento de 1211, quer o de 1215, fazem uso do *bem comum*, como *leitmotiv* do pensamento régio. Mesmo quando não se indica que se está a regressar a algum preceito antigo, informa-se que o que se decidiu e fica agora escrito está segundo os bons ou antigos costumes. O direito costumeiro continua assim a ter muito peso²⁹ e tal dever-se-á ao facto de ambos, embora em situações diferentes, se virem obrigados a apaziguar os seus súbditos, ao verem a sua posição no trono posta em causa.

Podemos assim concluir que, numa Europa ocidental, polvilhada por legistas que vão beber às mesmas fontes de direito e que se mantêm em contacto, os dois documentos da segunda década do século XIII, não sendo iguais, são, no entanto, como já referimos, bastante semelhantes, quer nos assuntos que abordam, quer na forma como os formulam.

²⁹ Mesmo numa cúria como a portuguesa onde, pela influência de um grupo de juristas, cada vez mais despontava o Direito Romano.

FONTES CITADAS

- Carvalho, João Soares. *Em Volta da Magna Carta*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1993.
- Livro das Leis e Posturas*. Ed. Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971.

OBRAS CITADAS

- Backman, Clifford R. *The Worlds of Medieval Europe*. Nova Iorque: Oxford UP, 2003.
- Black, Jeremy. *A History of the British Isles*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2003.
- Branco, Maria João. "The General Laws of Alfonso II and his Policy of 'Centralization': a Reassessment". *The Propagation of Power in the Medieval West*. Ed. Martin Gosman, Arjo Vanderjagt e Jan Veenstra. Groningen: Egbert Forsten, 1997, 79-95.
- . "The King's Counsellors' Two Faces: a Portuguese Perspective". *The Medieval World*. Ed. P. Linehan e J. L. Nelson. Londres, Routledge, 2001, 518-33.
- . *Poder Real e Eclesiástico: a Evolução do Conceito de Soberania Régia e a Sua Relação Com a Praxis Política de Sancho I e Afonso II*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.
- Carpenter, D. A. "The Plantagenet Kings". *The New Cambridge Medieval History*. Vol. V: c. 1198-c. 1300. Ed. David Abulafia. Cambridge: Cambridge UP, 1999, 314-57.
- Coelho, António Borges. *História de Portugal*, Vol. II: *Portugal Medieval (1128-1385)*. Alfragide: Editorial Caminho, 2010.
- Coelho, Maria Helena da Cruz e Armando Luís de Carvalho Homem, coord(s). *Nova História de Portugal*. Vol. III: *Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325)*. Dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- Davies, Norman. *The Isles: a History*. Londres: Papermac, 2000.
- Freitas, Judite A. Gonçalves de. *O Estado em Portugal (Séculos XII-XVI)*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2012.
- Gomes, António Caldeira. *Reflexão Sobre a Inglaterra. Invasões e Idade Média*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1997.
- Holt, J. C. *Magna Carta*. Cambridge: Cambridge UP, 1976.
- Keefe, Thomas K. "England and the Angevin Dominions, 1137-1204". *The New Cambridge Medieval History*. Vol. IV: c. 1024-c. 1198, Part II. Ed. D. Luscombe and J. Riley-Smith. Cambridge: Cambridge UP, 2006, 549-80.
- Lay, Stephen. *Os Reis da Reconquista Portuguesa: Reorientação Política e*

- Cultural na Fronteira Medieval*. Alfragide: Texto Editores, 2011.
- Mattoso, José. *Identificação de um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*. 2 Vol(s). Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- . *Obras Completas*. Vol. VI. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001.
- Poole, Austin Lane. *The Oxford History of England*. Vol. III: *From Domesday Book to Magna Carta (1087-1216)*. Ed. G. N. Clark. Oxford: Clarendon Press, 1951.
- Reynolds, Susan. "Medieval Law". *The Medieval World*. Ed. P. Linehan e J. L. Nelson. London, Routledge, 2001, 485-502.
- Stenton, D. M. *English Society in the Early Middle Ages (1066-1307)*. Harmondsworth: Penguin Books, 1986.
- Veloso, Maria Teresa. *D. Afonso II: Relações de Portugal Com a Santa Sé Durante o Seu Reinado*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2000.
- Vilar, Hermínia Vasconcelos. *D. Afonso II: um Rei Sem Tempo*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.
- Warren, W. L. *The Governance of Norman and Angevin England 1086-1272*. Londres: Edward Arnold, 1987.

FAIANÇA PORTUGUESA NA INGLATERRA E NA IRLANDA¹

Tânia Manuel Casimiro²
Universidade Nova de Lisboa

Introdução

O estudo da faiança portuguesa nas Ilhas Britânicas teve início em 2005 como tema de tese de mestrado em Artefact Studies na University College of London. Durante esse período, os estudos em torno destes materiais circunscreveram-se à capital inglesa e foram orientados pelo Prof. Clive Orton, parcialmente publicados na revista *London Archaeologist*. A escolha deste tema prendeu-se com a tentativa de efectuar um trabalho que permitisse uma aproximação à Arqueologia Portuguesa, contudo, através de métodos, técnicas e teorias anglo-saxónicas.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, geograficamente confinado a Londres, surgiram informações relativas ao aparecimento destes artefactos em diversos locais ingleses e irlandeses, bem como nas antigas colónias inglesas do Novo Mundo. Neste sentido, o tema de uma investigação de doutoramento foi facilmente identificado, sugerindo a continuação dos estudos desenvolvidos anteriormente. O alargamento da área de análise permitiu concluir e compreender na íntegra como Londres, capital de um imenso império ultramarino, representava a forma como os objectos portugueses eram considerados tanto no comércio como na política internacional entre ambos os países. A presença da Irlanda neste trabalho consistiu no facto de os

¹ Projecto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Doutorada em Arqueologia Moderna, Pós-Doc em Arqueologia, Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa; tmcasimiro@fcsh.unl.pt).

dois países, hoje política e economicamente independentes, se encontrarem nos séculos XVI, XVII e XVIII sob a mesma governação e permitindo uma maior compreensão entre as dependências e autonomias de cada território. A Escócia encontrava-se inicialmente excluída deste trabalho; no entanto, foi descoberto recentemente em Leith, perto de Edimburgo, um fragmento de prato, confirmando a presença de cerâmicas portuguesas mais a norte.

Mas o que é faiança portuguesa? Neste trabalho foi assumido ser toda a cerâmica produzida no nosso país, recorrendo a pastas claras, beges e rosadas, revestida com vidrado estânico, de cor branca, normalmente pintado com tons de azul, manganês, amarelo e, raras vezes, verde, incluindo enorme variedade formal. A cerâmica revestida a vidrado de estanho foi manufacturada em Portugal através de métodos tradicionais desde meados do século XVI até finais do século XVIII, momento a partir do qual se inicia a sua produção industrial. Foi este o escopo temporal da investigação.

O termo 'faiança' foi utilizado na literatura portuguesa somente a partir da segunda metade do século XIX (Vasconcelos), tendo-se generalizado entre os historiadores de arte e intelectuais, que o importaram de publicações francesas.

Na verdade, nada afiança que a palavra fosse utilizada pelo consumidor português antes e durante a Idade Moderna, sendo as denominações 'louça branca' ou 'louça vidrada' as mais frequentemente empregadas. Desde então, os estudos cerâmicos em Portugal, a par de recentes trabalhos arqueológicos, mantiveram a designação.

Muitos são os arqueólogos estrangeiros que têm identificado faiança portuguesa um pouco por todo o mundo, embora desconheçam em que zona do país seria aquela produzida. Só recentemente, diversos trabalhos suportados por investigações arqueológicas conseguiram distinguir os objectos oriundos dos três diferentes centros produtores. A faiança portuguesa foi manufacturada durante os séculos XVI, XVII e XVIII em Lisboa, Coimbra e em Vila Nova (actual Gaia) (Almeida, Neves, e Cavaco). Lisboa foi certamente a primeira daquelas três a iniciar a produção em meados do século XVI. Esta nova técnica seguia os modelos produtivos espanhóis e é frequentemente encontrada em contextos lisboetas. No que diz respeito a Coimbra e Vila Nova, é possível que oleiros lisboetas, apercebendo-se do sucesso que a faiança teve em Portugal e dos pedidos de países estrangeiros, se tenham dirigido àquelas cidades e, após autorização dos poderes locais, aí tenham estabelecido novos negócios, aproveitando para abastecer áreas mais remotas do país (Casimiro, *Portuguese Faience in England and Ireland*; Sebastian).

Formas e Gramática Decorativa

Não existem muitas formas cerâmicas produzidas em faiança desde meados do século XVI até meados do século XVIII. A variabilidade assentava sobretudo no tipo de decoração e não no formato. Pratos e taças são efectivamente os objectos mais comuns, chegando mesmo a atingir percentagens na ordem dos 95% em alguns contextos arqueológicos.

Relacionado com a forma está sempre a função. No interior de uma habitação, as mesmas formas poderiam servir diferentes funções. Esta observação é especialmente verdade no que respeita a louça comum, mas o mesmo poderia acontecer com os objectos em faiança. Aqueles serviriam sobretudo à mesa, higiene pessoal e farmácia, predominando, como mencionado, formas abertas tais como pratos e taças. Na segunda metade do século XVII, informações obtidas com base em evidências arqueológicas mostram que diversos objectos contendo decoração semelhante seriam certamente utilizados à mesa como parte integrante de um conjunto, algo semelhante às baixelas que aparecerão em finais da centúria seguinte.

Todavia, há certos objectos que, atendendo aos seus atributos físicos e decorativos, não foram fabricados para uso quotidiano mas sim na decoração do ambiente doméstico. As faianças portuguesas identificadas em contextos estrangeiros, especialmente na Europa do Norte e colónias inglesas do Novo Mundo, apresentam sempre uma elevada qualidade e seriam certamente utilizados na ornamentação do lar.

Durante muito tempo os materiais existentes nos acervos de diversos museus nacionais e internacionais foram as únicas fontes disponíveis na determinação das formas produzidas nos séculos XVI, XVII e XVIII. Contudo, escavações arqueológicas revelaram que o número de formas e decorações é maior do que inicialmente esperado. O Regimento dos oleiros de 1572 revela a forma de muitas vasilhas, tais como potes de farmácia, pratos de vários tamanhos, potes e jarros. Outras, não mencionadas naquele documento, são igualmente conhecidas e contam com pratos, taças, terrinas, bules, bacias, potes, jarros, garrafas, caixas, tampas, escudelas, púcaros, pias de água benta, bacias de barbeiro, penicos, especieiros, pichéis, aquamanis, tinteiros, entre muitos outros (Casimiro, *Portuguese Faience in England and Ireland*).

Uma das mais importantes características da faiança portuguesa é a sua decoração, reflectindo o gosto e desejos de consumo das sociedades portuguesa e europeia durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Esta cerâmica foi, como já disse, produzida

em três diferentes locais em Portugal; não obstante, os oleiros tendiam a utilizar padrões decorativos parecidos, indicando a existência de uma procura semelhante por consumidores de Norte a Sul do país, muito embora existam algumas decorações que podem ser consideradas como exclusivas de determinados centros ou olarias.

Influências externas estão registadas desde os primeiros momentos de produção, especialmente de países como a Espanha e a Itália e não apenas na decoração, mas igualmente nas formas, possivelmente trazidas por oleiros que viajavam pela Europa.

Ainda que as produções de cerâmicas europeias tenham sido importantes na elaboração de faiança portuguesa, o legado mais significativo foi certamente o da porcelana chinesa. A presença portuguesa no Extremo Oriente e o papel da porcelana nos quotidianos lusos durante os séculos XVI e XVII tornou aquele material influência indiscutível na nova cerâmica portuguesa. A porcelana da China ocupava um papel fundamental nos contextos domésticos portugueses e não apenas em casas abastadas, tais como palácios e conventos, mas igualmente em ambientes mais modestos (Gomes e Gomes; Sabrosa; Casimiro, “Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa”). Seria a reprodução de símbolos chineses uma tentativa de levar esta nova ‘porcelana’ e um estilo oriental a casas mais modestas?

As influências são tão convincentes que não seria de todo incomum que os consumidores chamassem porcelana à faiança.

Não é possível estabelecer quando começaram os oleiros portugueses a pintar as suas cerâmicas com motivos chineses; no entanto, isso parece ter acontecido entre 1570 e 1580. Uma das mais importantes temáticas decorativas irá ser a divisão da aba dos pratos e das paredes das taças em cartelas, tal como acontecia na cerâmica Wan-li. Nas porcelanas do século XVI aquelas reservas seriam preenchidas com crisântemos, peónias e frutas como pêssegos e romãs. O mesmo vai acontecer na faiança portuguesa. Por volta de 1610 é introduzida uma das mais reconhecidas decorações. Os chamados aranhões tentavam reproduzir o que na porcelana chinesa eram folhas de artemísia, rolos de papel, pedras sonoras, cabaças e leques, entre outros motivos, sempre rodeados por linhas, terminando com pontos que sugeriram, na literatura portuguesa especializada, pernas de aracnídeos. Os oleiros portugueses alteraram o seu significado inicial e adaptaram este símbolo aos modelos europeus. Contudo, a influência chinesa não se restringe exclusivamente à aba. O interior do fundo dos pratos apresenta muitas vezes paisagens com montanhas, rochedos, lagos e cursos de

água, animais como gazelas, lebres, patos, insectos e pássaros, entre outros. Estes motivos eram rodeados por camélias, peónias, crisântemos, flores aquáticas, frutos, símbolos budistas e objectos preciosos. Não será preciso muito tempo para que elementos caracteristicamente europeus comecem a surgir ao lado de motivos orientais. O resultado será, por exemplo, figuras antropomórficas masculinas e femininas de traços europeus em ambientes orientais.

A faiança portuguesa começou como uma produção de luxo destinada exclusivamente às elites, pelo que se tornou comum que famílias importantes tivessem os seus brasões pintados em pratos, taças, garrafas e caixas, de alguma forma semelhante ao que tinha acontecido com a cerâmica italiana e espanhola. Isto ocorreu não apenas com famílias portuguesas e estrangeiras mas igualmente com cidades e ordens religiosas. Estes objectos seriam certamente um símbolo de status social, distinguindo-as das cerâmicas utilizadas por grupos menos favorecidos economicamente. Inicialmente esta cerâmica armoriada seria de uso exclusivo de grupos nobres ou clericais; contudo, na segunda metade do século XVII, não apenas em Portugal, mas igualmente em contextos ultramarinos, estas cerâmicas começam a ser registadas com enorme incidência, demonstrando que estes símbolos haveriam perdido o seu significado inicial. O mais frequente símbolo heráldico é o leão rampante, a representação de muitas famílias não apenas em Portugal, mas também no estrangeiro.

Evidências Arqueológicas

Oitenta e sete escavações ofereceram faiança portuguesa na Inglaterra e na Irlanda. A maior parte daqueles achados foi considerada no presente estudo, tendo sido a maioria presencialmente observados, desenhados e fotografados, exceptuando algumas das descobertas efectuadas em Galway, Dunboy Castle, Cork e Ballyack, guardadas no imenso acervo arqueológico nacional em Dublin, Colchester e Chester. O acesso aos materiais foi facilitado pelos museus e arqueólogos que guardam essas peças e que nos providenciaram igualmente acesso aos relatórios dessas escavações.

Nesta investigação, os arqueossítios foram metodologicamente divididos em domésticos, comerciais e industriais, de acordo com a sua natureza. Considerou-se um ambiente doméstico quando foram identificados vestígios de habitações, não apenas a estrutura, mas igualmente fossas sépticas e lixeiras.

Um sítio comercial foi reconhecido quando a faiança portuguesa entrou no registo arqueológico como alvo de uma transacção de carácter económico. Finalmente entende-se por contexto industrial todo aquele onde a cerâmica terá sido produzida.

Foram identificados 798 objectos em faiança portuguesa nas Ilhas Britânicas. A distribuição destas evidências artefactuais não é consistente, considerando que algumas cidades registam maior número de achados que outras. Curiosamente, apesar de Londres ter sido a cidade onde maior número de locais foram identificados com estes materiais, não foi certamente o núcleo urbano que ofereceu a maior quantidade de peças, sendo superada por Plymouth e por Carrickfergus. Esta cerâmica portuguesa foi sobretudo recuperada em cidades costeiras, historicamente ligadas ao comércio internacional, não apenas com o Sul da Europa, mas igualmente com o Novo Mundo e Extremo Oriente. Aqueles centros urbanos eram os mais importantes e populosos na Inglaterra e Irlanda durante o século XVII. A excepção consiste em dois locais em Devon, Great Torrington e Credinton, onde dois pratos e um pequeno pote foram recuperados.

Das 799 peças, 414 são pratos e 190 taças, correspondendo à totalidade das formas abertas e às formas mais recorrentes, não apenas nas Ilhas Britânicas mas em todos os locais onde a faiança portuguesa foi identificada, considerando que seriam os objectos que os oleiros portugueses mais executariam. Garrafas e jarros correspondem a 32 exemplares, seguidos de quatro potes, três mangas de farmácia e duas tampas. Duas marcas de jogo foram recuperadas na Irlanda, e um único exemplar de uma pia de água benta exumado em Plymouth. Os restantes 160 objectos são fragmentos muito pequenos e impossíveis de identificar.

As formas são muito semelhantes, desde os finais do século XVI aos inícios do século XVIII, confirmando que a tipologia morfológica não sofreu grandes alterações ao longo de mais de um século. As taças e os pratos sugerem modelos chineses, embora as garrafas reconheçam afinidades com produções europeias.

A maioria dos locais ofereceu objectos de excelente qualidade. Na verdade, muito deles oferecem atributos superiores aos objectos identificados em Portugal, pelo que se acredita tratar-se do que normalmente é identificado na documentação daquela época como cerâmica de *carregaçam*, ou seja, cerâmica destinada à exportação. São objectos que, uma vez entrando no sistema comercial europeu, teriam de competir com produções italianas, espanholas e holandesas. Este tipo de cerâmica de alta

qualidade não é assim tão frequente em contextos portugueses e apenas identificada em edifícios religiosos, nobiliárquicos ou em casas de mercadores, onde haveria poder de compra para as adquirir. São igualmente aquelas que melhor se conservaram em colecções privadas e museus nacionais e internacionais.

Londres foi a cidade onde um maior número de sítios ofereceu faiança portuguesa: 134 peças distribuídas por 27 arqueossítios. A maior parte destes locais ofereceu apenas um ou dois recipientes, apesar de outros, como Narrow Street ou Wood Wharf, terem oferecido números mais elevados (Casimiro, “Portuguese Faience in London”). Tal como em todos os outros locais, a maioria das evidências é pratos e taças, e a sua decoração é sobretudo influenciada por motivos orientais, com muitos aranhões e crisântemos, inseridos em cartelas.

A maior parte dos sítios londrinos com produções portuguesas é de ambientes domésticos. Durante o século XVII os lixos das casas eram depositados em fossas sépticas, abertas no chão, normalmente nas traseiras das casas. Neste sentido, os fragmentos de cerâmica portuguesa encontrados no interior daquelas estruturas seriam ali depositados quando partidos, juntamente com outros resíduos domésticos. A análise dos achados destes contextos revelou a importância da faiança portuguesa em Londres, nas habitações seiscentistas. Toda a cultura material ali identificada revela o potencial económico, social e cultural dos seus proprietários. Verificando o local onde estas casas se encontravam na malha urbana londrina, aqueles seriam os locais escolhidos sobretudo por mercadores e comerciantes para viver. O Booth’s Poverty Map, organizado em finais do século XIX, regista geograficamente os lugares onde as diferentes camadas sociais viviam nas cidades. Quase dois séculos depois, os locais onde a faiança portuguesa foi identificada encontram-se marcados a vermelho, correspondendo a uma *well-to-do middle class*, ou a amarelo, relacionado com a *wealthy upper-middle and upper classes*.

Observando as pastas, vidrados e decorações, é possível reconhecer que o mais importante centro produtor português a enviar cerâmica para Londres foi Lisboa, embora também tenham sido identificados achados de Vila Nova.

Apesar de os ambientes domésticos terem sido aqueles que mais artefactos ofereceram, estes foram igualmente identificados em outros tipos de sítios arqueológicos. Edifícios localizados em Queensborough House e Platform Wharf foram identificados como locais de produção industrial. No seu interior e proximidades, foram descobertos fornos e lixeiras de London Delftware, a cerâmica esmaltada produzida naquela localidade.

No primeiro dos locais exumou-se uma pequena taça com decoração vegetalista de inspiração oriental e, em Platform Wharf, dois grandes pratos (Stephenson).

A presença destes materiais em locais de produção pode ter diversas interpretações. Seria comum aos oleiros, não apenas em Portugal, mas em diversos centros de produção europeus, adquirir objectos fabricados noutras olarias nacionais ou estrangeiras, de diferentes tamanhos e feitios, utilizando-os como modelos para possíveis imitações. Os oleiros assegurariam assim que as suas produções seriam de alguma forma semelhantes a outras produções europeias, aumentando o seu negócio. Por outro lado, não devemos ignorar o facto de alguns estudos etnoarqueológicos e informações documentais terem demonstrado que quase todas as olarias europeias modernas possuíam a sua própria loja (em Portugal conhecida como 'tenda'), destinada a vender a produção. Poderiam aquelas vender, juntamente com os produtos ali manufacturados, importações europeias, complementando o negócio? Em Platform Wharf e Queensborough House, vidrados de sal alemães, majólica italiana e cerâmicas revestidas a vidro de estanho holandesas e espanholas foram recuperadas, a par das portuguesas, suportando esta teoria.

Os arqueossítios designados por comerciais são aqueles onde foi recuperada faiança portuguesa aquando da sua circulação enquanto objecto com um valor intrínseco, destinado a ser comercializado. Wood Wharf, Borthwick, Paynes Wharf e Jacob's Island estão incluídos nesta designação. Os dois primeiros locais foram interpretados como cais em madeira onde navios da Companhia das Índias Orientais aportariam regressados das suas viagens transcontinentais.

Plymouth é a cidade inglesa que ofereceu o maior número de objectos em faiança portuguesa. Apesar de os achados serem oriundos de nove sítios diferentes, a escavação efectuada em Castle Street, interpretada como a lixeira da cidade durante o século XVII, ofereceu quantidades significativas. As enormes quantidades de cerâmica, vidro e restos de alimentos sugerem efectivamente essa funcionalidade.

O interesse neste sítio não é apenas o elevado número de fragmentos, mas sobretudo o facto de a maior parte poder ser classificada como peças de uso quotidiano. Ao contrário do que ocorre em todos os outros locais nas Ilhas Britânicas, em Castle Street encontramos o que em Portugal seria utilizado nas mais variadas actividades domésticas.

Não é fácil interpretar por que são encontrados objectos de menor qualidade produtiva nesta cidade. No entanto, não se

pode ignorar a hipótese de aquelas peças terem sido utilizadas por uma comunidade de portugueses que ali viveriam. Esta teoria é suportada por diversas evidências. É bem conhecida a presença de mercadores portugueses a viver naquela cidade, especialmente judeus. Existe ainda uma artéria urbana denominada Madeira Road muito próximo daquele sítio. É possível que a comunidade portuguesa que viveria naquela cidade pudesse utilizar pratos, taças e garrafas adquiridos em Portugal. Corroborando esta teoria, surgem centenas de fragmentos de cerâmica comum produzida igualmente no nosso país. Tratar-se-ia sobretudo de peças importadas, como contentores de produtos, tais como marmelada, doces, tinta, mas igualmente como recipientes utilizados em actividades domésticas, como comer, beber e armazenar. Panelas, alguidares, pratos, púcaros, taças, jarros, garrafas e cantis estão entre as formas identificadas. Este tipo de objectos existiria certamente nas olarias locais, então porque adquiri-los em Portugal? A explicação mais plausível passa pelo facto de a nacionalidade dos utilizadores desta cerâmica ser portuguesa. A presença de uma pia de água benta parece reforçar ainda mais estas afirmações. Teria sido certamente utilizada no interior de uma casa cristã, muito possivelmente na casa de um qualquer estrangeiro que ali se teria estabelecido, atendendo a que os habitantes ingleses de Plymouth seriam certamente protestantes.

Os registos portuários portugueses revelam que diversos barcos, oriundos daquela cidade inglesa, se dirigiam ao Porto, Coimbra e Lisboa para adquirir produtos portugueses que levariam de volta para Inglaterra, bem como para outros destinos, tais como a Terra Nova e outras colónias inglesas. Apesar de nenhum destes documentos confirmar a entrada de cerâmica portuguesa em Plymouth, os seus mercadores, presença habitual por terras lusas, certamente que estariam conscientes da sua existência.

Nove distintas localidades revelaram a existência de faiança portuguesa em Devon. Tal como ocorreu em Londres, a maior parte dos sítios estava relacionada com ambientes domésticos em áreas onde viveriam sobretudo mercadores ligados ao trato internacional, ou pessoas ricas com outras actividades. Em Exeter, vinte diferentes arqueossítios revelaram a presença de cerâmica portuguesa, em nove casas onde se sabe ter habitado gente de grande capacidade económica. Cada um destes locais continha um, dois ou três fragmentos da cerâmica em apreço, pelo que o número de descobertas não é tão elevado como noutras cidades. Todos os objectos apresentam elevada qualidade com pastas muito homogêneas. A decoração é sobretudo

de influência oriental, com pratos e taças contendo aranhões e paisagens centrais com flores e pássaros. Dois pratos revelam as pequenas espirais de influência espanhola.

Devon é uma das partes de Inglaterra que no século XVII estabelece contactos com novos mercados espalhados pelo globo. Estas relações comerciais permitem a aquisição de enormes quantidades de novos produtos, como cerâmicas. Faianças portuguesas foram recuperadas em Exmouth, Bideford, Barnstaple, Great Torrington, Dartmouth, Credinton e Totnes.

A maior parte dos locais onde foi encontrada faiança portuguesa está relacionada com mercadores ricos ou casas nobres com poder comercial e mesmo político. Algumas vezes é mesmo possível identificar algumas das famílias que viveriam naqueles edifícios. Em Dartington Hall, um enorme fragmento de prato, decorado com pequenas espirais, fazia certamente parte do quotidiano da família Champernowne, os donos da propriedade desde o século XVI. O mesmo acontece no castelo Berry Pomeroy, cuja propriedade era detida pela família Seymour, parentes da terceira mulher de Henrique VIII.

Bristol foi uma das maiores cidades inglesas durante o século XVII, mantendo relações comerciais com diversos países europeus, mas igualmente com as colónias inglesas da América do Norte. A presença de diversos barcos oriundos daquela cidade é frequente nos registos portuários portugueses, levando de volta vários bens, como vinho, sal, fruta, açúcar e cerâmica.

O *Livro da Portagem do Cabido da Sé do Porto* registou, em 24 de Maio de 1668, o “Santa Ana”, mestre John Many, que levantou âncora em direcção a Bristol. No seu porão levava “*oito moyos de sal e vinte/ e cinco dúzias de louza e uma caixa de assucar Branco*” (ADP/CABIDO/ Lv.152/1668/fl.24v.), despachados por Thomas Mally, claramente um inglês, a viver no Porto. No ano seguinte chega a Bristol o navio “Isabella”, vindo de Lisboa com “*17 cashes o oyle at 7th 900 milvees and iiic plates*” no porão da carga (E190/1137/2/fl.12v.).

Apesar de evidências arqueológicas demonstrarem que Bristol estava a receber cerâmica de Lisboa e do Porto, apenas evidências das produções lisboetas têm sido descobertas. Uma escavação arqueológica em Saint Nicholas identificou uma casa, no interior da qual foi recuperada uma interessante colecção de peças portuguesas de meados do século XVII. Um dos achados é certamente uma das mais interessantes descobertas efectuadas, entre os mais de setecentos achados identificados em ambas as ilhas e a única peça de cerâmica portuguesa datada. Objectos datados não são muito frequentes em colecções arqueológicas, e é interessante verificar como a data de 1652

corresponde à cronologia do contexto arqueológico, confirmado através da descoberta de numismas e outras cerâmicas. Trata-se de uma garrafa que, para além da data, ainda apresenta um brasão. Outro fragmento, de jarro ou garrafa, apresenta outro brasão, embora o seu estado de fragmentação não permita identificá-lo.

A decoração heráldica presente nos dois artefactos é bem diferente dos brasões que normalmente identificam as famílias nobres portuguesas, mas algo semelhantes a outras, encontradas em objectos de faiança portuguesa, representando famílias ou cidades europeias. Não é possível saber a que famílias seriam aqueles destinados, mas esta é a prova de que Lisboa estava a produzir bens dirigidos a outros mercados. Tal constatação já havia sido feita através da análise de outros materiais identificados em museus europeus (Keil), embora objectos de tamanha delicadeza sejam raros em contextos arqueológicos.

Estas garrafas podem ter feito parte de alguma encomenda específica, celebrando possivelmente um ano especial na história de uma família, utilizando as suas representações heráldicas. Ou então teriam sido simplesmente produzidas sem destinatário final e enviadas para Inglaterra, podendo ser adquiridas por qualquer família com um brasão semelhante. Aquelas insígnias eram claramente um símbolo de distinção social da mais alta sociedade, e não cremos que os objectos fossem utilizados por todos, mas apenas por gente com capacidade económica para as adquirir.

Aberglasney Abbey, no País de Gales, tem a única evidência de azulejos recuperados nas Ilhas Britânicas. A propriedade foi ocupada pela família Rudd até 1710, gente de grande influência na corte, e um dos seus parentes um grande nome na classe clerical, o bispo Rudd. Diversas remodelações foram feitas durante o século XVII e até à data em que a família alienou a casa para pagar dívidas. O azulejo português faria parte de uma cercadura de painel com decoração vegetalista, algo muito comum em Portugal entre 1630 e 1650, correspondendo à classificação B62 de Santos Simões (Simões 186). Ao centro seria comum um padrão geométrico conhecido como tapete e que estaria entre as mais frequentes produções das olarias portuguesas até pelo menos 1670, quando o uso de azulejos policromos começa a desaparecer, dando lugar a paisagens azuis e brancas.

Apesar de apenas um azulejo ter sido identificado em Inglaterra, os registos alfandegários londrinos revelam que diversos navios portugueses saíram do nosso país com azulejos a bordo em direcção à capital inglesa durante a segunda metade do século XVII (Casimiro, *Portuguese Faience in England*

and Ireland). É possível que azulejos portugueses decorassem o interior de diversas casas, igrejas e jardins, não apenas em Londres, mas igualmente nas cidades em seu redor, ainda por descobrir. Um padrão de tapete revela que as olarias portuguesas não estariam a produzir motivos exclusivos para o mercado inglês, apesar de a ideia não ser de todo absurda. Se produziam garrafas e pratos com símbolos heráldicos de diversas famílias norte europeias, porque não painéis com desenhos a partir de encomendas?

A análise dos objectos recuperados na Irlanda tem de ser feita tendo em atenção os locais onde aqueles foram recuperados, normalmente no interior de casas onde habitariam ingleses, nobres ou mercadores. Aquelas pessoas, apesar de geograficamente distantes das suas casas, procuravam manter o estilo de vida inglês adquirindo bens específicos como comida, roupas, mobiliário e mesmo cerâmicas. As suas casas corresponderiam aos modelos das habitações inglesas não apenas na arquitectura, mas também na decoração. Esta é a razão por que cerâmicas portuguesas, espanholas, francesas, italianas, holandesas e inglesas são recuperadas em grandes quantidades. As descobertas efectuadas na Irlanda apresentam uma qualidade semelhante aos objectos identificados em Inglaterra. A sua localização é exclusiva de cidades portuárias. Até ao momento nada foi registado em sítios no interior.

Em Galway, objectos extraordinários foram recuperados, demonstrando não apenas elevada técnica de produção mas também com decoração muito elaborada. Um dos objectos mais emblemáticos é uma garrafa, muito semelhante em forma e decoração a certas garrafas actualmente em exposição no Museu de Hamburgo que, durante muitos anos, foram consideradas produções alemãs, devido à presença de muitos brasões de famílias alemãs. A garrafa em apreço demonstra qualidade muito elevada, destinada a ser enviada para algum país estrangeiro. No centro do corpo, onde normalmente se encontra a decoração heráldica, vislumbram-se vestígios de um dragão. A deste animal, um símbolo do imperador chinês, pode ter várias interpretações. Teria sido feita para ser usada e apreciada por alguma família abastada, mas que não possuísse brasão próprio, ou simplesmente para satisfazer o desejo de consumo de bens orientais através de cerâmica exótica? Esta garrafa estaria certamente em exibição em alguma casa muito rica, onde a sua forma fina, vidro brilhante e decoração artística atrairiam a atenção de todos.

Outro objecto muito interessante é o fundo de um prato decorado com as letras "...ANDA" o que se crê serem as últimas

letras do nome FERNANDA, um nome muito comum já naquela época. É impossível saber se este prato seria utilizado por alguém com este nome ou se terá sido adquirido apenas com base nas suas características estéticas. Contudo, e tendo em atenção a presença de diversos mercadores ibéricos que viveriam naquela cidade, não será difícil avançar com a primeira hipótese. Sempre se acreditou que estes nomes reproduzissem o nome de quem detinha e utilizava aquelas peças; no entanto, até recentemente não tinha sido possível confirmar esta observação. Em escavações arqueológicas desenvolvidas na última década em Ferryland (Terra Nova – Canadá) foram descobertos diversos pratos e taças com as letras S.K. A dúvida acerca do significado daqueles caracteres poderia ter persistido se não soubéssemos que uma das mulheres mais influentes a viver ali foi *Lady Sarah Kirke*. Pela primeira vez foi possível estabelecer uma relação directa entre um objecto de faiança portuguesa e o seu dono, fazendo-nos acreditar que a maior parte dos nomes reconhecidos em taças e pratos correspondem às pessoas que os utilizaram.

No entanto, existe uma possibilidade menos evidente de que aquelas letras possam corresponder às últimas quatro letras do nome IRLANDA. Esta interpretação não é tão comum, considerando que não se conhecem objectos com o nome de países ou cidades escritos na cerâmica. No entanto, esta possibilidade interpretativa não deve ser de todo descartada. O nome da ilha aparece na documentação portuguesa do século XVII como “Reino da Irlanda”. Os objectos encontrados em Galway, todos produzidos em Lisboa, são de excelente qualidade e usados pelas elites mercantis.

A colecção recuperada em Carrickfergus deve ser analisada com muita atenção. Primeiramente porque se trata de um contexto datado de finais do século XVI e inícios do século seguinte, mas também porque se trata de um dos sítios onde um maior número de objectos foi identificado. Estas evidências arqueológicas permitem tirar algumas conclusões acerca das primeiras exportações. Os recipientes recuperados em Carrickfergus oferecem uma excelente qualidade com vidrados brancos e aderentes e pastas claras. A cor azul é forte e consistente, sem qualquer evidência de amarelo ou manganês, característica dos primeiros tempos de produção. Todos os recipientes foram fabricados em Lisboa e, atendendo às suas semelhanças, possivelmente até na mesma oficina. Contudo, até mesmo em Lisboa não é sempre fácil a identificação de contextos tão recuados com cerâmica desta qualidade, visto que aqueles seriam sobretudo destinados a gente muito abastada ou para serem exportados. Coimbra e Vila Nova

começavam as suas produções neste momento e não se encontravam ainda capacitadas a produzir objectos desta qualidade.

A decoração apresenta motivos de inspiração oriental, tais como as paisagens centrais, pêssegos e a aba dividida em cartelas, com flores num estilo muito naturalista, característica das primeiras produções. A ausência de aranhões confirma que lidamos com um dos primeiros momentos produtivos, quando os rolos de papel e as folhas de artemísia, que a porcelana *kraak* generalizará na Europa, não são ainda uma moda que os oleiros portugueses queiram reproduzir. Esta colecção apresenta ainda diversas linhas cruzadas, ziguezagues e pequenas espirais de influência espanhola.

Importa igualmente destacar que a faiança portuguesa corresponde quase a 90% do total de cerâmica com vidrado estanífero ali recuperado, enquanto os restantes 10% correspondem a cerâmica inglesa. Esta predominância dos achados portugueses pode ainda ser considerada um indicador cronológico atendendo a que, em finais do século XVI, a produção inglesa se encontrava ainda a dar os seus primeiros passos. No entanto, é impossível saber porque alguém naquela cidade decidiu adquirir faiança portuguesa em vez de outras cerâmicas. Esta escolha pode estar relacionada com o gosto e com o facto de as pessoas que as adquiriram admirarem louça ao estilo oriental através de um mercador que comercializasse com Lisboa. Deve ser recordado que, na primeira metade do século XVII, Carrickfergus era ainda uma importante cidade comercial, responsável por parte significativa do comércio na Irlanda do Norte e Ulster. Apesar de uma colecção importante, o contexto onde aquelas peças foram exumadas é uma vala aberta durante a reconstrução de uma porção da muralha da cidade, por isso impossível de atribuir a uma utilização mais pessoal. Contudo, o facto de aquelas terem sido identificadas na proximidade umas das outras sugere que foram utilizadas no mesmo ambiente doméstico. Poderia ser esta a casa de um mercador ou uma caixa de louça vinda de Portugal que nunca chegou ao seu destino?

Para além de Carrickfergus, apenas Londonderry na Irlanda do Norte ofereceu objectos, no entanto, se a primeira localidade revelou ser um dos arqueossítios mais recuados daquela ilha, as cerâmicas recolhidas no segundo local são efectivamente um dos contextos mais recentes, datado entre 1670 e 1690 e correspondendo ao que geralmente se encontra em contextos dos finais do século XVII, aqui em Portugal. A decoração é sobretudo constituída por teoria de semicírculos concêntricos e motivos vegetalistas tais como fetos, a par de motivos de influência chinesa tais como aranhões e flores.

Faiança portuguesa foi igualmente encontrada em Dublin, Limerick, Cork, Waterford e Wexford, apesar de em quantidades mais reduzidas.

Conclusão

Cronologicamente os objectos em faiança portuguesa recuperados em Inglaterra e na Irlanda podem ser inseridos em contextos datados entre 1590 e 1720, diminuindo a sua presença a partir de 1660. Este corte na importação de cerâmica portuguesa por países estrangeiros parece ter sido um fenómeno generalizado desde finais do século XVII, o mesmo ocorrendo nos Países Baixos e na Alemanha. As razões para esta queda e desaparecimento de faiança portuguesa nos contextos estrangeiros estão ainda por ser explicadas, mas algumas razões internas e externas devem ser consideradas.

A maioria das cerâmicas portuguesas em Inglaterra foi reconhecida em cidades costeiras onde os seus habitantes estariam envolvidos em sistemas internacionais de comércio. Na verdade, estes bens foram identificados nos mais importantes centros urbanos ingleses e irlandeses durante o século XVII. Aqueles mantinham contactos regulares com a Península Ibérica, Ilhas Atlânticas, Nova Inglaterra e Índias Orientais. Dentro das cidades deve ser mencionado que os arqueossítios oferecendo cerâmica portuguesa estavam perto de mar ou de rios onde cais, armazéns e as casas de mercadores estavam localizadas. Observando o mapa da distribuição dos achados, observa-se ainda que eles estão sobretudo localizados no Sudoeste de Inglaterra e ao longo da costa irlandesa.

Os arqueossítios corresponderiam ainda a casas de famílias com elevado estatuto social. Um dos mais ricos grupos sociais em Inglaterra, durante o século XVII, foi certamente o dos mercadores, e a faiança portuguesa é achado recorrente nas suas casas. A sua função era essencialmente decorativa, atendendo a que a maioria não apresenta quaisquer marcas de uso. Estas seriam casas onde os habitantes teriam um acesso privilegiado a produções cerâmicas portuguesas, entre outros produtos, possivelmente adquiridos durante alguma viagem de negócios a Portugal. Os recipientes oferecem excepcionais características físicas e estéticas, o melhor que se produziria no país naquele momento. Um estudo realizado por Lorn Weatherill demonstra que a os mercadores da marinha mercante gastavam mais dinheiro em cerâmica, vidros e livros que a nobreza. Não se sabe o que motivava estas compras, mas esta pode ser uma das razões

porque as casas dos mercadores oferecem mais cerâmica que as habitações dos nobres. Mesmo na Irlanda as evidências de cerâmica foram recuperadas nas casas de comerciantes ingleses.

A ausência de contextos irlandeses tradicionais revela que os ingleses ali instalados utilizariam certamente a cerâmica europeia, portuguesa incluída, numa tentativa de reproduzir padrões sociais e culturais mantidos por membros de uma sociedade semelhante em Inglaterra. Até mesmo longe dos centros políticos e culturais, os ingleses que viviam na Irlanda tentavam manter o seu estilo de vida.

Na verdade, desconhece-se por completo como adquiriam estas pessoas aqueles objectos tanto na Inglaterra como na Irlanda. Os documentos revelam quantidades consideráveis de cerâmica portuguesa nos portos ingleses. Contudo, desconhece-se se chegariam a casa das pessoas através de alguma encomenda especial ou se seriam simplesmente vendidas em lojas e olarias. Atendendo à recuperação de alguns exemplos dentro de armazéns que sabemos guardarem bens provindos de outros países, é possível que a faiança portuguesa fosse vendida em lojas. No quadro de Samuel Scott, representando Covent Garden, no século XVIII, surge uma bancada de madeira onde estão expostos diversos objectos de cerâmica vidrada branca decorada a azul. Ainda que os recipientes ali figurados apresentem as características das produções londrinas daquele período, nada nos indica que as cerâmicas importadas não fossem vendidas da mesma maneira. A faiança portuguesa estava presente nos itinerários comerciais, em navios e armazéns, apesar de não ser possível determinar o preço.

Os documentos revelaram-se muito úteis. Foi possível estabelecer que o mercado Inglês adquiriu grande quantidade de cerâmica portuguesa, não apenas faianças, mas azulejos e também cerâmica comum. Aquelas alcançaram as ilhas sobretudo em barcos ingleses, com muito poucos mercadores portugueses envolvidos. Alguns deles, apesar de possuírem claramente nomes de famílias de judeus portugueses, poderiam já não o ser.

Considerando que a maioria dos objectos seria utilizada na decoração das habitações, dentro de armários ou sobre as mesas e prateleiras, a decoração seria um dos mais importantes aspectos. A ornamentação mais recorrente passa pelos aranhões e crisântemos, de inspiração chinesa, inseridos dentro de abas divididas em cartelas, com exemplos interessantes em Londres, Faversham, Poole e Exeter. Existem igualmente decorações vegetalistas como fetos, grandes folhas e pétalas, decorações desenvolvidas em exclusivo para a faiança portuguesa.

Rendas e pequenas espirais, seguindo modelos europeus, são igualmente uma presença frequente. A sua decoração azul e branca tornava-as parte de um enorme e variado grupo de cerâmicas produzidas em muitos países europeus, bem como na China, onde estas cores sobressaíam.

O século XVII marca um momento na sociedade inglesa, bem como no resto da Europa, quando se desenvolve um gosto por objectos excêntricos e exóticos. Apesar de a cerâmica ser a sobrevivência mais numerosa nos contextos arqueológicos, a sua presença seria complementada com mobiliário, têxteis, marfins, cheiros e comida.

Uma das mais frequentes importações cerâmicas nos contextos pós-medievais ingleses é certamente a porcelana chinesa. Devido à sua delicadeza e beleza, era requisitada frequentemente em muitas casas. As restantes cerâmicas ali encontradas parecem funcionar como um complemento às produções orientais, preenchendo a exigência por bens exóticos, satisfazendo o gosto pela *chinoiserie*. Contrariando o que alguns autores defendem, o objectivo da faiança portuguesa não era substituir o consumo de porcelana chinesa. É impossível comparar ambas as produções. No entanto, os oleiros portugueses compreenderam que, embora a porcelana chinesa fosse frequente em Portugal e na Europa, não existia em quantidade suficiente para colmatar as exigências do mercado, especialmente no que diz respeito a gente menos abastada.

No entanto, e considerando as elevadas qualidades dos achados efectuados nas Ilhas Britânicas, a faiança portuguesa não estaria a chegar àquele destino a preços muito reduzidos, especialmente até 1635, momento em que a produção se intensifica e o consumo aumenta. Os objectos encontrados em Inglaterra e na Irlanda oferecem uma qualidade não comparável às das outras produções europeias desta altura. De facto, exceptuando as produções italianas, seria muito difícil encontrar objectos desta qualidade na Europa em data anterior a 1640. Existiriam peças de elevado valor. Como defende Isabel Maria Fernandes, “a faiança portuguesa, tal como outro mobiliário, joalharia, roupas e outros bens era a imagem de marca dos seus detentores” (Fernandes 13).

As peças decoradas a violeta de manganês são em número muito reduzido, com apenas alguns exemplares em Londres, Plymouth e Londonderry. Esta ausência está relacionada com o momento da sua importação. O contorno a violeta começa timidamente a aparecer nos anos 50 do século XVII, afirmando-se a partir de 1660, momento a partir do qual a exportação de faiança diminui. Por outro lado, aquela cor não seria tão apreciada

como o azul e não corresponderia ao que seria exigido pela sociedade inglesa da altura.

Apesar de todos os arqueossítios serem únicos e necessitarem de interpretações isoladas sobre a presença de cerâmica portuguesa, algumas conclusões gerais podem ser retiradas. Todos eles apresentam uma rica cultura material, bom indicador da riqueza dos seus proprietários. Na verdade, nos poucos casos em que foi possível reconhecer a identidade do proprietário do espaço escavado, aquelas são sempre famílias nobres tais como os casos do Castelo Pomeroy ou do castelo de Dublin, cujos habitantes tinham relações muito estreitas com a coroa e o monarca. Neste sentido, parece que a faiança portuguesa partilhava o estatuto de elemento decorativo juntamente com outras cerâmicas europeias e outros produtos, confirmando o estatuto social de quem a possuía. Seria claramente um símbolo de prestígio que favoreceria a manutenção dos espaços culturais/domésticos europeus.

É problemática a avaliação da importância da faiança portuguesa nos contextos ingleses e irlandeses. A cultura material identificada nestes países é tão vasta e diversificada que a faiança portuguesa não ocupou certamente um lugar de destaque e seria certamente mais um item de prestígio. No entanto, é bem possível que quem a detivesse soubesse o seu local de origem e a designasse por *portugall white ware*, tal como aparece nos livros alfandegários do porto de Londres.

A possibilidade de a faiança ter sido utilizada por oleiros londrinos como modelo de inspiração para as suas produções assenta no facto de alguns artefactos portugueses terem sido recuperados em zona de produção de cerâmica, em Londres. Se esta afirmação estiver correcta, apesar de a faiança não ser um achado comum nas casas londrinas, influenciou muita da decoração das cerâmicas ali encontradas.

Estes seriam objectos de prestígio e seriam possivelmente guardados pelo menos durante uma geração. Não é inédito o aparecimento de objectos que sabemos terem sido produzidos na primeira metade do século XVII em contextos da segunda metade, revelando a sua preservação.

É inegável que judeus ingleses de ascendência portuguesa estavam envolvidos no comércio de cerâmica, sendo até possível que fossem grandes consumidores. Os bairros judeus portugueses em Londres estão ainda por descobrir e escavar, mas no único arqueossítio seguramente judeu, em Mitre Street, um prato português foi descoberto no mesmo contexto.

Os achados portugueses identificados nas Ilhas Britânicas demonstram cerâmicas produzidas nos três centros produtores.

Isto significa que todos eles e não apenas Lisboa, produziam cerâmicas de melhor qualidade, destinadas ao mercado europeu, revelando a mestria e especialização dos oleiros portugueses. Até mesmo as produções de Coimbra e Vila Nova descobertas na Inglaterra oferecem uma melhor qualidade que aquelas descobertas em Portugal, exceptuando palácios e conventos.

Lisboa foi efectivamente o maior centro de produção e exportação. Esta conclusão foi tomada com base nos elevados montantes de cerâmica descoberta nas Ilhas Britânicas, mas igualmente nas evidências documentais encontradas nos livros alfandegários ingleses que manifestam Lisboa como um dos principais centros produtores, seguido por Vila Nova e Coimbra.

O estudo de faiança portuguesa nas Ilhas Britânicas revelou que, muito embora a faiança portuguesa fosse uma exportação comum, presença constante em navios, este bem não seria exportado em quantidades imensas. De facto, cruzando informações provenientes tanto de contextos arqueológicos, como documentais é possível afirmar que seria um bem menos frequente que a cerâmica italiana, holandesa ou chinesa. Seria provavelmente consumida com conhecimento directo do que estaria a ser produzido no nosso país possivelmente através de viagens ou indirectamente através de familiares ou outras relações sociais. Essa seria a razão por que só as encontramos em localidades costeiras

A faiança portuguesa complementaria o comércio regular de outros produtos que diariamente saíam dos portos portugueses em direcção às Ilhas Britânicas, tais como vinho, aguardente, açúcar, azeite, fruta, cortiça, entre muitas outras coisas. No entanto, esse complemento económico não seria exclusivo das produções portuguesas. Em Exeter, John Allan não identificou nenhum tipo de cerâmica que por si só enchesse um navio. Muito pelo contrário, todos os tipos de cerâmica, mesmo os vidrados de sal, a importação mais frequente, apenas ocupariam uma pequena parte do porão do navio, raramente identificando navios que transportassem mais do que cem recipientes (Allan).

Tal como foi mencionado, Portugal enviou cerâmica para as Ilhas Britânicas desde finais do século XVI até inícios do século XVIII. Contudo o volume de importações diminuiu intensamente a partir de 1660 e quase que terminou por volta de 1680. Não é fácil compreender as razões que levaram a este fenómeno, mas motivos internos e externos podem estar na sua origem.

As leis proteccionistas conhecidas como *Navigation Acts* foram promulgadas em 1651 e 1673 para tentar promover a produção inglesa, reduzindo o número de importações e aumentando as exportações. Por outro lado, desde meados do século

XVII, a produção de cerâmica inglesa e holandesa conheceu grande incremento.

No entanto, é possível que a maior quebra na exportação de cerâmica portuguesa tenha ocorrido devido a alterações nas exigências estéticas do consumo mundial de louça, traduzindo-se em alterações no gosto das sociedades europeias. Quando o comércio com a China foi recuperado os inícios do século XVIII, a tradicional porcelana azul e branca, apesar de ainda utilizada, começou a ser substituída por produções mais coloridas. As oficinas portuguesas não foram capazes de imitar estas novas produções, tal como tinham feito com as mais recuadas, e continuaram a produzir peças azuis, brancas e violeta. Os únicos mercados seriam Portugal e as colónias.

A produção de faiança portuguesa demonstra, a partir de 1660, um declínio na qualidade das produções, não apenas daquelas que seriam produzidos para serem enviados para fora do país, mas igualmente para o consumo interno. Teria isto acontecido se os motivos do declínio da produção fossem apenas causas externas? Alguns autores acreditam que o fim da ocupação espanhola em 1640 pode ter cortado o acesso a alguns mercados e consumidores. No entanto, o fim do comércio com territórios sob o domínio espanhol foi substituído pela abertura de outros mercados tal como a Europa do Norte, pelo que não parece, *per se*, a única explicação.

Por outro lado, a sociedade europeia enfrenta ainda as consequências da Reforma religiosa, adoptando um estilo de vida com menos ostentação. A cerâmica começa a tornar-se mais simples, quase que novamente branca, com poucos elementos decorativos, o que pode indicar que conventos e mosteiros, reservatórios da vida religiosa, poderiam ditar o gosto e a moda, completamente diferente da demanda que, apenas algumas décadas anteriores, seria feita por elites religiosas e nobiliárquicas.

Apesar de todos os argumentos apresentados, é possível ir além das informações oferecidas pela arqueologia e pela documentação, e a faiança portuguesas nas Ilhas Britânicas era apenas mais um complemento do mercantilismo português. Inglaterra e Irlanda seriam importantes mercados para as olarias portuguesas, especialmente aquelas que produzam para o comércio externo. No entanto, os montantes descobertos em ambos países, até ao momento, esclarecem que o comércio de louça azul e branca em direcção às Ilhas Britânicas não seria fundamental à sobrevivência das olarias portuguesas. Existiriam outros mercados importantes como Portugal e as colónias europeias, onde milhares de artefactos já foram identificados. Nas colónias inglesas na América do Norte a faiança portuguesa era

um bem que estava presente quotidianamente na vida dos seus habitantes, valioso dentro das casas a ponto de constar nos *Probate Inventories* como *Lisbon ware* (Wilcoxon).

O estudo da faiança portuguesa nas Ilhas Britânicas é como diz Orser: “Part of the goal of modern-world archaeology which is to provide localized (micro) historical and cultural information about the process of globalization (macro), illustrating and interpreting its material dimensions” (Orser 283). É inegável que a faiança está a ser identificada um pouco por todo o mundo em locais onde os portugueses viajaram ou foi levada por mercadores de outras nacionalidades.

Agradecimentos

A Maria Leonor Machado de Sousa, do Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, por me convidar a escrever este artigo.



Fig. 1 – Places where Portuguese Faience was identified in England and Ireland

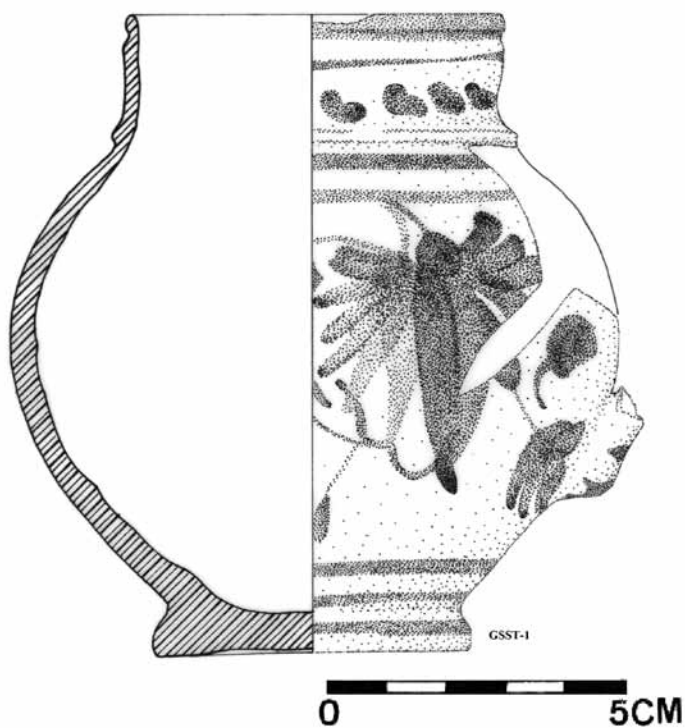


Fig. 2 – Portuguese Faience pot found in Exeter



Fig. 3 – Portuguese Faience bowl found in Exeter

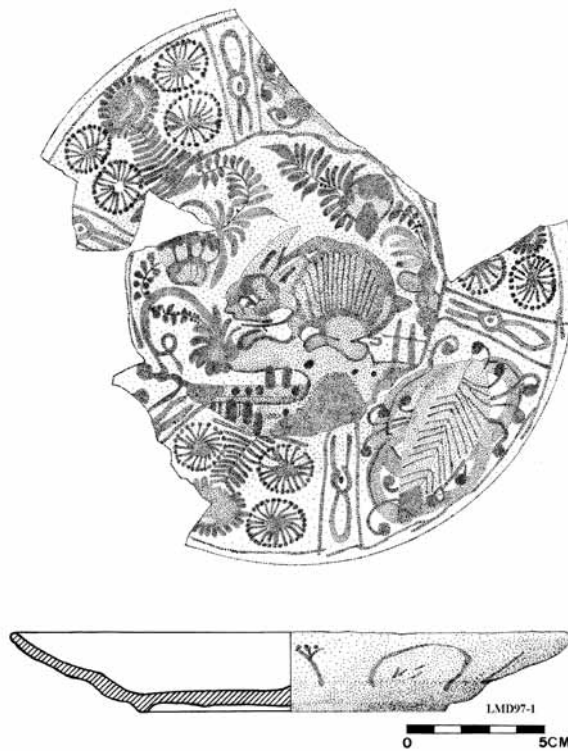


Fig. 4 – Portuguese Faience plate found in London

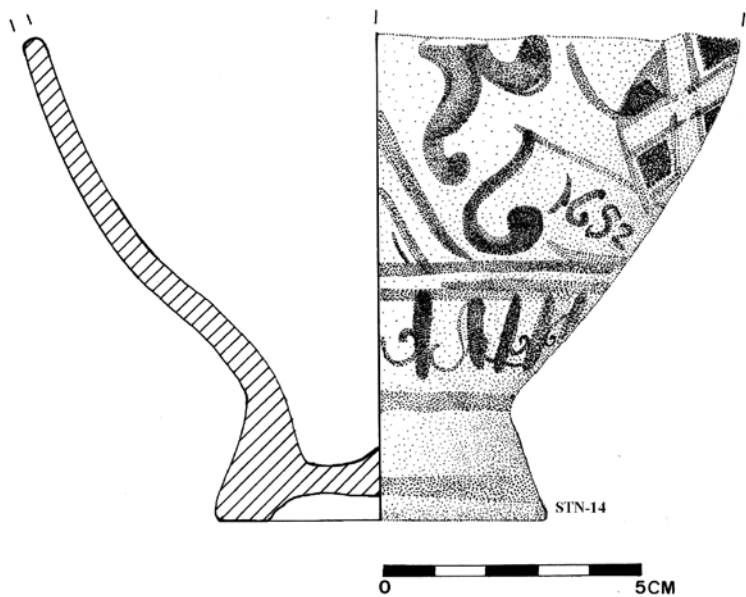


Fig. 5 – Portuguese Faience bottle found in Bristol

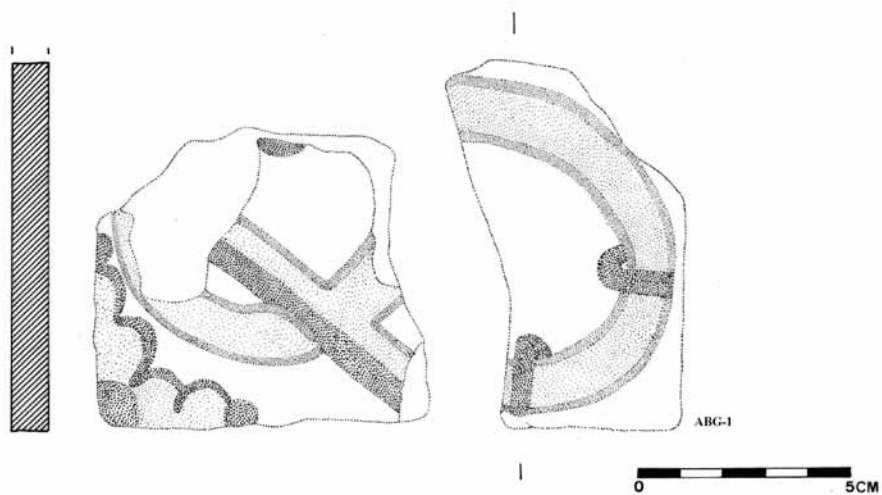


Fig. 6 – Portuguese tile found in Wales

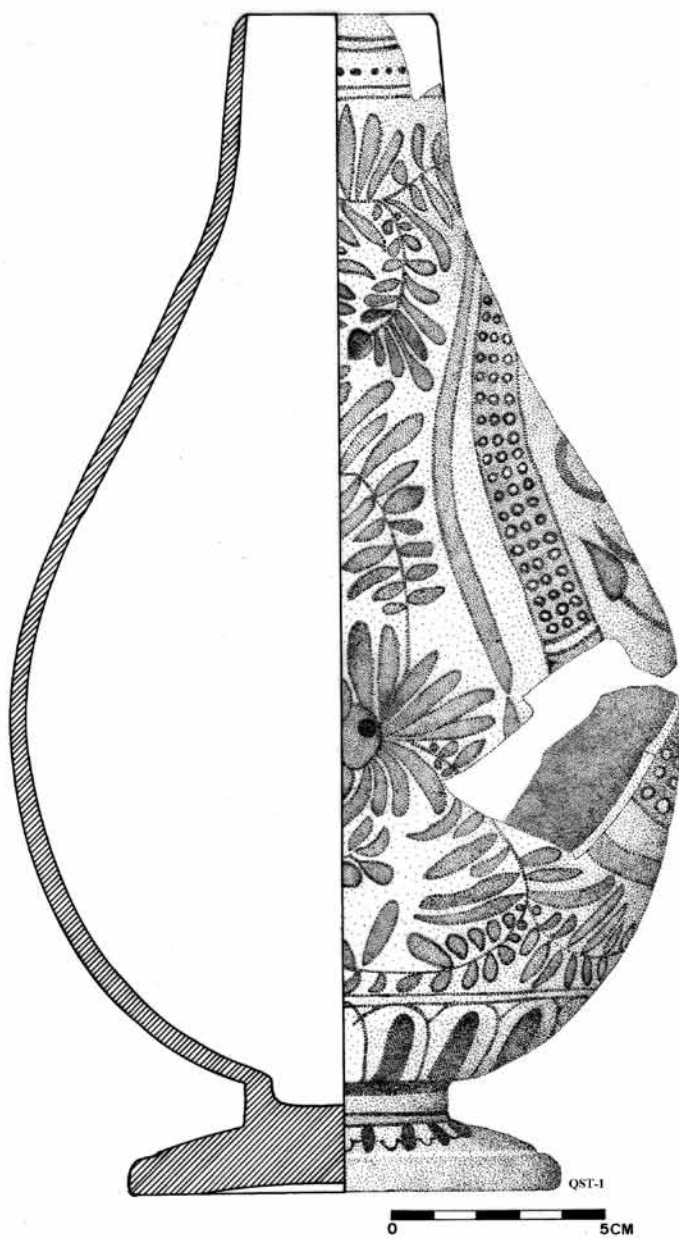


Fig. 7 – Portuguese Faience bottle found in Galway

OBRAS CITADAS

- Allan, J. *Medieval and Post Medieval Finds from Exeter, 1971-1980*. Exeter: Exeter City Council, 1984.
- Almeida, M., M. Neves e S. Cavaco. "Uma Oficina de Produção de Faiança em Gaia nos Séculos XVII e XVIII". *Itinerário da Faiança de Porto e de Gaia*. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis, 2001. 144-145.
- Carvalho, J. *A Cerâmica Coimbra no Século XVI*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.
- Casimiro, T. M. "Portuguese Faience in London". *London Archaeologist* 11 (5) (2006): 115-121.
- . *Portuguese Faience in England and Ireland*. Oxford: Archaeopress, 2011.
- . "Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa". *Arqueólogo Português*, vol.1, 5ª série (2011): 689-726.
- Fernandes, I. "O comer e o beber em louça de barro (do uso das peças: diversa utilização da loiça de barro)". *Actas do IV Congresso de Olaria Tradicional de Matosinhos – olaria e gastronomia*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, 1999. 12-29.
- Gomes, M. V., Gomes, R. V. "Escavações arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa. Resultados preliminares". *Olisipo*, nº 27, II série (2007): 75-92.
- Keil, L. "A faiança de Hamburgo e as suas analogias com a cerâmica portuguesa." *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes* (1938).
- Orser, C. "The Archaeologies of Recent History: Historical, Post Medieval and Modern World." *A Companion to Archaeology*. London: Blackwell Publishing, 2006. 272-290.
- Sabrosa, A. "As Faianças da Casa Côrte-Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa." *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 2008. 109-142.
- Sebastian, L. "A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)." Diss. Dout. Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- Simões, J. S. *Azulejaria em Portugal no século XVII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- Stephenson, R. "Platform Wharf Imported Pottery: potters' inspiration or stock-in-trade?". *Medieval Ceramics* 23 (1999): 152-153.
- Vasconcelos, J. *Cerâmica Portuguesa: série III*. Porto: Typographia Elzeviriana, 1884.
- Weatherill, L. *Consumer Behavior and Material Culture in Britain, 1660-1760*, London: Routledge, 1983.

Wilcoxon, C. "Seventeenth-century Portuguese Faiança and its Presence in Colonial America". *Northeast Historical Archaeology* 28 (1999): 1-20.

**«LISBON DECLARED FOR DOÑA MARIA»:
CONVIDADOS E HABITUÉS PORTUGUESES DA HOLLAND
HOUSE NOS ANOS DE 1802-1838***

José Baptista de Sousa
CETAPS

*It is the house of all Europe; the world will
suffer by the loss; and it may with truth be said that
it will eclipse the gaiety of nations.*
(Greville 2:332)

O espólio da família Fox-Strangways, preservado no Departamento de Manuscritos da British Library sob a designação de 'Holland House Papers', foi adquirido pelo Museu Britânico em Novembro de 1960 aos testamentários de Giles Stephen, Conde de Ilchester (v. *infra*), que estipulou que o acervo fosse disponibilizado para consulta de estudantes e investigadores académicos após a sua morte. A entrega formal do espólio ao Museu Britânico, que teve lugar ainda nesse ano, foi efectuada pelo filho, Edward Henry,¹ Conde de Ilchester (Gorton 71; Keppel xii). Já em finais da década de noventa do século passado, o acervo foi transferido para as actuais instalações da British Library em St. Pancras, o maior edifício público construído no século XX no Reino Unido, cujo projecto foi aprovado durante a administração da Baronesa Margaret Thatcher.

Integrados neste espólio com as cotas MSS Add. 51950-57, os *Dinner Books* ('Livros de Jantares'), conjunto de oito

* Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ Edward Henry Charles James Fox-Strangways (1905-1964), 7.º Conde de Ilchester.

cadernos manuscritos redigidos por Lady Holland entre 1799 e 1845, contêm o registo diário e exaustivo dos convidados que jantaram ou pernoveram na Holland House, incluindo diversos portugueses, cujos nomes se divulga em lista anexa. Fonte de inestimável valor histórico e biográfico, este acervo permite relacionar e contextualizar factos e personalidades da primeira metade do século XIX. A título de exemplo, citarei o jantar que teve lugar na Holland House em 1 de Março de 1835, em que estiveram presentes, entre outros convivas, Juan Mendizábal,² capitalista espanhol e um dos financiadores da expedição liberal de 1832, o diplomata português Cristóvão de Moraes Sarmento e Lord John Russell,³ que à época da expedição exercia o lugar de Tesoureiro das Forças Armadas (*Paymaster of the Forces*) e que estava agora prestes a assumir a pasta da Administração Interna (*Home Secretary*). Este episódio revela bem a importância que a Holland House teve na angariação de fundos para a causa liberal portuguesa.

Trata-se, portanto, de um acervo de grande interesse para o estudo das relações políticas, diplomáticas e culturais entre Portugal e a Inglaterra, cuja divulgação, ainda que parcial, será certamente útil aos investigadores. Antes, porém, de avançar com a relação dos portugueses que visitaram ou frequentaram a mansão entre 1802 e 1838, parece-me indispensável fazê-la preceder de breve resenha biográfica sobre a Holland House, seus proprietários e residentes, não apenas para efeitos de enquadramento histórico, mas por se tratar de uma temática mal conhecida da historiografia portuguesa.



A Holland House – ou o que sobrou da secular mansão estilo jacobino⁴ após os bombardeamentos da *Luftwaffe* que a deixaram praticamente reduzida a escombros na madrugada de 28 de Setembro de 1940 –, ergue-se, ainda majestosa, no elegante

² Juan Álvarez Mendizábal (1790-1835), político e negociante espanhol, filho de Rafael Álvarez Montañés, e de sua mulher, Margarita Méndez, apoiou financeiramente a expedição de D. Pedro IV a Portugal em 1832.

³ John Russell (1792-1878), político, deputado e estadista inglês, duas vezes Primeiro-ministro da Rainha Vitória (1846-52, 1865-66), filho de John Russell (1766-1839), 6.º do Duque de Bedford, e de sua primeira mulher, Georgiana Byng, filha de George Byng, 4.º Visconde Torrington. Russell acompanhou os Holland à Península em 1808-1809 a pedido do pai, a fim de completar a sua educação.

⁴ Estilo arquitectónico correspondente à segunda fase do Renascimento inglês, em que os elementos clássicos e contemporâneos se conjugam harmoniosamente, perdurou desde o reinado de Jaime I (ou *Jacob*) até à República de Cromwell.

bairro londrino de Holland Park, Royal Borough of Kensington and Chelsea. Traço do célebre arquitecto inglês John Thorpe,⁵ a quem se atribui o bloco central e os torreões, a Holland House foi mandada edificar cerca de 1605 por *Sir Walter Cope*,⁶ numa parcela do antigo senhorio de Kensington. As arcadas e prolongamentos laterais, formando como que dois braços abertos em sinal de boas-vindas, obra de John Thorne filho, foram acrescentados entre 1621 e 1640 pelo genro de Cope, *Sir Henry Rich*, primeiro Conde de Holland (Ilchester, *The Home of the Hollands* 7; Keppel 79; Hudson 3).

Com mais de quatro séculos de história – que amiúde se confunde com a da Grã-Bretanha e da própria Europa –, a Holland House foi residência de homens e mulheres notáveis, como Oliver Cromwell, Joseph Addison, Charles James Fox, Henry Richard Fox e Elizabeth Vassall. Por aí passaram, em visita, diversos monarcas de Inglaterra e algumas das mais prestigiadas figuras do mundo moderno e contemporâneo, ingleses e estrangeiros, entre os quais alguns portugueses. Círculo de convívio social, cultural e político já desde o reinado de Jaime I, a Holland House foi frequentada pelas mais altas individualidades da época, incluindo a própria família real inglesa. Em Novembro de 1612, escreveu John Chamberlain, poucos dias após a morte prematura do Príncipe de Gales, Jaime I passou duas noites em Kensington para se recompor da perda sofrida. Acabou, contudo, por abreviar a sua estada, pois era tanto '[...] o vento que soprava através das paredes, que não conseguia manter-se quente na sua cama.' (qtd in Nichols, 2:489).⁷ Entre os convidados de *Sir Walter* e *Lady Dorothy Cope*, contavam-se, ainda, *Lady* e *Lord Fanshawe*,⁸ pais de *Sir Richard Fanshawe*, Embaixador de Carlos II para Portugal e autor da primeira tradução inglesa de *Os Lusíadas*.⁹

⁵ John Thorpe (c.1565-1655), arquitecto britânico, natural de Longleat, Wiltshire.

⁶ *Sir Walter Cope* (†1614), cuja data e local de nascimento se desconhece, mas que se supõe originário de Hanwell, próximo de Banbury, Oxfordshire, filho de Edward Cope (1517-1557) e de sua mulher, Elizabeth Mohun. A sua rápida ascensão na corte de Jaime I, em que exerceu lugares da mais alta responsabilidade, parece ter-se ficado a dever à sua amizade com Robert Cecil (1563-1612), 1.º Conde de Salisbury, que gozava de grande influência junto do monarca.

⁷ Ver também Ilchester, *The Home of the Hollands* 8-9.

⁸ Numa carta datada de 7 de Julho de 1608, Chamberlain informou: '[...] Went with Lady Fanshaw and other company to visit Cope Castle, Kensington. *Sir Walter Cope* grows more and more into the great Lord.' ('John Chamberlain to Dud. Carleton.' *Calendar of state papers, domestic series, of the reign of James I: 1623-1625* [8]. XXXV: 446).

⁹ *Sir Richard Fanshawe* (1608-1666), 1.º Baronete Fanshawe, diplomata inglês, filho de *Sir Henry Fanshawe* (1569-1616) e de Elizabeth Smythe (1577?-1631). Foi au-

Bassompierre,¹⁰ que passou pela Inglaterra no Outono de 1626 na qualidade de embaixador de Luís XIII de França, deixou nas suas memórias inúmeras referências a Henry Rich e à sua mansão de Kensington, que visitou pelo menos duas vezes (Bassompierre 3: 265-80). Alguns anos mais tarde, Carlos I e a Rainha Henriqueta Maria, acompanhados do poeta francês Saint-Amant,¹¹ jantaram na Holland House em Agosto de 1831 (Roberts 45-46).

A Holland House permaneceu na posse da família Rich até 1768, data em que foi adquirida por Henry Fox,¹² primeiro Barão de Holland. Foi durante a sua administração, que a mansão conheceu um dos períodos mais exuberantes da sua história. Seguindo as pisadas do pai, Sir Stephen Fox, homem de origem humilde que ascendera na corte de Carlos II, o primeiro Barão de Holland, que Macaulay descreveu como '[...] um aventureiro político carenciado' (Macaulay 562), tornara-se num dos homens mais influentes e poderosos do século XVIII inglês. Mas Henry Fox suplantou o próprio pai ao nobilitar-se em 1763, honra que se deveu ao seu matrimónio, em 1744, com *Lady Georgiana Lennox*, filha do segundo Duque de Richmond e descendente de Carlos II.

Fox faleceu na Holland House em 1 de Julho de 1774, tendo sido sucedido no título e propriedades pelo filho primogénito, Stephen,¹³ que veio a falecer poucos meses mais tarde. Stephen Fox, cuja breve existência foi praticamente olvidada pelos biógrafos da família e de quem pouco ou nada se escreveu, deixou poucas marcas pessoais na Holland House. Após a morte deste, *Lady Mary Fitzpatrick*, a viúva, retirou-se com os dois

tor da primeira tradução inglesa d'*Os Lusíadas*, que deu ao prelo em 1655 sob o título *The Lusiad, or, Portugals historicall poem written in the Portingall language by Luis de Camoens; and now newly put into English by Richard Fanshaw Esq.* M.DC.LV.

¹⁰ François de Bassompierre (1579-1646), cortesão e diplomata francês, foi um dos favoritos de Henrique IV de França.

¹¹ Marc-Antoine Girard (1594-1661), Senhor de Saint-Amant, poeta francês natural de Rouen.

¹² Henry Fox (1705-1774), 1.º Barão Holland de Foxley, Wiltshire, estadista e deputado inglês, era o mais novo dos filhos de Sir Stephen Fox (1627-1716) e de sua segunda mulher, Christiana Hope (1677-1719). Casou secretamente em 3 de Maio de 1744 com Georgiana Caroline Lennox (1723-1774), filha mais velha de Charles Lennox (1701-1750), 2.º Duque de Richmond, e de sua mulher, *Lady Sarah Cadogan* (1706-1751).

¹³ Stephen Fox (1744/5-1774), 2.º Barão Holland de Holland (Lincoln), pela parte da mãe, e Holland de Foxley por via paterna, casou em 1766 com *Lady Mary Fitzpatrick* (c.1750-1778), filha de John Fitzpatrick (1719-1758), 1.º Conde de Upper Ossory, e de sua mulher, Evelyn Leveson-Gower.

filhos menores, Caroline¹⁴ e Henry Richard,¹⁵ para uma casa de campo em em Amptill Park, no condado de Bedford. Em Julho de 1777, mudou-se para Old Windsor, onde veio a falecer em 6 de Outubro de 1778. A mansão permaneceu alugada até 1797, data em que Henry Richard, terceiro Barão de Holland, e sua mulher, *Lady Elizabeth Vassall*,¹⁶ passaram a residir em Kensington.

Mérito de Elizabeth Vassall, que se aperfeiçoou na arte de bem receber e que só em *Madame* de Stäel encontrou rival, a Holland House inaugurou o mais brilhante ciclo da sua história, celebrizando-se pelas tertúlias e banquetes magníficos que aí se realizavam e que Byron satirizou em *English Bards*, como um lugar onde 'os escoceses comem e os Críticos se divertem!' (Byron 43:\$520). Reabrindo as suas portas e salões à sociedade europeia, *Lady* e *Lord Holland* não só devolveram à mansão o brilho que tivera no passado, restituindo-lhe o estatuto de círculo de convívio social, político e cultural de que gozara nos reinados de Jaime I e Carlos I, mas conferiram-lhe uma dimensão cosmopolita e projecção internacional sem paralelo. A lista de notáveis ingleses e estrangeiros que frequentaram a Holland House entre finais do século XVIII e meados do século XIX é de tal modo extenso que seria fastidioso enumerá-los a todos. O Príncipe de Gales e futuro Jorge IV, Guilherme IV, os estadistas Wellington, Canning, Palmerston, Grey e John Russell, os poetas George Byron e Robert Southey, os romancistas Walter Scott, Caroline Norton e Charles Dickens são apenas alguns nomes ilustres que frequentaram o círculo de *Lady* e *Lord Holland*. Por aí passaram, igualmente, diversos diplomatas e exilados políticos estrangeiros, entre os quais alguns portugueses, nomeadamente o Morgado de Mateus e sua mulher, *Madame* de Sousa, os Duques de Palmela e do Funchal e, possivelmente, Almeida Garrett (Sousa, *Três diários de viagem em Portugal em 1808-1809* 71; Sousa, *Almeida Garrett* 124).

Após a morte de Henry Richard, em 22 de Outubro de 1840, *Lady Holland* não voltou a residir na mansão, à excepção de uma breve temporada que aí passou na Primavera e Verão de

¹⁴ *Lady* Caroline Fox (1767-1845), filha de Stephen Fox (1745-1774), 2.º Barão Holland, e de sua mulher, *Lady Mary Fitzpatrick* (1746/7-1778).

¹⁵ Henry Richard Fox (1773-1840), 3.º Barão de Holland, filho varão de Stephen Fox (1745-1774), 2.º Barão Holland, e de sua mulher, Mary Fitzpatrick (1746/7-1778), político, estadista, escritor erudito e hispanófilo, casou em 1797 com Elizabeth Vassall.

¹⁶ Elizabeth Vassall (1771-1845), 3.ª Baronesa de Holland, vulgarmente conhecida por *Lady Holland*, filha de Richard Vassall, proprietário de rentáveis fazendas de açúcar na Jamaica, e Mary Clarke (1747-1835), posteriormente *Lady Affleck*.

1842 (Keppel 365).¹⁷ Como a própria confessou com amargura, a morte do marido assinalou o fim de uma era e pôs termo a '[...] toda a felicidade, requinte e hospitalidade no seio da Holland House.'¹⁸ Quando *Lady* Elizabeth faleceu em 1845, Henry Edward, quarto e último Barão de Holland, e sua mulher, Mary Augusta Coventry,¹⁹ residiam em Itália há já vários anos. Durante os breves períodos que passaram em Kensington, sobretudo nos meses de verão, Henry Edward e Mary Augusta procuraram manter a tradição dos seus antecessores na arte de bem receber, promovendo jantares e tertúlias, que contaram com a presença de inúmeros estrangeiros famosos, entre os quais Jérôme Bonaparte²⁰ e o filho Napoleão,²¹ Alexandre Dumas,²² a Princesa Lieven,²³ entre muitos outros. Estes '[...] salões agradáveis e inteligentes [...]', como os descreveu Liechtenstein na sua obra biográfica, '[...] onde se reuniam ingleses e estrangeiros, certos de serem aí recebidos com idêntica cortesia e amabilidade' (Liechtenstein 1:165), eram agora presididos por Mary Augusta, cujos conhecimentos linguísticos facilitaram o desempenho do papel de boa anfitriã, mas já sem o brilho da imponente Elizabeth Holland.

A Henry Edward e Mary Augusta se ficaram a dever-se as célebres *garden-parties* e *breakfasts* de Kensington, festas exuberantes realizadas nos jardins da Holland House durante os meses de verão, ex-líbris da London season, a que Eça de

¹⁷ Os derradeiros anos da sua vida foram passados numa pequena casa em Londres que herdara de sua mãe, no número 33 de South Street, e numa outra pertencente a Palmerston, em Great Stanhope Street, onde veio a falecer na madrugada de 17 de Novembro de 1845 (Keppel 370, 377; Ilchester, *Chronicles of Holland House* 344).

¹⁸ British Library, Holland House Papers, MSS, Dinner Books Add. 51956, fol. 68^r (22 Oct. 1840).

¹⁹ Henry Edward Fox (1802-1859), 4.º e último Barão Holland, segundo filho de Henry Richard e Elizabeth Vassall, o primeiro legítimo, visto Charles Richard, o mais velho, ter nascido antes do casamento dos pais. Casou em 1833 com *Lady* Mary Augusta Coventry (1812-1889), 4.ª Baronesa Holland, filha de George William Coventry, 8.º Conde de Coventry, e de sua mulher, *Lady* Mary Beauclerk.

²⁰ Jérôme Bonaparte (1784-1860), irmão de Napoleão Bonaparte, a quem Henry Edward dedicou a edição francesa das memórias do pai, publicada sob o título de *Souvenirs diplomatiques de Lord Holland*. Paris: J. Rouvier, 1851.

²¹ Napoléon Joseph Charles Paul Bonaparte (1822-1891), também conhecido por 'Príncipe Napoleão' ou 'Plon-Plon', era filho de Jérôme Bonaparte e de sua segunda mulher, Catharina Frederica von Württemberg (1873-1835).

²² Alexandre Dumas pai (1802-1870).

²³ Dorothea von Lieven (1785-1857), proveniente de uma família aristocrática de Riga, era filha de Christopher von Benckendorff, e de sua mulher, Anna Juliane, dama de honor e confidente da Imperatriz Maria Feodorovna. Casou com o Príncipe Kristofor Andreievitch Lieven (1774-1839), Embaixador da Rússia para a Grã-Bretanha entre 1812 e 1834.



Holland House, Kensington, 2.^a metade do século XIX. *The Illustrated London News*, 60.1712 (29 June 1872): 629

Queirós aludiu em *Cartas de Inglaterra* (Queirós 19; Ilchester, *Chronicles of Holland House* 428). Estes eventos, que chegaram a reunir para cima de mil convidados, contaram com a presença de muitos notáveis da sociedade vitoriana, incluindo a própria Rainha Vitória e o Príncipe Alberto, que estiveram presentes em duas *Scottish fêtes*, em 1849 e 1850 (Ilchester, *Chronicles of Holland House* 375-7, 411, 416, 440; Hudson 109).

Henry Edward faleceu em Nápoles em 18 de Dezembro de 1859, deixando apenas uma filha adoptiva, Marie Fox,²⁴ que adoptara em Paris em 1851.²⁵ Marie casou em 1772 com o Príncipe Luís de Liechtenstein, vindo a falecer tuberculosa em 1878, na Áustria, sem deixar descendência (Ilchester, *Chronicles of Holland House* 437). Após a morte de *Lady Mary Augusta*, em 20 de Setembro de 1889, a Holland House foi herdada por Henry Edward Fox-Strangways,²⁶ quinto Conde de Ilchester, descendente de Stephen Fox,²⁷ irmão do primeiro Barão de Holland. Ilchester tomou posse da mansão somente em 1890, uma vez concluídas as necessárias obras de restauro e melhoramento (Ilchester, *Chronicles of Holland House* 450).

Mary Eleanor Anne, *Lady Ilchester*, estreou-se no papel de

²⁴ Marie Fox (1850-1878), Princesa de Liechtenstein, casou em 1872 com o Príncipe Aloise von Liechtenstein (1840-1920).

²⁵ A criança, com aproximadamente três meses, fora encontrada por um certo Dr. Séguin, que a entregou a *Lord Holland* em 1851, processo que levantou suspeitas de que a menina pudesse ser sua filha (v. Ilchester, *Chronicles of Holland House* 400-402).

²⁶ Henry Edward Fox-Strangways (1847-1905), 5.º Conde de Ilchester, filho de John George Charles Fox-Strangways (1803-1859) e de Amelia Majoribanks (1829-1886), casou em 1872 com Mary Eleanor Anne Dawson (1852-1935), filha de Richard Dawson (1817-1897), 1.º Conde de Dartney, e de Augusta Stanley (1823-1887).

²⁷ Stephen Fox (1704-1776), 1.º Conde de Ilchester, filho de Sir Stephen Fox (1627-1716) e irmão de Henry Fox (1705-1774), 1.º Barão de Holland, casou em 1735 com Elizabeth Horner, filha de Thomas Strangeways Horner e de Susannah Strangeways.

grande anfitriã logo no ano seguinte, ao promover um *garden party* em 18 de Julho, em que estiveram presentes a Princesa Vitória,²⁸ a Duquesa de Newcastle, o Marquês de Bath, *Lady* Frances Spencer Churchill, diversos membros do corpo diplomático e outros notáveis.²⁹ Uns dias mais tarde, em 23 de Julho, as portas da Holland House voltaram a abrir-se para um magnífico baile de máscaras, que fez furor na sociedade vitoriana e em que estiveram presentes os embaixadores de Portugal e do Brasil (Hudson 118).³⁰ Graças a *Lady* Ilchester, a Holland House readquiriu algum do seu estatuto de importante centro de convívio social e cultural que havia perdido nos últimos anos, embora jamais tivesse recuperado a dimensão política e cosmopolita que alcançara em vida de Elizabeth Vassall. Em 1939, os jardins da Holland House voltaram a abrir os seus portões pela última vez, enchendo-se de convidados ilustres para um baile em honra de Rosalind Cubitt,³¹ que contou com a presença de Jorge VI e da futura Rainha Isabel II. *Lady* Helen Mary, mulher de Giles Fox-Strangways,³² jamais demonstrou qualquer apêndice pelo papel de grande anfitriã. Além disso, quando a sogra faleceu, em 25 de Outubro de 1935, os tempos haviam já irremediavelmente mudado.

Na madrugada de 28 de Setembro de 1940, durante um violentíssimo ataque da aviação alemã sobre a região de Kensington, a mansão e o terreno adjacente foram gravemente atingidos por cerca de vinte e duas bombas incendiárias. Apesar dos esforços levados a cabo pelos bombeiros, que combateram o incêndio que deflagrou na mansão durante mais de doze horas, a Holland House foi quase totalmente destruída pelas chamas, apenas se salvando a ala oriental e alguns segmentos da ala ocidental. Quando Giles Stephen chegou ao local na manhã seguinte, o incêndio ainda não havia sido totalmente extinto, tendo testemunhado, impotente, a consumição de mais de três séculos de história.

²⁸ Victoria Alexandra Olga Mary (1868-1935), também conhecida por Toria, filha de Eduardo VII.

²⁹ 'Court Circular.' *The Times* 20 July 1891: 9.F.

³⁰ 'Court Circular.' *The Times* 24 July 1891: 9.E.

³¹ Rosalind Cubitt (1921-1994), filha de Roland Calvert Cubitt (1899-1962), 3.º Barão Ashcombe, e de sua mulher, Sonia Rosemary Keppel (1900-1986), a autora da obra *The Sovereign Lady*, citada neste artigo.

³² Giles Stephen Holland Fox-Strangways (1874-1959), 6.º Conde de Ilchester, filho de Henry Edward Fox-Strangways e de sua mulher, Mary Eleanor Anne Dawson, casou em 1902 com *Lady* Helen Mary Theresa Vane-Tempest-Stewart (1876-1956), filha de Charles Stewart Vane-Tempest-Stewart (1852-1915), 6.º Marquês de Londonderry, e de sua mulher, *Lady* Theresa Sussey Helen Talbot (1919).

Em 16 de Junho 1952, após sete anos de intensas negociações, a propriedade foi adquirida pelo Município de Londres (London County Council), pelo montante de duzentos e cinquenta mil libras, que de imediato procedeu à abertura dos jardins ao público. No ano seguinte, face ao avançado estado de degradação do edifício, cuja recuperação implicava custos insustentáveis para o erário público, chegou a ponderar-se a sua total demolição, solução que acabaria por ser abandonada graças à forte oposição da Kensington Society e do próprio Ilchester. Finalmente, em Março de 1954, foi encontrada uma solução consensual sobre o destino a dar à mansão. Consistiu na demolição da maior parte do edifício, em 1957, e na recuperação da ala oriental, obra parcialmente financiada pelo King George VI Memorial Fund. Seria, ainda, acrescentado um novo edifício anexo, de risco contemporâneo, cujo projecto, da responsabilidade dos arquitectos Hugh Casson³³ e Neville Conder,³⁴ foi grandemente criticado por destoar com o estilo arquitectónico original da mansão (Hudson 130-131; Denny and Starren, 18). Concluídas as obras de recuperação e adaptação em 1959, o que restava da Holland House foi então entregue à Youth Hostels Association para a criação de uma pousada de juventude, inaugurada pela Rainha Isabel II em 25 de Maio de 1959 e que ainda hoje se encontra em funcionamento.



Duas dezenas de portugueses passaram pela Holland House entre 11 de Fevereiro de 1802 e 1 de Julho de 1838, num total de 165 ocorrências, cujos nomes se indica pela ordem em que aparecem mencionados pela primeira vez: Conde da Barca,³⁵ Marquês do Funchal,³⁶

³³ Sir Hugh Maxwell Casson (1910-1999).

³⁴ Neville Conder (1922-2003).

³⁵ D. António de Araújo e Azevedo (1754-1817), 1.º Conde da Barca, político, diplomata, escritor e botânico português, filho de D. António Pereira Pinto de Araújo de Azevedo Fagundes, Senhor do Morgado da Casa da Laje, e de sua mulher, D.^a Maria Francisca de Araújo de Azevedo.

³⁶ D. Domingos António de Sousa Coutinho (1760-1833), 1.º e único Conde e Marquês do Funchal, diplomata português, filho de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, um oficial do exército, e de sua mulher, D. Ana Luísa da Silva Teixeira de Andrade Barbosa. Chefe da Legação Portuguesa para Londres entre 1803 e 1814, foi, a par de Palmela, o português que mais estreitos e duradouros laços criou com a Holland House. O seu nome ocorre nos 'livros de jantares' durante anos a fio, entre 2 de Agosto de 1805 e 26 de Setembro de 1832. Faleceu em 1 de Dezembro de 1833, com 73 anos, num quarto de hotel em Brighton, que Lord Holland lhe tinha providenciado (v. Ilchester, *Chronicles of Holland House* 165; *The Times* 2 Dec. 1833: 2.F). Foi possível determinar

Duques de Palmela,³⁷ Barões do Sobral,³⁸ Morgado de Mateus e *Madame* de Sousa,³⁹ sua segunda mulher, *Mademoiselle* de Sousa (possivelmente uma das irmãs de Palmela), Conde de Vila Real,⁴⁰ Marquesses de Fronteira,⁴¹ Duques da Terceira,⁴² Conde da Taipa,⁴³ M. d'Almeida (possivelmente Almeida Garrett),

com exactidão tratar-se aqui de Domingos de Sousa Coutinho, por cotejamento com o diário de *Lady Holland*, que se refere claramente a 'Don Domingo de Souza' (Vassall, *The Journal of Elizabeth, Lady Holland* 2:255).

³⁷ D. Pedro de Sousa e Holstein (1781-1850), *conti di Sanfrè* na nobreza Piedmontesa, 1.º Conde, Marquês e Duque de Palmela, filho de D. Alessandro de Sousa e Holstein (1751-1803), diplomata português, e de sua mulher, D. Isabel Juliana Sousa Coutinho Monteiro Paim (1753-1793), casou em 1810 com D. Eugénia Francisca Xavier Teles da Gama (1798-1848), filha de Domingos Xavier de Lima e de D.ª Eugénia Maria Teles de Castro da Gama (1776-1839), 7.º Marquesa de Niza.

³⁸ Hermano José Braamcamp, Barão do Sobral, e sua mulher, a Baronesa Maria Teresa de Navaz Cerne. Diplomata português, Sobral foi um dos membros da Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, criada em 28 de Setembro de 1820, e nomeado Ministro da Fazenda em 1 de Agosto de 1826, durante a Regência de D. Isabel Maria (v. Soriano, *Historia da Guerra Civil e do restabelecimento do governo parlamentar em Portugal comprehendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino desde 1777 até 1834*. 19 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1890, 3.ª época, 2:1 [vol. 12]:461).

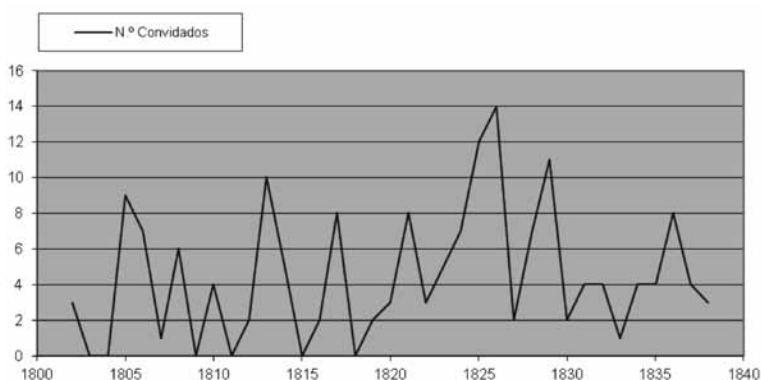
³⁹ Adélaïde Marie Emilie Filleul (1761-1836), Condessa de la Billarderie, romancista francesa, conhecida por *Madame* de Sousa a partir de 1802, após o seu casamento, em segunda núpcias, com D. José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (1758-1825), Morgado de Mateus, por vezes mencionado como Conde de Sousa. O seu primeiro marido, Charles-François de Flahaut (1726-1793), Conde de la Billarderie, foi guillotinado em Arras, durante o terror revolucionário. Tendo conseguido escapar para Inglaterra em 1792, Adélaïde viveu alguns anos em Londres às expensas de *Lord Holland*. *Madame* de Sousa, o filho do seu primeiro casamento, M. Flahaut, e o Morgado de Mateus surgem frequentemente entre os convidados da Holland House.

⁴⁰ D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (1785-1855), 1.º Conde de Vila Real, militar e diplomata português, filho do Morgado de Mateus e de sua primeira mulher, D. Teresa de Noronha, casou em 1811 com D. Maria Teresa Frederica de Sousa Holstein (1786-1841), irmã do futuro Conde de Palmela. Nomeado Embaixador para Londres em 1823, quando o cunhado se encontrava à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, manteve-se nesse cargo até ao início de 1825, quando aquele o foi substituir, na sequência da sua demissão do governo após a *Abrilada*.

⁴¹ D. José Trazimundo de Mascarenhas Barreto (1802-1881), 7.º Marquês de Fronteira, era filho de D. João José Mascarenhas Barreto (1778-1806) e de sua mulher, D. Leonor Benedita de Oyenhausen e Almeida, Condessa de Oyenhausen na nobreza austríaca, filha de D. Leonor de Almeida Portugal, conhecida no mundo literário pelo pseudónimo Alcipe. Casou em 1811 com D. Maria Constança da Câmara (1801-1860), filha de D. Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, Senhor das Ilhas Desertas, e de D. Benedita de Noronha.

⁴² D. António José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha (1792-1860), 7.º Conde e 1.º Marquês de Vila Flor e 1.º Duque da Terceira, oficial do exército, político e estadista, filho primogénito de D. António de Sousa Manuel e Meneses Severim de Noronha e de sua mulher, D.ª Maria José de Mendonça, filha do Conde de Vale de Reis. Casou em 1811 com D. Maria José do Livramento e Melo, filha do Marquês de Sabugosa.

⁴³ D. Gastão da Câmara Coutinho Pereira de Sande (1794-1866), 1.º Conde da Taipa, 6.º Conde de Regalados e 12.º das Ilhas Desertas, filho de D. Luís Gonçalves da



Conde de Calhariz,⁴⁴ Barão da Torre de Moncorvo,⁴⁵ Conde da Carreira⁴⁶ e Marquês do Faial.⁴⁷

Analizada a distribuição destes portugueses no eixo do tempo, observam-se, claramente, três ‘picos’ de afluência nos anos de 1813-14, 1825-26 e 1828-29, facto que merece a pena procurar interpretar.

O afluxo verificado em 1813-14 está relacionado com a chegada do Conde de Palmela a Londres para assumir a chefia da Legação Portuguesa, cargo exercido por Domingos de Sousa Coutinho, desde 1803. Palmela, que havia travado conhecimento com os Holland em Venda do Duque em Julho de 1809, durante um encontro fortuito na estrada entre Lisboa e Badajoz, quando se dirigia a Sevilha na qualidade de Enviado Extraordinário, veio a tornar-se amigo da família Fox e frequentador assíduo da Holland House.⁴⁸ Reflecte, ainda, o crescente interesse de *Lady* e *Lord* Holland por Portugal, que começou a acentuar-se a partir

Câmara Coutinho (1758-1848) e de sua mulher, D.^a Maria Benedita de Noronha.

⁴⁴ D. Alexandre de Sousa e Holstein (1812-1832), 1.º Conde de Calhariz, filho primogénito de Palmela, nasceu em Cádis, quando o pai se encontrava em missão diplomática naquela cidade, e faleceu nos Açores em 1832, na flor da idade, pouco tempo antes do desembarque do Mindelo.

⁴⁵ Cristóvão Pedro de Morais Sarmiento (1788-1851), 1.º Barão e Visconde de Torre de Moncorvo, diplomata português, natural da Baía, Brasil, era filho de Tomás Inácio de Morais Sarmiento. Faleceu em Londres em 1851, onde foi vários anos representante diplomático.

⁴⁶ Luís António de Abreu Lima (1787-1871), 1.º Conde da Carreira, diplomata português.

⁴⁷ D. Domingos de Sousa Holstein (1818-1864), 1.º Marquês do Faial, título concedido pela Rainha D. Maria II em 1834 ao segundo filho do Duque de Palmela.

⁴⁸ *Lady* Holland, diário de viagem a Portugal (8 Jul. 1810), *Três diários de viagem em Portugal em 1808-1809* 112.

de 1810, de regresso da sua viagem à Península em 1808-1809. Não foi, certamente, por acaso que, em 1812, *Lady Holland* encomendou a Serafino Bonaiuti, bibliotecário e ‘pau para toda a obra’, a criação de um ‘Jardim Português’ (*Portuguese Garden*) em Holland Park, designado ‘Jardim Holandês’ (*Dutch Garden*)⁴⁹ por volta de 1834.⁵⁰

A afluência de convidados portugueses verificada nos anos de 1825-26 explica-se pelo regresso de Palmela a Londres, após a sua exoneração do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros no início de 1825, ainda no rescaldo da *Abrilada*. Decorriam, à época, as negociações conducentes ao reconhecimento da independência do Brasil por parte de Portugal, em que a Inglaterra tanto se empenhou. A morte de D. João VI em Março de 1826, abriu uma profunda crise política em Portugal, com reflexos no resto da Europa, que só viria a ser sanada após a assinatura da Convenção de Évora Monte em 1834. Havia, ainda, o problema da *Carta Constitucional*, outorgada por D. Pedro IV em finais de Abril de 1826, e, acto contínuo, abdicação na pessoa da sua filha menor, D. Maria da Glória, factos recebidos pelas principais potências europeias como um verdadeiro terramoto político.

A ocorrência de portugueses à Holland House nos anos de 1828-29 corresponde ao período da emigração liberal para a Grã-Bretanha, após a restauração do absolutismo em 1828. Lograda a esperança de um rápido restabelecimento do regime da *Carta* após o malogro da *Belfastada* em Julho de 1828, desembarcaram no Sul da Inglaterra, vindos do Ferrol e da Corunha, milhares de refugiados políticos portugueses. Grande parte destes proscritos, na sua maioria jovens voluntários, permaneceu meses a fio acantonada em depósitos em Plymouth sem as mínimas condições de salubridade. Somente aos privilegiados, a nata do liberalismo português, foi dada a possibilidade de recorrer aos *lodgings* e aos hotéis, ou mesmo a viver em Londres, ‘[...] sustentados á cavalheira, e muitos delles melhor do que seriam nas suas proprias casas em Portugal’ (Soriano, *Revelações da minha vida* 397).⁵¹ Foram precisamente alguns

⁴⁹ A respeito do ‘Jardim Português’ ver Tim Knox, ‘The Gardens of Holland House.’ *The London Gardener: Journal of the London Parks and Gardens Trust* 16 2010-2011: 34-49; ver também Todd Longstaffe-Gowan, *The Gardens and Parks of Hampton Court Palace*. London: Frances Lincoln, 2005 64-8, 194-6; Liechtenstein 1:175; Ilchester, *The Home of the Hollands* 262; do mesmo autor, *Chronicles of Holland House* 491; Lorenzo da Ponte, *Memorie*. 2 vols. Bari: Gius, Laterza & Figli, 1918 1:201.

⁵⁰ Data em que a designação ‘Dutch Garden’ surge pela primeira vez mencionada numa carta de Sir Augustus Foster dirigida a Henry Edward Fox (11 Sep. 1834) (qtd. in Ilchester, *Chronicles of Holland House* 183).

⁵¹ Ver também Sousa, ‘Catão em Plymouth.’ *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*

destes privilegiados que tiveram acesso ao restrito círculo da Holland House.

Depois da renúncia de Wellington à liderança do governo em 16 de Novembro de 1830 e do regresso dos *Whig* ao poder após mais de duas décadas na oposição, a causa liberal portuguesa ganhou novo fôlego. D. Pedro IV contava agora com um aliado de peso, Lord Holland, a quem fora confiado a Chancelaria do Ducado de Lancaster, lugar que ocupou por uma década, com um único e brevíssimo interregno de alguns meses em 1834-1835, em que a chefia do governo foi confiada ao conservador Robert Peel. A Holland House, que até aí funcionara como uma espécie de quartel-general do partido *Whig*, passou também a assumir o papel de sede informal do governo, onde os concelhos de ministros se realizavam à mesa do jantar. Palmela, amigo e hóspede frequente dos Holland, de resto o único português que teve a honra de pernoitar na mansão (6-8 de Agosto de 1829), tomou parte em alguns desses jantares, onde o futuro de Portugal se discutiu.

A Holland e a Palmela se ficou a dever o apoio da Inglaterra – tímido que foi – à causa liberal portuguesa durante a usurpação miguelista, tendo sido na Holland House que se delinearam os contornos da expedição de D. Pedro para os Açores e dali para o Mindelo. Numa efusiva nota manuscrita avulsa deixada num dos ‘livros de jantares’, escrita pelo punho de *Lady Holland*, a única do género ao longo dos oito volumes – daí o título que escolhi para este artigo –, deixa antever o júbilo dos Holland aquando da capitulação de Lisboa às tropas liberais, em 24 de Julho de 1833: ‘Lisbon declared for Doña Maria’.⁵² É quase possível adivinhar o ambiente festivo na Holland House nessa noite, com cálices do portuguesíssimo Porto tão apreciado nos círculos *Whig*, acompanhados dos não menos portugueses ‘Vivas!’

A relação que de seguida apresento tem por objectivo dar a conhecer ao público académico os nomes dos portugueses admitidos naquele importante círculo social, político e cultural entre 1802 e 1838, na expectativa de contribuir para um maior conhecimento das relações entre Portugal e Inglaterra na primeira metade do século XIX, em particular no que respeita aos meandros da diplomacia. Por esse motivo, optei por descriminar, também, os nomes dos restantes convidados, ingleses e estrangeiros, que estiveram presentes nas mesmas datas, que fiz

10 (2001): 25.

⁵² British Library, Holland House Papers, MSS, Dinner Books Add. 51955, fol. 51^v (1831-1838).

acompanhar de sumárias notas biográficas a fim de facilitar o relacionamento de pessoas e factos. Optei, ainda, por manter os nomes conforme foram registados por *Lady* Holland, bem como as abreviaturas utilizadas no original manuscrito.

**Relação de convidados portugueses da Holland House
entre 1802 e 1838, elaborada a partir dos *Dinner Books***

1802	Feb., 11	Le Chevalier Araujo
	Feb., 16	L.[or] ^d Stair, M ^r d'Argirole – the Greek chargé d'affaires from Constantinople, ¹ Le Chevalier de la Bintinaye, ² M ^r Lewis, ³ Le Chevalier Araujo , L. ^d Digby, ⁴ Miss Fox. ⁵
	June, 12	M. Otto, ⁶ Araujo – Portugueze, L. ^d Lauderdale. ⁷
1805	Aug., 2	L. ^d & L.[ad] ^y Bessbro', ⁸ L. ^d Duncannon, ⁹ M. de Sousa , M. ^r W. ^m Eliot, ¹⁰ Lord H. Petty, ¹¹ L. ^d Minto, ¹² M. de Mouravieff, M ^r Allen, ¹³ M. Crawford.
	Aug., 8	M. ^r Munro – American Minister, M. de Sousa , M. ^r Bellester & Son, Sir John [?], L. ^d Rob. ^t Spencer. ¹⁴
	Aug., 16	L. ^d Duncannon, M ^r Phillimore, ¹⁵ M ^r Dumont, ¹⁶ M ^r Allen (Evening), Le Chev.^r de Souza to supper.
	Aug., 31	L. ^d Minto, M ^r Lewis, M ^r Allen, Chev. Souza , Miss V.[ernon] ¹⁷ (Evening).
	Sep., 2	L. ^d Lorne ¹⁸ (slept), M. de Souza , M ^r Francis ¹⁹ (slept), M ^r Lewis (slept), M ^r Allen, L.d Minto (Evening, slept).
	Sep., 5	M ^r Allen L. ^d H.[ollan] ^d & self [Lady Holland] dined at Chevalier Souza's , L. ^d Lorn & Lomis dined together here.
	Nov., 23	G. FitzPatrick, ²⁰ Lady Affleck, ²¹ M ^r Dumont, M ^r Allen, went to Play; Souza (Evening).
	Nov., 24	G. Fitzpatrick, Lady Affleck, M ^r Dumont, L. ^d Stair, Le Ch.^r Souza .
	Dec., 26	L. ^d Stair, M ^r R. Heathcote, M ^r Smith, ²² M ^r Horner ²³ (slept), M ^r Marsh, ²⁴ M ^r Allen, Ch. Souza in evening, Charles & Henry ²⁵ acted in Library, ball in ballroom.
1806	July, 25	L. ^d Lauderdale, M.^r de Souza , L. ^d Minto (slept), Lady E.[dward] Fitzgerald, ²⁶ Miss Vernon, D.r Phillimore.
	Aug., 21	Count Starhemberg, ²⁷ Lord Howe, ²⁸ Lord Granville L. Gower, ²⁹ Lord Ossory, Gen. Fitzpatrick, L. ^d Henry Petty, L. ^d Maitland, L. ^d Arch. ^d Hamilton, ³⁰ Monsieur de Souza .
	Sep., 29	Gen. Fitzpatrick, Lord Moira, ³¹ M ^r Tierney ³² (slept), M ^r S. Smith (slept), Lord Henry Petty, L. ^d W. ^m Russell, ³³ L. ^d H. ^d went to the Cabinet in Evening, M. de Souza came in Evening.
	Sep., 30	General FitzPatrick, S. Smith, Miss Vernon, M. de Souza .

	Oct., 29	L. ^d Howick, ³⁴ L. ^d Lauderdale, Count Starhemberg, Prince Esterhazy, ³⁵ Baron Jacobi, ³⁶ Baron Nicolai, Baron Reinhausen, Prince Castelcicala, M ^r Monroe, ³⁷ M ^r Pinkney, ³⁸ M ^r Tierney, Le Chevalier de Souza .
	Nov., 11	Lady Caroline Price, Gen. Fitzpatrick, Lord Lauderdale, Lord Chancellor, ³⁹ M ^r and M ^{rs} Pinkney, M ^r and Miss Monroe, ⁴⁰ M ^r Sharpe, ⁴¹ M ^r Duff, ⁴² M ^r Tierney, M ^r Marsh, Le Chevalier de Souza .
	Dec., 21	Count Starhemberg, Prince Esterhazy, Count Palffy, ⁴³ Baron Nicolai, Baron de Reinhausen, Mon. ^s de Front, Mons.^r de Souza , M ^r Monroe, M ^r Pinkney, Lord Lauderdale, Lord Morpeth. ⁴⁴
1807	July, 19	Prince Starhemberg, Monsieur Alopens, ⁴⁵ Mons. ^r Beckendorff, ⁴⁶ Russian, Le Chevalier de Souza , Lord Stair, Lord Arch.d Hamilton, Mr. Kinnaird.
1808	June, 1	Lady Louisa Conolly ⁴⁷ (slept), Miss Napier (slept), Mr. S. Smith (slept), the Nuncio Gallepi, Archb. ^p of Nicea, Lord Robert Fitzgerald, Lady Robert Fitzgerald, Mon.^s de Souza , Mr. Dumont dined in the town but slept.
	June, 9	Lord Bolingbroke, Lord Robert Spencer, ⁴⁸ Mons.^r de Souza , M ^r Brougham, ⁴⁹ Mr Dumont.
	June, 24	Dined at M^r de Souza's . Dined at H. ^d House: Sir Gilbert Affleck (slept), Lady Affleck (slept), M ^r B. Frere ⁵⁰ (slept), Miss Fox, Miss Vernon.
	Aug., 13	M ^r Tierney, M^r de Souza , M ^r Abercrombie (slept), Charles.
	Aug., 15	Mons.^r de Souza , M ^r Tierney, M ^r Abercrombie ⁵¹ (slept), M ^r H. Webster ⁵² (slept), Charles.
	Oct., 8	M ^r Windham, Lord Ossory, M ^r Ward, M ^r T. ^{as} Moore, ⁵³ M ^r Horner, M ^r Wisham, M ^r S. Smith, M ^r Adderley, Lady Affleck (slept), M ^r H. Webster, Charles, Vizconde Matarrosa, Don Andres de la Veja, Le Chev.^r de Souza called in the evening.
1810	Jan., 28	Jan., 28: Lord Thanet, Sir Ph. ^p Francis, Lord Erskine, Mons.^r de Souza .
	May, 13	L. ^d & L. ^{dy} Porchester, ⁵⁴ L. ^d King, M ^r Abercrombie, M ^r John Smith, M ^r W. ^m Smith, Lord Mahon, M ^r Carter, M ^r Boddington, Miss Fox; at M^r Souza's in the Evening and supped at Devonshire House.
	Nov., 4	M ^r M ^{rs} Pinkney, M ^r Ponell, Chev.^l Souza , Lord Erskine (slept), L. ^y Affleck (slept), M ^r Horner (slept).

	Nov., 25	D. de Albuquerque, ⁵⁵ Duque de Somerset, Marq. ^s of Lansdowne, Earl Grey, Earl de Lauderdale, Lord Kinnaird, Mons.^r de Souza , Don Andres de la Vega, ⁵⁶ Sir Robert Wilson, ⁵⁷ M ^r Sharp, Gen. ^l Fitzpatrick, Lord Boringdon, M ^r Adair ⁵⁸ (slept).
1812	July, 22	Count Fernan Nunez, Count de Funchal , L ^d Stair, L ^d Lauderdale, L ^d Rosslyn, L ^d Morpeth, L ^d Arch. ^d Hamilton, M ^r Iznardy, M ^r & M ^{rs} Tierney (slept), M ^r Beauclerk (slept), M ^r Abercromby (slept), M ^r Dumont (slept), M ^r Whitebread.
	Dec., 27	Prince Hoslowsky, Count Fernan Nuñez, ⁵⁹ Count de Funchal , Lord Stair, Gen. ^l Fitzpatrick, Gen. ^l Keppel, M ^r Knight, M ^r Fazakerley, ⁶⁰ M ^r Horner, Mr Dumont.
1813	Mar., 21	L ^d & L ^y Boringdon, L ^d & L ^y Ossulstone, ⁶¹ L ^d Kinnaird, Conde de Funchal , Conde de Palmella , ⁶² Capt. Maitland.
	July, 7	Duke & Duchess of Bedford, Madame Monceau, M ^r & M ^{rs} Jackson, Conde de Funchal , Conde de Palmella , Conde de Fernan Nuñez, Chevalier de los Rios, M ^r Wellesley, ⁶³ M ^r H. W. Coynne, Mr. Dumont (slept), M ^r Monk (slept), M ^r Tierney (slept), Lady Affleck (slept), M ^r Blanco ⁶⁴ (slept).
	July, 15	D. & D ^{ss} of Bedford, Duke of Devonshire, ⁶⁵ Lord Morpeth, ⁶⁶ Lady Georgiana Morpeth, ⁶⁷ Lord Granville L. Gower, L ^y Harriet L. Gower, Lord Lauderdale, Lord Ossory, Conde de Palmella , Lord Maitland, Mr Marsh (slept), Lady Affleck (slept).
	Aug., 6	Lady Westmorland, M ^r & Lady Sarah Baisley, M ^r Creevey, M ^r Tenant, Miss Ordes, Count Palmella , M ^r Delmy, Sergeant Runnington, D ^r Tierney.
	Oct., 3	Madame de Staël, Mam. ^{elle} de Staël, Conde de Funchal , Conde de Palmella , Count de Puysegur (slept), M ^r & M ^{rs} Tierney (dormiram), Miss Tierney (slept), M ^r Rogers ⁶⁸ (slept), Sir James Mackintosh ⁶⁹ (slept), M ^r H. Webster (slept), Mr Currau.
	Nov., 14	Conde de Palmella , Sergeant Lens, ⁷⁰ Mr Baring.
	Dec., 18	Count Palmella , M ^r William Howard, M ^r Tierney, Charles.
1814	Mar., 6	Sir Sam. ^l & Lady Romilly, ⁷¹ Count Palmella , Lady Affleck, Mons. ^r de Roca, M ^r Horner, Serjeant Lens, Mr Elmsley.
	Apr., 25	Mad. ^{me} de Staël (slept), Mad. ^{elle} de Staël (slept), Mons. ^r de Schlegel (slept), M ^r Knight (slept), M ^r Rogers (slept), Count Palmella , M ^r & Lady Caroline Lamb, M ^r Tierney, M ^r Murray, M ^r Dumont (slept), Sir J. Mackintosh (slept).

	Apr., 26	Lord Lauderdale, Lord Maitland, Lord John Russell, Conde de Funchal , M ^{rs} Fox, ⁷² Miss Fox, Mad. ^{me} de Staël (slept), Mad. ^{elle} de Staël (slept), Sir Ja. ^s Mackintosh (slept), M ^r Knight (slept), M ^r Rogers (slept), Mons. ^r de Schlegel (slept), M ^r Adair, Mr Dumont (slept), Lord Stair.
	July, 3	Mons.^r M.^{de} de Brancamps de Sobral , Lady Crane, M ^r Plummer, M ^r Fazakerley, Sergeant Lens, M ^r Horner, M ^r M. ^{rs} Adam, Lord Lady Lansdowne (slept), M ^r M. ^{rs} Abercrombie (slept), L ^d John Russell (slept), Sir James Mackintosh (slept), Lord Kinnaird (slept). Same company in the Evening.
1816	Oct., 22	Count Palmella , M. Montrond, M ^r Flahault, M ^r Binda.
	Oct., 27	Duke & Duchess of Bedford, Duke of Devonshire, Count Palmella , Mons. ^r Montrond, Gen. ^l Flahault, Baron Trecchi, M ^r & M. ^{rs} Abercromby (slept), M ^r Wisham (slept), M ^r Binda (slept), Charles (slept).
1817	Jan., 15	Count Palmella , General Flahaut, M ^r Trecchi, M ^r Dupin, Sir Robert Wilson, M ^r Abercromby, M ^r Knapp, M ^r Lutrel (slept), M ^r Rogers (slept), Charles (slept).
	Feb., 12	Lord and Lady Morley, Lord Morpeth, General Flahaut, Lord Aberdeen, Count Palmella , Mr. Lutrel, Mr. Legh, Mr. Montagu.
	Feb., 14	Dined at Count Palmella's , Portuguese Ambassador.
	June, 15	Duke of Grafton, L ^d & L ^y Tavistock, M ^r & M. ^{rs} Villiers, ⁷³ M. ^{rs} Burrell, Lord Morpeth, Lady Melbourne, Lord Apsley, Count Palmella , Chev. ^r Campuzano, Mons. ^r de Neuman, Lord Brownlow, Sir Ja. ^s Mackintosh, Mr Binda.
	Aug., 13	Arrived at Paris & lodged at the Hotel de Paris Boulevard de la Madeleine. Dined with Lord Jersey, Sir Charles Stuart, L ^d H. Fitzgerald, L ^d Granville, M ^r Baring, Mad. de Sousa , Count Mosbourg; Lord Holland dined with M. Lafitte.
	Dec., 14	Duke & Duchess of S ^t Carlos, Count and Countess Palmella , Mad.^{elle} de Sousa , ⁷⁴ M. & Mad. de Bourke, Chevalier Campuzano, Lord & L ^y Bessborough, Captain Hall, Mr Binda.
1819	Jan., 3	Count Palmella , Earl of Aberdeen, Sir W. ^m Grant, ⁷⁵ Sir Arthur Pigoll, M ^r W. ^m Lamb, D ^r Wollaslon, M ^r Hallam, M ^r Frere, M ^r Wisham, Sir W. ^m Bunburry (slept), M ^r Sidney Smith (slept), Mr Binda (slept), Henry (slept), Charles (slept).
	Jan., 22	Conde do Funchal , Sir Rob. Wilson, Hon. Frederick Lamb, ⁷⁶ Capt. Clifford.

1820	June, 8	L ^d & L ^y Lansdowne, L ^d Kinnaird, M ^r Strangways, L ^d Gower, L ^d Gower, The Vice Chancellor, M ^r Sharp, Sir Ja. ^s Mackintosh (slept), L ^d John Russell (slept), M ^r John Romilly (slept), M ^r Binda, Count Palmella .
	Oct., 29	Duke of Bedford, Duke and D. ^{ss} of Leinster, Lord & Lady Foley, Lord Gower, M. de Souza , ⁷⁷ M ^r Brougham, L ^d & L ^y Lansdowne (slept), Lord John Russell (slept), M ^r Denman (slept), Mr Rogers (slept).
	Nov., 22	L ^d & L ^y W. ^m Russell, Lord Howard, M. de Souza , M. de Bourke, General Flahaut, M ^r William Courteney, Capt. Adam, Henry.
1822	Jan., 2	Lord Aberdeen, Sir John Newport, M. de Souza , D ^r Holland, M ^r Dundas, M ^r George Beauclerk, Henry (slept).
	Jan., 11	Lord Gower, Lord Alvanley, M ^r Adair, M ^r Porcy, M. de Souza , Henry (slept).
	Jan., 25	Duke of Argyle, Lord Gwydir, ⁷⁸ M. de Souza , M ^r Agar Ellis. ⁷⁹
1823	June, 26	Sir Humfry ⁸⁰ & Lady Davy, D ^r Wollaston, Cap. ^t [Arby Knightland?], Count Funchal , M ^r Knight (slept), Henry (slept), L ^d & L ^y W. ^m Russell (dormiram), Mr Rogers (slept).
	Aug., 23	Lord Lyndock, Lord King, Lord Kinnaird, M. ^r Geo.[rge] Hibbert, ⁸¹ Lord Duncannon, Count Funchal , Lord Ebrington, M ^r & M. ^{rs} Geo.[rge] Lamb, M ^r Rogers (slept), M ^r Luttrell (slept), Mr Adam (slept), Henry (slept), Lady Affleck (slept).
	Nov., 9	M ^r Tierney, Count Funchal .
	Nov., 25	Count Funchal , Lord Aberdeen, ⁸² Lord Cowper, Lord Duncannon, Mr F. Foster, Henry (slept), Charles and Henry Webster arrived from Ireland.
	Dec., 21	L ^d & L ^y Cowper, Lord Aberdeen, Lady Burrell, M ^r Vernon, Count Funchal , Henry (slept), M ^r Binda (slept), Charles still unwell.
1824	Apr., 4	Duke of Argyle, L ^d & L ^y Gwydir, Count de Funchal , M ^r Henry de Ros, M ^r Geo[rge] Fortescue (slept), M ^r Wortley (slept), Lord John Russell (slept), M ^r Binda (slept), Charles (slept), Henry (slept).
	Apr., 14	Lord & Lady Normanby, ⁸³ M. Villa Real , M. Vaudreuil, M ^r Capel, M ^r Brooke Greville, Mr Binda, Henry (slept).
	May, 16	Lord Rosslyn, Lord Duncannon, Sir Edw.[ard] Codrington, Capt. Basil Hall, M ^r Ducane, M ^r Haldimaud, Lord Clifden, Count Villa Real , M ^r Sydney Smith (slept).

	June, 13	M. & Mad. Durazzo, M. & Mad. Falck, ⁸⁴ M. Villa Real , Lord Gower, Lady Georgina Morpeth (slept), Lord John Russell (slept), M ^r Tierney (slept), M ^r Dumont (slept), Ld Morpeth (slept).
	July, 20	Lord Lauderdale, Count Villa Real , Lord Gillies & M ^r Gillies, Mr. Wisham, Lord Duncannon, M ^r Dumont, Sir Ja. ^s Mackintosh (slept), L ^d John Russell (slept), M ^r Binda (slept), Mary (slept), D ^r Holland, M. ^s & M. ^{rs} Charles Fox (slept), M ^r Tierney (slept), M ^r Brougham (slept).
	Oct., 10	Count Villa Real , Dr. Holland, M ^r Adair (slept), M ^r Heber ⁸⁵ (slept), Lady Affleck (slept), Mary (slept), Capt. Webster (slept).
	Dec., 15	Lord Wriothsesley Russell, Count Villa Real , M. de Vaudreuil, Sir James Mackintosh.
	Dec., 26	Lady Gwydir, Count Villa Real , Lady Albanley, Sir James Mackintosh, Sir Thomas Lawrence, Mary (slept).
1825	Jan., 16	M ^r Robert Gordon, Count Villa Real , Sir James Mackintosh, M ^r Heber, Miss Vernon.
	Jan., 30	M ^r & M. ^{rs} Abercromby, M. Falck, Count Villa Real , M ^r Wisham, M ^r Sydney Smith (slept), Mary (slept).
	Feb., 15	Lord Lauderdale, M. Villa Real , M ^r Grenville, M ^r Adair, M ^r Brodie, Mary (slept).
	Mar., 2	Lord Grey, General Alava, Lord Althorp, Col.[onel] Ponsonby, M. Villareal , Lord W. ^m Russell, Lady Georgina Grey, Mary (slept).
	Apr., 4	M ^r & M. ^{rs} Abercromby, Lord Camden, Count Flahaut, Count Villa Real , Sir W. ^m Grant, M ^r Hallam.
	May, 28	Count Villa Real , M ^r & M. ^{rs} Agar Ellis (slept), Lord Lauderdale (slept), Lord Clare (slept), Lord Morpeth (slept), M ^r Luttrell (slept), M ^r [?] (slept), Lady Sandwich, Lady Georgina Morpeth (slept), Mary (slept).
	May, 29	Count Palmella , Lord Lauderdale, Lord Albermale, ⁸⁶ L ^d & L ^y Georg. ^a Morpeth (slept), M ^r & M. ^{rs} Agar Ellis (slept), M ^r Tierney (slept), M ^r [?] (slept), Lord Clare ⁸⁷ (slept), Mary (slept).
	July, 26	L ^d & L ^y Georg. ^a Morpeth, Count Villa Real , L ^d Howard de Walden, M ^r George Howard, Mary (slept).
	Aug., 28	Count Palmella , Mr. Stratford Canning, ⁸⁸ Sir Geo[rge] Robinson, ⁸⁹ M ^r Fred. Byng, ⁹⁰ M ^r Fazakerley, Miss Rogers, ⁹¹ M ^r Rogers (slept), M ^r Adair (slept), M ^r Munro (slept), M ^r W. ^m Rose 92 (slept), Lady Affleck (slept), Mary (slept).

	Aug., 30	Count & Countess Palmella , M. and Mad. Falck, Mad. ^{lle} Falck, M ^r Rob. Dundas, ⁹³ Miss Rogers (slept), M ^r Rogers (slept), M ^r Sharp (slept), Mr Adair (slept), Mary (slept).
1826	Feb., 4	[Paris]: Count Toreno, Count Villa Real , Lady Affleck, M. Barante, M ^r Binda, M ^r Turner, Mary (slept).
	Feb., 10	[Paris]: Duc de Choiseul, Lord Sandon, M. Villareal , M ^r Duprin, M ^r Binda, Baron Louis, Mary (slept).
	Feb., 14	[Paris]: Mad. Laborde, M. et Mad. Gabriel de Laport, M. Villareal , M. Montrond, M. Maussier, M. Alex. ^e Girardin, M. R. Abercromby, M. Girambore, Mary (slept).
	Mar., 7	[Paris]: M^{de} de Souza , Miss Vernon, Miss Fox, M ^r Talma, Mons. ^r Le Bran, M ^r [?], M ^r Giambone, M ^r Binda, M ^r Gallois.
	Mar., 16	[Paris]: Duke of Bedford, L. ^d & L ^y Granville, Duke of Devonshire, Duc de Cloireut, M. Villareal , M. Gerard, M ^r Standish, Henry (slept), Mary (slept).
	Mar., 21	[Paris]: Count Villareal , M. Greffulh, ⁹⁴ M. [?], Miss Fox, Miss Vernon, M ^r Binda, M ^r R. Abrecromby, Mary (slept), Mr Tamar.
	Apr., 2	[Paris]: Duke of Bedford, M. de Mun, M. de Chauvelain, M. Villareal , Capt. Clifford, M ^r Turner, Henry, Mary (slept).
	Sep., 24	Count Palmella, Marquis and Marchioness de Fronteira , Lady Affleck (slept), M ^r Charles (slept), Mary (slept).
	Oct., 23	Marquis Palmella, Marchioness Palmella , General Flahaut, Lady Keith, Mary (slept), M ^r Binda (slept).
	Dec., 5	Countess Palmella , General Flahaut, Lady Keith, Mary (slept).
	Dec., 15	M ^r & M. ^{rs} Ord, Count Palmella , M ^r Fazakerley, Dr. Holland, M ^r Carrich Moore, M ^r Woobriche, Sir James Mackintosh.
	Dec., 23	Count Palmella , Vice Chancellor, M ^r Tierney, L ^d Howard de Walden.
1827	Aug., 2	Count Palmella, Count Villa Real , L ^d Clanwilliam, L ^d Howard de Walden, L ^d & L ^y Lansdowne (slept), M ^r Binda (slept), Mary (slept), Lady Affleck (slept).
1828	June, 8	L ^d & L ^y Tavistock, L ^d & L ^y Devonshire, Count Palmella, Count and Countess Villafior, Count Taipa , Lord Plunkett, Lord Chesterfield, L ^d Arthur Hill, Sir Ja. ^s Mackintosh (slept), M ^r Sydney Smith (slept), Mary (slept), Lord Duncannon, Lady Affleck.
	June, 29	Lord Hastings, L ^d Geo.[rge] Cavendish, L ^d Harry Vane, M. Villareal , M ^r & M. ^{rs} Russell, Lord [?], M ^r Labouchene, Sir Ja. ^s Mackintosh (slept), Mary (slept), Lady Affleck.

	Aug., 3	Lord Lyndock, Count Palmella , M. d'Almeida , ⁹⁵ Sir Ja.s Mackintosh, Mr. Rogers (slept), Mary (slept).
1829	July, 5	Lord Essex, Lord Melbourne, Marques Palmella , Lord Edward Russell, M ^r Edw. ^d Romilly, M ^r Binda, M ^r Boddington, M ^r Wilkie, Lady Affleck, Sir Ja. ^s Mackintosh (slept), Miss Mackintosh (slept), Mary (slept).
	Aug., 6-7	Count Palmella (slept), M. de Calhariz (slept), Miss Fox (slept), Miss Vernon (slept), Lady Affleck (slept), Mary (slept).
	Aug., 8	Count Palmella (slept), M. de Calhariz (slept), Lady Affleck (slept), Miss Fox (slept), Miss Vernon (slept), M ^r Luttrell (slept), M ^r Geo[rge] Tierney (slept), M ^r Broodie (slept), Mary (slept).
	Sep., 8	Miss Fox, Miss Vernon, Count Palmella , D ^r Hamilton, L ^y Affleck (slept), M ^r Tho.[mas] Moore (slept), Harry (slept), Mary (slept).
	Sep., 25	Lord Melbourne, Marquis Palmella , M ^r Woobryck, Lady Affleck (slept), Henry (slept), Mary (slept).
	Dec., 13	Duke of Devonshire, Count Palmella , M. de Calhariz, Sir Ja. ^s Mackintosh (slept), M ^r Rogers (slept), Mary (slept).
1830	Jan., 29	Count Palmella , M ^r Rogers, M ^r W. ^m Adam, Mary (slept).
	Mar., 28	Lord Radner, Lord Seymour, Lord Howick, M ^r Grenville, M ^r Broodie, L ^d John Russell (slept), Mary (slept), M. Calhariz .
1831	Sep., 20	Marquis de Palmella .
	Nov., 2	M ^r Luttrell, Marq.^s Palmella , L ^d Cosmo Russell, L ^d Alex. ^r Russell, M ^r Francis Villiers, Lady Affleck (slept).
	Nov., 17	Marquis Palmella .
	Nov., 20	Marquis Palmella , M ^r Macaulay, M ^r Luttrell, Charles.
1832	Sep. 26	Count Funchal , Charles, L ^y Mary Fox, ⁹⁶ Miss Fox (slept).
	Nov., 30	Marq.^s Palmella , Lady Mary Fox, Lady Lilford, M ^r F. Byng, Miss Fox (slept), M ^r Woobrych (slept).
	Dec., 28	Marq.^s Palmella , Count Calhariz , D ^r Holland, Charles, M ^r Woobriche.
1833	May, 5	Lord Melbourne, Lord Granville, The Duke of Bedford, Lord Duncannon, Marquiss Palmella .
1834	Jan., 25	Prince Talleyrand, Dulchess Dino, Duke of Norfolk, Lord Grey, Lord Ripon, M. de Sarmento , Chev.^r de Lima , Lord Alvanley.

	Sep., 29	Sir Stephen Hammich, D ^r Hammich, M. Sarmento , M ^r Cabott, M ^r Leslie, Mr. Westmacott, Miss Fox, M ^r Le Marchant (slept).
	Oct., 18	Lord Melbourne, Lord Palmerston, Mr. Sarmento , M ^r Cooper, Sir Stephen Hammich, Col. Webster, L ^d Chancellor (slept), L ^d Mulgrave (slept), M ^r & M. ^{rs} Abercromby (slept).
1835	Mar., 1	Duke of Devonshire, L ^d & L ^y Granville, Lord Palmerston, L ^d John Russell, M. Sarmiento [sic.], M ^r Mendizabal.
	Oct., 1	Count Montecorvo [sic.], Miss Fox, M ^r Nugent, M ^r Smith (slept), M ^r Luttrell (slept).
	Nov., 7	Lord Minto, Baron Moncorvo , M ^r & Lady Jane [?], M ^r Sydney Smith, M ^r Drinkwater, Miss Fox (slept), M ^r Luttrell (slept).
	Dec., 1	Lord Glenely, L ^d & L ^y Howick, General Ellice, M ^r Ellice, M ^r Young, Baron Moncorvo , Miss Fox (slept).
1836	Jan., 5	Lord Melbourne, Lord Stanley, Lord Glenely, M ^r Spring Rice, Baron Moncorvo .
	Jan., 15	Count Moncorvo , Lord Lilford, M ^r P. Thomson, Sir Alex. ^r & Lady Mallet, Sir S ^t Hammich, M ^r M. Marsh.
	Mar., 22	Charles & L ^y Mary Fox, Miss Fox, L ^d H ^d dined with C. ^t Moncorvo .
	Sep., 7	Miss Moore, D ^r Moore, M ^r De Ram, M ^r Leslie, Count Moncorvo , M ^r Smith (slept).
	Nov., 27	Duke of Palmella , Marquis of Fayal , M ^r Ed.[ward] Stanley, M ^r Charles Gore, M ^r Whishaw, M ^r Danvers, Miss Fox.
	Dec., 4	Duke of Palmella , Lord Longdale, M ^r & L ^y Georg. ^a Fullerton, M ^r Spring Rice.
	Dec., 25	Duke of Norfolk, M ^r [William Gordon?], M ^r Anson, Duke of Palmella (slept), M. de Fayale (slept), M ^r Rogers (slept), Miss Rogers (slept), Lord Russell, Sir James Kempt.
	Dec., 29	Conde de Aguilar, Count Moncorvo , Sir John Macdonald, Sir Stephen Hammich, M ^r Barry, M ^r Fred. Byng, M ^r Anson, Lord Russell, M ^r Rogers, Miss Rogers, Serjeant Talfound.
1837	Nov., 19	Duke & Duchess of Terceira , Baron Moncorvo , M ^r & L ^y Mary Wood, Henry & Lady Augusta, M ^r Vande Weyer, M. Chabott.
	Dec., 30	Lord Melbourne, Baron Moncorvo .
1838	May, 11	Baron Moncorvo .
	May, 25	Baron Moncorvo .

	July, 1	Prince Putbus – Amb. ^r Ext. ^y from Prussia, Baron Bulon, Duke of Palmella – Amb. ^r Ext. ^y .
--	---------	---

RELAÇÃO DE CONVIDADOS PORTUGUESES DA HOLLAND HOUSE ENTRE 1802 E 1838, ELABORADA A PARTIR DOS DINNER BOOKS

¹ M. Argirole, Encarregado de Negócios da Turquia para Londres.

² Possivelmente Augustin de La Bintinaye (1754-1822), Visconde de Rougé, filho de Gilles François de La Bintinaye (1723-1789), Visconde de Rougé, e de sua mulher, Marie Anne Angélique Champion de Cicé (1727-1820).

³ Matthew Gregory Lewis (1775-1818), romancista e dramaturgo inglês, ficou conhecido pela alcunha de *Monk Lewis*.

⁴ Edward Digby (1773-1856), 2.º Conde Digby, filho de Henry Digby (1731-1793), 1.º Conde Digby, e de Mary Knowler.

⁵ *Lady* Caroline Fox (1767-1845), irmã de *Lord Holland*, já mencionada.

⁶ Louis Guillaume Otto (1754-1817), diplomata francês, foi nomeado Embaixador para Londres em 1800.

⁷ James Maitland (1759-1839), 8.º Conde de Lauderdale, político e economista britânico, filho de James Maitland (1718-1789) e de sua mulher, Mary Turner (1733/4-1789).

⁸ Frederick Ponsonby (1758-1844), Visconde Duncannon e 3.º Conde de Bessborough, político e proprietário inglês, filho de William Ponsonby (1704-1793), 2.º Conde de Bessborough, e de sua mulher, *Lady* Caroline Cavendish (1719-1760). Casou com Henrietta Frances Ponsonby (1761-1821), Condessa de Bessborough, filha de John Spencer (1734-1783), 1.º Conde Spencer, e de sua mulher, Margaret Georgiana Spencer (1737-1814).

⁹ John William Ponsonby (1781-1847), filho primogênito de Frederick Ponsonby (1758-1844), Visconde Duncannon e Conde de Bessborough, e de sua mulher, Henrietta Frances Ponsonby (1761-1821).

¹⁰ William Eliot (1767-1845), 2.º Conde de St. Germans, político e diplomata britânico, filho de Edward Craggs-Eliot, 1.º Barão Eliot, e de sua mulher, Catherine.

¹¹ Henry Petty-Fitzmaurice (1780-1863), 3.º Marquês de Landsdowne, político e estadista britânico, era filho de William Petty (1737-1805), 1.º Marquês de Landsdowne e Conde de Shelburne, Primeiro-ministro em 1782-1783, e de sua mulher mulher, Louisa.

¹² Gilbert Elliot Murray Kynynmound (1782-1859), 2.º Conde de Minto, diplomata e político britânico, filho de Gilbert Elliot Murray Kynynmound (1751-1814), 1.º Conde de Minto, e de sua mulher, Anna Maria (1752-1829).

¹³ John Allen (1771-1843), médico, político e ensaísta escocês, acompanhou os Holland à Península em 1802-1805 e 1808-1809, passando a residir na Holland House na qualidade de médico e secretário particular de Lord e Lady Holland.

¹⁴ Robert Spencer (1747-1831), político e parlamentar britânico, filho de Charles Spencer (1706-1758), 3.º Duque de Sunderland.

¹⁵ Dr. Phillimore, residente em Kensington, próximo da Holland House (vd. Ilchester, *The Home of the Hollands* 201).

¹⁶ Pierre Etienne Louis Dumond (1759-1829), político e escritor de origem francesa, nascido em Genebra, veio para Inglaterra por volta de 1793 como educador dos filhos de Henry Petty-Fitzmaurice, Marquês de Landsdowne.

¹⁷ Caroline Vernon, uma das filhas de Evelyn Leveson Gower (1724/5-1763), 1.ª Condessa de Upper Ossory (vd. Ilchester, *The Home of the Hollands* 110).

¹⁸ George William Campbell (1768-1839), Conde de Campbell, Marquês de Lorne e, posteriormente, 6.º Duque de Argyll, político escocês, filho de John Campbell (1723-1806), 5.º Duque de Argyll, e de sua mulher, Elizabeth (1733-1790), 1.ª Baronesa Hamilton.

¹⁹ Sir Philip Francis (1740-1818), político britânico, natural de Dublin, era filho do Reverendo Philip Francis (1708-1773), e de Elizabeth Rowe.

²⁰ John FitzPatrick (1745-1818), 2.º Conde de Upper Ossory, oficial do exército, tio materno de Lord Holland, filho John FitzPatrick, 1.º Conde de Upper Ossory, e de sua mulher, Lady Evelyn Leveson-Gower.

²¹ Mary Clarke (1747-1835), mãe de Lady Holland, casou em segundas núpcias com Sir Gilbert Affleck (1740-1808), 2.º Baronete, de Dalham Hall, passando, então, a chamar-se Lady Affleck.

²² Reverendo Sydney Smith (1771-1845), escritor inglês, natural de Essex, filho de Robert Smith (1827), comerciante, e de sua mulher Maria (†1801). Era irmão de Robert Percy Smith (1770-1845), conhecido pelo diminutivo 'Bobus', assíduo frequentador da Holland House.

²³ Francis Horner (1778-1817), político escocês, filho de John Horner e de sua mulher Joanna.

²⁴ Reverendo Matthew Marsh, acompanhou os Holland à Península em 1802-1805.

²⁵ Charles Richard e Henry Edward Fox, filhos de Lady e Lord Holland.

²⁶ Anne Caroline Stéphanie Sims, Lady Pamela Fitzgerald (†1831), protegida da Condessa de Genlis (1746-1830), crê-se que filha desta com Louis-Philippe Joseph (1747-1793), Duque de Orléans, casou em 1792 com Lord Edward Fitzgerald (1763-1798), aristocrata e revolucionário irlandês, filho de James Fitzgerald (1722-1773), 1.º Duque de Leinster, e de sua mulher, Lady Emilia Mary (1731-1814).

²⁷ Louis, Conde de Starhemberg, diplomata austríaco, foi Embaixador em Londres.

²⁸ Possivelmente William Howe (1729-1814), 5.º Visconde Howe, oficial do exército, filho de Emanuel Scrope Howe, 2.º Visconde Howe (1698/9-1735).

²⁹ George Granville Leveson-Gower (1758-1833), 1.º Duque de Sutherland, filho de Granville Leveson-Gower (1721-1803), 2.º Conde Gower e 1.º Marquês de Stafford, e de sua segunda mulher, Lady Louisa Egerton (1723.1761).

³⁰ Archibald Hamilton (1770-1827), político britânico, filho de Archibald (1740-1819), 9.º Duque de Hamilton e 6.º Duque de Brandon, e de sua mulher, Lady Harriet Stewart (†1788).

³¹ Francis Rawdon Hastings (1754-1826), 1.º Marquês de Hastings e 2.º Conde de Moira, militar e político britânico, natural de Dublin, filho de Sir John Rawdon (1720-1793), e de sua mulher, Lady Elizabeth Hastings (1731-1808).

³² George Tierney (1761-1830), político britânico, natural de Gibraltar, filho de Thomas Tierney e de sua mulher, Sabina (†1806).

³³ Lord William Russell (1767-1840), aristocrata inglês, filho de Francis Russell (1739-1767), Marquês de Tavistock, e irmão de Francis e John Russell, 5.º e 6.º Duques de Bedford.

³⁴ Charles Grey (1764-1845), Visconde Howick, posteriormente, 2.º Conde Grey, político e estadista britânico, filho do General Charles Grey (1729-1807) e de sua mulher, Elizabeth (†1822). Foi Primeiro-ministro do Reino Unido entre 1830 e 1834.

³⁵ Paul Pál Antal Esterházy de Galántha (1786-1866), Príncipe húngaro, casou com Maria Theresia von Thurn und Taxis (1794-1874), Princesa de Thurn e Taxis.

³⁶ Barão Jacobi Kloest, diplomata, representou a Prússia no Congresso de Viena.

³⁷ James Monroe (1758-1831), diplomata norte-americano, foi o 5.º Presidente dos Estados Unidos da América (1817-1825). Encontrava-se em Londres em missão extraordinária, juntamente com William Pinkney, para discutir questões relacionadas com o

direito marítimo internacional.

³⁸ William Pinkney (1764-1822), diplomata norte-americano, acompanhou James Monroe a Londres numa comissão extraordinária.

³⁹ Thomas Erskine (1750-1823), 1.º Barão Erskine, jurista e político britânico, exerceu o cargo de Chanceler (*Lord Chancellor*) no governo de coligação liderado por William Wyndham Grenville (1759-1834), que ficou conhecido como 'Ministério de Todos os Talentos' (1806-1807).

⁴⁰ Possivelmente Eliza Monroe Hay (1786-1835), filha mais velha de James Monroe.

⁴¹ Richard Sharp (1759-1835), comerciante, político, poeta e crítico britânico, filho de Richard Sharp (1737-1765) e de sua mulher, Elizabeth Adams (1739-1799). Era amigo do poeta Samuel Rogers (1763-1855) e assíduo frequentador da Holland House, onde ficou conhecido pela alcunha de 'Conversa Afiada' (*Conversation Sharp*).

⁴² Possivelmente Mr Duff, Cônsul Britânico para Cádiz, mencionado nos diários de viagem a Espanha (v. Vassall, *The Spanish Journal of Elizabeth Lady Holland* 52-53).

⁴³ Conde Ferdinand Pálffy von Erdöd (1774-1840), aristocrata e engenheiro de minas austriaco, filho de Leopold Pálffy von Erdöd (1739-1799).

⁴⁴ Frederick Howard (1748-1825), *Lord Morpeth*, posteriormente, 5.º Conde de Carlisle, político e diplomata britânico, filho de Henry Howard (1694-1758), e de sua segunda mulher, Isabella (1721-1795), filha de William Byron, 4.º *Lord Byron*.

⁴⁵ Barão d'Alopens.

⁴⁶ Konstantin von Benckendorff (1785-1828), general e diplomata russo, irmão da Princesa Dorothea von Lieven (1785-1857), mulher do Príncipe Khristofor Andreyevich Lieven, Embaixador da Rússia para a Grã-Bretanha entre 1812 e 1834, assíduos frequentadores da Holland House.

⁴⁷ *Lady* Louisa Augusta Conolly (1743-1821), filha de Charles Lennox (1701-1750), 2.º Duque de Richmond e Lennox, e de sua mulher, Sarah (1706-1751), casou em 1758 com Thomas Conolly (1738-1803).

⁴⁸ George John Spencer (1758-1834), 2.º Conde Spencer, político e bibliófilo britânico, filho de John Spencer (1734-1783), 1.º Conde Spencer, e de sua mulher, Georgiana Spencer (1737-1814).

⁴⁹ Henry Peter Brougham (1778-1868), 1.º Barão Brougham e Vaux, jurista, político e estadista britânico, natural da Escócia, foi um dos fundadores da *Edinburgh Review*.

⁵⁰ Bartholomew Frere (1776-1851), diplomata britânico, filho do arqueólogo John Frere (1740-1807) e de sua mulher, Jane Hookham, e irmão John Hookham Frere (1769-1846), também diplomata de carreira. Estiveram ambos em Portugal em 1800-1802, Bartholomew como Secretário da Legação Britânica e Encarregado de Negócios, o irmão na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

⁵¹ Possivelmente John Abercrombie (1780-1844), médico escocês natural de Aberdeen.

⁵² Henry Vassall Webster (1793-1847), filho do primeiro casamento de Elizabeth Vassall com Sir Godfrey Webster (1748-1800), 4.º Baronete Webster.

⁵³ Thomas Moore (1779-1852), poeta irlandês, natural de Dublin, filho de John Moore (1741-1825), comerciante de vinhos, e de sua mulher, Anastasia Codd (1749-1832).

⁵⁴ Henry George Herbert (1772-1833), *Lord Porchester* e 2.º Conde de Carnarvon, político britânico, filho de Henry Herbert (1741-1811), 1.º Conde de Carnarvon, casou com Elizabeth Kitty (†1813).

⁵⁵ Don José Miguel de la Cueva y de la Cerda (1775-1811), 14.º Duque de Albuquerque, faleceu a 18 de Fevereiro de 1811 na cidade de Londres, para onde havia sido enviado como Embaixador pela *Junta Suprema Central Gubernativa del Reino*.

- ⁵⁶ Don Adrés Ángel de la Vega Infanzón, jurista espanhol, natural das Astúrias.
- ⁵⁷ Sir Robert Thomas Wilson (1777-1849), oficial inglês, comandou a Real Legião Lusitana durante as Invasões Francesas.
- ⁵⁸ Sir Robert Adair (1763-1855), político e diplomata, filho de Robert Adair, cirurgião de Jorge III.
- ⁵⁹ Don Carlos José Gutiérrez de los Ríos (†1822), 7.º Conde de Fernán-Núñez e 1.º Duque de Fernán-Núñez, político e diplomata espanhol, filho de Don Carlos José Gutiérrez de los Ríos e de D. Maria Sarmiento.
- ⁶⁰ John Nicholas Fazakerley (†1852), deputado britânico.
- ⁶¹ Charles Augustus Bennet (1776-1859), *Lord Ossulstone*, posteriormente 5.º Conde de Tankerville, filho de Charles Bennet (1743-1822), 4.º Conde de Tankerville, e de sua mulher, Emma Colebrooke (1752-1836). Casou em 1806 com Armandine Sophie Leonie Corisande de Gramont (†1865), filha de Antoine, Duque de Gramont.
- ⁶² D. Pedro de Sousa e Holstein (1781-1850), *conti di Sanfré* na nobreza Piemontesa, 1.º Conde, Marquês e Duque de Palmela, filho de D. Alessandro de Sousa e Holstein (1751-1803), diplomata português, e de sua mulher, D. Isabel Juliana Sousa Coutinho Monteiro Paim (1753-1793), casou em 1810 com D. Eugénia Francisca Xavier Teles da Gama (1798-1848), filha de Domingos Xavier de Lima e de D.^a Eugénia Maria Teles de Castro da Gama (1776-1839), 7.º Marquesa de Niza.
- ⁶³ Possivelmente Richard Wellesley (1760-1842), Marquês Wellesley, Governador-geral de Bengal, filho de Garret Wesley (1735-1781), Conde Mornington, e de sua mulher, Anne (1742-1831), e irmão do Duque de Wellington.
- ⁶⁴ Don José Maria Blanco y Crespo (1775-1841), vulgarmente conhecido por Joseph Blanco White, escritor, teólogo e jornalista espanhol de ascendência irlandesa.
- ⁶⁵ William George Spencer Cavendish (1790-1858), 6.º Duque de Devonshire, filho de William Cavendish (1748-1811), 5.º Duque de Devonshire, e de sua mulher, *Lady Georgiana* (1757-1806).
- ⁶⁶ George Howard (1773-1848), Visconde Morpeth e 6.º Conde de Carlisle, político e estadista britânico, filho de Frederick Howard e de *Lady Margaret Leveson-Gower*, já citados, casou com *Lady Georgiana Cavendish* (1783-1858), filha de William Cavendish, 5.º Duque de Devonshire.
- ⁶⁷ *Lady Harriet Elizabeth Georgiana Howard* (1806-1868), filha de George Howard (1773-1848), 6.º Conde de Carlisle, e de sua mulher, *Lady Georgiana Cavendish* (1783-1858), casou com George Granville Sutherland-Levenson-Gower (1786-1861), Conde Gower e Marquês de Stafford.
- ⁶⁸ Samuel Rogers (1763-1855), poeta inglês, filho de Thomas Rogers (1734/5-1793) e de sua mulher, Mary (1734/5-1776).
- ⁶⁹ Sir James Mackintosh (1765-1832), político, deputado, historiador e ensaísta britânico, natural da Escócia, filho de John Mackintosh (†1788) e de sua mulher, Marjory (1739-1780).
- ⁷⁰ *Sergeant Lens*, magistrado.
- ⁷¹ Sir Samuel Romilly (1757-1818), jurista e político inglês, filho de Peter Romilly (1712-1784) e de sua mulher, Margaret Garnault, casou com Anne Garbett (c.1773-1818), cuja morte em 1818 levou a suicidar-se cinco dias mais tarde.
- ⁷² Elizabeth Armistead (1750-1842), cortesã, casou secretamente com Charles James Fox em 1795, com quem teve uma filha, que surge mencionada mais à frente como Mrs. Fox.
- ⁷³ Sir John Charles Villiers (1757-1838), 3.º Conde de Clarendon, político e diplomata britânico, filho de Thomas Villiers (1709-1786), 1.º Conde de Clarendon, e irmão de Thomas Villiers (1753-1824), 2.º Conde de Clarendon, a quem sucedeu no título em 1824. Casou com Maria Eleanor Forbes (1756/7-1838), sua prima direita. Foi nomea-

do Ministro Plenipotenciário para Lisboa em 1808, onde permaneceu até Fevereiro de 1810, quando *Sir Charles Stuart* o veio render.

⁷⁴ Possivelmente uma das irmãs de Palmela, visto que as suas filhas eram ainda muito novas.

⁷⁵ *Sir William Keir Grant* (1771-1852), oficial do exército, filho de Archibald Keir, da Companhia das Índias.

⁷⁶ Frederick James Lamb (1782-1853), Barão Beauvale e 3.º Visconde Melbourne, diplomata britânico, filho de Elizabeth Lamb, Viscondessa Melbourne (†1818).

⁷⁷ Possivelmente o Morgado de Mateus, dado que Sousa Coutinho surge, nesta época, mencionado como Conde do Funchal.

⁷⁸ *Sir Peter Burrell* (1754-1820), 1.º *Lord Gwydir*, casou em 1779 com Priscilla Bertie, 21.ª Baronesa Willoughby de Eresby (1761-1828).

⁷⁹ George James Welbore Agar-Ellis (1797-1833), 1.º Barão Dover, erudito e político britânico, filho de Henry Agar-Ellis, 2.º Visconde Clifden, e de *Lady Caroline*, casou em 1822 com *Lady Georgiana Howard*, filha de George Howard (1773-1848), 6.º Conde de Carlisle, e de sua mulher, *Lady Georgiana Cavendish* (1783-1858).

⁸⁰ *Sir Humphry Davy* (1778-1829), 1.º Baronete, químico britânico, natural de Penzance (Cornualha), filho de Robert Davy, casou em 1812 com Jane Apreece (1780-1855), viúva abastada de origem escocesa.

⁸¹ George Hibbert (1757-1837), comerciante, fundou a firma Hibberts, Fuhr, and Purrier ligada ao comércio com a Jamaica, onde *Lady Holland* era proprietária de vastas explorações de açúcar.

⁸² George Hamilton-GorDon (1784-1860), 4.º Conde de Aberdeen, político e estadista britânico, filho de George GorDon (1764-1791), *Lord Haddo*, e de sua mulher, Charlotte, casou em 1805 com Catherine Elizabeth (1784-1812). Foi Primeiro-ministro do Reino Unido entre 1852 e 1855.

⁸³ Constantine Henry Phipps (1797-1863), 1.º Marquês de Normanby, político e diplomata britânico, filho de Henry Phipps (1755-1831), 1.º Conde de Mulgrave, e de sua mulher, Martha Sophia Maling (†1849), casou em 1818 com Maria (1798-1882), filha de Thomas Henry Liddell, 1.º Barão Ravensworth.

⁸⁴ *Baron Falk*, Ministro holandês para Londres, e sua mulher.

⁸⁵ Richard Heber (1773-1833), bibliófilo afamado e Membro do Parlamento em representação da Universidade de Oxford.

⁸⁶ William Charles Keppel (1772-1849), 4.º Conde de Albermale, político britânico, filho de George Keppel, 3.º Conde de Albermale e de sua mulher, Anne, filha de *Sir John Miller*.

⁸⁷ John FitzGibbon (1792-1851), 2.º Conde de Clare, filho de John FitzGibbon (1748-1802), 1.º Conde de Clare.

⁸⁸ Stratford Canning (1786-1880), Visconde Stratford de Redcliffe, diplomata britânico, filho de Stratford Canning (†1787) e de sua mulher, Mehitabel (Hetty) Patrick (†1831), era primo direito de George Canning.

⁸⁹ *Sir George Robinson* (1765-1833), 6.º Baronete Robinson.

⁹⁰ Gerald Frederick Byng (1784-1871), filho mais novo do 5.º Visconde Torrington, foi oficial administrativo do Foreign Office (1801-1839).

⁹¹ Trata-se de uma irmã de Samuel Rogers (1763-1855), já mencionado.

⁹² William Stewart Rose (1775-1843), poeta e tradutor, filho de George Rose (1744-1818) e de sua mulher, Theodora (1744-1834), e irmão do diplomata George Henry Rose (1770-1855).

⁹³ Robert Saunders Dundas (1771-1851), 2.º Visconde Melville, político britânico originário da Escócia, filho de Henry Dundas (1742-1811), 1.º Visconde Melville, e de sua mulher, Elizabeth (1751-1843).

⁹⁴ *Comte de Grefulhe*.

⁹⁵ Trata-se, possivelmente, de João Baptista de Almeida Garrett (1799-1854), um dos milhares de emigrados políticos portugueses que procuraram a protecção da Grã-Bretanha durante a usurpação miguelista. Garrett colaborava à época com Palmela, que o nomeou adido cultural da Legação Portuguesa para Londres em 16 de Abril do ano seguinte.

⁹⁶ *Lady Mary FitzClarence* (1798-1864), filha ilegítima do futuro Guilherme IV, com a sua amante Dorothy Jordan, casou em 1824 com Charles Richard Fox (1796-1873), filho mais velho de *Lady* e *Lord* Holland, também ilegítimo em virtude de ter nascido antes do casamento dos progenitores.

OBRAS CITADAS

Fontes Impressas

Artigos

- 'Court Circular.' *The Times* 20 July 1891: 9.
- 'Court Circular.' *The Times* 24 July 1891: 9.
- Gorton, L. J. 'The Holland House Papers and their history.' *The British Museum Quarterly* 29.3-4 (1965): 71-18.
- Macaulay, Thomas B. 'The Late Lord Holland.' *The Edinburgh Review: or Critical Journal* 73: 148 (July 1841): 560-568.
- Roberts, William. 'Saint-Amant, Holland House, and the Queen of England.' *Analecta Husserliana: The Yearbook of Phenomenological Research* 81 (2004): 45-60.
- Sousa, José Baptista de. 'Catão em Plymouth.' *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* 10 (2001), 23-41.
- . 'Lady Holland: breve nota biográfica.' *Três diários de viagem em Portugal em 1808-1809*. Lisboa: Caleidoscópio, CETAPS, 2011. 71-74.

Livros

- Byron, George. *English Bards, and Scotch Reviewers: A Satire*. 2nd ed. London: Printed for James Cawthorn, 1809.
- Denny, Barbara and Starren, Carolyn. *Kensington Past*. London: Historical Publications, 1998.
- Fox, Henry Richard V., Vassall, Elizabeth and Allen, John. *Três diários de viagem em Portugal em 1808-1809*. Lisboa: Caleidoscópio, CETAPS, 2011.
- Greville, Charles. *The Greville Memoirs: a journal of the Reigns of King George IV and King William IV*. 3rd ed. 2 vols. London: Longmans, Green, and Co., 1875.
- Hudson, Derek. *Holland House in Kensington*. London: Peter Davies, 1967.
- Ilchester (Strangways, Giles Stephen Holland Fox). *Chronicles of Holland House 1820-1900*. New York: E. P. Dutton, 1938.
- . *The Home of the Hollands 1605-1820*. New York: E. P. Dutton and Company, 1937.
- Keppel, Sonia. *The Sovereign Lady: a life of Elizabeth Vassall, third Lady Holland, with her family*. London: Hamish Hamilton, 1974.
- Liechtenstein, Marie. *Holland House*. 2 vols. London: Macmillan, 1874.
- Nichols, John, ed. *The Processions, and Magnificent Festivities, of King James the First, His Royal Consort, Family, and Court...* 4 vols. London: Printed by and for J. B. Nichols, 1828.

- Queirós, Eça de. *Cartas de Inglaterra*. Porto: Livraria Chardron, 1916.
- Soriano, Simão José da Luz. *Revelações da minha vida e memórias de alguns factos, e homens meus contemporaneos*. Lisboa: Typographia Universal, 1860.
- . *Historia da Guerra Civil e do restabelecimento do governo parlamentar em Portugal comprehendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino desde 1777 até 1834*. 19 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1890.
- Sousa, José Baptista de. *Almeida Garrett (1799-1854), Founder of Portuguese Romanticism: A Study in Anglo-Portuguese Cultural Interaction*. Lewiston / Queenston / Lampeter: Edwin Mellen Press, 2011.
- Vassall, Elizabeth. *The Journal of Elizabeth, Lady Holland (1791-1811)*. 2 vols. London: Longmans, Green, and Co., 1908.
- . *The Spanish Journal of Elizabeth Lady Holland*. London: Longmans, Green, 1810.

Fontes Manuscritas

British Library, Holland House Papers, MSS, Dinner Books (1799-1845) Add. 51950-57.

**COMÉRCIO EM TEMPOS DE GUERRA:
A CORRESPONDÊNCIA DE SAMUEL FARRER – PARTE 2
(SETEMBRO DE 1812-JUNHO DE 1813)***

António Lopes
Universidade do Algarve
CETAPS

Na sequência do artigo publicado no número anterior da *REAP*, apresenta-se aqui a tradução da correspondência havida entre Samuel Farrer, comerciante de lãs a residir em Lisboa, e o seu irmão, Thomas Farrer, fabricante de lanifícios sediado em Leeds, desta feita no período compreendido entre Setembro de 1812 e Junho do ano seguinte. A par das cartas de Samuel Daniel Broughton (*Letters from Portugal, Spain, & France, written during the Campaigns of 1812, 1813, & 1814*) ou de George Augustus Bradford (*Letters from Portugal Spain, Sicily and Malta, in 1812, 1813, and 1814*), este espólio inédito contribui com mais uma perspectiva epistolar sobre o Portugal saído da ocupação francesa.

Estimado Irmão,

Lisboa, 3 de outubro de 1812

Tive este prazer em 19 do último. Não recebi cartas de casa. As duas últimas [são de] sócios. A última que tenho de si é de 1 de setembro & as que nós temos até 16 são de Leeds. V— não se deve atrasar mais do que 2 correios. Na próxima segunda-feira irei embarcar para si cerca de 2000 £ de lã muito boa.

* Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Espero que o *Alert* tenha chegado com a minha última carga & V— disporá dela tal como estipulei na minha última. Não tenho fazenda em mãos mas acabei de ouvir dizer que o *Adventure* aportou e espero que me traga algo. Considerando o mau estado deste mercado, até consegui vender as minhas bastante bem. V— há de dizer ao Topham para cortar mais raso na tesouragem das nossas fazendas. O pelo da lã está bastante longo. A nossa fazenda preta é a pior que V— me enviou. Eu creio que algumas horas apenas as deixam com um pouco de oleosidade¹ no acabamento. Não são boas cores tão-pouco. Os verdes são cores bastante boas em geral. As minhas últimas mesclas tinham todas o mesmo tom ou quase, se bem que eu lhe tenha dito a si repetidamente para mandar fazer tanto as mesclas como os verdes de tons diferentes. V— tem também de mandar fiar um pouco melhor & de se assegurar em particular quanto ao acabamento. Gostaria que V— passasse um dos fardos pela cardação. Junto uma encomenda de Ribeiro & Silva. Já há 12 meses que tento uma encomenda desta casa sem o conseguir até agora. Por isso V— tem de ser muito escrupuloso na sua execução. Os Brookes e um outro homem costumam servi-los. V— não deve deixar que o Topham saiba para quem é. Assim, V— não deve processar o fardo aí, porque assim que ele vir R&S, saberá para quem é. Ultimamente, quem os tem servido é o Abraham, e eles estão muito satisfeitos com ele & só me fizeram esta encomenda por uma questão de amizade. V— tem facturado os nossos sortidos demasiado caros. Tanto assim que tenho sido obrigado a dar—em vez dos 5 por cento a pronto—10 a 13 por cento. V— deve saber que temos concorrentes muito fortes & muitos deles em primeiro lugar. Deverá cuidar de comprá-las de facto muito baratas, & então se conseguirmos um lucro de 5 por cento dar-nos-emos por satisfeitos até que venham melhores tempos. Esta casa pagar-me-á em dinheiro quando receber a factura. Como é hábito, expeça-ma por barco. Vou enviar-lhe as próximas encomendas para este mesmo tipo de fazenda. Assim V— poderá comprar peças completas em vez das pontas, está a ver o que quero dizer? 2 peças de azuis & 2 de mistura a partir de 7/ - 7/6 & 6 de pretos ao mesmo preço, também na mesma proporção a 9/ - 9/6, o que dá tudo 20 [ilegível]. Espero que V— não tente enganar esta casa. São esquisitos. Nunca encontram defeito, mas, se forem mal servidos, não voltam a fazer outra encomenda. Por isso V— ficará sem receber futuros

¹ Provável referência à lanolina, substância naturalmente produzida pelos animais laníferos que contribui para a impermeabilização do pelo e que é extraída no processamento dos têxteis.

favores e eu zangado consigo. V— tem de ter as mesclas [papel danificado] as cores. Não importa se variar o preço entre 6 e 9 a jarda, no caso de não conseguir mesmo evitá-lo. Uma vez que eles estão muito necessitados destas fazendas, aproveite todas as oportunidades para lhas expedir sempre que possa. Se eles forem bem servidos, far-me-ão uma encomenda de superfinos. Lembre-se também de que isto traz consigo um(a) grande [ilegível]. Estou à espera que me chegue ainda esta noite uma nova encomenda, mas mais pequena, de uma outra casa, em tudo tão boa quanto as do Ribeiro da Silva. Julgo que praticamente nunca fizeram qualquer encomenda a uma casa de Leeds a não ser à de John & E. Brookes. V— também terá de ser cuidadoso na manufatura quer de uma, quer de outra. Continuo a desejar o restabelecimento da saúde do meu Pai. Lembranças à Irmã, do seu

Estimado Irmão,

Saml. Farrer Jnr.

PS Diz-se por cá esta tarde que o Castelo de Burgos foi tomado de assalto pelo nosso bravo exército... Se entretanto vir o Sr. S. Becket diga-lhe para entregar em mão a carta do Gibson, que por sua vez pediu para se trazer uma dele, mas V— não iria condescender e dizer-lhe para ser educado com toda a gente.

Estimado Irmão,

Lisboa, 11 de outubro de 1812

Desde a minha de 3 do corrente, vi uma carta desnecessária dirigida ao Ambrose Pollet, de 21 do mês transato. Que necessidade tinha de o informar de ter expedido dois fardos para Liverpool? Ainda não me fui de Lisboa, nem espero sair nas próximas semanas. E mesmo que tivesse saído ou deixado de sair, V— deveria ter-me escrito. Eu teria recebido somente uns quantos dias depois, ou então teria sido o meu escriturário, que me tem substituído na minha ausência. Atrevo-me a dizer que V— não só se desleixou ao não me escrever, como também— graças à sua falta de discernimento—impediu que G. Sagner e o Sr. Ellwand me escrevessem. Esteja eu cá ou não, escreva-lhes na mesma. Lamento que o *Alert* ainda não tenha chegado, já que saiu de cá no dia 6 ou 7 do mês passado com o comboio. Como lhe referi anteriormente, nesta época do ano V— deveria fazer um seguro de pelo menos parte, e aí mencionar qual

a parte que segura & não parte do montante total, porque em caso de dano nós não poderíamos vender por causa do segurador marítimo. Tenho agora o prazer de anexar factura & conhecimento de carga de 52 sacas de lã muito boa. Encontrará nas 14 sacas grandes uma lã excelente. Não me venda um único saco dessa qualidade. A outra é mais ou menos a mesma lã que o R. recebeu, mas melhor sortida. Também junto uma encomenda de Joaquim Murta da Silva, que V— deve efectuar com a maior celeridade possível & também a ser cobrada com um preço muito baixo. É um dos clientes do Abm. Rhoades, & ele tem uma outra encomenda idêntica à nossa que segue neste mesmo correio. Este é um teste para ver quem serve melhor, ou seja, quem lhes envia mais depressa & mais barato. Eu já lhe tinha dito a si que 4 a 5 por cento é sempre dado mediante pronto pagamento, quero eu dizer dinheiro vivo &, se nós conseguirmos 4 a 5 por cento de lucro, já será tanto quanto pode se esperar nos tempos que correm. Mas a primeira coisa a considerar é V— cuidar de as comprar baratas, senão, caso V— não cobrasse lucro algum, isso não seria do agrado deles. Eu gostaria que V— tivesse a sua própria fábrica de enrolamento e embalamento e que não deixasse mais ninguém pôr as marcas &c. O que todos eles desejam é que V— não compre lã áspera. Se bem que na lavagem aparente ser boa, acaba por revelá-lo no acabamento dos tecidos. Não deixe uma felpa muito longa à superfície, mas também não demasiado curta. A minha estima ao Pai & Irmã e permaneço

O seu estimado Irmão,

Sml. Farrer Jnr.

[A vermelho] Não estou certo se irei a Espanha antes da primavera já que o mercado da lã está tão em baixo em Inglaterra.

Factura de 52 Fardos de Lã Espanhola Embarcados para Liverpool a Bordo do Hope, Capitaneado por [em branco] à Consignação dos Srs. T. & S. Farrer

	Nº										
--	----	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

² As quatro principais qualidades de lãs são R: refina; F: fina; A: aninho; S: segunda.

R ²	1	3	16	R	11	3	16	A	21	3	8
"	2	3	14	"	12	3	16	"	22	3	8
"	3	3	16	"	13	3	16	"	23	3	8
"	4	2	18	"	14	3	16	"	24	3	8
"	5	3	16	F	15	3	12			12	32
"	6	3	16	"	16	3	14				
"	7	3	14	"	17	3	14				
"	8	3	16	R	18	3	16		P B	2518	
"	9	2	24	S	19	2	12		T	156	
"	10	3	16	"	20	2	12			2362 lib.	
		28	166			28	144				

$$2362 \text{ lib. a } 640 = 1511\$680$$

	25	2	30		35	6	24		45	3	14
	26	6	16		36	5	4		46	3	12
	27	6	20		37	6	24		47	3	14
	28	6	24		38	6	20		48	3	14
	29	3	16		39	6	20		49	3	12
	30	3	6		40	6	16		50	3	14
	31	3	14		41	6	26		51	6	24
	32	2	16		42	6	20		52	2	24
	33	3	18		43	6	20			26	128
	34	6	26		44	2	30				
		40	186			55	204				

$$\begin{array}{r}
 10 \text{ F } 40.186 \\
 10 \text{ F } 55.204 \\
 8 \text{ F } \underline{26.128} \\
 121.518
 \end{array}$$

P. B.	4390	
Tara	<u>263</u>	
	4127 lib a 640=	2641\$280
		4152\$960
Desconto sobre 1511\$680 a 26 $\frac{3}{4}$ %		233\$405
Desconto sobre 2641\$280 a 27 %	<u></u>	<u>412\$223</u>
		4798\$588

Encargos		
Taxa aduaneira	248\$400	
Taxa de exportação	103\$820	
Transporte por barcas	7\$200	
Marcação e remendagem	15\$510	
Despachante	23\$993	
		<u>319\$144</u>
		5197\$511
Comissão a 3%		<u>155\$925</u>
		5353\$436

Dá 4/10/4 por libra de peso
 £ 1574,18,9
 9 de outubro de 1812

Estimado Irmão, Lisboa, 17 de outubro de 1812

Com referência à minha de 10 do corrente, recebi o seu favor de 29 do mês transato e tomei nota do seu conteúdo. Se bem que as nossas fazendas não sejam desgostadas, ficam muito aquém das do Oeste de Inglaterra, & tenho a certeza de que não cabe nem a si nem ao Topham igualarem as fazendas de Londres. Receio que por dar-lhe a si um pequeno elogio isso lhe vá alimentar a vaidade e o faça tornar-se negligente de futuro, mas creia-me que ainda tem muito que melhorar. Junto anexo as encomendas de Ribeiro & Silva com amostras, & V— também deve enviar metade dessa quantidade a António Oliveira Machado segundo as mesmas amostras e também 4 pretos e 3 mesclas do mesmo tom que aquelas que lhe foram enviadas a si na sua última encomenda. Deve mandar pôr a mesma marca nos selos de chumbo e nos fardos, no primeiro R&S e no segundo AOM. Se consultar as minhas outras cartas, verá o quão

enfaticamente tenho recomendado esses(as) [ilegível] e o quão necessário é termos a nossa própria oficina de embalamento. Tomei erradamente a palavra “tapado”³ por “muito prensado” mas eu devia ter-lhe dito “acamurçado” e não “com textura de manta”. Eles não querem as fazendas muito prensadas. De qualquer modo, V— tem de pegar nalgumas e mandar amaciá-las, sem descurar as cores. Se não tiver cuidado e não comprar barato, não será capaz de vencer a Rhoades & Brookes, & se fracassar nisto passarei a considerá-lo um incompetente. Dentro de alguns correios far-lhe-ei uma remessa. O *Hope* levantou âncora ontem com o comboio. O conhecimento de carga & a factura já lhe tinha enviado no último correio em caso de necessidade. Junto agora uma outra. Com os melhores cumprimentos ao Pai, permaneço,

O seu Irmão,

Saml. Farrer

Estimado Irmão,

Lisboa, 20 de outubro de 1812

Serve a presente apenas para apensar uma letra de câmbio no valor de 205,18,0 sobre J. T. Watson Nelson & Co. de Londres. Esqueci-me de lhe dizer na minha de 17 para não receber nada dos Brookes de Leeds depois de ter passado pelo armazém deles. Não sei como eles podem ter o descaramento de lhe fazer uma oferta a si. Tal como disse na minha de 17, far-lhe-ei uma remessa tão cedo quanto possível e nunca inferior a 1000£ a somar à presente. Espero que o *Alert* tenha chegado em segurança. V— tem de fazer sempre um seguro nesta época do ano. Se for negligente a este respeito, sê-lo-á por sua própria conta e risco. Não tenho ainda em terra o fardo transportado pelo *Barbara & Ann*, mas ouvi dizer que tem o cordame danificado.

O seu estimado Irmão,

Sml. Farrer Jnr.

[Ainda no verso da carta anterior]

24 de outubro

³ Em português no original.

Gostaria que fosse um pouco mais explícito na sua correspondência comigo e dissesse de que pilhas são as fazendas manufacturadas, de modo a que eu possa saber quem [são] as pessoas, mas também quanto nos vai custar a mercadoria, já que se fazem uns descontos tão grandes. Gostaria de saber se vale a pena acompanhar o comércio dos produtos manufacturados. Alguma da nossa gente de Leeds anda a cobrá-los entre 23/ e 24/ a jarda, e sobre esse valor eles fazem um desconto de 10 por cento. Estou seguro de que ninguém lhes compra a lã tão barata quanto eu, & eu compro a melhor, com exceção da que [vem] pelo *Alert*. Não use nenhuma dela na sua produção. Caso haja necessidade mando-lhe um outro conhecimento de carga. Faça seguro do montante total & lucro, se lhe for possível.

Estimado Irmão,

Lisboa, 14 de novembro de 1812

Desde a minha de 24 do mês transacto recebi a sua de 5 de outubro. Andamos com um atraso de 4 correios. Um chegou hoje de manhã mas as cartas não serão entregues se ficar detido por um dia ou dois. Far-lhe-ei remessa de quinhentas libras & enviar-lhe-ei uma outra dentro de uns quantos correios. O comércio anda muito parado e, não tendo havido chegadas de Inglaterra, isso deixa-me muito depauperado. Os ventos continuam contrários. Não recebi nada desde o fardo 389. Na realidade, até à chegada do paquete de hoje não havia chegadas de Inglaterra, já lá iam 4 semanas. V— tem de pôr o Topham a cortar as nossas fazendas mais curtas e a não dar tanto lustre às nossas melhores. Só deveriam ser preparadas a frio. Os mercadores aqui dizem que a nossa fazenda é melhor do que a do Butterworths, mas não tem bom acabamento até que o Topham lhe dê o estilo das do Oeste de Inglaterra, tanto quanto ele consiga.

Com os melhores cumprimentos ao Pai, permaneço
O seu estimado Irmão,

Saml. Farrer

Estimado Irmão,

Lisboa, 21 de novembro de 1812

Desde que lhe escrevi a 14 do corrente, recebi o seu favor de 20 do mês transacto. O *David* também aportou cá em segurança com 2 fardos para mim. As mesclas no N.º 391 são mais ou menos do tom procurado. Também os castanhos & verdes têm uma boa cor. V— deve procurar ter 3 peças de castanhos em cada fardo, mas não tantas mesclas & não menos do que 3 verdes. Tenho agora o prazer de apensar uma letra de câmbio sobre Wm. Kaynes & Co. no valor de 500£, i.e. quinhentas libras & far-lhe-ei outra remessa dentro de poucas semanas. De momento tenho pouco dinheiro. Espero que as últimas lãs tenham chegado com segurança a casa quando receber a presente. Os exércitos inglês, português e francês estão todos em movimento. Espero que nos próximos dias recebamos deles algumas boas e importantes notícias. O comércio anda muito parado. Eu penso que está a piorar em vez de melhorar. Se os franceses forem derrotados na Rússia esta situação irá sem dúvida alterar-se. A lã encarecerá se o comércio piorar. De qualquer modo, a lã sempre deve ficar mais cara, uma vez que muitos rebanhos espanhóis já foram destruídos pelos exércitos, & se formos corridos de Espanha creio que Bonaparte tratará de que não consigamos um único arrátel de lã daquele país, & certamente o fará se sair vitorioso na Rússia. Espero que na sua próxima me dê a notícia de que a minha Irmã já se encontra recuperada da sua constipação. Com os melhores cumprimentos ao Pai e à Irmã, permaneço de boa saúde

O seu Irmão que muito o estima,

Saml. Farrer Jr.

PS Nos selos de chumbo V— deve marcar 7 jardas a menos do que o comprimento real, exceptuando numa peça só com 5 jardas menos, & ponha uma marca assim X para que possamos saber qual é. A letra em anexo carece de ser endossada assim: T. &

S. Farrer

Estimado Irmão,

Lisboa 29 de novembro de 1812

Desde que lhe escrevi em 21 do corrente, recebi as suas de 2 & 9 do corrente e tomei conhecimento do respectivo conteúdo.

As 66 sacas de lã foram facturadas àquele preço [mas] não fui eu [quem o definiu] &, quando lhe escrevi a indicar quanto eu tinha dado por ela, não incluí as taxas e outros encargos que [papel danificado] 5 ou 6 *pence* a libra de peso. A R⁴ deve valer mais do que 4/-. O propósito da presente é dizer ao banco para reduzir tanto quanto possível os encargos sobre as 205.18.6 £ que lhe enviei em 20 de outubro sobre J. & T. Watson Nelson & Co., visto que essa casa deixou de fazer pagamentos. Enviar-lhe-ei outra remessa no próximo correio, já que o Sr. Conte me irá pagar de volta o dinheiro da letra supra. Assim, enviar-lhe-ei 500£. Escrevi para Birmingham a encomendar uma arma de fogo e solicitei-lhes que a enviassem ao Coupland em Liverpool. Escreva ao Coupland a pedir-lhe que tenha cuidado com o modo como a vai expedir, uma vez que não é permitida a exportação de armas de fogo. Se V— conseguir enviar-me um pequeno *Springer* ou antes um *Cock Dog*⁵, faça-o sem demora. Escrever-lhe-ei na próxima volta do correio & também à Irmã & diga-lhes que permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml. Farrer J.

Estimado Irmão,

Lisboa, 28 de novembro de 1812

Tive este prazer em 21 do corrente, e desde então recebi os seus favores de 2 & 9 do corrente. Fiz-lhe uma remessa de 500£ sobre o Wm. Kaynes & Co. & agora apenso uma segunda, em caso de necessidade, também com uma primeira sobre a Exma. Comissão do Tesouro da Câmara dos Lordes no valor de mil libras N.º 890, que eu desejo que lhe chegue às mãos em segurança e brevemente, já que V— anda tão necessitado de dinheiro. Escrevi-lhe novamente em 23 para que fizesse tão pouca despesa quanto possível com a letra de câmbio do Sr. Conte sobre a Watson, Nelson & Co., uma vez que ele me pagou o dinheiro de volta. Nada mais tenho a adiantar, excepto que o exército está novamente a avançar. Diga ao Sr. Thos. Gladdil que os seus 3 fardos já chegaram e que farei os meus melhores ofícios para as vender. Já cá aportaram o *Sprightly*

⁴ R corresponde a lã refina ou de primeira.

⁵ *Springer Spaniel* e *Cocker Spaniel* são as raças de cão que ele pede em alternativa.

& o *Hero* vindos de Liverpool, mas não há nada nosso a bordo. Enviei uma bota pelo W. Brooke de Hudersfield para o Wood de Leeds. Ele tem de preparar dois ou 3 pares novos e enviá-los para mim. Assim que puder não se esqueça de me enviar um bom cão *Springer* bem ensinado. V— tem de me enviar toda a fazenda tão brevemente quanto possível. Sabe que depois do mês de março nada pode ser vendido. Temos um Sr. Hagg de Leeds que anda a dar cabo deste mercado ao vendê-la tão barata. O comércio, lamento dizê-lo, continua parado. Os comerciantes ainda se queixam de as nossas fazendas deixarem uma felpa demasiado longa e de ficarem demasiado lustradas. De futuro, quero que prepare as nossas melhores somente a frio. Quando me escrever, diga sempre no início quando é que me escreveu da última vez. Assim não há maneira de saber se uma sua carta é a mais recente. Saudades minhas ao Pai, à Irmã & a si, eu que permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml. Farrer J.

Nós pagamos portes pelo peso. Desta forma, não escreva em papel pesado ou grande. Se preencher apenas $\frac{1}{2}$ folha mande-me só $\frac{1}{2}$ folha.

Estimado Irmão,

Lisboa, 12 de dezembro de 1812

Desde a minha de 28 do mês transacto, recebi os seus favores de 16 desse mês e tomei conhecimento do seu conteúdo. V— diz que eu poderia mandar-lhe 2 ou 3 centenas de sacas para delas dispor entre 5/6 a 6/-. V— podia vendê-las, mas pode informar-me onde é que eu vou encontrar o dinheiro para as pagar? V— não deve perder tempo em despachar toda a fazenda que tem. Sabe que o que chegar depois de março não se vende até ao inverno. Diga ao Sr. Gladdil que vendi toda a sua fazenda a crédito a 2 e a 4 meses. Toda excepto um fardo, o N.º 76, que se estragou com a água do mar, e vendi-o por conta dos seguradores marítimos. Ele teve sorte por esse fardo se ter estragado, pois esse género de tecido não é comercializável. Mas eu conseguiria vender mais azuis às riscas e tecido para casacos, se os tivesse. Junto uma segunda letra de câmbio de 1000£ para se utilizar em caso de necessidade. Os melhores cumprimentos ao Pai e à Irmã, e permaneço

O seu Irmão que muito o estima,
Saml. Farrer Jnr.

[No verso da anterior lê-se:]

Estimada Irmã,

Muito me satisfaria receber da sua parte um par de linhas com a frequência que lhe fosse conveniente, ainda que escrever cartas seja custoso. Lamento não lhe poder dar notícias que possam ser de algum modo divertidas para si. Lisboa é muito aborrecida no que diz respeito a divertimentos, assim como é parada quanto ao comércio. Ao embalar o saco de lã que tencionava enviar-lhe, achei-o mais vazio do que estava de início à espera, & por isso atrasei-o de modo a que seja merecedor da sua aceitação & dentro de alguns correios pode contar com conhecimento de carga e a respectiva factura. Não mais pensei em casar, tal como também não pensava nisso quando saí de Inglaterra da última vez. Estou a considerar voltar na próxima primavera. Tenho o dinheiro para a letra do Conte. Ele está a ficar independente dos Brookes. Tal como eles, o Conte tem outros correspondentes. Permaneço o seu Irmão que a estima,

Saml. Farrer

Os ventos têm estado contrários às vindas de Inglaterra. Não chegaram mais fardos desde o n.º 391.

Estimado Irmão,

Lisboa, 20 de dezembro de 1812

Desde a minha de 2 do corrente, recebi as suas de 7 de dezembro comunicando-me que já recebeu a letra de câmbio sobre o Haynes no valor de 500£. Noutros assuntos a sua carta é muito desprovida de informação, o que me surpreende já que não me endereçou carta nos dois paquetes anteriores. Penso que V— deveria ter despachado antes da presente as diferentes encomendas que lhe enviei. As pessoas andam muito impacientes. Não conseguirei comprar muito mais lã até que haja novas chegadas de mercadorias vindas de casa. Nada mais tenho a dizer excepto que a lã está a ficar mais cara em Lisboa, particularmente a de melhor qualidade. Por exemplo, a Leoneza [sic]—tal como a das quinze sacas maiores que lhe enviei da

última vez—custaria a mais 1/- por libra de peso do que eu alguma vez paguei por tal. Nós estamos na expectativa de que Lorde Wellington nos venha fazer uma visita no seu regresso de Cádis, altura em que faremos uma grande festa. A todos vós as saudações desta época, e permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml. Farrer Jr.

No próximo barco com destino a Liverpool irei expedir 10 libras de sementes de cebola de St. Ubes⁶ da melhor qualidade. O Sr. Ellwand que fique com a quantidade que quiser. Aqui custa 18/- por libra de peso. No ano passado custava o dobro desse valor. Assim, espero que V— consiga fazer um bom lucro com o que restar. Tem de vender àqueles que percebem do assunto.

Estimado Irmão,

Lisboa, 9 de janeiro de 1813

Em 26 do mês transacto tive o prazer de responder a uma carta enviada pelo Sr. Lawson de Nottingham & espero que V— a tenha recebido com a presente. Tenho agora de acusar a recepção dos seus favores de 14 e 21 do mês passado. Lamento informar que nenhum navio do comboio de Cork fez a sua aparição. Aqueles malditos⁷ comboios causam um grande atraso, & o que ainda piora tudo isso é que as mercadorias de muita gente chegam ao mesmo tempo, o que é prejudicial para o comércio. Se V— pudesse embarcar a mercadoria a bordo de embarcações que zarpem sem ser num comboio, era melhor que o fizesse. Tenho de receber mais alguma fazenda antes que lhe possa enviar mais lã. Além disso, nem o Sr. Harrops nem nenhuma das casas do Yorkshire vão pagar o preço de lã boa. A das últimas sacas grandes vender-se-ia agora a 6/6 por libra de peso, quero dizer, a de todas as qualidades, não apenas a refina, mas também a fina, a de segunda e aninho. O sortimento mais comum é 2/3 da primeira & 1/3 das outras três qualidades juntas. Deste modo, bem pode V— calcular qual seria a resposta sobre a hipótese de comprarmos aqui lã fina para a vendermos no Yorkshire. Pouco posso adiantar sobre o negócio, visto não ter

⁶ Setúbal.

⁷ “D-----d” no original.

ultimamente nada para vender. A única notícia que lhe posso dar presentemente é que se espera que Lorde Wellington chegue a qualquer momento & que os preparativos que já se fizeram, assim como aqueles que ainda estão a ser feitos para o receber, estão para além do imaginável. De facto, o dinheiro que será gasto pelo Governo Português e por privados será mais do dobro do montante que lhe fora votado pelo nosso Parlamento. Com os seus arcos do triunfo, véus, e a maneira elegante com que eles decoraram um palácio ultrapassa tudo o que eu jamais vi. Em suma, é provável que a sua entrada em Lisboa seja uma das cenas mais grandiosas alguma vez testemunhadas. Agora as más notícias. Desde a minha última carta dirigida a si tive um ataque da minha velha maleita, a asma, se bem que não muito severo. Tenho tido tanto cuidado com a minha saúde que só saí duas vezes de casa há 14 dias atrás. Estou muito melhor, mas ainda procurarei permanecer em casa por causa do medicamento que tenho andado a tomar (escasseiam bons [ilegível]). Vou mandar-lhe 10 a 15 sacas de desperdícios de lãs tirados de uma pilha de lã fina que vou agora expedir para Londres, já que será sobretudo aninho. V— deve fazer dela uns pretos & quaisquer outras cores que entender. Não venda nenhuma lã antes que eu lhe diga novamente. Não irá [ilegível]. Os meus melhores votos para a recuperação do Pai & para a Irmã, & permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml. Farrer Jnr.

PS Nós todos somos um pobre grupo de adoentados, eu com a minha asma e a Irmã com a constipação de sempre. Se não tiverdes cuidado, o Billy Appley [aparece aí] & apanha-vos a todos. Contudo, eu pelo menos estou fora do seu alcance, e os seus desejos terão pouco efeito. Assim, aconselho a minha Irmã a ir novamente para Londres por umas semanas. Diga ao Sr. Ellwand que eu lhe escreverei de certeza no próximo correio e que recebi o seu favor de 21 de dezembro.

Estimado Irmão,

Lisboa, 30 de janeiro de 1813

Desde que tive este prazer em 16 do corrente recebi as suas em devido tempo até 12 do corrente e tomei nota dos seus conteúdos. Hoje pus a bordo do *Iris*, capitaneado pelo R. Jones, com destino a Liverpool, 27 sacas das grandes de lã com um

peso bruto de 171 arrobas, mais ou menos. O *Iris* está agora totalmente carregado & partirá na próxima semana com o comboio. Enviarei no próximo correio os conhecimentos de carga e a factura &, se por essa altura a lâ ainda não tiver chegado, é melhor que V— faça um seguro nesse montante. Se em qualquer altura se vos esgotar a lâ, V— poderá escrever ao Ellwand para que vos envie umas quantas sacas de Londres, já que tenho bastantes, mas não as mande vir excepto se não puder evitá-lo, porque sobre aquilo que ele vos enviar ele cobrará a sua comissão. Toda a lâ que vendo em Londres é a crédito. Além disso tenho muita por vender. Estou agora a embarcar 400 sacas para Londres, mas, como saquei contra embarque, não as posso enviar para casa. Tenho registos actualizados de toda a lâ que comprei desde que aqui cheguei, o que dá quase cinco mil sacas. Assim, quando acertarmos as nossas contas, tudo será claro. V— tem de saber disto, pois os dois últimos artigos de lâ não se venderam ao preço da factura mas em geral entre 10 a 15 por cento a menos. Far-lhe-ei a si um carregamento de lâ nas próximas semanas. Recebi uma carta do Jonas Stead Jnr. de Wortley perguntando que tipo de artigos de lâ melhor se adequam a este mercado & se eu queria receber uma consignação. Pode dizer-lhe que aceito, mas que em vez de escrever ele deveria ter falado consigo, & tinha-me despachado a mercadoria antes da presente. Os artigos que chegam já tarde na primavera normalmente ficam até ao inverno seguinte, altura em que são vendidos. Pode informá-lo de quais são as melhores cores com base nas encomendas que lhe tenho feito a si. Quanto à qualidade, as que têm mais procura são as fazendas abaixo dos 13/- e acima dos 20/-. Se muito baixas, não excedem os 5/-. Se V— puder comprar azuis listados baratos e a crédito de alguns meses, faça-o. Quem quiser enviar à consignação que o faça; talvez o North queira. Vendi a fazenda do Sam Jonas Stead & far-lhe-ei uma remessa no próximo correio ou dois. Suponho que as minhas botas só cheguem quando só tiver sapatos para usar e em pleno verão, quando já não necessitar delas. Tenho a mais bonita cachorrinha *Pointer* que eu já vi com cerca de três meses de idade. Vou enviá-la para Inglaterra em abril para ser ensinada. Chamo-lhe Nell. Na sua próxima diga-me se pôs 5 por cento nos artigos enviados por encomenda, para além dos 4 por cento que são sempre dados a pronto pagamento, i.e. dinheiro vivo. Penso que, se consultar a minha correspondência, vai ver que eu lhe escrevi a dizer que é sempre hábito aqui fazer desconto a troco de dinheiro a pronto. Penso que seja assim em toda a parte do mundo. Assim, se 5 por cento é todo o lucro cobrado, nada conseguiremos deles, uma vez que irão insistir

no que é normal. A saca 27, digo a saca n.º 27, é enviada como presente à minha Irmã. Não é tão grande quanto eu esperava que fosse o peso. Não sei, mas V— saberá, quando é que isso chegará a casa. Ela só tem de a mandar manufacturar. A maior parte é lã boa. O comboio de Cork ainda não chegou, mas está a entrar agora um que eu não sei ainda de onde é. Com os melhores cumprimentos ao Pai e à Irmã, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml. Farrer Jnr.

Estimado Irmão,

Lisboa, 6 de fevereiro de 1813

Pela presente envio factura e conhecimento de carga de 27 sacas de lã. A factura é de apenas 26. A outra é para a minha Irmã. Esta lã está facturada em mais do que vale porque é a pior de um grande lote que estou a enviar para Londres, que é toda de baixa qualidade. [Há] também 13 sacas da melhor para se fazer com a outra, como pode ver pela factura. A razão pela qual é facturada tão cara tem a ver com o preço que dei, & não conseguia por um preço diferente nas qualidades baixas sem gerar uma confusão na nossa contabilidade. O comboio está previsto zarpar dentro de três dias, mas não creio que vá fazê-lo antes de domingo, que é dentro de 8 dias⁸. O comboio de Cork ainda não chegou. Embarque-me antes a mercadoria em navios estrangeiros em vez estarmos sujeitos aos comboios. Nada mais tenho a comunicar na sequência do que lhe escrevi no último correio, que foi a 30 do mês passado, que espero que tenha recebido em condições. Com os melhores cumprimentos ao Pai e à Irmã, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml. Farrer Jnr.

Factura de 2 Fardos de Lã Embarcados para Liverpool a Bordo do Iris, Capitaneado por [em branco] à Consignação dos Srs. T.

⁸ A carta fora escrita num sábado.

& S. Farrer

◇ 1 a 26	R.N.º	1	7	8	R	10	7	8	A	19	7	4
		2	7	0		11	7	12		20	7	8
		3	7	0		12	7	0		1	7	4
		4	7	0		13	7	8		2	7	8
		5	7	8	A	14	7	4	K	3	7	0
		6	7	0		15	7	8		4	7	4
		7	7	8		16	7	4		5	7	8
		8	7	0		17	7	0		26	7	14
		9	7	0		18	7	0			56	50
			63	24			63	44				

Peso Bruto	5942	
Tara	<u>416</u>	
	5526 libras de peso a 760 =	4199\$760
Desconto a 28 ¾ %		<u>705\$069</u>
		4904\$829

Encargos		
Taxa aduaneira	197\$800	
Taxa de exportação	81\$680	
Marcação e remendagem port.	10\$340	
Transporte por barcaças	4\$800	
Despachante	24\$524	
		<u>319\$144</u>
		5223\$973
Comissão a 3%		<u>156\$719</u>
		5380\$692

Lisboa, 30 de janeiro de 1813
Ao Câmbio de 74 d. por mil reis
Dá 72 d. por libra de peso

Estimado Irmão, Lisboa, 20 de fevereiro de 1813

Como tenho oportunidade de enviar isto através de um amigo, pensei que seria apropriado informá-lo de que o *Iris* zarpou

com o comboio há cerca de 8 dias atrás. Assim, se ele ainda não tiver chegado a Liverpool, V— deve fazer seguro. Nenhuma das nossas mercadorias está danificada excepto algumas peças que seguiram pelo *Speedy* & que praticamente não estão assim tão mal. O *Hope* ainda não chegou, assim como também não chegou nenhuma fazenda encomendada. Não ponha nada a não ser números nas bordas das nossas fazendas finas. Costumo vender aos americanos, & eles não querem ver nada escrito em inglês. Os números deverão ser bordados na fazenda com fio antes do acabamento. Os pretos, azuis & verdes têm tido muita demanda & é possível que assim continue, uma vez que as cores mistas não são muito procuradas. Já estou recuperado da minha asma. Com os melhores cumprimentos ao meu Pai e os desejos de melhoras para a sua saúde, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml. Farrer Jnr.

Estimado Irmão,

Lisboa, 27 de fevereiro de 1813

Escrevi-lhe em 20 do corrente por via do Sr. Lee, e desde então não recebi nenhuma da sua correspondência. Estamos agora com 3 correios de atraso. As nossas mercadorias pelo *Speedy* & pelo *North Star* chegaram todas em ordem. Diga ao Sr. Ellwand que a sua mercadoria pelo *Agenoria* ainda não foi desembarcada. O propósito desta carta é pedir-lhe que mal a tenha recebido vá à fábrica de alcatifas Cookson & Fawcett⁹ e escolha 400 tapetes de lareira, 300 com franja & 100 sem franja, da mesma qualidade da que enviaram para o Coalman através do *North Star* que cá aportou recentemente, e também de 20 a 30 outras peças de tapeçaria para termos tanta variedade de amostras quanto possível, mas cuide de escolher cores vivas e amostras tão diferentes quanto possa. Isto é uma especulação entre mim e o Sr. Conte. Quando o Sr. Coalman viajou para Gibraltar, deixou os tapetes [que ele tinha encomendado] nas mãos do Sr. Conte, porque ainda não tinham chegado. O Conte vendeu-os com um bom lucro, e nós dois constatámos que nos poderíamos sair bem numa pequena especulação. O Sr. Conte far-lhe-á uma remessa no próximo correio da parte

⁹ "Fawset" no original. Fábrica sediada em Kirkgate, um bairro localizado a sudoeste do centro de Leeds.

dele & tentarei fazer o mesmo. Assim sendo, V— deverá fazer a melhor transação que puder a pronto, i.e., de modo a permitir um bom desconto, pois nos dias que correm o dinheiro é muito escasso. Como isto é um negócio conjunto, deverá incluí-lo na guia de remessa da fábrica especificando nela o desconto. Os tapetes foram facturados ao Coalman entre 11/- a 12/- cada, e as alcatifas a 3/6 a jarda mas V—conseguirá sem dúvida um valor mais baixo ao pagar a pronto. Não mencione o nome do Conte no negócio, porque ele não quer que os Brookes saibam que ele anda a fazer negócios por conta própria até que ele tenha um bom entendimento com eles. Que o fardo seja marcado L.L e a guia de remessa lhe seja dirigida a si. Junto remeto uma encomenda de Joze Alfonso d'Oliveira, para ser despachada tão rapidamente quanto V— possa. Enviar-lhe-ei mais dinheiro & lâ, assim cheguem as mercadorias por encomenda, que eu espero que não tardem. Expliquei a encomenda o melhor que pude & espero que V— não ache difícil a sua compreensão. Quero que produza mais tecidos & apoiá-lo-ei naquilo que eu puder, no que respeita ao dinheiro. Estou agora a tratar da compra de 100 sacas de lâ a um crédito a 4 meses. Se o conseguir, enviá-las-ei para si. É muito boa. Estou muito bem, nunca estive tão bem de saúde. Espero que esta vos encontre assim também. Com os melhores cumprimentos para si e para o meu Pai, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml. Farrer Jnr.

De futuro, nunca me envie as amostras por correio, mas sempre os conhecimentos de carga das mercadorias por encomenda, porque assim consigo que mas paguem antes de chegarem. Cá o [ilegível] não consegue arranjar garantia nenhuma até que tenha obtido o conhecimento de carga. Por isso, deve dar ordens para que sejam enviados por correio a partir de Liverpool directamente para mim para não se perder tempo. Essas ideias poderiam ocorrer-lhe a si sem ser necessário que eu lhe escrevesse a dizer.

[Numa folha em separado lê-se:]

Eu, feito um idiota, esqueci-me de anexar uma encomenda de Joze Alfonso de Oliveira na carta que lhe enviei ontem, mas como os Srs. Ribeiro & Silva me enviaram uma letra sobre Abram Rhodes no montante de 396,11,1, [aproveito e] anexo-a à presente. É por conta das mercadorias enviadas por encomenda

dele, se bem que eu não tenha qualquer informação de que tenham sido embarcadas. Esta casa costuma enviar as suas encomendas & o dinheiro ao mesmo tempo. Verá que é sacada à nossa ordem e por isso só terá de a endossar.

Sml Farrer J

Lisboa, 1 de março de 1813.

Estimado Irmão,

Lisboa, 6 de março de 1813

Tive o prazer de em 27 do transacto lhe ter remetido uma letra do Ribeiro & Silva no valor de £396,11,1 & uma encomenda de fazendas do Joze Alfonso de Oliveira. Também junto uma outra letra no valor de 250£ proveniente do Sr. Conte sobre Saml. & John Waterhouse. V— nada tem a ver com isso, mas ponha-a no banco depois de a endossar por conta da encomenda dos tapetes & alcatifas. Envio uma segunda via da encomenda por receio de a outra carta se ter extraviado. Tenho a acusar a recepção dos seus favores de 8 e 15 do mês transato. Peço-lhe que fabrique mais fazenda como lhe escrevi previamente, & farei o meu melhor para o apoiar a si. Tenho apalavradas 107 sacas de lã a um crédito a 3 meses. Se conseguir fechar o negócio enviar-lhe-ei tudo. Fico contente por saber que o meu pai está a reagir bem depois de uma perda tão grande. Dou graças a Deus por estar perfeitamente recuperado. Nunca gozei de melhor saúde. É claro, tem de me mandar o cão, mas certifique-se de que é um bom animal. Também se V— der com um *Pointer*, um dos bons, mande-mo. Vou enviar a pequena Nell no primeiro navio em que eu embarcar lã & aí será uma boa ideia V— dispensar algum do seu tempo para ir a Liverpool buscá-la & trazer logo as fazendas que tenciona expedir para mim, mas cuide de que se trata de fazenda boa e bonita. O motivo pelo qual envio a cachorrinha é porque não a consigo ter aqui bem tratada. É de boa raça e espero que ela se saia bem. Ainda não chegou o *Hope*. Os fardos que chegaram contêm demasiados mistos e demasiados escuros para o comércio de verão. Agora a maior procura de mistos é cinzentos e brancos. Os cinzentos são bastante mais escuros do que os feitos quando eu estava aí & menos escuros também, e mais brancos. As nossas fazendas pretas não satisfazem tanto na cor como na qualidade. Há algumas muito melhores provenientes de Leeds (& na maior parte das vezes com

melhor acabamento). Gostaria que fôssemos nós próprios a fazer o acabamento das nossas fazendas, porque os que o fazem por nós não lhes dispensam a mesma preparação. Fale com o velho Ellwand sobre este assunto. Se não conseguirmos um melhor acabamento, pelo menos ficar-nos-á mais barato. V— não deve produzir pretos a partir de lã inferior, ou quando muito [faça] poucos dessa qualidade. Vi um preto do Brookes no Ribeiro & Silva facturado a 20/-, e que é um tecido melhor do que o nosso a 25/-. Com os melhores cumprimentos ao Pai, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml. Farrer Jnr

Cópia da encomenda que seguiu no último correio

Compre-se ao fabricante de alcatifas Cookson & Fawcett de Leeds 300 tapetes de lareira com franja & 100 sem franja & entre 20 a 30 alcatifas com tão grande variedade de amostras quanto possível. Se não estiver tudo pronto, expeça parte imediatamente já que o Sr. Conte atrasará até ao próximo correio o envio da nota de venda para eles, de modo a que V— os possa comprar mais baratos. Como vai pagar a pronto, deverá procurar um desconto tão grande quanto possível, uma vez que se trata de uma especulação entre mim e o Sr. Conte. Deverá remeter-nos a guia de remessa da casa. V— poderá cobrar 1% para a sua conta & dê instruções para que o conhecimento de carga seja enviado de Liverpool por correio com a discriminação das despesas. Não deverá mencionar o facto de o Conte ter interesse no negócio, já que ele não quer que os Brookes saibam que anda a fazer negócios por sua conta até que faça a liquidação com eles. As alcatifas e os tapetes devem ser do mesmo género que foram expedidos para o Coalman através do *North Star*. Os tapetes foram facturados entre 10/- e 13/- cada & as alcatifas a 3/6 a jarda &, como a lã tem vindo a encarecer, talvez eles queiram mais. Porém, V— irá comprá-los o mais barato possível. Deixam um bom lucro.

Estimado Irmão,

Lisboa, 13 de março de 1813

Tive este prazer em 6 do corrente, anexando uma letra sobre Saml. & John Waterhouse de Hallifax do Sr. Conte para pagar a

sua parte dos tapetes e alcatifas, e desde então recebi as suas de 22 & 1 do transacto & de 1 do corrente. Também uma datada de 30 de novembro de 1812. Não sei por onde andou todo este tempo, mas não sei dizer quando é que as suas cartas estão em falta ou não pois raramente V— refere qual foi a última data. Porque é que não começa as suas do mesmo modo como a presente? Assim eu saberia imediatamente quando é que uma estaria em falta. Até ter recebido as cartas de 1 e 8 de fevereiro eu não sabia que V— tinha enviado os conhecimentos de carga, se bem que eu tenha lido as suas de 8 e de 15 de fevereiro. Nem o *Juno* nem o *Hope* ainda cá chegaram. Expedirei amanhã 107 sacas de lã fina. Deve vender parte se conseguir com lucro. Facturo sempre a lã exactamente ao preço que ela me custa. A factura e o conhecimento de carga seguem no próximo correio. Com os melhores cumprimentos ao Pai, permaneço

O seu Irmão que muito estima,

Saml. Farrer Jnr.

PS Para o caso de o Sr. Ellwand se resolver a ir fazer especulação para o Báltico, já lhe escrevi a dizer que nós entramos [no negócio]. Por isso, temos de expedir uns quantos fardos para lá, se ele aprovar. Cá no verão o negócio quase pára. Assim, não perca tempo em enviá-los e em fazer com que as sobras sejam por prudência remetidas para Lisboa, já que se vendem bem nesta cidade.

Estimado Irmão,

Lisboa, 20 de março de 1813

Tive este prazer em 13 do corrente, e desde então não recebi nenhum dos seus favores. Chegou cá há poucos dias um comboio oriundo de Cork, com apenas um navio de Liverpool, o *Dido*. O Capitão disse-me que vira algumas das nossas mercadorias à do Coupland quando estava a carregar (3 fardos) mas o Sr. C. não quis embarcá-las até que chegassem mais dois fardos de que ele estava à espera, e quando chegaram o *Dido* já estava cheio. Posso não vê-los senão daqui a dois meses, o que vai dar no mesmo de eu não os ver senão daqui a 6 meses, já que não há cá negócio no verão. Penso que o mal disto tudo são os carregadores. As pessoas a quem chegam as encomendas queixam-se bastante do atraso. Como o *Juno* já chegou demasiado tarde para o último comboio, tiveram de esperar em Cork por um outro. Tal atraso é o mesmo que gozar com o D—.

Apenso aqui uma factura de 107 sacas de lã. O valor embarcado é de 9907 mil reis¹⁰ menos cerca de seis *pence*. A 77 *pence* por mil reis, isso perfaz 5/12 a libra, mas o câmbio está agora a 79 *pence* por mil reis, o que vai encarecer mais 4% se o câmbio não descer novamente antes que eu pague a lã. É de muito boa qualidade. Vendi a crédito do mesmo género entre 8/- e 8/6 a libra. Se V— conseguir vender alguma com um lucro decente, faça-o a pronto pagamento, já que o atraso nas nossas mercadorias tornará escasso o dinheiro. Também anexo conhecimento de carga e 2 segundas vias de letras que foram remetidas a si para que delas se sirva em caso de necessidade. Penso que vos enviarei a minha cadela Nell neste comboio, no mesmo navio com a lã. Assim, V— pode ir a Liverpool e trazer logo consigo o que me vai enviar. Se V— me puder encontrar um bom *Pointer*, mande-mo. Também as minhas botas virão a tempo para o próximo inverno. Já vêm demasiado atrasadas para este. Agora quero 5 ou 6 pares de sapatos. Que um dos pares seja de tacão alto. Esforce-se por mandar-mos bem mais cedo do que fez com as botas. Tem de fazer com que as nossas peças sejam numeradas com fio no topo antes de irem à prensa, já que os faz parecerem-se mais com os de Londres & que a etiqueta em branco seja posta no canto sem cortar a orela do tecido. Não é necessário que gasteis dinheiro com papel branco sob o [ilegível] já que é sempre [ilegível] se na alfândega. V— tem de se recordar de tudo isto porque não tenciono repeti-lo em todas as cartas. Não temos notícias. O exército ainda está nos aquartelamentos de inverno. Encontro-me muito bem & espero que o meu Pai & V— continuem a gozar de saúde. Permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml. Farrer Jnr.

PS Espera-se que o comboio zarpe dentro de 3 ou 4 dias. Por isso, caso não chegue na altura em que receber a minha próxima, deve fazer um seguro de toda a conta que se cifre acima das 3000£. Eu não escreveria ao Ellwand a propósito do seguro. V— talvez possa fazer um seguro em Liverpool. Eu não quero que E. saiba acerca do que ando a enviar para casa.

¹⁰ "Milrais" no original.

Estimado Irmão,

Lisboa, 27 de março de 1813

Desde que tive este prazer em 20 do corrente, recebi o seu favor de 8 do corrente, que juntava amostras e factura. De futuro, não me envie amostras por correio, excepto se as mercadorias forem por encomenda & não assim, excepto se lhe for requerido, já que é uma despesa desnecessária. Os portes são tão caros aqui quanto em Inglaterra. De momento não consigo dar-lhe qualquer conselho a respeito da fábrica. Se alguma vez quisermos empregar todo o nosso capital no negócio dos lanifícios, que penso ser bem provável, era melhor que tivéssemos a fábrica nas nossas próprias mãos e fizéssemos a entrega das nossas próprias fazendas. Não penso voltar a Inglaterra este verão, mas sim certamente na próxima primavera. Assim, acho melhor que V— defira qualquer ação até próximo dessa altura. As nossas mesclas estão demasiado escuras para este comércio & os nossos verdes em geral demasiado claros. O verde uva não está na moda nesta primavera. Junto envio amostras das mesclas verdes e castanhas que têm mais procura de momento. As mesclas deverão ser algo mais escuras para o inverno [mas] já [virão] demasiado tarde para o verão. Aquelas que V— me tinha expedido são até demasiado escuras para o inverno. Compreenderá que eu só quero o maior equilíbrio de cores & não aquela cor clara. O melhor método é V— regular-se pelas encomendas enviadas & que podem ser enviadas doravante. O *Juno* ainda não aportou cá e agora vai chegar na pior altura do ano. Fico satisfeito por ouvir que tanto o meu Pai como V— vos encontrais tão bem. Espero que assim continueis por muito tempo. Nunca estive melhor & permaneço,

O seu Irmão que muito o estima,

Saml Farrer Jnr.

PS O *Argo* capitaneado por Bell zarpou há 3 dias com o comboio. Enviei-lhe por esse barco a minha cadelinha *Pointer*, Nell, ao cuidado do Sr. Coupland. V— constatará que a base da amostra da mescla é diferente da nossa, mas deve fazer ambos os tipos de base, isto é [ilegível] & púrpura escura & alguns devem ser até mais claros do que a amostra. Se todas as minhas mesclas fossem assim tão claras, vender-se-iam a 4 xelins a jarda & mais. Não precisa de fazer muitas deste tipo. Se as fizer agora só chegarão cá em antecipação do inverno, quando começam a pedi-las mais escuras, mas muitas nossas são até demasiado escuras para o inverno. Um nosso conhecido, o Sr.

Wood, irmão do Sr. Whitbread, visitou-me na sua viagem para Inglaterra & jantou comigo várias vezes. É um sujeito prazenteiro e, se ele for de visita a Farnley, tratai-o bem, pois poder-me-á ser útil no exército. Do seu rendimento poupou no ano passado cerca de 500£, montante pelo qual lhe dei uma letra de câmbio sobre o Ellwand.

Estimado Irmão,

Lisboa, 10 de abril de 1813

Desde que tive este prazer em 3 do corrente chegou um paquete mas não trazia qualquer carta sua. Tenho agora o prazer de juntar à presente uma letra sobre a Exma. Comissão do Tesouro da Câmara dos Lordes no valor de £1602,15,5 e também uma sobre o Sr. Heneage Lupton, de Hull, no valor de £10,0,0, das quais V— deverá pagar sem demora ao Sr. William Ellwand, em Roker Lane, £325,1,10 & ao Th. Gladdil £290,14,2, & que é a liquidação da conta que lhes fora enviada no último correio. Também deverá aceitar uma letra que saquei sobre si, esta a favor de John & Ed. Brooke, tal como consta na nota de rodapé, a pagar junto do velho banco do Lee, & peça ao banco para pagar em dinheiro vivo no prazo de 30 dias. Far-lhe-ei outra remessa no próximo correio. Há notícias de que o comboio de Cork está à entrada da barra. Espero que seja verdade. Sem mais notícias. Ao Pai os meus desejos de boa saúde e os melhores cumprimentos a todos os amigos que têm perguntado por mim.

O seu irmão que muito o estima,

Saml. Farrer Jnr.

Volte [No verso lê-se:]

Saco hoje sobre si

£300,—,—

à ordem de John & Ed. Brooke

£325,1,10,

a ser pago ao Sr. Ellwand

£290,14,2

a ser pago ao Sr. Ths. Gladdil

£915,15,0

Terá de pagar quer ao Sr. Gladdil quer ao Ellwand em letras a dois meses ou em dinheiro vivo a um mês se nas letras a 2 meses os juros pagarem a despesa com selo. O câmbio está a 77 pence por mil reis.

Estimado Irmão,

Lisboa, 17 de abril de 1813

Tive este prazer em 10 do corrente e tenho desde então estado sem receber nenhum dos seus favores. Anexo letra sobre a Exma. Comissão do Tesouro da Câmara dos Lordes do Tesouro de Sua Majestade no montante de £31602,15,5 & ao mesmo tempo saco sobre si a favor de John & Edw.d Brooke 300£ que V— deverá aceitar & pagar quando devido. Também lhe dei instruções para pagar ao Wm. Ellwand 325,1,10 & ao Tho.s Gladdil, o que espero já tenha sido feito. Junto envio segundas vias para servirem em caso de necessidade. Estou a acordar uma outra letra de câmbio que anexarei hoje ao fim do dia. Poderia ter vendido toda a nossa fazenda se a tivesse cá. Expeça-ma o mais depressa que possa & ponha os homens a trabalhar a dobrar. Não tenho uma única peça de fazenda na casa, excepto umas quantas mesclas escuras dos verdes do Ellwand. Têm de ser mais escuras do que as últimas. Os claros estão fora de moda. Os azuis e os pretos são muito procurados, assim como os castanhos-claros, quase tão claros quanto os do fardo de fazenda fina enviado por encomenda do António Oliveira Machado. Com os melhores cumprimentos ao pai, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml Farrer Jnr.

PS Acabei de receber a sua do mês passado. Surpreendeu-me saber que as 27 sacas perderam assim tanto peso. Quero que mande atestar as contas do peso junto do cônsul português em Liverpool no *King's Beam*¹¹ e eu procurarei recuperar a diferença, uma vez que a lâ devia estar molhada. Eu não me sentia bem na altura em que foi pesada. Diga ao Coupland para me escrever com os conhecimentos de carga. Ainda não sei em que navio se encontram os fardos 303 e 304. O N.º 305 trazia boa fazenda.

Estimado Irmão,

Lisboa, 24 de abril de 1813

¹¹ O *King's Beam* era uma estrutura metálica em forma de estribo invertido existente nos portos britânicos, de onde se penduravam as balanças usadas pelos oficiais das alfândegas para se determinar o valor das taxas aduaneiras a aplicar às mercadorias importadas.

Esta apenas para o informar de que já chegaram o *Hope*, o *Juno* e o *Santa Maria* com fardos até ao N.º 403, vindo este último a bordo do *Santa Maria*. Surpreende-me que o 404 não tenha vindo ao mesmo tempo. Receio que V— esteja mais em falta do que o Coupland por andar a enviá-los por transporte impróprio para Liverpool. Se o Coupland tivesse recebido ambos, tê-los-ia certamente enviado juntos. V— pode ver que este dia de atraso ao expedi-los de Leeds pode resultar num atraso de 2 meses. Mande-mos assim que estiverem prontos & pelo meio mais expedito. Com os melhores cumprimentos ao Pai e a todos os amigos que têm perguntado por mim, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml. Farrer Jnr.

Estimado Irmão,

Lisboa, 1 de maio de 1813

Tive este prazer em 24 do transato, informando-o da chegada de todos os nossos fardos até ao 403 & vendi-os todos excepto o último, que ainda não foi desembarcado. Somente quatro fardos das cachemiras estavam danificados. Lamento que os 2 escarlates se encontrassem entre estes últimos. Quando embalar as mercadorias, ponha sempre as cores claras no meio do fardo. Se tivesse feito isso com os escarlates, o fardo não estaria em piores condições, mas acontece que ambos estavam no fundo. De momento, as fazendas de 8/- a 12/- vendem-se bem. Se encontrar algumas baratas que caibam dentro dessas características, compre duas ou três mil libras delas com crédito a 6 ou 8 meses. Por vezes, V— pode dar com bons negócios junto dos grossistas têxteis. V— saberá quais as cores e quais as proporções de cores que são as adequadas para este comércio ao tomar por referência as diferentes encomendas que lhe foram previamente enviadas. Surpreende-me que faça tantas mesclas escuras depois de ver as amostras que lhe enviei juntamente com as encomendas. Como já escrevi, V— dever-se-ia orientar exclusivamente (quanto às cores) pelas amostras que seguiram com as encomendas. As últimas cachemiras foram as melhores que me enviou até agora. Eram da nossa própria fábrica? O verde oliva era uma cor bonita. Os nossos pretos não agradam, nem na cor, nem na qualidade. Mas de futuro todos os pretos deverão ser prensados a quente. Na realidade, todas as nossas fazendas, excepto o nosso melhor azul, pois vejo que

os acabamentos feitos em Leeds não passam sem a prensa a quente. O fardo 401 parecia-me estar bastante bem acabado, & aconselho-o a fazer o acabamento de toda a fazenda comum na mesma fábrica de cardação. Algumas das fazendas inferiores remetidas por encomenda estão mal acabadas. Dentro de cerca de 14 dias far-lhe-ei uma remessa. Quero que me compre uma quantidade de lã Northumberland este ano. Nada mais tenho a acrescentar a não ser que estou bastante bem & que envio os melhores cumprimentos ao Pai e a si

Deste Irmão que muito o estima,

Saml. Farrer Jnr.

PS Se os Srs. J. & E. Brooke lhe pedirem para se encarregar de 22 sacas de lã que o Sr. Conte lhes está a enviar agora, deve fazê-lo e vendê-la por conta do Sr. Conte, cobrando-lhe 3 por cento de comissão & todos os outros encargos, mas não lhes deve dizer que é por conta do Conte, faça como se fosse por nossa própria conta, já que o C. irá providenciar o pagamento. Ou seja, V— nada terá a pagar a não ser os encargos, supondo eu que eles não lhos irão oferecer.

Estimado Irmão,

Lisboa, 8 de maio de 1813

Tive este prazer em 1 de maio. Desde então não recebi nenhum dos seus favores. Serve a presente apenas para lhe remeter uma encomenda de António Oliveira Machado de 6 peças dos melhores superfinos & 21 dos mesmos entre 9/6 e 10/-, devendo todos eles ser prensados a quente, sendo as de qualidade inferior particularmente bem lustradas. Devem ser enviadas com a maior rapidez possível. Se vierem todas num mesmo barco, devem ser seguradas; caso contrário não. Escrevi-lhe no último correio a dizer que mandasse todas as nossas fazendas serem prensadas a quente. Vejo que os acabamentos feitos em Leeds não passam sem isso. Também lhe anexo um conhecimento de carga da lã do Sr. Conte para dela se servir, na eventualidade de os Srs. Brookes quererem que se encarregue dela, o que penso não será o caso, tal como lhe escrevi anteriormente. Se conseguir vender qualquer da sua lã com lucro, faça-o, que lhe enviarei a si muita mais. Com os melhores cumprimentos ao pai, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml Farrer Jnr.

Estimado Irmão,

Lisboa, 15 de maio de 1813

Desde que tive este prazer em 8 do corrente, recebi a sua datada de 26 de abril de Liverpool. V— menciona que o *Argo* chegou sem seguro. Faz mal em arriscar tanto, particularmente agora que o mar está infestado de corsários americanos. O seguro está agora tão barato que não vale a pena correremos o nosso próprio risco. Espero conseguir fazer com que um espanhol lhe envie à consignação alguma lã para vender com comissão sobre a conta dele. Gostaria muito de entrar nessa linha de negócio, uma vez que é certo que deixa lucro se eu for bem-sucedido. Espero os seus melhores ofícios em fazer rapidamente boas vendas. Junto amostras para algumas mesclas por encomenda do Anto. de Olva. Machado, a mesma pessoa que lhe enviou uma encomenda no último correio. Ele recomenda que tenha o cuidado de mandar que elas sejam bem preparadas antes de serem lustradas no acabamento. Também uma encomenda do José Affonso de Oliveira & Co. de um fardo de fazenda & 3 fardos de cachemiras, todas superfinas, a serem expedidos com toda a rapidez. Facturo toda a fazenda por encomenda entre 6 a 7 por cento a menos do que as enviadas para a nossa própria casa. Se o Capt. Bell ofereceu 10£ pela Nell, isso seria mais do que ela valia. Ela sabe fazer busca. Não a deixe esquecer-se disso. V— não me diz quais os nomes dos cães que me vai enviar. Espero que não se tenha esquecido de dizer ao Capitão. Diga sempre quais são os números dos fardos que são expedidos a bordo de diferentes navios. Numa das suas cartas diz-me que não quer que eu compre lãs curtas, que é aninho & que sou obrigado a ficar com o resto. Se V— conseguir vender qualquer da lã com lucro, faça-o, caso contrário trate de compensar tão depressa quanto possível. Diga aos Srs. Steads que assim que chegarem as suas mercadorias eu as venderei assim que puder. No próximo correio escreverei ao W. Ellwand em Londres. Com os melhores cumprimentos ao pai, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml Farrer Jnr.

Estimado Irmão,

Lisboa, 29 de maio de 1813

Tive este prazer em 15 do corrente, e desde então recebi os seus favores de 3 e 10 de maio. Ao observar o respectivo conteúdo e atendendo a cartas anteriores, não consigo dizer quais os fardos que são expedidos uma vez que V— não me dá quaisquer números desde o fardo 405. Todos até ao 403 chegaram & foram vendidos. Assim, tenho de esperar pacientemente até que eles cheguem para saber qual foi o remetido. No que se refere a arrendar a fábrica, se o Kumble não estiver a pensar ficar com ela novamente, acho que seria melhor V— dizer que nós queremos tê-la nas nossas mãos. Ao fazê-lo, podemos ter na nossa posse os estoques e as máquinas em termos bastante vantajosos, já que terão muito pouco valor se forem retirados de onde estão agora & depois de acordar quanto ao essencial com o Kumble, V— poderá arrendar tudo junto. Mas se acordar com alguém antes, vai acabar por deixar a oportunidade de um bom negócio para quem quer que fique com a fábrica. Se o Kumble e V— não forem bons amigos, é preferível que peça a terceiros que comprem o que lhe pertence sem que ele saiba para o que é. Estas coisas V— tem de tomar em consideração seriamente antes de prosseguir com o que quer que seja. Já lhe tinha mencionado que eu gostaria de fazer o acabamento das nossas próprias mercadorias, & a fábrica é o único sítio onde podemos fazê-lo. Assim sendo, penso que é preferível que de momento V— não tome nenhuma medida relativamente à fábrica, excepto no que se refere a conseguir que o que está na fábrica venha parar às nossas mãos. Sabe que iremos ter o nosso próprio capital já bastante jeitoso em maio próximo, & talvez não haja negócio melhor em que o possamos empregar. Quando um cliente me faz uma encomenda, mesmo que seja de fazenda fina, eu tenho de a aceitar ou então discuto com ele. Espero que o comboio de Cork apareça em breve neste porto. Até lá, receio que não lhe consiga enviar mais nenhuma remessa. Eu tinha querido fazer-lhe a si mais uma remessa e também ao Stead, mas tenho tido tanto que pagar ultimamente que se me tornou impossível. Mas nem V— nem ele terão de esperar muito. Não recebi mais nenhuma mercadorias do Norte para além das que estavam na conta do Joseph Lyn; algumas peças, mas não me lembro quais, foram enviadas de volta por parte dos embaladores. Vou consultar a conta, & se encontrar as peças em questão informá-lo-ei a si em conformidade. Anexo factura e conhecimento de

carga de 20 sacas de lã inferior retiradas das 200 sacas enviadas para Londres, que V— deve aproveitar da melhor maneira. O *Latona*, um navio onde eu tinha lã no valor de entre 10 & 11 mil libras foi capturado e incendiado pelos americanos. Estava tudo segurado, e com um pequeno lucro. Com os melhores desejos de continuação da sua saúde e da do Pai, permaneço

O seu Irmão que muito estima,

Saml Farrer J

Não tive tempo de dizer que anexo uma letra de câmbio sobre o Governo no valor de 1000£ & que ainda neste mês recebi a sua de 18 de maio com as diferentes cores. Os Srs. Brookes continuam com as 20 sacas de lã enviadas pelo Sr. Conte. Pelo menos eles aceitaram a letra.

Estimado Irmão,

Lisboa, 5 de junho de 1813

Tive este prazer em 29 do mês transacto, anexando a factura e o conhecimento de carga de 20 sacas de lã & ainda uma remessa no valor de 1000£, cujos duplicados envio agora para servirem em caso de necessidade. Também [segue] uma factura & conhecimento de carga de 84 sacas de lã a serem vendidas por conta do Sr. Conte & de mim próprio, o que V— deve fazer assim que chegarem, a pronto pagamento & pelo melhor preço que consiga obter, já que nós sacaremos contra essa venda parte da quantia dentro de um mês a contar de hoje, conquanto a lã siga neste comboio, que se espera que zarpe em 6 do corrente. Tencionamos enviá-la para o Sr. George Turner, com instruções para segurar & reencaminhar a mesma para si. Não conte a ninguém que o Sr. Conte está envolvido no negócio. O comboio de Cork aportou com todos os navios exceto o *Speedy*, o qual, lamento dizer, não se lhes juntou. Sabe Deus quando aparecerá. É sua obrigação saber, sem eu ter de lhe escrever, qual é a cor para os uniformes dos soldados, nomeadamente no que diz respeito às mesclas. E se encontrou uma peça numa das minhas encomendas enviadas, por que motivo haveria V— de as fazer todas iguais a essa peça, quando para cada peça de fazenda de mescla escura são procuradas 100 de cores claras? Quando eu lhe disse para se orientar pelas encomendas enviadas, também deveria ter incluído as proporções. Lá porque V— encontra uma má cor numa das encomendas, isso não significa

que deva enviar tudo assim. A sua desculpa é péssima, de facto. Ainda que V— facture as nossas fazendas entre 28/- e 30/-, isso não faz com que elas se vendam a esse preço. V— tem de deduzir pelo menos 15 por cento a esses preços. As melhores fazendas de Londres são todas entre 25 a 30/-, sendo todas elas superiores a qualquer das de Leeds. Se conseguir vender alguma da nossa lã a 7/6, aconselho-o a fazê-lo. Estou em crer que a lã vai baixar aqui. Mal cheguem as 87 sacas, envie e saque amostras da refina & venda-a imediatamente. Fico feliz por saber que o meu Pai se encontra tão bem de saúde. Nunca estive melhor, graças a Deus. Diga ao Jonas Stead de Wortley que o *Earl Gower*¹² chegou & que em breve terá notícias minhas. Ele diz na carta que me dirigiu que está muito necessitado de dinheiro. Se 100£ puderem ser de alguma utilidade para ele, peço-lhe a si que lhas dê, já que, como V— sabe, a casa comissionista adiantará metade & a factura dele é superior a 700£. Diga-lhe que eu lhe farei uma remessa tão breve quanto possível—talvez dentro de algumas semanas. Informo-o agora das 92 sacas que foram expedidas para a nossa casa à comissão por parte dos Srs. Ribeiro & Silva. Eles querem que V— as venda assim que chegarem, ou a pronto, ou a crédito a dois ou três meses. Eles prefeririam a primeira hipótese, excepto se isso fizer uma grande diferença no preço se vendido a crédito. Deverá garantir a dívida a 1 ou 2 por cento. Assim, cuide de as vender a casas de confiança. Deve cobrar uma comissão de 3 por cento, já que as sacas só foram numeradas depois de estarem pesadas. Eles não podem enviar-lhe a si o peso de cada saca em separado. Assim, V— tem de mandar pesar cada saca no *King's Beam* em Liverpool para fazer uma factura como deve ser para garantir a satisfação deles. Há três pilhas diferentes de lã neste lote & uma muito melhor do que outra, pelo que deverá separá-las quando chegarem, o que pode ser facilmente feito atendendo à diferença nas marcas e no ensacamento. Agora, se V— as vender em breve e bem, posso arranjar-lhe muitas mais consignações. Não gosto muito da raça deste *Pointer*. Preferia uma como a do Don. Não diga a ninguém acerca da lã que anda a receber. Eu sei que V— gosta de se gabar um bocado, mas neste caso V— só se prejudicará a si próprio e às vendas. Diga ao velho Papá que ainda que eu seja um cão extravagante, consigo dar provas de que tenho muito bom crédito. Creio que não há homem em Lisboa com mais crédito. Vendi

¹² Em Knight e Wilcox (*Sustaining the Fleet, 1793-1815: War, the British Navy and the Contractor State*. Woodbridge: Boydell P., 2010) há referência a um episódio caricato ocorrido em maio de 1801 entre este paquete, que assegurava o correio regular com Lisboa, e o navio corsário francês *Telegraph*, de Dunquerque.

o *Pointer* por 10£ porque não gostei do seu aspeto. Acho que foi muitíssimo bem vendido. Se V— não conseguir fazer a conta da factura da lã de Ribeiro & Silva, é melhor esperar por mais encomendas. Permaneço o seu irmão que muito o estima,

Saml Farrer Jnr.

Enviei os conhecimentos de carga ao George Turner, pelo que só tem de receber a lã e nada mais.

Estimado Irmão,

Lisboa, 12 de junho de 1813

Tive este prazer em 5 do corrente, anexando factura e conhecimentos de carga de lãs, somando tudo 179 sacas, 92 das quais eram uma consignação de Ribeiro & Silva & 87 do Sr. Conte e de mim próprio, duplicados dos quais envio agora para usar em caso de necessidade. Acabo de receber a sua de 24 do mês transacto, & estou muito surpreendido de que V— se ponha a perguntar-me se deveria expedir o resto dos tapetes. Não deve estar bom da cabeça para fazer uma tal pergunta. Sabe que o Sr. Conte fez remessa de 250£ &, como se tratava de um negócio conjunto, é claro que eu devia avançar com a mesma quantia. De outro modo, aqueles que já chegaram e que já se venderam com um bom lucro são todos dele. Não consigo conceber, por nada desta vida, como é que um homem poderia atrasar, por um instante que fosse, este envio, depois de encomendas feitas com tanta antecipação e com uma remessa feita ao mesmo tempo. Tenho a certeza de que nenhum outro homem senão V— teria sido capaz de tal coisa. A única maneira que encontro para explicar isso é que V— perdeu a razão. Se lhe sobrasse um pinga de bom senso nunca poderia ter agido assim & se não executar melhor as minhas instruções eu tratarei de descobrir outra pessoa que o faça. O comboio com toda a lã zar-pou de cá no dia 6 do corrente, 2 dias antes do paquete. V— tem de dar à minha lã e à do Conte preferência nas vendas, já que a nossa comissão só a conseguiremos com as lãs dos outros, uma vez que Ribeiro & Silva têm muitos correspondentes em Leeds. V— tem de tratar de fazer vendas justas e como deve ser, de modo a que, na eventualidade de os amigos deles fazerem algumas indagações, não venham a descobrir nada a não ser o que é honesto. Quando faz as notas de venda tem de ter cuidado em apresentar as contas certas em todos os encargos, por muito

pequenos que sejam, & embolsos. Além disso, se vender a crédito, deverá cobrar 1 a 2 por cento para garantir a dívida, 1 por cento por pagar & receber, assim como a comissão dos bancos se eles sacarem sobre si pela quantia depois de [a mercadoria] ter sido vendida. Embora a lã do Conte e minha seja cobrada com valores mais baixos, é melhor do que a de Ribeiro & Silva. Talvez quando V— a vender, consiga pôr de parte as 20 sacas de lã inferior ao mesmo tempo & atribuir-lhes um preço. Refiro-me às 20 sacas que chegam no mesmo comboio. Quero que venda toda a lã que puder. Penso que ela está mais barata cá, & quanto mais V— vender, mais lhe posso enviar, & se eu der com um bom negócio, farei um adiantamento aos Srs. Becket, Blayds & Co.. Para que é que servem os banqueiros se não puderem responder às nossas necessidades? V— parece ter sempre medo de lhes pedir. Pergunte-lhes da minha parte se aceitariam, caso eu tivesse a necessidade de sacar a descoberto entre 4 e 5 mil libras. Se não, sempre posso encontrar quem [aceite]. Não vejo necessidade de se pagarem comissões aos banqueiros excepto se servirem em caso de necessidade. Caça-se aqui todo o ano. A melhor estação é o inverno. Há todo o tipo de caça que também temos aí [em Inglaterra], com excepção dos faisões. Há também muitas galinholas no inverno e narcejas. Porque é que há de estar interessado em saber se os meus tamancos couberam ou não nos pés do Cônsul¹³? Continuo de boa saúde. Com os melhores cumprimentos ao meu Pai e a todos os amigos que têm perguntado por mim, o seu Irmão que muito o estima,

Saml Farrer Jnr.

PS quando V— for vender a lã, nunca lhes diga quantas sacas é que tem. Se souberem que tem tantas sacas, já não estarão tão à vontade para comprar e, como V— tem um bom estoque, penso que o melhor seria dar algumas amostras ao J. Smith. Ao fazer isto, conseguirá melhores preços, & uma pequena diferença nos preços perfará dez vezes a comissão dele. Na factura das alcatifas V— não mencionou o desconto por pagamento a dinheiro. Queira por favor explicar isto na sua próxima & qual foi o seguro feito. Não lhe enviarei a si outros duplicados de conhecimentos de carga, ou ficarei sem nenhum deles, depois de ter enviado uma porção ao George Turner no último paquete, pelo que quando V— receber notícias da chegada do *Swan*, comandado pelo capitão Jennings & do *Endeavour*, pelo capitão

¹³ Provável referência a John Jeffrey.

Mearns, tem de ir a Liverpool recebê-los, já que os conhecimentos de carga pertencentes ao capitão estão preenchidos para si.

Estimado Irmão,

Lisboa, 19 de junho de 1813

Escrevi-lhe em 12 do corrente, em duplicado a uma carta anterior, e pela sua referência à mesma, constato que já tivemos dois paquetes desde que lhe escrevi. Porém, não recebi nenhuma sua. Serve a presente para lhe entregar a si uma encomenda de Joaquim Monteiro da Silva, que V— terá a bondade de executar com toda a brevidade. Deverá passar factura de modo a permitir o desconto único por pagamento a dinheiro, que é de 5 por cento. Ontem abri os nossos fardos 406 e 407. Ao primeiro deles tinham-lhe roubado uma peça de fazenda do azul de melhor qualidade. Deve ter sido feito a bordo, & eu irei protestar em conformidade, já que o fardo foi desembarcado sem as cordas. Atrevo-me a dizer que será necessário um certificado do embalador a dar prova do número de peças que continha. No próximo correio contar-lhe-ei o que tiver feito. Nada mais a acrescentar, só pedir-lhe que se esforce por vender o sortido de lãs que tem em mãos. Tinha sido minha intenção enviar ao J. Steads em Farnley a nota de venda neste correio, mas os negócios impedem-me. Se o paquete se detiver por 2 dias, tentarei &, se não conseguir, seguirá no próximo correio sem falta. Com os melhores cumprimentos ao Pai, permaneço

O seu Irmão que muito o estima,

Saml Farrer Jnr.

O *Speedy* chegou em segurança.

Com esta carta datada de 19 de Junho de 1813 conclui-se a segunda parte da tradução das cartas de Samuel Farrer, prevendo-se a publicação de mais um ano desta correspondência no próximo número da *REAP*.

VER E ADMIRAR: A VIAGEM DE FORMAÇÃO DE JOSÉ FÉLIX HENRIQUES NOGUEIRA A INGLATERRA EM 1853¹

Maria Zulmira Castanheira
Universidade Nova de Lisboa
CETAPS

José Félix Henriques Nogueira (1823-1858), jornalista e escritor, precursor do socialismo e do republicanismo, teórico do iberismo, que o historiador Joel Serrão definiu como uma das “personalidades-chaves” dos meados do século XIX português, deixou uma importante obra doutrinária de alcance político e social que se estrutura em torno de quatro eixos fundamentais: “a *república*, o *municipalismo*, o *federalismo* e a *associação*” (Serrão 398). Colaborou activamente em alguns importantes títulos da imprensa periódica, nomeadamente os jornais *Eco dos Operários* e *A Revolução de Setembro*; em 1852 fundou o *Almanaque Democrático* (que se publicou até 1855), em 1854 ajudou à fundação do jornal político *O Progresso* e em 1856 criou o *Almanaque do Cultivador*, em que publicou importantes artigos acerca de questões económicas. A sua morte precoce, aos trinta e cinco anos, foi profundamente chorada pelos seus amigos, colaboradores e correligionários,² os quais mandaram

¹ Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Este ensaio é a versão alterada de uma comunicação apresentada na conferência internacional *Routes and Roots. Identity and Intercultural Exchange in Travel and Tourism/ Rotas e Raízes. Identidade e Intercâmbio Intercultural de Viagens e Turismo*, organizada pelo Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, Portugal, que teve lugar nos dias 28 e 29 de Junho de 2012.

² Vários jornais lamentaram a sua morte e fizeram o seu elogio. Veja-se, por exemplo, a notícia do *Correio da Europa*, de 31 de Janeiro de 1858: “sonhava a regeneração

colocar no seu túmulo no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, um busto em sua memória, da autoria do escultor Manuel Maria Bordalo Pinheiro, com uma dedicatória onde se lê: “A José Félix Henriques Nogueira, que tanto amou a pátria e em mais de oito anos de estudos políticos não visou nas suas viagens e multiplicados escritos senão fazê-la prosperar.”

A referência, na inscrição tumular, às “viagens” realizadas por Henriques Nogueira, antes mesmo de se mencionarem os seus “multiplicados escritos,” merece destaque, porquanto aponta para a dimensão instrutiva, por um lado, e de serviço público, por outro, que o autor atribuiu ao acto de viajar, em detrimento da componente recreativa. Também a *Ilustração Luso-Brasileira*, por ocasião do seu falecimento, sublinhou o facto de a viagem ao estrangeiro ter representado para Henriques Nogueira uma “lição” que ele procurou aprender movido por interesse patriótico:

As suas *Recordações de Viagem*, de que ahi ficam tombados alguns capitulos nas colunas do *Archivo Pittoresco*, mostram sobejamente o espirito de social observação que o guiou pela Inglaterra, França, Belgica, Allemanha, e Hespanha. Peregrinou menos para gozar o que podia, do que para estudar o que convinha aos seus principios, e ao regimen portuguez. (Torres 31)

Foi em 1853 que Henriques Nogueira realizou uma viagem de estudo pela Espanha, França, Bélgica, Alemanha e Inglaterra com a intenção de colher ensinamentos que lhe pudessem ser proveitosos aos planos de reforma que sonhava para Portugal. Em 1857 começou a publicar no periódico *Arquivo Pitoresco* as suas “Recordações de Viagem,” que a morte repentina do autor veio interromper. Os dez capítulos que chegaram a vir a lume, ilustrados com onze estampas³ e redigidos num estilo que a crítica do tempo considerou “encantador, cheio de vida”⁴ — a su-

social deste paiz pela descentralisação, pela reforma administrativa, pela educação do clero, do povo e especialmente da mulher.” (1) Anos mais tarde, o jornal *O António Maria*, de 3 de Fevereiro de 1881, lembrou-o nos seguintes termos: “espirito cultivadissimo em vastas leituras e em longas viagens em Hespanha, em França, na Belgica, na Allemanha e em Inglaterra, elle foi em Portugal o mais puro representante das idéas revolucionarias espalhadas na Europa de 1848.” (36)

³ As onze gravuras representam: “As *Needles*, rochedos à entrada de Southampton”, uma rua de Londres, Waterloo Bridge, o gaiato londrino varredor de ruas, Regent Street, o Museu Britânico, Trafalgar Square, um grupo de *quakers*, o Túnel de Londres, a Abadia de Westminster e o Palácio do Parlamento.

⁴ “... empreendeu em 1853 uma visita à Espanha, Alemanha, Bélgica, França e Inglaterra, consignando depois os frutos do seu exame nas *Recordações de Viagem*, de que chegaram a sair dez capitulos no *Archivo Pittoresco*, de 1857. Abundam aí as

gerir que, à época, a escrita de viagem (que então ocupava uma posição muito mais central no sistema literário do que hoje em dia) era consumida por ser fonte, simultaneamente, de instrução e entretenimento —, dizem exclusivamente respeito à visita a Londres, a capital do hegemónico império britânico.

Em 1860 o mesmo relato sairia em volume em Margão (Índia), numa edição barata, sem as gravuras e com um título mais explícito: *Recordações de Viagem contendo A Viagem de Lisboa a Londres e A Descrição desta Cidade*. Na “Advertencia” que antecede o relato, os editores (anónimos) dizem que a iniciativa de publicar a narrativa de Henriques Nogueira se justificava devido à “utilidade,” “instrução” e “erudição” da obra — uma opção consentânea com o programa cultural de difusão de conhecimentos úteis que marcou o publicismo oitocentista e em que a literatura de viagens ocupou um lugar de relevo. Na verdade, se examinarmos as páginas da imprensa periódica do século XIX, então o meio de comunicação de maior penetração social, facilmente nos aperceberemos de que nelas abundam narrativas de viagens, uma prova de que o género gozava então de prestígio enquanto veículo de informação sobre a diversidade do mundo e também de grande popularidade.

“Recordações de Viagem”, texto de carácter memorialístico, apresenta-se com uma estrutura habitual na escrita de viagem: a narrativa na primeira pessoa (ainda que não sob a forma de cartas ou diário) do itinerário efectivamente percorrido por alguém que se assume ser, ao mesmo tempo, autor, narrador e personagem principal do relato.⁵ A deslocação de Henriques Nogueira a Inglaterra teve lugar, como já disse atrás, em 1853, portanto apenas dois anos após a realização em Londres da primeira exposição universal, que marcara o culminar da Revolução Industrial inglesa. A maior e mais espantosa demonstração de confiança no progresso que alguma vez se realizara, a *Great Exhibition* criara aos olhos do mundo a imagem

finas observações sociais emolduradas num estilo encantador, cheio de vida.” (Matos 371) Também os responsáveis pela publicação de *Recordações de Viagem* em volume na Índia, em 1860, sublinham o estilo da obra, para além do valor do seu conteúdo: “As Recordações de Viagem do Sr. Jose Felix Nogueira he um escripto que á correcção e belleza da lingoagem reúne utilidade e instrucção; que nos deleita pelos encantos do seo estilo e alarga a esfera dos nossos conhecimentos pela sua erudição.” (“Advertencia”)

⁵ Não sendo um género fácil de definir, dada a heterogeneidade formal, estilística e de conteúdo, e a propensão para a hibridez genológica dos textos que podem ser incluídos na categoria da escrita de viagem, adopto aqui a proposta de definição de livro de viagem de Jan Borm, pela sua abrangência: “... any narrative characterized by a non-fiction dominant that relates (almost always) in the first person a journey or journeys that the reader supposes to have taken place in reality while assuming or presupposing that author, narrator and principal character are but one or identical” (Borm 17).

da Grã-Bretanha como *workshop of the world*, percebendo-se o fascínio que a capital inglesa exercia sobre os estrangeiros.

Ao contrário de tantos viajantes oitocentistas que, movidos pelo espírito romântico, procuraram lugares não contaminados pela modernidade, locais “primitivos,” paisagens naturais correspondentes aos ideais estéticos do pitoresco e do sublime, ou de outros que quiseram fugir aos itinerários habituais (*beaten tracks*) que as classes médias, e não já somente os *grand tourists* endinheirados, percorriam em cada vez maior número — sinal da transformação da viagem numa prática cultural cada vez menos elitista, mas também mais industrializada, superficial e consumista —, escolhendo, por isso, destinos pouco frequentados, Henrique Nogueira procurou antes a rica e poderosa Londres do chamado *Mid-Victorian Period*. Época caracterizada por grande prosperidade material, intensa produção industrial, enorme desenvolvimento do comércio externo e expansão do Império, Henrique Nogueira pasmou perante tão superior grandeza e grau de evolução.

O relato, produto de um exercício retrospectivo porquanto só foi publicado quatro anos depois da experiência da viagem, organiza-se em duas partes claramente distintas: uma primeira em que se narra a viagem de barco de Lisboa a Southampton, e uma segunda em que se descreve Londres. A cada uma delas corresponde uma diferença não só temática mas também de registo: mais pessoal na primeira, em que emerge a nota subjectiva que marcou muita da escrita de viagem do século XIX em diante, mais impessoal e objectiva na segunda, pois chegado ao destino o viajante português concentra-se no propósito sério de estudar Londres. Também neste aspecto o relato de Henrique Nogueira se enquadra nas tendências da época, pois, como Casey Blanton sublinha, referindo-se ao século XIX, “Travel in this period was not only a source of enjoyment but was also clearly balanced by a desire for education” (Blanton 20). Esta carga ideológica, que também encontramos na tradição do *Grand Tour*, ao ter como objectivo completar a educação dos filhos das classes superiores expondo-os à riqueza cultural e à sociedade elegante da Itália, França, Suíça e Alemanha, é, no caso de Henrique Nogueira, de suma importância, pois a sua viagem foi motivada pela curiosidade intelectual e pelo desejo de aprender com a experiência do mundo civilizado.

No seguimento da tradição setecentista, Henrique Nogueira apresenta-se como o observador estudioso que considera seu dever partilhar com os seus compatriotas o resultado das suas observações, tendo em vista o bem comum. Pode dizer-se com Carl Thompson, que por sua vez se reporta ao pensamento de Paul

Fussell nesse seu livro seminal intitulado *Abroad: British Literary Traveling Between Wars* (1980), que “Recordações de Viagem” pertence àquele tipo de relato de viagem que tem como ponto de partida uma “demanda” aventureira — tanto mais que, ao embarcar rumo a Inglaterra, Henriques Nogueira diz ter principiado para si “a vida aventureira do viajante” (Nogueira, 1979: 279):

Often ... these accounts are underpinned, either explicitly or implicitly, by the mythic motif of the quest. Thus the travel book typically begins with the narrator setting out from his or her home, either in search of some specific goal or else generally seeking adventures, new experiences and interesting stories. On the road, and occupying the liminal position of traveller, the narrator undergoes important, possibly life-changing experiences, before returning home to be reintegrated into his or her society. Usually, moreover, he or she returns enriched, either literally or metaphorically, by the journey; after all, the very fact that the narrative is subsequently produced is implicitly a statement that these adventures had some significance. (Thompson 16-17)

A narrativa abre com a descrição do “bota-fora”, ou seja, a despedida entre o autor e os seus parentes e amigos no Cais do Sodré, às 7h da manhã do dia 28 de Março de 1853. O adeus fez-se debaixo de mau tempo, estabelecendo o autor uma correspondência entre o “céu todo luto” (Nogueira, 1979: 277) e o sentimento de pesar no coração do viajante, por estar prestes a deixar a sua pátria. Domina-o, contudo, um misto de tristeza e de esperança no futuro. Chegado a bordo do paquete *Madrid*, desde logo se lhe impôs a novidade e, conseqüentemente, de imediato se começa a construir um discurso de profunda admiração pela Inglaterra:

... subi a escada do magnífico vapor, e notei em tudo o que me cercava feições características e inteiramente novas, sobressaindo entre elas um cheiro particular e não desagradável, que à falta de melhor e mais exacta qualificação, denominarei o «cheiro inglês». Encontrei-o ulteriormente em tudo e em toda a parte durante a minha residência em Inglaterra; tornei a encontrá-lo, tempos depois, no *Tagus*; e encontro-o ainda hoje em alguns objectos fabricados naquele país: livros e curiosidades que conservo como memórias britânicas. (Nogueira, 1979: 278)

É curioso o facto de Henriques Nogueira trazer o sentido do cheiro para a percepção da viagem, quando o mais comum é privilegiar-se a visão, e afirmar que para sempre guardou da

Inglaterra não apenas uma memória de paisagens visuais (*landscapes*) mas também olfactivas (*smellscales*).

A experiência a bordo proporcionou a Henriques Nogueira um primeiro contacto com o *British comfort* (riqueza, elegância, escrupuloso asseio), expressão em língua inglesa que utiliza no seu relato e à qual se vêm juntar depois muitos outros termos de que o autor vai sempre dando tradução em nota de rodapé. Importa sublinhar esta opção do autor de disseminar pela sua narrativa, para além de nomes de pessoas, lugares e monumentos, palavras e expressões do idioma inglês, as quais reflectem a sua familiaridade com a realidade estrangeira descrita e conferem, assim, credibilidade e *cor local* ao seu relato;⁶ mas, a um nível mais profundo, poderemos também considerar que o seu emprego deixa transparecer a dificuldade de usar ou adaptar palavras portuguesas à realidade inglesa.

A travessia, através de um mar tempestuoso, foi tudo menos confortável, e o autor, sofrendo “as agonias do enjoo” (Nogueira, 1979: 279), permaneceu todo o tempo deitado. A perigosa borrasca, contudo, não assume na narrativa um significado simbólico de antecipação de agruras que estejam para vir; pelo contrário, a estada em Inglaterra constituirá uma experiência inolvidável que justificou plenamente as razões altruístas que levaram o português a viajar. Como é frequente nos textos do género, o início do relato explicita esses mesmos motivos:

O sonho dourado de toda a minha vida ia finalmente realizar-se! Cortando por grandes dificuldades, e endurecendo o coração a impressões bem pungentes, eu empreendia, só e desprotegido, uma viagem, cujo móvel principal era o amor puro, franco, e desinteressado que sempre tive à minha terra e à minha gente. ... Poderia dele aproveitar, pouco que fosse e em época mais ou menos remota, o meu pobre país, tão iludido e desfrutado em suas transformações políticas? (Nogueira, 1979: 278)

Ao cabo de cinco dias no mar, durante os quais pôde observar demoradamente um jovem inglês “esgrouviado” que ocupava o beliche por cima do seu e cujo aspecto físico e carácter reservado descreve de modo jocoso⁷ — o que me parece constituir um

⁶ Exemplos de termos e expressões inglesas utilizados: “roast-beef”, “steward”, “green-tea”, “dining-room”, “speech”, “waggon”, “cottages”, “country-houses”, “policeman”, “penny”, “city”, “cab”, “refreshment”, “shilling”, “meeting”, “work-house”, “union”, “dispensary”, “If you please”, “Bath’s and washing house”, “money-power”, “self-government”.

⁷ “No leito superior ia um jovem e esgrouviado inglês que, segundo lhe pude tirar

eco dessa narrativa de viagem paradigmática da imagem humorística do inglês-tipo nas letras portuguesas do Romantismo que é “De Jersey a Granville” (publicada pela primeira vez na revista *O Panorama*, em 1843), de Alexandre Herculano, também ela o relato de uma viagem marítima em que o autor tem como companheiros de travessia alguns ingleses —, Henriques Nogueira avistou por fim a costa de Inglaterra. O estado de espírito com que se dá esse encontro é totalmente antagônico ao de Herculano, pois se este se vê forçado ao exílio devido às suas ideias liberais e a tristeza da sua condição o faz depreciar profundamente a Inglaterra e o seu povo, já para o primeiro aquela ilha representa uma Terra Prometida: “Os Israelitas vendo a Terra da Promissão não ficaram por certo mais contentes do que eu fixando os olhos na rainha dos mares!” (Nogueira, 1979: 281) Até a habitual comparação, recorrente na literatura de viagens portuguesa, entre o céu de chumbo de Inglaterra e o céu azul e límpido de Portugal é aqui subvertida, pois o autor deixou Lisboa debaixo de chuva, frio e vento, e afirma ter chegado a Inglaterra num dia de bom tempo: “O dia estava lindo como um dos que mais o fossem em Portugal. O Sol descoberto e brilhante temperava com seus mornos raios a incisiva agudeza do ar. Era o esplêndido clima do meio-dia a encher de luz e de vida a bela terra do Norte!” (Nogueira, 1979: 281-282)

Já em terra o autor dá início às suas observações da realidade inglesa. A frase “Fui vendo e admirando (o que em Inglaterra são quase sinónimos)” (Nogueira, 1979: 283), utilizada a propósito de Southampton, vale também para a sua reacção à metrópole londrina, a que chegou de comboio. A experiência nova da velocidade constituiu um momento alto da experiência do estrangeiro, tendo o viajante avistado da carruagem outras manifestações do progresso tecnológico:

Mas não tardou que o silvo agudo da locomotiva e uma para mim extraordinária, mas mui agradável velocidade, me advertissem que eu era transportado pelo vapor, o gigante do século XIX. O espaço desaparecia diante dos meus olhos maravilhados! ... Ao nosso lado ficavam os altos e elegantes colonelos do telégrafo eléc-

do bucho, era empregado na diplomacia. O meu sossegado companheiro era, com efeito, de uma reserva exemplar. Creio que durante a passagem não gastou, nem me fez gastar uma dúzia de frases. Somente de horas em quando dirigia algum monossílabo ao *steward*, que chamava em tom doce, sonoro, e, se é lícito dizê-lo, distintamente aristocrático. Antes do jantar, de que eu não partilhava senão o ingrato cheiro, vi suspensas e como caídas do tecto as longas e esguias pernas, coroadas pelo desarcado tronco do silencioso *attaché* que passou a compor o seu vestuário, quase tão esmeradamente como se fosse para um baile de corte.” (Nogueira, 1979: 279-280)

trico sustentando oito ou dez fios condutores das suas notícias.
(Nogueira, 1979: 284)

Recorde-se que nesse mesmo ano de 1853, no quadro da política de fomento das vias de comunicação e transportes que caracterizou o período da Regeneração, com vista a criar bases para o desenvolvimento económico nacional, começaram em Portugal as obras para a construção do primeiro troço de linha férrea portuguesa, o qual viria a ser inaugurado três anos depois ligando Lisboa ao Carregado. A vivência londrina de Henriques Nogueira constituiu, assim, uma espécie de viagem ao futuro moderno que o autor sonhava para Portugal e no qual a velocidade, sinal dos tempos, tinha um lugar de destaque. A própria estrutura de “Recordações de Viagem”, dividida em capítulos sobre temas diversos, traduz uma experiência de velocidade transposta para o narrado, na medida em que o autor-viajante passa rapidamente de um tópico para outro.

Nos dois meses que passou em Londres o autor passeou muito pela cidade, para sentir o seu pulsar — “O estrangeiro que pela primeira vez chega a Londres não carece de maior distração durante alguns dias que a de divagar pelas ruas, praças e passeios da nobre cidade.” (Nogueira, 1979: 288), diz a dada altura —, visitou as grandes atracções turísticas, que o maravilharam pela novidade (British Museum, Polytechnic Institute, Zoological Garden, Botanic Garden, Colosseum, National Gallery, Madame Tussauds, St Pauls’s Cathedral, Westminster Abbey, Tunnel, Tower of London...), foi à ópera a Covent Garden, ao teatro, a um concerto, aos bailes públicos. A narrativa abre-se à descrição da paisagem do rio Tamisa “coalhado de embarcações” (Nogueira, 1979: 289), retrato da actividade e do espírito industrioso da Inglaterra, e dá-nos uma imagem rica em pormenor e plena de movimento do espaço urbano, por vezes acompanhada de informações quantitativas que impressionam pela força dos números. Fala das ruas peçadas de pessoas e veículos, da animação dos mercados, da opulência e concorrência das lojas, de figuras típicas da grande metrópole como o zeloso polícia e o gaiato varredor de ruas, da beleza das mulheres e crianças inglesas com que se cruzou, do culto da educação física que pôde presenciar e que considera “um dos segredos da superioridade desta raça empreendedora” (Nogueira, 1979: 290), da sensoria do Domingo londrino (ruas desertas, lojas fechadas), do asseio, da ordem, do luxo, de costumes que lhe causaram estranheza, como o uso generalizado de chapéu pelas mulheres

de todas as classes sociais.⁸ Regista também a estranheza que ele próprio causou nos outros quando tentou comunicar com um grupo de crianças e estas fugiram, amedrontadas pelo “estrangeirismo do meu aspecto todo peninsular” (Nogueira, 1979: 290), um episódio revelador das tensões que podem surgir entre o Eu viajante-observador e o Outro visitado-observado em consequência do confronto entre semelhanças e diferenças. Aliás, o facto de o autor não dominar a língua inglesa, como por diversas vezes confessa — o que o impediu de entabular conversas, entender peças de teatro e canções —, constitui logo à partida um sério obstáculo a um mais profundo conhecimento e entendimento da alteridade, pondo em clara evidência a sua identidade estrangeira.

Consciente de que é impossível descrever Londres e de que a sua representação não poderá ser senão parcial e apenas uma pálida imagem da realidade — “Não tentarei a descrição de Londres. Sobre ser quadro vasto, impossível de acomodar-se nas breves notas de uma viagem, não me julgo habilitado para traçá-lo; ... Mas é que Londres resume a grandeza, a ciência, a indústria, a riqueza, e o fausto da Inglaterra, e por isso carece de anos para conhecer-se no admirável desenvolvimento de suas instituições, de suas empresas, e de suas obras gigantescas.” (Nogueira, 1979: 287) —, o autor opta por dizer “pouco e sobre poucas cousas, traduzindo com fidelidade as variadas impressões que elas me suscitaram.” (Nogueira, 1979: 287) e com essa selecção de tópicos *revela-se*, desvenda quais os seus principais interesses e preocupações. Assim, se é constante a reacção de espanto e profunda admiração que atravessa toda a narrativa — “Aqui se me começou a abrir a boca... de admiração.” (Nogueira, 1979: 285) —, a qual se reflecte no uso abundante de uma adjectivação superlativa de cariz encomiástico,⁹ são as questões políticas, económicas, sociais e educativas que lhe merecem um maior detalhe descritivo e um tom mais sério,

⁸ A observação de um uso como o traje pode levar o autor a tecer comentários de alcance mais profundo, nomeadamente de teor político: “Uma das particularidades mais distintivas do trajo inglês é o uso infalível do chapéu nas mulheres. A inglesa mais pobre, miserável, velha e repugnante, nunca é vista na rua sem o seu *bonnet and shawl*. Também não é raro ver homens de casaca trabalhando nas calçadas ou varrendo as ruas. Posto que esta uniformidade seja, até certo ponto, caricata, segundo os nossos hábitos, ela mostra, entretanto, uma forte tendência para a igualdade, para a fusão material das condições sociais.” (Nogueira, 1979: 290)

⁹ Exemplos de adjectivos usados: “majestoso”, “soberbo”, “glorioso”, “imenso”, “pasmoso”, “belo”, “lindo”, “vasto”, “numeroso”, “formoso”, “magnifico”, “colossal”, “rico”, “sumptuoso”, “original”, “amplo”, “opulento”, “imponente”, “gracioso”, “esplêndido”, “incrível”, “assombroso.”

por certo por envolverem modelos com que Portugal muito tinha a aprender. Nos capítulos VII a X trata pormenorizadamente das medidas legislativas e filantrópicas tomadas em Inglaterra para auxiliar e amparar os pobres, os indigentes, os trabalhadores, as mulheres e os órfãos, e das numerosas instituições de propagação da instrução popular, cuidados de saúde e prevenção do vício ali existentes, bem como dos asilos, hospícios, estabelecimentos económicos de alojamento, comida, banhos e lavandaria; de uma *workhouse* e de uma prisão que visitou, prestando especial atenção ao modo como eram administradas; de uma fábrica de cerveja que teve igualmente oportunidade de ver e que tomou como uma amostra das muitas e prodigiosas que havia em Inglaterra; dos edifícios do Banco de Inglaterra e da Casa da Moeda (a que teve acesso mercê de cartas de apresentação fornecidas pela legação portuguesa em Londres) onde também esteve e que o levam a tecer alguns comentários acerca dos imensos recursos da velha Albion em termos de ouro e crédito; da assombrosa actividade das docas e seus armazéns, salientando o autor as grandes vantagens comerciais de tal sistema; e de uma sessão do Parlamento¹⁰ a que pôde assistir graças a Benjamin de Oliveira, um descendente de madeirenses que era membro da Câmara dos Comuns e ali vinha a lutar pela diminuição dos direitos sobre os vinhos de Portugal.¹¹

Apesar de viver com grande entusiasmo a estada em Inglaterra, e embora o olhar do forasteiro esteja sobretudo focado no que o rodeia, é de sublinhar a alegria com que reage sempre que tem ocasião de privar com a presença portuguesa em Londres, como sucede na visita ao Parlamento acima mencionada, ou ao escolher ficar num hotel propriedade de um português (o Oliveira's Hotel, em Golden Square), ou ao assistir a uma reconstituição do Terramoto de 1755 no Colosseum, ou ainda ao poder contemplar, numa galeria, obras de um artista seu compatriota, José Moira, que estava lá a fazer sucesso. Sem as

¹⁰ Descreve o edifício, recente, em termos extremamente elogiosos: "Em nenhuma parte do mundo existe monumento tão condigno da majestade nacional." (Nogueira, 1979: 324)

¹¹ "Mr. Oliveira fez-nos a honra de vir assentar-se por algum tempo junto de nós, satisfazendo com amabilidade algumas das minhas perguntas, e instruindo-me dos seus esforços para a diminuição dos direitos nos vinhos de Portugal. Em sua opinião os operários ingleses haviam de produzir mais trabalho, se no seu alimento ordinário entrasse o vinho." (Nogueira, 1979: 325)

Sobre Benjamin de Oliveira, ver: Maria Zulmira Castanheira. "Joseph James Forrester, defensor do Douro: a obra do "estrangeiro-portuguez". *Famílias Inglesas e a economia de Portugal*. Publicações da Fundação Robinson 4. Portalegre: Fundação Robinson, 2010. 74-99.

marcas da ostensiva e detractora anglofobia que marca muito do discurso português oitocentista sobre a Inglaterra, frequentemente de expressão caricatural e satírica — ainda que não deixe de denunciar as profundas desigualdades da sociedade vitoriana, “a miséria que ali vegeta a par da opulência” (Nogueira, 1979: 307), a política de *self-interest* do governo britânico, a prepotência exercida pela Inglaterra sobre os povos mais fracos,¹² a opressão sobre a Irlanda, “essa desditosa nação que a manopla da Inglaterra ainda trafega” (Nogueira, 1979: 290), a imperfeita representação do povo inglês no Parlamento, o anacronismo da “opressora” (Nogueira, 1979: 324) Câmara dos Lordes —, nem a provinciana idealização da pátria ensolarada e de encantos rústicos que encontramos em alguns autores portugueses do século XIX que viajaram até à Inglaterra e persistiram em recusar a indústria e a riqueza de Londres em favor de um Portugal supostamente feliz no seu bucolismo e afastamento da marcha da civilização, temos em Henriques Nogueira uma posição equilibrada entre a admiração pela capacidade empreendedora e o engenho da “simpática Inglaterra” (Nogueira, 1979: 283) e um sentimento patriótico que sonha ver Portugal nesse mesmo caminho do progresso. Uma passagem de “Recordações de Viagem” em que a representação do Outro comporta não apenas hetero-imagens mas também auto-imagens, ilustra bem a comparação intercultural estabelecida pela voz narrativa e o modo como o distanciamento crítico potenciado pela deslocação no espaço até realidades estrangeiras pode levar o viajante a uma autognose pátria e a uma consciência mais aguda da situação do lugar de pertença, no caso o (humilhante) atraso português:

É ao mesmo tempo sublime, grandiosa e terrível a vista de Londres, meio velada pela névoa, de sobre o pavimento trémulo de uma ponte suspensa! A cidade, aglomeração inextricável, infinita, imponente de soberbos palácios e de elevados coruchéus; o Tamisa revolvendo em baixo suas águas negras e túmidas, sulcadas por centenares de navios de todas as dimensões; as pontes monumentais, que a consideráveis distâncias comunicam as duas margens; tudo isto constitui um quadro por tal forma gigantesco, que a imaginação sacia-se, e a vista cansada sucumbe debaixo do peso de tanta grandeza. Ao menos assim me aconteceu a mim, pobre filho de uma pobre terra, ao contemplar a face da moderna Babilónia. Tanto fausto, tanto apuro, tanto progresso, ao passo que me interessavam como objectos de estudo, vertiam-me na

¹² “Assim o seu Governo não procurasse engrandecer-se, como o tem feito, à custa e com o suor e o sangue dos povos pequenos, fracos e atrasados!” (Nogueira, 1979: 292).

alma um sentimento indefinível de tristeza e de pesar, porque me lembrava que o meu país, hoje tão atrasado e empobrecido, também outrora empunhara o ceptro dos mares, e que posteriormente concorreu tão pouco, pelo desmazelo e ignorância dos seus naturais, para a existência destes monumentos, cuja magnificência me humilhava. (Nogueira, 1979: 285-286)

Curiosamente, a narrativa de Henriques Nogueira alarga o confronto intercultural, restringindo-o não apenas ao binómio “nós”-Portugal/“eles”-Inglaterra mas à comparação também entre a Inglaterra e a França, da qual a segunda sai claramente diminuída em termos morais, o que não era frequente nas letras portuguesas de Oitocentos:

Um estreito braço de mar separa a Inglaterra da França, e entretanto que imensa separação moral entre os dois países! ... O Francês, espirituoso e volúvel, sacrifica tudo à novidade, à moda, ao movimento. Da parte de cá [Inglaterra], nesta terra em que se faz mais questão das cousas que das palavras, anda-se pouco, anda-se devagar, mas progride-se sempre. O povo tem diante de si uma aristocracia tão poderosa, inteligente e respeitável, como opressora e anacrónica; mas cada palmo de terreno que ele lhe arranca, é uma conquista feita. A Inglaterra não mantém exército ao soldo dos partidos para esmagar os cidadãos. O espectáculo admirável da sua tranquilidade explica-se pelo respeito pela lei, entranhado nos costumes e na educação política. Ali, país da franca discussão nos *clubs*, e nos *meetings*, todos ralham da lei, se ela é má, mas todos se lhe sujeitam enquanto não está derogada pelo Parlamento. O Inglês é naturalmente fleumático, pensador e tardio em seus movimentos; mas, uma vez posto a caminho, vai onde quer — para ficar; e conserva sempre o bom juízo de não correr a foguetes. (Nogueira, 1979: 96)

Viajando com o intuito de aprender boas práticas num país cuja superioridade civilizacional reconhece e que admira por nele se saberem “respeitar as garantias individuais” (Nogueira, 1979: 282) e ser uma terra de liberdade; pelo grau de instrução do seu povo;¹³ pela espantosa capacidade produtiva, simbolizada na sua poderosa indústria;¹⁴ e pelo espírito de associa-

¹³ “Em nenhum país se lê tanto como na Inglaterra. A imprensa inglesa é, exceptuada talvez a alemã, a mais fecunda do mundo. ... há leitura, e sobretudo leitura útil e económica para todos e para tudo.” (Nogueira, 1979: 307)

¹⁴ “A Inglaterra inteira é, a bem dizer, uma contínua fábrica. Assim a tem feito a prodigiosa indústria dos seus naturais, a admirável facilidade das suas comunicações,

ção e de organização municipal, temas muito caros a Henriques Nogueira, fervoroso defensor do associativismo¹⁵ e do municipalismo como forma de descentralização administrativa,¹⁶ sobre os quais escreveu nas suas obras *Estudos Sobre a Reforma em Portugal* (Lisboa, 1851) e *O Município no Século XIX* (Lisboa, 1856) e que lhe suscitam também reflexões em “Recordações de Viagem”, o relato de Henriques Nogueira é um exemplo da viagem voluntária de cariz utilitário, não empreendida por motivos profissionais ou visando o lucro material, mas como exercício de busca de informação empírica e de conhecimento que possam servir, acima de tudo, o país de origem do viajante, mais do que o próprio viajante.

A vertente documental da escrita de viagens encontra-se nele bem representada pela mão de um autor que tem princípios ideológicos vinculados e não se coíbe de os exprimir, como quando comenta que as inúmeras estruturas criadas em Inglaterra para atenuar os efeitos da pobreza e da indigência não poderão pôr completamente fim a esses males e que será necessária uma grande transformação social, de raiz socialista: “Curá-los radicalmente só o poderá fazer uma mais equitativa distribuição das riquezas. Mas essa depende, como é sabido, da libertação da terra e do trabalho, que a nobreza e o capital têm enfeudado quase exclusivamente naquele país [Inglaterra].” (Nogueira, 1979: 308)

Analisei aqui, brevemente, o modo como Henriques Nogueira narra a sua experiência de viagem à Inglaterra, precisamente a nação em que o caminho-de-ferro e os barcos a vapor haviam começado a possibilitar a democratização da viagem e a industrialização do lazer, anunciando o fenómeno de massas chamado turismo. Proveniente de um país periférico, atrasado, pobre, passivo — Portugal —, a visita a Londres — centro de poder, progresso e prestígio, conotado com modernidade, dinamismo, inovação — representou para o autor a materialização de um sonho, a possibilidade de conhecer “as magnificências de um mundo novo, o mundo da civilização” (Nogueira, 1979: 278). A relação do viajante com o espaço estrangeiro e a maneira como vive a mundanidade citadina são enformadas por um forte

e o avultado consumo, que ela sabe abrir aos seus produtos.” (Nogueira, 1979: 312)

¹⁵ “A associação, como e onde quer que a apliquem, produz sempre maravilhas”, escreve, quando se debruça sobre os clubes ingleses, que considera “uma das instituições mais originais e admiráveis da opulenta e engenhosa Inglaterra.” (Nogueira, 1979: 304)

¹⁶ “A organização municipal da Inglaterra, tipo admirável do governo da localidade pela mesma localidade (*self-government*), é talvez o ramo mais perfeito da administração naquele país.” (Nogueira, 1979: 319)

sentimento de admiração que se articula com o seu olhar “social”, condicionado pelos seus interesses pragmáticos, valores e princípios, residindo precisamente aí o lado subjectivo, pessoal, de uma narrativa acentuadamente funcional em que predomina a exposição objectiva dos dados recolhidos.

O seu discurso — feito sobretudo de hetero mas também de auto-imagens, pois, como se sabe, a escrita de viagens estimula, quase inevitavelmente, ainda que de forma mais ou menos explícita, a reflexão sobre a própria identidade, individual e/ou colectiva, decorrente do confronto com a diferença e a alteridade —, enquanto lugar de construção da memória, regista uma experiência de viagem educativa, inebriante e enriquecedora, um rasgar de horizontes mentais. O facto de o autor-viajante ter publicado a sua narrativa, ainda que quatro anos depois da sua viagem, revela a sua fé na utilidade dos relatos de viagem enquanto testemunhos directos da experiência do estrangeiro. Ao garantir que as suas anotações e descrições são rigorosas e fidedignas, estabelece com os seus compatriotas um pacto de leitura que visa garantir que a sua representação do Outro/a Inglaterra seja tomada como um documento onde Portugal poderá colher ensinamentos proveitosos para projectos de renovação política, económica e cultural do país.

OBRA ESTUDADA

- Nogueira, J. Felix. "Recordações de Viagem." *Arquivo Pittoresco*. Tomo I (1857-1858), nº 1, 1 de Julho de 1857: 7-8; nº 2, Julho de 1857: 14-16; nº 4, Julho de 1857: 30-32; nº 5, Agosto de 1857: 38-40; nº 8, Agosto de 1857: 58-60; nº 11, Setembro de 1857: 86-87; nº 14, Outubro de 1857: 111-112; nº 15, Outubro de 1857: 118-120; nº 17, Outubro de 1857: 135-136; nº 18, Outubro de 1857: 142-144.
- Nogueira, José Félix. *Recordações de Viagem contendo A Viagem de Lisboa a Londres e A Descrição desta Cidade*. Margão: Na Typographia do Ultramar, 1860.
- Nogueira, José Félix Henriques. "Recordações de viagem." *Obra Completa*. Tomo II. Edição organizada por António Carlos Leal da Silva. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1979. 277-328.

OBRAS CITADAS

- Anónimo. [Falecimento de José Felix Henriques Nogueira]. *O António Maria*, 3 de Fevereiro de 1881: 36-37.
- Anónimo. [Falecimento de José Félix Nogueira]. *O Correio da Europa* 7, 31 de Janeiro de 1858: 1.
- Blanton, Casey. *Travel Writing: The Self and the World*. New York and London: Routledge, 2002.
- Borm, Jan. "Defining Travel: On the Travel Book, Travel Writing and Terminology." *Perspectives on Travel Writing*. Edited by Glenn Hooper and Tim Youngs. Aldershot: Ashgate, 2004. 13-26.
- Matos, Júlio de. "José Félix Henriques Nogueira". *Plutarco Português*. Vol. II, fascículo 12, 1882. *Apud* José Félix Henriques Nogueira. *Obra Completa*. Tomo I. Edição organizada por António Carlos Leal da Silva. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976. 369-381.
- Serrão, Joel. "Nogueira, José Félix Henriques". *Dicionário de História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Volume IV. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990. 397-398.
- Thompson, Carl. *Travel Writing*. The New Critical Idiom Series. London and New York: Routledge, 2011.
- Torres, José de. "José Felix Nogueira". *A Ilustração Luso-Brazileira* 4, 23 de Janeiro de 1858, Vol. II (1858): 30-31.

**A DISCRETA ALIANÇA:
A IMPRENSA PORTUGUESA E A INGLATERRA
NO TRICENTENÁRIO DE CAMÕES**

*Marco António Franco Neves
Universidade Nova de Lisboa*

Propomo-nos, neste artigo, analisar brevemente a forma como a Inglaterra e as relações anglo-portuguesas foram encaradas pela imprensa portuguesa a propósito do tricentenário da morte de Luís de Camões, comemorado em 1880.

Tendo sido o centenário uma ocasião em que Portugal reflectiu sobre si próprio (em especial, na imprensa, como organizadora auto-proclamada do evento), à luz duma grandiosidade que via espelhada no poeta e pretendia ver renascida naquele final do século XIX (depois de séculos de decadência iniciados justamente com a morte do Bardo português), seria de esperar uma multiplicidade de referências à Inglaterra e às relações com este país, visto ser aquele o mais antigo aliado de Portugal e aquele que lhe tinha permitido manter a independência. Por volta de 1880, estávamos ainda longe dos acontecimentos que rodearam o Ultimatum e do ódio anti-britânico que então inflamou os portugueses; assim, presumir-se-ia que as referências ao Aliado seriam variadas e ocupariam um lugar de destaque em comparação com os vários países com os quais Portugal mantinha relações. Esta é a hipótese com que trabalharemos, tentando confirmá-la ou recusá-la e perceber as causas dessa confirmação ou recusa.

Antes de passarmos à Inglaterra e à sua imagem nos periódicos portugueses da época, debrucemo-nos rapidamente sobre as comemorações camonianas de 1880, acontecimento que teve um eco assinalável na altura, não só em Portugal, como em vários países do Ocidente (incluindo, obviamente, a Inglaterra).

Nos anos anteriores ao centenário, Camões tinha sido trazido para o centro das atenções dos portugueses e tinha sido usado como meio de expressão de certas ideias sobre o país e o futuro do mesmo. Se, em 1867, aquando da inauguração da estátua ao poeta em Lisboa (perto do Chiado), as cerimónias foram quase exclusivamente oficiais, com pouco entusiasmo popular — apesar de o autor d’*Os Lusíadas* ser já então considerado o grande génio da nacionalidade —, em 1880 tiveram não só uma extraordinária participação popular, como também um carácter significativamente semi-oficial. Entre as duas datas, acentuou-se o sentimento de crise nacional, aumentou a impressão de contraste entre a grandiosidade passada e a decadência presente, enquanto vários intelectuais e movimentos (em que se destacavam vários republicanos) tentavam fazer passar a imagem de Camões como o exemplo a seguir pela nação, o catalizador da recuperação nacional.¹ Na pintura deste quadro santificador do considerado génio da Pátria, tiveram muita influência vários republicanos, que viam em Camões o santo secular duma religião civil, dentro do “empenho [dos discípulos portugueses de Comte] na edificação de uma galeria hagiográfica de ‘grandes homens’ posta ao serviço do reforço de um novo consenso social e nacional” (Catroga). Se os republicanos apostavam numa diminuição da importância da religião oficial na vida pública, sabiam da “importância de ritualizar a invocação (e a evocação) do passado” (*idem*), num contexto em que os centenários assumiam um relevo muito especial.

Assim, quando se chega ao fim da década de 70 do século XIX, rodeavam a figura de Camões conotações de republicanismo (claramente abusivas) ou, pelo menos, afastamento em relação à autoridade monárquica. Isto não impedia que Camões fosse ainda objecto de consenso nacional, aliás, um consenso mais entusiástico que em 1867 — dava apenas a este consenso um certo travo de crítica às entidades governativas, incapazes de pôr em marcha a supostamente necessária regeneração nacional. Para isto contribuiu o inteligente sublinhar de certas facetas do carácter (muito mitificado) de Camões: a sua imagem de “vítima invencida dos áulicos do Paço, imagem e símbolo dos valores preteridos e esmagados pelo favor injusto, além de cantor das glórias nacionais, realizadas no meio das dificuldades espantosas, e enfrentando deformações que, embora algumas

¹ Como exemplo, podemos citar a obra de Oliveira Martins *Os Lusíadas — Ensaio sobre Camões e a sua obra em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da Renascença* e vários artigos e intervenções de Teófilo Braga, considerado o grande responsável pela mudança de atitude face a Camões.

vezes o desorientassem, nunca tinham conseguido esmagar o seu génio português” (Macedo 335-336).

Chegados a 1880, a inevitabilidade de se comemorar o centenário era evidente. Mas não seria já uma festa meramente oficial. Com as conotações que o poeta entretanto ganhara, o Governo ficara com pouca vontade de organizar as comemorações. Se uma comemoração organizada apenas pelos opositores ao regime não teria grande impacto social, o mesmo aconteceria se fosse organizada pelo regime, como a inauguração de 1867. A forma de que esta se revestiu foi um meio-termo bastante equilibrado: uma comissão reunindo representantes da imprensa portuguesa organizou as celebrações em Lisboa, dando-lhes um carácter festivo, solene e semi-oficial. Assim se tentou agradar a todos, sem deixar que ninguém perdesse a face. O Governo participou discretamente, como lhe competia, enquanto a oposição republicana continuou a ver em Camões um herói à sua medida, e o resto da nação, por vezes sem consciência das manipulações ideológicas por trás do uso da imagem de Camões, via no poeta o herói nacional, o exemplo duma grandiosidade portuguesa que urgia recuperar.

O facto de ser a imprensa a organizar o evento (ou melhor, os eventos, pois as comemorações estenderam-se por três dias e rodearam-se de uma panóplia de acontecimentos) contribuiu para que estas tivessem uma difusão pouco habitual para festividades da época, culminando no cortejo cívico do dia 10 de Junho de 1880, que juntou, segundo os relatos da época, perto de duzentas mil pessoas nas ruas de Lisboa. De salientar que a imprensa adquirida havia poucas décadas uma difusão popular muito acentuada, tendo surgido periódicos (como o *Diário de Notícias*) que aliavam uma grande circulação a uma suposta imparcialidade política (que ajudava a ter uma audiência maior e mais diversificada — até então a grande maioria dos periódicos tinham orientação política não dissimulada). A forma como as comemorações encontraram eco na sociedade portuguesa pode ser vista nos relatos das preparações para o centenário nos vários periódicos e mesmo na publicidade inserta nos mesmos. Além disso, a publicação de livros, programas, números especiais, etc. prova a forma entusiástica como o Tricentenário centrou as atenções dos portugueses durante o primeiro semestre de 1880. Multiplicavam-se, nos periódicos e nas publicações relacionadas com o acontecimento, as exortações emocionadas à Pátria, à recuperação nacional, à homenagem ao poeta, identificado com a própria portugalidade, entre outras aclamações entusiasmadas e, muitas vezes,

repetitivas. O programa oficial da celebração² é um exemplo deste tipo de retórica:

[A] individualidade de Camões, sendo a mais genuína expressão do genio portuguez e envolvendo pelo character da sua epopeia a mais poderosa affirmação de todas as energias em que se funda a existencia da nossa nacionalidade é por esse facto o mais alto symbolo patriotico que se pode propôr á estima dos corações portuguezes.

O tricentenário de um poeta considerado dos maiores da Renascença europeia teve, compreensivelmente, grande impacto no resto da Europa (e não só). Concentrando-nos em Inglaterra, vemos que na época foi grande o número de artigos de imprensa, conferências, homenagens e traduções referentes ao poeta quinhentista português. A imagem de Camões veiculada pelas manifestações inglesas é diferente daquela transmitida pelas comemorações portuguesas: se, em Portugal, Camões se quer o catalizador dum ressurgimento nacional (associado a uma mudança de regime pelos sectores republicanos), em Inglaterra não deixa de ser o símbolo da decadência dum país que não soube dar o devido valor ao grande génio *europeu* que Camões foi.³ Europeu, precisamente: a tónica das comemorações em Inglaterra era o carácter europeu do Shakespeare português. Cada país estava a comemorar-se a si próprio, ao comemorar Camões.

Seja como for, teria sido natural que as manifestações em países estrangeiros encontrassem eco na imprensa portuguesa, o que não deixou de ser verdade, muitas vezes com alguns comentários irónicos sobre a parcialidade das referências estrangeiras a Camões. Dado o elevado número de manifestações inglesas sobre a figura camoniana na época, o lógico seria aparecerem referências repetidas a tais manifestações, até porque a Inglaterra havia desempenhado um papel importante na História portuguesa, tão presente na mente dos portugueses de 1880. Além disso, a existência duma significativa comunidade inglesa em Portugal suporia a participação da mesma nas comemorações, com respectivas referências na imprensa, tão inclinada a verificar e aplaudir a participação das várias corporações e comunidades da sociedade portuguesa nessa comemoração do Bardo português.

² *Programma da Celebração em Lisboa do Terceiro Centenário de Luiz de Camões.*

³ Veja-se, a este propósito, Ramos.

Partindo dessa hipótese, vejamos as referências que os jornais portugueses fizeram a Inglaterra no contexto das comemorações camonianas de 1880. Tendo em conta que a multiplicidade de títulos publicados escondia uma fragmentação do público leitor bastante acentuada, concentrar-nos-emos em jornais com tiragens significativas, tomando-os como amostra.⁴ Grande parte das referências consiste em menções de artigos publicados nos jornais ingleses no âmbito das comemorações. Por exemplo, no *Diario de Noticias* de 23 de Maio aparece a seguinte referência:

No *Times*, do dia 14 de maio, appareceram dois calorosos artigos acerca do centenario de Camões; o primeiro é extenso, eloquente e considera o poema de Camões como profundamente nacional, e um dos factores mais poderosos da autonomia portugueza. A festa do centenario de Camões é uma festa da civilização europeia, e o *Times* espera que os escriptores dos diversos paizes visitem Lisboa no dia 10 de junho. No segundo artigo ha uma pequena biographia de Camões em que os erros são compensados por uma comprehensão do typo geral e do seculo XVI.⁵

Noutros jornais aparecem traduções de artigos ingleses, sem grandes comentários. Já a presença de ingleses nas comemorações dá azo a referências, marcadas sobretudo pela explicação da sua ausência enquanto comunidade e pelas hipóteses de participações (que não chegam a ser desenvolvidas). O *Diario de Noticias*, no dia 1 de Junho de 1880, refere-se a uma *probabilidade*:⁶

Diz o *Army & Navy Gazette* que provavelmente parte da esquadra ingleza do Mediterraneo vem ao Tejo tomar parte nos festejos do tricentenário.

⁴ Nomeadamente, o *Diario de Noticias* (considerado o jornal mais importante), o *Diario Illustrado* (considerado próximo da oposição) e o *Diario Popular* (considerado próximo do governo do Partido Progressista). Consultámos ainda *A Revolução de Setembro* e outros jornais menos importantes, referidos na bibliografia. Infelizmente, jornais importantes como *O Século*, apenas começaram a ser publicados depois de 1880, o que não nos permite verificar a perspectiva sobre Inglaterra dos jornais que maior destaque tiveram na redefinição pela negativa das relações anglo-portuguesas por altura do Ultimatum.

⁵ Repare-se na referência às comemorações como “festa europeia”. Os portugueses da época terão interpretado tal referência como elogiosamente integradora de Portugal no conjunto europeu (o que explica a citação indirecta de tal referência pelo jornal); hoje, à distância, conseguimos interpretá-la como uma forma inglesa de puxar Camões para fora do redil dum país visto como decadente.

⁶ Repare-se como, aliás, esta referência é apenas mais uma a um jornal inglês.

No *Diario de Noticias* de 13 de Junho de 1880 explica-se o porquê da não participação da colónia inglesa enquanto tal nas comemorações:

No prestito civico triumphal de quinta-feira vimos varios subditos inglezes, aggregados a diversas associações e corporações nacionaes. / Sabemos que a colonia ingleza não se fez representar em separado pelos motivos indicados nas resoluções abaixo citadas, votadas n'uma reunião publica que se realisou no dia 9 do corrente para deliberar sobre a resposta, que se deveria dar ao convite, que a commissão executiva da imprensa lhe dirigiu. / As resoluções a que nos referimos foram as seguintes: [...] / 2.^a Que os subditos de sua magestade britannica, residentes em Lisboa, comquanto muito desejosos de contribuir para honrar a memoria do grande epico portuguez, e testemunhar a sua muita affeição e respeito por um paiz ao qual se acham ligados por tão estreitos laços de amisade, antiga alliança, e interesses commerciaes, são todavia de opinião, que, havendo muitos subditos inglezes resolvido tomar parte n'esta grande demonstração nacional, na qualidade de membros das diversas associações e corporações portuguezas, a que pertencem, uma demonstração em separado, e do modo que a colonia ingleza desejaria realisar-a, é impossivel na hora adiantada em que os preparativos se encontram. [...]

Estas referências, longe de constituírem prova da presença do velho aliado nos periódicos portugueses no que se refere ao Tricentenário, ajudam a dar a impressão a quem os lê, pela raridade com que aparecem, duma certa ausência de Inglaterra nos relatos da imprensa portuguesa da época. Mas apenas podemos avaliar tal ausência comparando-a com a presença de outros países na mesma imprensa. Façamos um exercício de contraste, iniciando-o com as referências a traduções e estudos estrangeiros sobre Camões. Sobre as traduções inglesas da obra camoniana, que foram em grande número nesta época, devido às comemorações, encontramos várias, embora sucintas, referências. Vejamos, por exemplo, o que diz o *Diario de Noticias* do dia 15 de Abril de 1880, referindo-se a Burton e Aubertin, dois dos tradutores de Camões:

O explorador, capitão Ricardo Burton, já concluiu a tradução dos *Lusíadas*, que será publicada brevemente em Londres. [...] Burton e Aubertin tencionam vir para Lisboa para tomar parte nas festas do Centenario. Consta que estão occupados em juntamente traduzirem os sonetos de Camões e provavelmente publicarão alguns trechos na occasião do centenario.

A tradução de Robert Duff, outro dos tradutores de Camões desta época, foi recebida na Academia de Ciências, facto assinalado com um laconismo evidente (*Diario de Noticias*, 5 de Março de 1880):

Foi recebida com muitos agradecimentos a tradução ingleza dos *Luziadas*, pelo sr. Roberto Duff. Este livro foi enviado á segunda classe a fim de ter parecer.⁷

A imprensa portuguesa mostrava-se conhecedora das traduções inglesas de Camões (e, aliás, dos movimentos dos tradutores); no entanto, nota-se um maior entusiasmo, por exemplo, na referência das traduções castelhanas, neste texto do *Diario de Noticias* (24 de Maio):

O sr. Luiz Vidart, distincto litterato hespanhol, publicou em um dos ultimos numeros da *Revista contemporanea* (15 de maio) uma interessante noticia sobre as traducções castelhanas dos *Lusiadas*. A Hespanha foi o primeiro paiz que rendeu homenagem ao nosso epico; quando appareceu a primeira traducção franceza e a primeira italiana, já havia tres hespanholas. A admiração da Hespanha por Camões não diminuiu nunca até hoje.

A referência às primeiras traduções francesa e italiana não é acompanhada da referência à de Fanshawe — a primeira tradução inglesa d'*Os Lusíadas* —, como seria de esperar, tendo em conta as relações estreitas entre Portugal e Inglaterra.

Note-se ainda a forma como se elogia um estudo alemão sobre Camões (*Diario de Noticias*, 12 de Maio de 1880):

O sábio alemão, doutor Carl von Reinhardstoettner, que tanto honra a lingua e a litteratura portugueza, está escrevendo para o centenário de Camões um ensaio sobre os *Amphytriões* do nosso immortal poeta, comparados com a comedia de Plauto e com outras modernas. Este illustre escriptor, cioso da nossa gloria como os mais patriotas de entre nós, publicou, no n.º 4 do *Litteraturblatt fur germ. und rom. Philologie*, dois artigos interessantissimos, defendendo n'um d'eles a nação portugueza [...].

⁷ No dia 12 de Março, no mesmo jornal, volta a haver uma referência a esta tradução, sendo os leitores informados de que ela constitui a candidatura de Duff para o estatuto de sócio da Academia de Ciências. No dia 31 de Maio, há uma referência à forma como um crítico americano viu esta mesma tradução.

Contraste-se a forma elogiosa como o intelectual alemão é referido com a maneira fria com que se descrevem as traduções inglesas.

Continuando o nosso exercício de contraste, vejamos as referências às participações estrangeiras nos festejos do dia 10 de Junho. Por exemplo, *O Diario Popular*, no dia 12 de Junho, descreve como a imprensa portuguesa e estrangeira depuseram coroas de flores junto à estátua de Camões durante o cortejo cívico. Repare-se nas referências a Espanha e ao Brasil e na ausência de referências à Inglaterra:

Os jornalistas estrangeiros e a comissão executiva da imprensa portuguesa, acompanhada por grande numero de collegas, dirigiu-se ao monumento junto de cujo pedestal depuseram um grande numero de corôas, entre as quaes se notavam duas de muito gosto da imprensa hespanhola, uma do gabinete portuguez de leitura do Rio de Janeiro, outra do *Diario de Noticias*, etc. A comissão da imprensa e os jornalistas portuguezes ao sahirem da Praça de Camões, passaram pelo consulado hespanhol e deram vivas á Hespanha, a Cervantes, á imprensa hespanhola, que foram correspondidos pelas senhoras e cavalheiros que estavam nas janellas do consulado com outros vivas a Portugal.

O *Diario de Noticias* do dia 12 de Junho de 1880, ao descrever os acontecimentos do dia do tricentenário, refere de forma lacónica a presença de Aubertin (tradutor d'*Os Lusíadas*) nos festejos. As referências a Inglaterra ficam-se por aí, se exceptuarmos a sua inclusão na listagem de países onde as comemorações camonianas tiveram eco (sem que estas fossem explicitadas) e a referência à presença no cortejo dos mestres da Fábrica de Loiça Inglesa de Sacavém. Note-se ainda o seguinte extracto do mesmo número, onde não se fazem referências nem ao inglês nem a Inglaterra:

Durante o trajecto foram lançadas sobre a corporação dos jornalistas grande numero de flores e poesias em francez, hespanhol e portuguez. Os vivas ressoavam de varios pontos e com mais calor e ardencia ao passarem diante do consulado hespanhol [...]; e iguaes demonstraões se fizeram à marinha franceza [...]; aos Estados Unidos e ao Brazil perante os respectivos consulados.

Será no contraste com a atenção dada à Espanha e à França (inimigos militares de Portugal durante vários períodos da sua História) que a indiferença em relação à Inglaterra se torna mais palpável. A Espanha, por exemplo, recebe grande destaque na

descrição feita pelos periódicos do cortejo do dia 10 de Junho (para não falar das múltiplas referências às relações ibéricas, traduções de jornais madrilenos e catalães — muitas vezes com alguma ironia —, poemas de poetas espanhóis, etc.). O *Diário de Notícias* de 7 de Maio de 1880 (e, aliás, vários outros jornais) noticia a participação de vários poetas espanhóis na publicação comemorativa *Portugal a Camões*. O *Diário Popular* de 10 de Junho publica um extenso artigo ligando Camões a Cervantes. Em relação à França, vários jornais transcrevem telegramas vindos de França assinalando a data, dão relevo às palavras de Vítor Hugo referindo-se a Camões, transcrevem inclusivamente (*Diário de Notícias*, 16 de Junho) uma homenagem a Camões em provençal. Referências equivalentes em relação a Inglaterra e a ingleses são quase inexistentes nos jornais analisados. São referidos países menos importantes, como se pode ver, por exemplo, no *Diário de Notícias* de 21 de Maio de 1880, numa referência a um estudioso norueguês:

Espera-se que venha assistir às festas do centenario o illustre professor da universidade de Christiania (Noruega), Johan Storm, um dos philologos estrangeiros que conhecem mais a fundo o hespanhol e o portuguez. [...]

Nos dias seguintes ao centenário, os jornais portugueses publicaram vários artigos sobre as comemorações no estrangeiro. A primeira página d'O *Diário Popular* de 12 de Junho de 1880 fala de comemorações em Paris e Madrid:

MADRID, 10 [...] — [...] Esta noite no conservatorio [de Madrid] realisa-se uma festa em honra do poeta lusitano. [...] / PARIS, 10 — Realisou-se hoje no salão Hertz a festa litteraria e artistica em honra do tri-centenario de Camões [...]

Não há, no mesmo dia, referências à Inglaterra. No dia seguinte, sob o título “O centenario de Camões no estrangeiro” referem-se acontecimentos e comunicações congratulatórias no Brasil, Suécia e França. Mais uma vez, a Inglaterra aparece no número do dia apenas em contextos fora do centenário camoniano.

Na imprensa portuguesa e no contexto camoniano, a Inglaterra está presente, sobretudo, na publicação de poemas em inglês, quase sempre em publicações sem grande difusão, entre outras referências oblíquas às relações anglo-portuguesas. A título de curiosidade (mas bastante significativo), o Real Colégio Luso-Britânico do Funchal publicou no dia do centenário um jornal comemorativo (*Luiz de Camões*) sem que se aludisse às

relações anglo-portuguesas de forma directa. Ou seja, as referências a Inglaterra pautavam-se pela escassez.

Embora o nosso universo de estudo não tenha sido completamente escrutinado (tendo em conta o número de periódicos — maioritariamente regionais — publicados na altura), o desfasamento entre as referências a Inglaterra e aos outros países nos jornais na amostra que usámos chega-nos para concluir que a Inglaterra prima pela ausência na imprensa portuguesa, no que se refere às comemorações do tricentenário de Camões. Tal ausência não se explica pela hostilidade, nem sequer pelo encobrimento voluntário da questão: afinal, *existem* referências; a sua exiguidade apenas se torna visível ao compará-las com as referências a outros países estrangeiros. Como explicar então tal comportamento por parte da imprensa? Sem cairmos na tentação de o explicar pela conhecida diferença entre as relações políticas e militares entre Portugal e Inglaterra e o real sentimento de comunhão e conhecimento entre os dois povos, façamos um pequeno apanhado das relações anglo-portuguesas à época para que consigamos enquadrar melhor tal fenómeno, de forma a tentar explicá-lo.

Longe dos conturbados tempos do Ultimatum, uma década mais tarde, as relações entre Portugal e Inglaterra caracterizavam-se ainda, na retórica oficial, pela complementaridade de objectivos. Veja-se a descrição das palavras do Ministro de Inglaterra na Sociedade de Geografia, no *Diário de Notícias* de 19 de Março de 1880, no contexto das expedições portuguesas em África:

O sr. Morter, ministro de Inglaterra: — [...] Depois alludiu ao serviço e aos heroismos dos exploradores, cumprimentado ainda os ministros presentes, o pae a mae e a ama da expedição portuguesa, referiu-se á questão da civilização africana, á solidariedade de interesses entre Portugal e Inglaterra [...].

No entanto, após a tentativa falhada de ratificar o tratado de Lourenço Marques⁸ (que tratava das questões da construção

⁸ Repare-se, no entanto, o que publicou a *Correspondencia de Hespanha* no dia 11 de Junho de 1880, num artigo traduzido no *Diário Illustrado* poucos dias depois, referindo-se à suspensão do Tratado de Lourenço Marques: “Não sei se este incidente originará algum resfriamento de relações com a Inglaterra, por isso que o gabinete de Londres não poudé ver com gosto que uma negociação prolixa e laboriosissima, mas de incalculaveis vantagens para o seu commercio e para o seu poder crescente na Africa, ficasse letra morta, tendo de esperar occasião mais favoravel para fazer prevalecer o seu ideal n’este delicado assumpto, porque não é presumivel que renuncie a essas vantagens para sempre.”

da linha de caminho de ferro de Lourenço Marques por parte da Inglaterra, dentro dum espírito de cooperação e troca de interesses) defendida pelo ministro Andrade Corvo⁹ (já fora do governo durante o centenário), a opinião pública portuguesa começou a encarar, embrionariamente, a relação luso-britânica em África como uma relação de competitividade, tendendo a ver as acções do governo português face à Inglaterra como cedências inadmissíveis. A complementaridade da acção dos dois países começava-se a tornar impossível, num contexto de crescente nacionalismo em Portugal (e em toda a Europa). Este nacionalismo começava a escapar à habitual retórica do rotativismo português da segunda metade do século XIX. Como diz Alexandre (108), “o nacionalismo não era neste caso somente uma flor de retórica da oposição: tratava-se antes de uma corrente de fundo, que se fazia sentir nos vários partidos ... e que tocava os sectores populares urbanos”. Apesar de o Partido Progressista, que estava na oposição aquando da assinatura do referido tratado, o ter aceitado quando ascendeu ao governo em 1879, os republicanos — fora do sistema rotativista — continuaram a insistir na sua recusa e a adoptá-lo como exemplo das práticas lesa-pátria dos partidos monárquicos. Ou seja, as relações com a Grã-Bretanha começavam a ter um papel importante na forma como a política interna portuguesa se configurava. Além deste contexto interno, convém assinalar que o que viria a ser chamado posteriormente *scramble for Africa* dava já os primeiros sinais naquele início da década de 80: aliás, são muitas as referências às viagens de Capelo e Ivens e de Serpa Pinto nos periódicos portugueses do primeiro semestre desse ano, quando as atenções estavam já muito voltadas para o centenário de 10 de Junho.¹⁰ Se formos mais atrás, vê-se como em Janeiro de 1979, *O Diário Popular*, ao transcrever um texto enviado à Câmara dos Deputados por um *meeting* relacionado com o Partido Progressista (então ainda na oposição), se refere às aventuras africanas:

Entre os grandes factos historicos que assignalam a segunda metade do seculo XIX, é sem contestação um dos mais salientes, esse esforço persistente e animoso a troco do qual se pretende conquistar para o dominio da sciencia e da civilisação, o grande continente africano.

⁹ Andrade Corvo defende a aproximação à Inglaterra como “simultaneamente garante da independência na Península e da ocupação do império” (Telo 30).

¹⁰ Veja-se, apenas como exemplo, o *Diário de Noticias* de 3 de Março de 1880.

Se a retórica oficial sobre a Aliança encontrava eco na imprensa, esta começava a dar atenção às relações anglo-portuguesas no contexto africano, o que denotava uma preocupação latente com os desenvolvimentos dos acontecimentos nesse continente. Se o centenário, de cariz mais emocional e simbólico, foi o campo duma indiferença já acentuada e significativa, nota-se um acentuado contraste no que se refere a notícias sobre a Inglaterra fora do contexto do centenário. Os jornais portugueses, longe de estarem a “esquecer-se” de Inglaterra, estavam afinal bastante atentos aos movimentos do velho aliado — tanto internos como externos, principalmente no continente onde os seus interesses podiam vir a colidir com os portugueses.¹¹ Aparecem em vários pontos notícias inglesas¹² e referências aos tratados entre Portugal e Inglaterra. Por exemplo, *O Diário Popular*, próximo do governo da época (do Partido Progressista), cita, no dia 13 de Junho de 1880, um artigo do *Primeiro de Janeiro*, em que se afirma que as dificuldades do governo provêm do legado deixado pelo anterior, continuando:

As dificuldades... derivavam das negociações do tratado relativo a Lourenço Marques.

Como se vê, as relações anglo-portuguesas não estavam fora dos pensamentos dos organizadores do centenário camoniano (a imprensa), tendo sido um dos motivos da sua organização, como salienta Teresa Pinto Coelho: “... Camões’ Jubilee was designed as a response to the Lourenço Marques’ Treaty”.

Após a análise das relações anglo-portuguesas na época e tendo analisado a forma como a Inglaterra foi referenciada no contexto das comemorações do Tricentenário, podemos dizer que este período foi, no contexto das relações anglo-portuguesas,

¹¹ A título exemplificativo, repare-se na notícia de um incidente em Angola, do *Diário de Notícias* de 6 de Março de 1880: “Alguns inglezes, que andavam na margem do Cunene, mandaram ao Humbe um mensageiro á busca não se sabe de que, o que sabido pelos d’ali, o maltrataram e espancaram, tendo elle que fugir [C]om a precipitação da fuga, ou por qualquer outra causa, morreu Os inglezes, em numero de vinte e tantos, vieram então ao Humbe para vingar a morte do seu mensageiro, e atacaram umas quinze libatas, reduzindo-as a cinzas e matando vinte e tantas pessoas. Parece que estavam dispostos a continuarem, se os negros não pedem aos portugueses para se entenderem com os inglezes Os inglezes cessaram as hostilidades exigindo 150 bois ... dizendo que se lhe não mandarem os restantes em um certo praso, voltariam ali e fariam ainda peor.”

¹² As notícias sobre as negociações sobre os vinhos envolvendo a Inglaterra aparecem frequentemente nos periódicos da época. Só como exemplo, no dia 13 de Junho, o *Diário de Notícias* tem um texto em título destacado (raro) intitulado “Discussão sobre os vinhos em Inglaterra”.

um período charneira em que a indiferença irá dar lugar ao ódio pouco tempo depois. Aliás, as diferenças de tratamento das comemorações camonianas nos periódicos ingleses e portugueses mostram, olhando a partir da nossa perspectiva privilegiada, como as coisas iriam evoluir dali a poucos anos: se no Ultimatum os acontecimentos do Mapa Cor-de-Rosa permitiram ver como a opinião pública de ambos os países encarava tais relações (de forma simetricamente oposta, como se sabe), a maneira como os dois povos encararam as comemorações camonianas tinha em si as sementes do que viria a seguir: os portugueses viam Camões como o catalizador da recuperação nacional e os ingleses como a prova da decadência dos povos pioneiros da exploração marítima mas, simultaneamente, da superioridade e legitimidade *européia* (leia-se: inglesa) para fazer tal exploração. Vislumbra-se nestas atitudes diferentes a tese dos direitos históricos com que Portugal tentará justificar o Mapa Cor-de-Rosa e a tese inglesa da eficácia para prosseguir a gesta europeia cantada por Camões, para a continuação da qual os Portugueses não tiveram forças. Se, para Portugal, Camões simboliza algo que se quer recuperar, para a Inglaterra, simboliza a forma como os portugueses iniciaram a aventura expansionista (cantada por Camões) mas não a souberam nem aproveitar nem terminar (facto provado pela falta de reconhecimento do génio europeu de Camões e pela perda da independência com a morte deste), cabendo aos ingleses fazê-lo.¹³

Concluindo: iniciámos o nosso estudo propondo a hipótese mais provável em relação à presença inglesa na imprensa portuguesa no contexto das comemorações do tricentenário de Camões — que tal presença se suporia grande e largamente assinalada, tendo em conta o ambiente de reflexão sobre a História de Portugal e o papel importante de Inglaterra na mesma. Através dum exercício de contraste entre a presença britânica e a de outros países no *corpus* escolhido, foi possível chegar à conclusão de que a magnitude de tal presença não se

¹³ Mickle, um dos tradutores de Camões em Inglaterra, tinha já expressado este aproveitamento inglês da obra camonianiana, tão cedo como 1776. Ramos explica tal aproveitamento: “Com efeito, o momento histórico da edificação do Império Britânico favorecia a leitura de um poema narrativo das experiências vividas pelo povo português, igualmente marcado por uma forte tradição marítima. Contudo, se fosse lido como uma epopeia nacional portuguesa, o apelo ao leitor britânico seria com certeza menor. Por isso, utilizando um hábil jogo de semelhanças e de contrastes, Mickle glorifica o domínio britânico da Índia. Ao salientar os elementos comuns entre os dois povos, ou seja, a descoberta dos mares, a construção de impérios e a divulgação da civilização, o autor alerta para o declínio do comércio português, afirmando que a Grã-Bretanha poderia beneficiar com o conhecimento dos erros cometidos por Portugal.”

confirma. Quais serão as razões de tal fenómeno, se, no primeiro semestre de 1880, não há hostilidade declarada entre Inglaterra e Portugal, como haveria em 1890? A resposta a esta questão envolve o nacionalismo crescente em Portugal e em toda a Europa, nacionalismo que se liga às questões africanas. Afinal, o sentimento de recuperação nacional — tão importante no contexto das comemorações do Tricentenário — teria de estar inevitavelmente ligado à noção de Império: como afirma António José Telo (20-21), “[u]m país pequeno e humilhado, com um profundo complexo de inferioridade, agarra-se aos amplos espaços africanos que a relação de forças das potências europeias lhe deixou como forma de esquecer a realidade da sua fraqueza relativa e, sobretudo, como uma promessa da sempre procurada grandeza futura”. A Inglaterra, que começava a ser vista como um rival neste espaço de reafirmação nacional, é vítima, na imprensa portuguesa da época, duma certa indiferença, espécie de demarcação ou reserva mental, provada pelas referências constantes a acontecimentos ingleses desligados das comemorações e pelas parcas referências a Inglaterra no contexto desse assunto mais emocional e ideologicamente marcado que foi a comemoração do tricentenário da morte de Camões. Se é fácil para nós vermos um seguimento lógico desta indiferença no ódio anti-britânico de 1890, para os olhos da época esta só pode ser explicada por uma espécie de intuição de problemas futuros, uma matemática mental que adiciona o nascente entusiasmo dos dois povos por África, um crescente nacionalismo e um certo choque de interesses nesse mesmo território (choque ainda mascarado de complementaridade, apesar dos primeiros indícios do mesmo serem já salientes, a começar pelo Tratado de Lourenço Marques). Seja como for, as diferentes perspectivas sobre Camões, expressas nos periódicos da época, mostram as sementes dum desencontro total dez anos depois. Portugal e Inglaterra estavam em rota de colisão e, mesmo não o sabendo, notava-se já o início da reserva e polidez diplomática características das relações tensas.

Nota: Este artigo é uma versão revista do trabalho final realizado pelo autor no âmbito do seminário de Estudos Anglo-Portugueses do Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Fevereiro de 2003, orientado pela Prof.^a Doutora Teresa Pinto Coelho.

OBRAS CITADAS

Periódicos:

- AA. VV. [Documento enviado à Câmara dos Deputados]. *O Diário Popular* 19 de Janeiro de 1879.
- Amorim, Francisco Gomes. Sem título ["O sábio alemão..."]. *Diario de Noticias* 12 de Maio de 1880.
- "Academia das Sciencias". *Diario de Noticias* 5 de Março de 1880.
- "As festas do centenario de Camões no dia 10". *Diario de Noticias* 12 de Junho de 1880.
- "Discussão sobre os vinhos em Inglaterra". *Diario de Noticias* 13 de Junho de 1880.
- "O 10 de Junho". *O Diário Popular* 12 de Junho de 1880.
- "O centenario de Camões no estrangeiro". *O Diário Popular* 12 de Junho de 1880.
- "Sociedade de Geographia". *Diario de Noticias* 12 de Março de 1880.
- Sem título ["Alguns inglezes..."]. *Diario de Noticias* 6 de Março de 1880.
- Sem título ["Diz o Army & Navy Gazette..."]. *Diario de Noticias* 1 de Junho de 1880.
- Sem título ["Espera-se que venha..."]. *Diario de Noticias* 21 de Maio de 1880.
- Sem título ["Lê-se na Correspondencia..."]. *O Diário Popular* 13 de Junho de 1880.
- Sem título ["Madrid, 10, á noite"]. *O Diário Popular* 12 de Junho de 1880.
- Sem título ["No prestito civico triumphal..."]. *Diario de Noticias* 13 de Junho de 1880.
- Sem título ["No Times, do dia 14 de Maio..."]. *Diario de Noticias* 23 de Maio de 1880.
- Sem título ["O explorador, capitão Ricardo Burton..."]. *Diario de Noticias* 15 de Abril de 1880.
- Sem título ["O redactor da Correspondencia de Hespanha..."]. *Diario Illustrado* 16 de Junho de 1880.
- Sem título ["O sr. Luiz Vidart..."]. *Diario de Noticias* 24 de Maio de 1880.

Outros Textos:

- AA. VV. *Programma da Celebração em Lisboa do Terceiro Centenário de Luiz de Camões*. Lisboa: Typographia Universal, 1880.
- Alexandre, Valentim. "A Questão Colonial no Portugal Oitocentista". *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X. O Império Africano (1825-1890)*. Dir. Joel Serrão et al.

- Lisboa: Estampa, 1998.
- Catroga, Fernando. "Ritualizações da História". *História da História de Portugal. Séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica*. Luís Reis Torgal et al. s/l: Temas e Debates, 1998.
- Coelho, Maria Teresa Pinto. "The Portuguese Discoveries in Late-Nineteenth Century England and the African Question". *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses, Lisboa, 6-8 de Maio de 2001*. Dir. Maria Leonor Machado de Sousa. Lisboa: Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 2001.
- Macedo, Jorge Borges. "Camões — símbolo e mito no século XIX Português: da erecção da estátua ao Tricentenário (1867-1880)". *História de Portugal, vol. VIII — O Portugal Liberal*. João Medina. Madrid: S.A.E.P.A., 1995.
- Ramos, Iolanda Freitas. "Imagens Inglesas de Camões". *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses, Lisboa, 6-8 de Maio de 2001*. Dir. Maria Leonor Machado de Sousa. Lisboa: Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 2001.
- Telo, António José. *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa (1875-1900)*. Lisboa: Cosmos, 1991.

IN PORTUGAL (1912): AUBREY BELL'S DEPICTION OF PORTUGUESE SOCIETY UNDER THE FIRST REPUBLIC*

*Katarzyna Benmansour
Universidade Nova de Lisboa
CETAPS*

Aubrey Fitz Gerald Bell can be well compared to a “Renaissance scholar” whose interests, talents and activities span a wide variety of disciplines. This extraordinary researcher, translator, literary critic, journalist, editor, geographer, skilful and passionate gardener and keen excursionist in the Iberian Peninsula, must be, before anything else, seen as a premier lusophile and hispanist of the first half of the 20th century.

During his lifetime he produced more than a hundred publications dedicated to Spanish and Portuguese literatures, histories, cultures, literary criticism and even geography (always spoken of in his travelogues). Even though we have to consider him a scholar dedicated to both Iberian countries, his commitment does not seem equal; with time Bell became a natural and convinced lusophile, who, thanks to his singular and penetrating insight into the Portuguese character, his first-hand knowledge of Portuguese literature, history, customs and traditions, as well as his empirical observation of everyday Portuguese life (due to his long residence in this country), was able to call the attention of his compatriots to this small Iberian country and assert the position of its literature in the European literary framework.

In his writings Bell promoted the myth of the South, depicting

*This study was carried out in the framework of project PEst-OE/ELT/UI4097/2011, hosted by CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) and funded by FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal.

both Spain and Portugal as two remnants of a precapitalist era, with underdeveloped societies, old traditions, antiquated cultures and ways of life. He saw civilization and industry as a threat to human liberty, ancient customs, old-standing traditions, as well as to the integrity of each nation. Bell would go against the tide of history, back to the times in which travelers used to go on foot through a desolate country like vagabonds. It is true to say, though, that by defending that reality, the lusophile, beguiled with fantasies and illusions about real life around him, would justify socio-economic backwardness, illiteracy and poverty (Read 180).

Bell and Prestage were the first scholars in the 20th century to have largely contributed to the promotion of Iberian literatures, treated till then by many as subsidiary and secondary. Bell was a foreigner, an outsider, who would always advocate in favour of Iberian literature; according to César Domínguez, Aubrey Fitz Gerald Bell could not “help seeing space and those who inhabit it through literature” (Aseguinolaza 63). This opinion is confirmed by numerous citations from Iberian Literature provided by Bell in all of the chapters of two of his travelogues (*In Portugal* and *Spanish Galicia*). In the opinion of Malcolm Kevin Read, Aubrey Bell belongs to those early hispanists, “mystics who worshipped before the monuments of the past, the most notable of which is Literature” (179).

For the author the notion of space, distance and geography was crucial to his understanding of Iberian peoples and their literatures. Spanish literature is, in Bell’s view, just like the country’s territory, vast, for it embraces many peoples, regions, dialects and themes. Although, he admits, some Spanish writers and poets would imitate great Italian and French masters, “in its many masterpieces it has a flavour of the soil, a local colouring that it is all its own” (Bell, *The Magic of Spain* 142). Portuguese literature, on the other hand, unlike its small territory, is extensive, rich and complete. Aubrey Bell asserts, “Portuguese literature is the greatest that a small country has produced, except for Ancient Greece” (my translation) (Bell, *Alguns Aspectos da Lit. Port.* 23).

Some of Bell’s publications and opinions prove to be valid and still wield some influence in the field of literature, literary criticism and translation. For Antônio Figueiredo, his work on Luis de León and the Spanish Renaissance is indispensable (10). The same book, in the opinion of Dopico Black, “remains the authoritative biography on Fray Luis,” (51) and *Portuguese Literature* is, according to Dilevko, Dali and Garbutt, “still considered a classic of the field and ... is highly recommended for

its erudite analysis of literary movements and writers from the period 1185-910" (272). Moreover, several translations by Aubrey Bell continued in use for many years and were largely appreciated,¹ mostly for their precision and accuracy (for he would always avoid omissions) (Odber de Baubeta 65).

We learn from Bell that Portugal and Spain, although incomparable in terms of territory, are both regionally diverse, and marked by socio-cultural, linguistic and historical differentiations. Bell captures similarities and differences that exist between the two nations and between specific Iberian regions; differences that are relevant for the comprehension of particular features that define the identity of the Iberian peoples. He looks carefully at the characteristics and behaviours of the Portuguese, Castilians, Galicians, Basques, Catalans and the Valencians, capturing traits that are shared by the members of Iberian cultures and that delineate unique, individual qualities of each group.

In *Spanish Galicia* Bell traces back the origin of the Portuguese nation and illustrates the common roots of Galician, Portuguese and Spanish literature. In various writings dedicated to Portuguese and Galician poetry Bell attempts to define and picture the meaning of the word *saudade*² that describes the character of these two populations. Bell actually challenged himself several times to translate this word and explain its meaning to the English reader. According to him, *saudade* may possibly have an Arabic origin, deriving from the word "saudaui" (Wheeler 248), however, "para *saudade*," says Bell, "se buscão em vão equivalentes em outras linguas" ("A Palavra 'Saudade' em Gallego" 18).

Bell also examines and compares such questions as the presence of the Church in the life of Iberian peoples, their devotedness or anticlericalism, the political situation, climate, customs and languages that are, in many aspects, remarkably similar in Portugal and Spain, yet some analogies are fanciful and merely superficial, what the author carefully tended to prove along his career path.

¹ Bell's translation of *The Relic* enjoyed a well-deserved popularity till 1994, when another translation of the book appeared. In the opinion of Richard Sullivan, a reviewer of *The New York Times Book Review*, Bell's translation is "so lively and graceful that it almost suggests that the work had been originally composed in this racy English prose."

² V. In *Portugal*, 1912: 7-9, 40; *Studies in Portuguese Literature*, 1914: x, 21, 50, 103, 147, 148, 173, 189, 233, 238; "A Palavra 'Saudade' em Gallego." *A Águia* 49, 1916: 18-20; *Portugal of the Portuguese*, 1917: 5, 10, 48, 94, 140, 262; *Portuguese Literature*, 1922: 103, 132-155, 185, 234, 303, 312, 327, 331, 333, 334, 335, 343, 354; *Spanish Galicia*, 1922: 27, 86, 193.

In *Portugal of the Portuguese* the author reviews the history of Portugal that was continuously disturbed by the uncertainty of the mutual relations between the two nations. Indeed, Aubrey Bell was able to detect and interpret the signs of that particular, bilateral dislike and animosity between the Iberian countries. He observes: "...the Castilian tends to despise the Portuguese, and the Portuguese returns this dislike in flowing measure" (Bell, *In Portugal* 4). This troubled relationship merited, according to Aubrey Bell, a separate chapter of *In Portugal*, which he dedicated to a small piece of land between Elvas and Badajoz, entitled "Where Lusitania and her sister meet."³ In his belief, that territory is, paradoxically, most typically Portuguese and represents a clear contrast with the near city of Badajoz and people who inhabit it. He comments: "in no part of Portugal shall one find dresses and faces more characteristically Portuguese than here at Elvas within sight of Badajoz and Spain, nowhere is the fundamentally different temper of the two peoples more apparent" (Bell, *In Portugal* 198-199).

At times Bell gives but a tenuous hint of kinship and affinity that he felt more for Portugal than for Spain; about the work of artisans, he says: "indeed, while the Spanish make things for show rather than for use, and the French for a little of both, the Portuguese agrees with the English making them with a regard for comfort and a sublime unconcern for the look of them" (Bell, *Portugal of the Portuguese* 21). This fondness also extends to the Portuguese people, whose calmness and patience is boundless. That small border town (Elvas) and the people there made him feel comfortable and relaxed; he reveals: "the general impression is of quietness and good humour, a quietness of voice and word that is not to be found in Spain" (Bell, *In Portugal* 198). However, it must be also admitted that Bell clearly identified with the Spanish rebellious spirit too, being himself a self-exile from his homeland and an exile from society (Read 21). What is more, his dedication to Hispanism made him an acknowledged scholar in the area and, in the opinion of many, one of the leading exponents of the discipline of Hispanic Studies.

Aubrey Bell felt himself well fitted into the societies that were backward and old-fashioned. Rejecting the present and the modern, he would align himself with the past and the archaic. Malcolm Kevin Read concludes that Bell's "journey to the South becomes," in reality, "a journey into the past" (24). Indeed,

³ "Where Lusitania and her sister meet" is the first line of the 32nd stanza of Canto the First of Lord Byron's *Childe Harold's Pilgrimage*.

Aubrey Bell's publications convey a strong air of nostalgia about the past, as well as a deep concern about the present and the future of these two countries; the author sought to capture and preserve the virtues of the traditional Spain and Portugal, he saw vanishing before his eyes.

Aubrey Bell and Portugal: from the Republic to the *Estado Novo* (New State)

Aubrey Bell's "adventure" with Portugal started in 1911, more or less one year after the Republic had been established. Nonetheless, the author must have already had some vague sense of the political life under the First Spanish Republic (1873-1874) from literature, thus his first impressions and ideas of the newborn Portuguese Republic were highly unfavourable. He never recanted any of his views, on the contrary, with time his opinions became even more negative and his critic more acute. The lusophile's hostility and resentment against the Republic and its politicians resulted in his few months' imprisonment in 1912.

The reason and the moment for Bell's arrest were clearly justifiable: after the Republic was founded (5 October 1910), the rightists and conservatives had to turn to conspiracy and go underground. Yet the apparent calmness did not lull the Republicans into a false sense of security, they remained on alert in case of disturbances or a counterrevolution. Bell, though, understood that political behaviour and the measures of precaution as excessive and unfounded. He expresses his criticism in *Portugal of the Portuguese* in the following way: "the chief evil in Portugal has been the imagination of evil, the fear of disease doing much to encourage or aggravate the disease" (220).

There were various causes of the fall of the Monarchy in Portugal, and many of them date back to the 19th century. To begin with, some historians connect the fall of the Monarchy with the departure of the King and the Royal family to Brazil upon the Napoleonic invasion in 1808. Due to an unstable political situation in the homeland, their return to Portuguese soil was delayed till 1822. This attitude, however, was looked upon with widespread distrust and, gradually, the institution of the Monarchy started to be considered as dispensable, seeing that the Monarch ceased to represent the nation's will. The concept of popular sovereignty and the principles of universal suffrage started increasingly to come to the fore.

British involvement in the Peninsular War was viewed with deep scepticism and mistrust by the Portuguese, as the Royal

family, in their flight to Brazil in 1808, travelled under British naval protection (and, most importantly, after they had been convinced by British diplomacy to flee from the Old Continent). However, it was the British Ultimatum of 1890 that gave rise to strong anti-British sentiments in Portugal (in the country's capital a mob stormed the British consulate and in Oporto the *Liga Patriótica do Norte* railed at the British citizens residing in this country) (Müller 197). The British Ultimatum put an end to Portuguese imperial ambitions and subjected Portugal to a painful, international humiliation, following a withdrawal of Portuguese military forces from the area between Angola and Mozambique, known as the "Pink Map." To many in the country, yielding to such an embarrassing demand from the British signified the weakness of the Portuguese Crown.

An essential element of the change in the panorama of nineteenth-century Portugal was an emergence of the proletariat demanding social justice and economic equality. The steady growth and agglomeration of the city of Lisbon was reflected by a rapidly increasing number of newcomers who, illiterate and deprived of the right to vote, started to form a new social and political power. This new power (the Partido Socialista, since 1875, the Partido Republicano, since 1876, and the Union forces) started to effectively influence the political life by questioning the old social order and the rotativist methods of election.

Another group that can be identified as a key one in the political agenda of the time was the Carbonária. Aubrey Fitz Gerald Bell dedicates three paragraphs of the chapter "Politics and the Press" in *Portugal of the Portuguese* (Bell 180-182) to describe this group and its status in the political realm. "These devoted defenders of the Republic," (Bell 180) as he calls them, were made up of the plebs of the capital, as well as of students, urban bureaucracy (clerks, legal officers, etc.) and sergeants. It was this group that was directly involved in the assassination of King Carlos I of Portugal and Prince Luís Filipe, Duke of Braganza, his heir to the throne, in 1908. Not disbanded after the Revolution, the "White Ants," as they were sometimes referred to, contributed largely to the political instability in the first years of the Republic, often resorting to terrorist methods of operation.

The international economic crisis (1890-1891) had a huge impact on the Portuguese economy, which, after several years of increasing inflation rates and decline, suffered bankruptcy in 1891. The monetary crisis significantly influenced Portuguese financial policy, causing many public investments to be postponed, curtailed or cancelled. Nonetheless, the Ministério das

Obras Públicas, Comércio e Indústria (created in 1852) launched a development programme meant to introduce into Portugal the latest technological developments, such as the telegraph, the telephone and the railroad. It is important to observe that, despite major economic difficulties, Portugal was the sixth country in the world to have a public telephone system.

All in all, the last twenty years of the Monarchy were marked by oligarchization, corruption, caciquism and ungovernability, due to the system of rotativism, with two parties always alternating in power: the Partido Progressista and the Partido Regenerador, in both regional and national elections. This practice thoroughly discredited the institution of the Monarchy in the eyes of the Portuguese, for the King played an essential and authoritarian role in that procedure. The Portuguese people began to feel that they ceased to be politically represented, as the rotativist system privileged rural, financial or colonial elites. Even though the situation changed slightly for a short period of time when João Franco formed the third party, the Partido Regenerador Liberal, which purported to dissociate itself from the “political mistakes and vices of the traditional parties,” (Fava 23) the revolution seemed inevitable, as it first and foremost meant a class struggle, suffrage and a fight for the right to education. Before anything else, people considered the old system inadequate for the modern times; secondly, the King’s position in the scheme of João Franco’s dictatorship got him even more political adversaries, following a successful propaganda from the opposition against Royal politics that had been *de facto* involved in the adoption of repressive measures by João Franco.

Even though the majority of the Portuguese blamed their King for all the illegalities of the regime and for all the troubles the empire was facing, *i.e.* corruption, decadence, the policy of rotativism, and the loss of the Southern African regions (the so-called “Pink Map”), King Carlos I of Portugal was, in the opinion of Wheeler and Opello, “a talented diplomat who managed to repair the damaged Anglo-Portuguese Alliance and to promote other foreign policy initiatives” (71). Besides, he possessed many outstanding qualities, acted as a patron of the arts and a protector of artists, and thought of himself as an amateur scientist. In the last years of his reign the King felt himself betrayed and abandoned, as the privileged classes, although committed to defending the *status quo*, seemed to fail to prevent the overthrow of the Monarchy. King Carlos would bitterly describe his country as “a monarchy without monarchists” (Bell, *Portugal of the Portuguese* 132). In Tom Gallagher’s view, the elites and the privileged classes: “had concluded that the monarchy was

simply not worth preserving, since it was signally failing to provide stability" (21). Once again, the outbreak of the revolution seemed only a question of time. In 1891, the year of an attempted Republican revolution in Oporto (January 31, 1891), José Falcão wrote: "Só há um remédio e este remédio há-de vir da Revolução. Ou a Revolução é feita pelo Rei ou é feita pelo povo" (*apud* Torres 19).⁴

The idea of the revolution brought together the republican mob of Lisbon, urban communities of the big cities (the petty bourgeoisie elite and militaries) and the elite of the Partido Republicano Português. Years after the party's foundation, the PRP changed its line from "moderate" to "revolutionary," heeding and appealing to masses *via* democratic and nationalistic slogans. Before the Revolution the Republican movement of 5 October 1910 would attract various social groups and individuals (free-thinkers, feminists, anti-clericalists, socialists, liberals, and others), as well as different organizations either loosely or tightly connected with the party; the degree of their connection contributed substantially to the destabilization of the political situation under the First Republic.

Bell's testimony of historical events resulting from the Revolution of 1910

According to Aubrey Bell, the faith pinned on the new governmental system and the new regime soon degenerated into disappointment and disillusionment of both national and international spectators. Problems, says the author, started already when it came to the formation of the government, and afterwards when Parliament tried to create electoral laws and resolve the question of the Church. The shape of the new Constitution also provoked lengthy discussions and negotiations between the Republicans. Disagreements and misunderstandings among members of the Republican Party would intensify with the passing of time; indeed, their differences would reflect the gulf between the Republicans and the society they meant to represent.

Shortly after the Revolution, testifies Bell: "...all the offices of Royalist newspapers were attacked and wrecked, both at Lisbon and in the provinces. At Coimbra and elsewhere the Royalist and the Catholic Clubs were assaulted and plundered" (Bell, *Portugal of the Portuguese* 200). Besides the terror infused by the Carbonária, the country was racked by strikes and

⁴ Our translation: there is only one remedy, and this remedy must come from the revolution. Either revolution made by the king or the revolution made by the people.

street violence. The initial promises of peace and reconciliation, informs Bell, were hollow, for the government did not hesitate to adopt measures of open hostility towards Royalists and Catholics. Moreover, already in 1912, after the general strike in Lisbon and the region of Alentejo, the Government declared martial law, followed by the arrest of over a thousand trade unionists and workmen.

After the disastrous defeat, suffered by the Royalists in the 5 October Revolution, the Monarchists, the Royalists and the conservatives joined their forces several times more to oppose the new regime. The first Royalist insurrection broke out in the north of Portugal already in 1911, however, it failed to produce an intended effect, as spies from the Carbonária had been infiltrating the entire country and reporting on everything that was unusual and hostile to the new political order. Another insurrection, from 1912, had also an unfortunate outcome. In that insurrection captain João de Almeida was taken prisoner and then denied his rights to be treated as an officer.

According to the author, the harsh reality of the new regime resembled in many aspects that of the last years of the Monarchy; Bell affirms that the Republican politicians would continually repeat the mistakes of the previous decades by putting the good of their parties⁵ over the good of the country. It seems that the new regime could not establish itself without resorting to violence, intimidation, terror or disturbance; these were the Democrats, informs the lusophile, who would incite hatred for the Royalist in society, ignoring the appeals for civic and political dialogue coming from moderate Republicans.

What is more, the new government failed to take the sufficient measures to restore the country's economy to equilibrium after bankruptcy. From *Portugal of the Portuguese* we learn that the finances of the country were in a highly deplorable condition. To prove his point, Aubrey Bell goes on to quote *O Século*, a Portuguese daily newspaper, on the subject: "The politicians of the Republic are personally as honest as may be, but as administrators of the public finances they rank with what was bad in the administration under the Monarchy" (Bell, *Portugal of the Portuguese* 205).

The endemic governmental instability, along with protracted, large-scale social conflicts, would lead repeatedly to new

⁵ In the meantime the PRP split into a number of small parties that would remain under the direction of the PRP. The new formations that emerged were: the Evolutionist Party, the Unionist Party and the Democrat Party.

elections,⁶ producing a situation that would bring about even more political chaos, economic disruption and anarchy. Another question that bothered the author was an alliance forged between the daily newspaper *O Mundo*, the Carbonária and the Democrats, for he considered this “trinity” to be most “disastrous to the Republic” (Bell, *Portugal of the Portuguese* 206).

Aubrey Fitz Gerald Bell attacks the Democrats for their undemocratic behaviour, in his opinion, highly prejudicial to the country: “It is the creed of the Democrats that outside the Republic there are no Portuguese, and outside the Democrat party there are no Republicans. Those who do not belong to the Democrat party can, therefore, scarcely be good Republicans” (Bell, *Portugal of the Portuguese* 206).

Another affair that wrecked the country’s peace and civil relations was the mass persecution of the Royalists who were being harassed and punished in various ways: some were caught and beaten on the streets, others were unlawfully imprisoned or deported to far-off places in the colonies, relates Aubrey Bell. The question of framing the Royalists for crimes, riots and bloody disorders, evoking a wave of widespread arrests of the political opponents, is central to the author’s critique of the Republic. What was peculiar in those mass imprisonments, acknowledges Bell, was the very fact that the police were not overtly involved in the plot of the operations. Although they were cooperative, the police were deliberately misinformed about many details, for the government placed in charge of this undertaking the “White Ants” and Carbonários.

Intra-party disagreements, conflicts and divisions reached deadlock in the end of 1913 when the two Chambers got politically distant: while the majority in the Chamber of Deputies supported the Democrat Afonso Costa, the Senate was anti-Democrat. The clash between the two delayed the passing of the Budget. To make matters worse, adds the author, the prevailing conditions in the country were nothing short of disastrous, *e.g.* more and more prisoners (many of them Republicans) would arrive to the already overcrowded prisons, making the facilities increasingly stretched to cater for such big numbers. The Amnesty Bill for political prisoners was passed only in February 1914, when a new government of Bernardino Machado got installed to substitute the dismissal government of Costa. The new government also did not stay long in power, and soon got succeeded by the one of Victor Hugo de Azevedo. This inefficient

⁶ In the course of 1912 the country saw five different governments.

political regime of the Republicans ended up in the *coup d'état* of Pimenta de Castro in the beginning of 1915.

Aubrey Bell fostered a kind of overt genuine sympathy for dictatorship, considering it a desirable form of government in Portugal:

There was a general breath of relief throughout the country, and by an odd paradox this new Government born of a military movement, this "dictatorship", this "tyranny", proved the most moderate Government that Portugal had seen since the Revolution of 1910.... O but, say the Democrats, it was all so unconstitutional! Such a dictatorship! *Of course* it was unconstitutional. The Constitution has been so ordered that the Democrats having installed themselves in power ... could never be dislodged by constitutional means (Bell, *Portugal of the Portuguese* 213).

To the critique for the suppression of the democracy, he would answer:

It is quite true that the situation [the dictatorship of Pimenta de Castro] in some respects resembled that of Snr. João Franco's Government, and it is a striking and bitter comment on the seven intervening years that to find a government as good as that of General Pimenta de Castro one has to go back to that of Snr. João Franco. They are like two rocks, and the seven years between a sea of slush and molten fire (Bell, *Portugal of the Portuguese* 214).

At times the author would assume the stance of a neutral observer to the events he witnessed; however, more often he would give a very personal assessment of the situation he thought to describe. Unrelentingly, the author would advocate for the abolition of the Republic which, in his understanding, was desperately wicked, powerless, unstable and decadent. The Republic's standing was deplorable; having reached an all-time low, it was, the lusophile maintained, analogous to that of the Monarchy the Revolutionists laboured to overthrow. Bell was branded a counter-revolutionist and a conservative, as in his publications he would issue a more or less explicit appeal to the conservative forces, inducing them to join together in a corporate effort to stabilize the situation of the country, and to resurrect Portugal from chaos. Yet, the author cannot be labelled a fanatic supporter of the monarchical cause. In his prognosis for the future of Portugal he affirms:

It might not be difficult to restore the Monarchy temporarily

by a sudden *coup d'état*: the difficulty would be to maintain it. A restoration brought about by force now would create a very dangerous and unsatisfactory situation.... It is thus essential that the Republicans should be given a free hand to show what they can do (Bell, *Portugal of the Portuguese* 242).

The author's content with the new dictatorial government was not long-lasting though. On May 5, 1915, only few months after Pimenta de Castro had reached power, the idea of restoring the Constitution occasioned another revolution. Bell's indignation with the new state of affairs is overtly displayed in the ending paragraph of the chapter describing "Recent Events" in *Portugal of the Portuguese* (214-215). In his belief, the "unconstitutional moderation" was much more desirable for the country's welfare, its economic recovery and growth than the "constitutional tyranny" imposed by the Democrats (213).

Bell's survey of the Portuguese reality also covers such areas as the press and journalism. What might have been surprising to the English reader of the time, informs the lusophile, was the fact that the Portuguese press lacked a newspaper whose editorial views would not coincide with those of some political party. A fundamental flaw of the majority of Portuguese journalists, according to the author, was the absence of impartiality; another weakness of the press was an excessive use of set phrases and French or Latin borrowings. Although a foreigner, Aubrey Bell was a staunch defender of the correct usage of the Portuguese language in the *media*. He asserts that the language spoken by peasants is often "far clearer and more attractive than as it is often spoken at Lisbon" (Bell, *Portugal of the Portuguese* 165).

The reality after the Revolution would seriously upset the lusophile. The negative (and sometimes bold) descriptions of what he witnessed prove the author's true mettle, as well as a real caring for this country; he sincerely hoped the Portuguese nation to embark upon the path of progress and development. Bell deeply distrusted the political parties, reckoning that they would spring up in too big numbers and under no necessity after the 5 October 1910. His scepticism also extended to politicians who, in his estimation, were more concerned about their private matters than the general and national interest. Even though Aubrey Bell was an outsider, his knowledge of the language, the country's history, its literature and people would permit him to interpret rightly the reality he moved within.

The author's disillusionment with the new regime coupled with people's frustration; even some Republican newspapers would call the first years of the Republic a very turbulent time,

characterized by violence, financial desperation of the citizens and political instability. The remedies that Bell proposes to resolve the country's concerns are, first of all, the decentralization of power, a return to rurality, the development of a municipal form of government and a retreat into autarchism; secondly, political parties should, in his opinion, propose simple and practical programmes, and, obviously, any Government ought to remain in office until "satisfied with what it has achieved, not merely to inform the country that it has achieved its object of establishing itself in power" (Bell, *Portugal of the Portuguese* 175). In addition, Bell views a potential alliance between moderate Republicans, the Monarchists and the Integralists (*Portugal of the Portuguese* 257)⁷ as a recipe for political difficulties. However, the idea of two or three political parties, possibly alternating in power, contradicts his own reasoning of putting an end to the rotativist system of government. None of the concepts prescribed by Bell to deal with the complexities of Portuguese politics got developed in practice though, which is why his frustration with Portuguese political reality only deepened with time.

Bell's views would clearly exercise a certain kind of influence on Portuguese national affairs and public life. Since the newly established Republic of Portugal was yet to be consolidated, the lusophile's harsh critic might substantially undermine the rhetoric of the new regime and jeopardize the credibility of the Republican government in the eyes of foreign observers. As it has already been referred, in 1912 Aubrey Bell was sentenced to a few months' imprisonment for his political convictions and beliefs; a fact which proves that the author was considered to be a menace to the interests of the new regime as well as to its image abroad. It needs also to be emphasised that the reputation of the young Republic was a matter of major concern to the ruling classes, seeing that, in the background of a still predominantly monarchical Europe, Portugal became the fourth European country to have established a republican form of government (after France, Switzerland and San Marino).

It is critical to understand and recognize certain facts that situate the lusophile in an anti-republican context. Bell

⁷ Bell defines the Integralist movement, *Integralismo Lusitano*, as a breath of fresh air on the stagnant political scene of Portugal. This new political party "is inclined to set to work obscurely, gradually, unconventionally, with a view to the actual needs of the people, of the professional working man", informs Bell (*Portugal of the Portuguese*, 257). The ideology represented by Portuguese Integralists appeared to have coincided with the author's value system, as well as with his views of government, for the Integralist theory would underline the notion of traditional values, historical consciousness and the reaffirmation of the legitimacy of religion.

contributed regularly as a correspondent to *The Morning Post*, a monarchist and conservative daily newspaper of London, notorious for its: “posições anti-republicanas e acentuadamente pró-monárquicas (e favoráveis à dinastia de Bragança)” (Silva, “Da Monarquia à República” 229). Besides, he might have been close to the positions defended by the British Protest Committee, known for its firm adherence to the monarchical cause, and possibly linked to the Portuguese exiled royalist circles in London (Silva, “Aubrey Bell e *Portugal of the Portuguese* (1917): uma antevisão do futuro de Portugal no turbilhão político da Primeira República”).

The disappointment the lusophile expresses in his writings has nothing to do with the country itself; his fascination for Portugal, its literature, ethnography and history remained equally unabated and evident throughout his life. *Portugal of the Portuguese* is Bell's testimony of the events that caused him a great deal of anxiety, uneasiness and grief. After all, Aubrey Fitz Gerald Bell had deeply at heart the wealth, prosperity and development of the country in which he planned to reside till the end of his days. Despite political upheavals and social conflicts that were taking place before his eyes, the author had faith in the future of Portugal, hoping that forthcoming events would manifest the destiny of the country, its political system, political culture and state organisation. He argues:

But against the notion of those who say that Portugal is dying, slowly dying, it is necessary to enter a strong protest. If reference is made to Portugal's future, “But has Portugal a future?” ask these sceptics. And the answer is that she has not only a future but a great future. She is in the fortunate position of having accomplished great deeds and having great deeds to accomplish (Bell, *Portugal of the Portuguese* 238).

After some years of political unrest and agitation, Portugal returned to a dictatorial rule. However, this time the regime of Sidónio Pais was instituted “in the full republican context” (Gallagher 25), enjoying the support of moderate Republicans and receiving encouragement from conservative sectors of society (i.e. Monarchists, Catholics, some anti-Democrat upper-class partisans and big landowners from the Alentejo), as well as from army officers and the groups that had suffered severe repression under the Democrat government, such as: trade unions and workers. The new dictatorial government lasted for less than a year, until the assassination of Pais in Lisbon, 14 December 1918. Clearly, these events could not be documented

by Aubrey Bell in *Portugal of the Portuguese*, published in 1917; nevertheless, it must be admitted that the lusophile identified himself largely with “Sidonism”, “Decembrism” or “the New Republic”, i.e. the Sidónio Pais regime, congruent with right-wing orientation and conservative precepts (Canaveira 311).

British diplomacy regarded the Portuguese democracy⁸ as far too fragile and unstable, envisaging thus the possibility of its future collapse (Wheeler 254). Aubrey Bell, along with other British residents and observers in the country received the military *coup d'état* of 1926 with approval. The author welcomed with hope and enthusiasm the newly established dictatorship of Salazar, looking forward to “Salazarism” simply as the restoration to power of an effective governing body (after several years of hiatus, since the overthrow of the “democratic *ditablanda*” of Joaquim Pimenta de Castro and then, three years later, of the New Republic under Sidónio Pais).

Aubrey Bell played a clear role in the anti-Republican propaganda, and then, after the consolidation of the dictatorship of Salazar, the lusophile adopted a political position that was unquestionably favourable to the authoritarian regime of Salazar. He was the co-author of the translation of *Doctrine and Action*, a book by António de Oliveira Salazar in which the dictator explains his plans of economic reconstruction of the country, as well as the principles of its internal and external policy. The author was honoured with the Ordem de Santiago e Espada, in particular for his great service in promoting Portuguese literature in the United Kingdom, but also, according to João Paulo Pereira da Silva, for his: “orientação política e posicionamento ideológico marcadamente conservadores, a sua manifesta oposição aos regimes republicanos e à própria democracia, bem como pela admiração nutrida por caudilhos, estadistas autoritários ou ditadores...” (Silva, “Da Monarquia à República” 229).

A detailed analysis of the travel book *In Portugal*

In Portugal was Aubrey Bell's first major publication dedicated to Portuguese themes, and the second to discuss the culture and literature of the Iberian Peninsula. The book is composed of twenty nine chapters in which the author attempts to portray the specificity of each region of Portugal and its peoples,

⁸ Aubrey Bell argued that the First Republic was not a genuine democracy because Portuguese voting rights included only the adult, male and literate population, which corresponded to 15-20% of all Portuguese (*Portugal of the Portuguese* 7, 67).

starting with the south-central region of the Alentejo, then moving to the Algarve, visiting Extremadura and finally exploring the north of the country. The work does not feature any dedication. One of the first pages displays a brief quotation from a Portuguese romance that conveys an exciting flavour of travelling to this country: “Oh quem fôra a Portugal, / Terra que Deus bem dizia!” (Bell, *In Portugal* iii).

In Portugal came out in print in 1912 by an English publishing house: John Bodley Head. However, the book had been ready for publication already in July 1911, from when dates the “Preface,” composed by the author in Mirandela, Trás-os-Montes. This fact allows us to infer that the “Preface” was probably written after the book had been completed, as the trajectory of Bell’s travel would come to an end in the country’s north.

1912 was the year of publication of another travel book by Aubrey Bell, *The magic of Spain*, issued by the same editor. This book holds a note from the author that antecedes the actual “Preface.” In this note we learn that the book was compounded of a collection of essays that testify the author’s experience from travelling in Spain, as well as his interest in Spanish literature. *The magic of Spain* does not indicate any sort of comparison nor reference to Portugal, unlike the work on the latter that exhibits some juxtaposition of elements common to the two countries. It confirms our hypothesis that the lusophile first discovered Spain, and only then Portugal with its cultural ancestry. In the “Preface” to *In Portugal* he writes: “the guide-books too often treat Portugal as a continuation, almost as a province of Spain” (v). Thus, in this book Bell undertakes to draw a distinction between Portugal and Spain, by providing interesting and useful travel information about Portuguese places of interest, countryside, customs, traditions, festivals, as well as its cultural, historical and literary heritage. Furthermore, to nature lovers the author guarantees an extraordinary diversity of landscape, despite the country’s relatively small size.

The regions that he admires the most are the ones of the Alentejo, the Province of Beira and Minho. They are probably not as well known as the neighbourhoods of Lisbon or Oporto, and may be far less accessible, but, according to the lusophile, their exploration can prove to be a greatly rewarding experience: “Each of the eight provinces (more especially those of the *alentejanos*, *minhotos* and *beirões*) preserves many peculiarities of language, customs and dress; and each, in return for hardships endured, will give to the traveller many a day of delight and interest” (*In Portugal* vi).

Portuguese ways and Bell's testimony of gender discrimination

In the first chapter the author tries to capture the spirit and character of the Portuguese people, which might often contrast with that of the Spanish. There is something enigmatical and mysterious in the way these two nations have interacted, worked for the same or opposite causes, competed and acted antagonistically. They are not only separated by the frontier but also by sentiment and history. Springing from a common origin, these two countries indicate various degrees of relationship, they are like chalk and cheese though. The author explains the difference in the Spanish and Portuguese character in this way: "The thoughtful humaneness of the Portuguese is poles apart from the noble rashness and imprudence of the Spaniard; the Spaniard's restless discontent is replaced in Portugal by what might almost be called a contented melancholy..." (Bell, *In Portugal* 4-5).

These two nations hold each other in mutual contempt that results from their long history in which animosities and rivalry played a significant part. According to Bell: "This mutual dislike of Spaniard and Portuguese is not based upon a similarity in weakness, in which case it would be the more easily intelligible, but rather upon an opposition of excellences, a complete divergence of character" (*In Portugal* 4).

The Portuguese is less aggressive and more melancholic. Melancholy or *saudade*, the state in which the past casts its lights to the present and the future, is his fundamental characteristic. Although he has a sense of accomplishment, which is the result of traversing the new, the discovery and exploration of the foreign, this feeling or desire makes him constantly yearn for something indefinite, unfulfillable and impossible. Paradoxically, at the same time he neglects his own traditions that tie him to the past. The Portuguese is more vain than proud (which is the case of the Spaniard); he is religious (but not fanatic), as well as practical, tolerant and liberal.

The first chapter also gives a brief account of popular *cantigas*, sung by ordinary people while performing their duties, and of some of the Portuguese festivals and popular traditions, such as the *janeiras* or the eve of St. John. Bell describes these traditions and practices giving the traveller a little insight into the character of the Portuguese as well as into their spiritual heritage. Here, again, the author evokes the feeling of mournful regret for the past, saying: "the old Portuguese customs and dress and characteristics are doomed to perish, they are already

fast disappearing" (*In Portugal* 17).

While most of travel books of the period hardly ever discuss the status of women in the country visited (with thematic concerns, such as: the situation of women in society, women's rights and gender inequality, being withheld or simply ignored), in Aubrey Bell's writings the reader is entitled to go beyond the generalised descriptions of the Iberian Peninsula. In his publications the lusophile communicates his discomfort and empathy with the hard lot of Portuguese women. When travelling through the country, Bell reports that in rural settings women work much longer and harder than men. However, while the evidence examined by the author indicates that the female workload is heavier than that of men, the wage rate fluctuates according to the sex, being manifestly less favourable to women.

Travelling in Portugal vs. travelling in Spain

Aubrey Bell's personal recommendation to the reader/traveller is to walk, as the best way to get to know the country. However, he sees a slight drawback to travelling on foot in Portugal: "while in Spain the dust and stones and lack of shelter make it often equally wearisome to rest or to proceed, in Portugal the difficulties in walking are of another order. For here cool shade and pleasant streams are never long absent, and the scenery offers an excuse for prolonging a rest from hour to hour" (*In Portugal* 202).

The author also offers some advice to the reader on the most pleasant time to travel in this country, which is in the end of April and the beginning of May, to avoid the summer heat; however, he certifies, in some parts of the country, like *e.g.* in Sintra, the temperatures are moderated by ocean winds. When discussing the weather, Bell records some Portuguese popular sayings respecting the weather and seasons of the year, for instance: "Sol de Março queima a dama no paço" (Bell, *In Portugal* 19).

Except for a few travelling merchants, the roads in Portugal are often deserted and desolate, reveals the lusophile. He maintained that at those times there still existed villages in Portugal cut off from the world, having no road communication with the outside. In connection with this, Bell quotes a popular rhyme regarding the bad condition of the road to Elvas: "Se fores a Elvas segue direitinho, olha não tropeces que é mau o caminho" (*In Portugal* 197). Another difficulty, when travelling in the north of the country, may be the extremely narrow Portuguese mountain roads, that twist like a snake and seem "to separate

rather than connect" (*In Portugal* 141) the neighbouring villages, argues Bell. However, all the inconveniences and fatigues of travel are compensated by the splendid views of plentiful, wild flowers growing by the road-side, and by picturesquely perched villages, beautiful hills and valleys, fertile meadows and shady olive groves.

The author, an experienced traveller to the Iberian Peninsula, considers Portuguese roads to be better maintained than those in Spain. He takes this opportunity to complain that there are too few trains running in Portugal, which significantly slows down the journey's speed; he acknowledges that, comparing to Spain, train benches in Portuguese trains are more comfortable and that the company of Portuguese passengers is far less disturbing. This is not the only Portuguese transport facility that, in the opinion of the lusophile, provides more comfort than its Spanish equivalent though. The Spanish coach is for Aubrey Bell, the least recommendable mode of Iberian transport, if compared to the Portuguese carriage, called a *carro de correio* that proved to be less fatiguing. Even though the journey through Portugal might have been prolonged and a bit tedious at times, Bell confesses: "Portugal is not a country in which it is pleasant to be in a hurry.... It is folly for a traveller in Portugal to hurry; everywhere the exquisite scenery, the wonderful buildings, the pleasant hills and streams, woods and gardens..." (*In Portugal* 26).

When speaking of accommodation, Bell proceeds to compare Spanish and Portuguese facilities; and, many times, this comparison happens to be more favourable to Portugal than to Spain. The author admits though that the traveller may face here many difficulties and should not expect luxury provisions in most of the hotels or inns. In a relatively fair description he pictures the interior of a typical inn (*hospedaria*) and a small hotel, the food served to guests, including an account of the hours of meals in these establishments.

"Picturesqueness"

The author paints the portrait of Portugal and its people with words; his vivid descriptions of the Portuguese landscape, topography, wildlife, individuals and their customs, can stimulate the reader's mind to create visual images of these places, encouraging him/her to identify with the scenes depicted in the imagery of Bell's voyages. Bell the writer mediates between the reader and the foreign, between the images he portrays and the one who interprets them, the one in whose imagination the

scenery, Bell's Portugal, is once again projected and revived.

In many respects Bell's works are still consonant with the nineteenth century models of travel writing. In his publications Aubrey Bell vindicates the authenticity and genuineness of his experience, thanks to four motifs; James Buzard denominates them as: "stillness," "non-utility," "saturation" and "picturesqueness" (177). "Stillness," according to Buzard, refers to the traveller's solitary savouring of the place, its beauty, excellence and importance. Moreover, "stillness" also conveys the sense of places where time has stood still. It is not surprising to find this motif in *In Portugal*. While on his stay in Estremadura Bell says: "The traveller from his bed of heather heaped in his mighty halls of pinestems, may watch through the Gothic arches the marvel of changing colours in the West and all the miracle of the light of a day that dies. All is so still that it seems as if the whole world has stopped to look on, 'breathless in adoration.'..." (*In Portugal* 126).

Another motif, of "non-utility," also recurrent in the work, is related to perceiving nature or city/town architecture as valuable, yet not by virtue of its modern, social or economic utility, but because of being a source of a dream-like, unreal and unique experience. Bell describes Alcácer do Sal, a place not touched nor transformed by modernity, in this way:

Alcacer do Sal is a picturesque old town with its houses of many tints along the Sado; crescent-shaped barges laden with *bilhas* are rowed slowly by men in pointed *gorros*, and large sailing-boats take in a cargo of pinewood or charcoal or cork. The town lies on the side of a hill of cactus and aloes, on the top of which an old ruinous convent is now inhabited only by storks (*In Portugal* 66).

"Saturation," the third motif, also apparent in the work, signifies that the traveller views the place as imbued with cultural, historical and emotional meaning; these features are likely to arouse intense feelings in the observer. On his visit to the monastery of Alcobaça, Bell recalls the tragic love story of Dona Inês e Dom Pedro:

The end of King Pedro's tomb facing that of Dona Ignez represents the last scenes in the King's life The further end is sculptured in the form of a rose-window, marvellously detailed and distinct, hidden away against the wall of the Chapel. It represents the scenes in the life and death of Dona Ignez, Dom Pedro and Dona Ignez reading from one book like the lovers of

Dante ... the death of Dona Ignez at the *Fonte dos Amores* at Coimbra, the execution at Santarem of two of her assassins; and many other tiny scene, all so clearly chiselled and delightfully expressed in stone that here even more than at Coimbra one may feel the full sadness of her fate and the prince's undying sorrow (*In Portugal* 105).

Finally, "picturesqueness" is one of the most recurring motifs in Bell's writings:

The name of the publication	The number of occurrences of the word "picturesque" and its derivations
<i>In Portugal</i>	15
<i>Portugal of the Portuguese</i>	7
<i>The magic of Spain</i>	7
<i>Spanish Galicia</i>	21

Table 1: The number of occurrences of the word "picturesque" and its derivations in the four writings of Aubrey Bell.

"Picturesqueness" is central to the author's description of the natural setting and local life. This motif is primarily identified with the old world, past traditions, and also a specific social and cultural order; it certainly clashes with the world of progress, new trends, modern ideas and blind reformism identified by the author with the Republic. In Anna Jameson's words: "civilization, cleanliness, and comfort, are excellent things, but they are sworn enemies to the picturesque..." (Jameson 279).

The author's application of "picturesqueness" reaches further than the depiction of landscape and architecture; it extends to the descriptions of peasants at work, their way of dressing, speaking, or their temperament. It is important to note that in Bell's writings "picturesqueness" does not always represent a totally positive characteristic or quality. When referring to the town of Beja he calls it "picturesque but unattractive" (Bell, *In Portugal* 52), the villages of Beira Baixa are to the author "picturesque and miserable" (*In Portugal* 122) and the squares of Braga are "picturesquely irregular" (*In Portugal* 175). In *Portugal of the Portuguese*, the lusophile, ironizing about the contemporary Portuguese and Spanish political realities, says: "nowhere have political parties been more numerous and more picturesque in their names and their theories than in Spain

and Portugal” (Bell, *Portugal of the Portuguese* 168).

Évora, Beja, Faro and Alcácer do Sal

The first region to look at in more detail is the Alentejo, considered by Bell one of the most interesting of Portugal. He examines carefully the Alentejan peasant style, as well as the traditional architecture of the region. In several passages the author glorifies its unspoiled countryside, its underdeveloped wilderness and its wildlife:

Or the road is bordered by tall eucalyptus trees, and the hanging bark makes a weird flapping against their bare trunks; or on one side lie tracts of corn without hedge or division, while on the other are wide meadow-valleys, or, rather, sloping wasteland, entirely covered with thistles in flowers. The faint purple of their small flowers thus seen in an endless mass is one of the most beautiful sights in Alentejo, and, indeed, in Portugal.... (Bell, *In Portugal* 34).

The first city the author describes more precisely is Évora, focusing, *inter alia*, on the city's architecture as well as the principal points of touristic interest. One of them, the square of Giraldo, holds a footnote reference that explains the origin of Bell's literary pseudonym: “Geraldo, or Giraldo, was formerly a very common name in Portugal; the surname Geraldez, or Giraldez, (Fitz Gerald) still exists” (*In Portugal* 46).

Aubrey Bell stands against drawing superficial comparisons between Spain and Portugal that present little attempt to gain any serious insight into the two cultures. At the end of the same chapter the author disavows the similitude between Toledo and Évora, called indiscriminately by some the Toledo of Portugal. He affirms: “Evora is totally unlike Toledo, with which it has in common crumbling walls and ancient ruins and steep, narrow streets” (*In Portugal* 48).

Another city the lusophile looks more closely at is Beja. He starts his description in a slightly harsh way, acknowledging: “perhaps the best advice to those about to go to Beja, the second city of Alentejo, is Don't” (*In Portugal* 50). The only positive characteristic he recognizes about Beja is probably its picturesqueness; the recollections he gathered being only rubbish on the streets, an unbearable heat and the ubiquitous poverty.

From the Alentejo he travels to the Algrave, a region which, to Aubrey Bell, conveys in some degree an ideal realm of peacefulness, tranquillity and friendly atmosphere. He uncodifies to

the reader the Algarvian character, distinguished by the following characteristics: talkative, pleasant, calm and serene. The capital of the Algarve, Faro, is described as a charming and attractive town with a fine marketplace, and delightful squares and houses. His experience of the Mediterranean enables him to judge that: "over the whole place [Faro] is the true smell of the sea, which the Mediterranean never has..." (Bell, *In Portugal* 56).

The author describes the way to Alcácer do Sal and the character of the landscape, warning the traveller not to expect too many facilities on the way from the Alentejo to the centre of the country. The travellers planning to stock up are recommended to visit Estremaduran grocery shops, *vendas*, that display a good variety of local products. In one of few shops there, one that also serves hot dishes, Bell sees two farm-servants having a plain meal. After the peasants finish their meal, takes place an interesting ritual of paying, superbly captured by Aubrey Bell:

The inn bills or *contas* of the peasants are often repeated two or three times, with many an *Escute lá* (Listen to me) and *Deixeme fallar só* (Let me speak without interruption). Thus: "One *pataco* of bread and three *vintens* of wine, one *tostão* and *dez réis* of olives and..." and then after discussion the addition begins again; "One *pataco* of bread and three *vintens* of wine, one *tostão*..." (*In Portugal* 65).

Alcácer do Sal leaves a definitely positive impression in the mind of Bell. Nonetheless, although this little town, like many others in Portugal, is rich in life, colour, picturesqueness and human history, it was to the lusophile just a point on his map, just a place to visit and never to reside in:

The little hanging gardens of carnations, the iron balustrades of trailing pink and red geraniums, the vine-trellises and white-washed walls covered with vines, the grass-grown cobbled paths between huge cactus-hedges, the yellow-lichened roofs of brown tiles, and the old crumbling walls, give to Alcaccer a charm and fascination, heightened by its direct communication with the sea. Certainly it is a town delightful to look on if it can scarcely be delightful to dwell in... (*In Portugal* 66).

Expatriated in Portugal

Bell belongs to a new generation of expatriates who would flee from the United Kingdom for several motives: some escaped

because they saw a higher level of sexual or intellectual tolerance outside their country, some because they realized that a very good exchange rate could enable them to live on a few pounds, others intended to withdraw from the decadent and hypocritical British society, and, finally, there were also the ones who simply wanted to sate their curiosity about the foreign.

Aubrey Bell resigned from his post as a librarian (1908) and left England as soon as he was offered a job as a correspondent to *The Morning Post*, for which he had to cover both Iberian countries. The new job suited his interests, as it permitted him to explore the two cultures he was so fond of, and probably also meant sufficient financial remuneration. A footnote reference in *In Portugal* to some aspects of Portuguese library service reveals his dissatisfaction with the previous salary of librarian: “thus it appears that the custom of underpaying librarians is not confined to England” (25).

Aubrey Bell is in fact a double traveller: he is an Englishman, an expatriate, with his bag permanently unpacked in Estoril, and at the same time he is a traveller, excursionist, researcher and interpreter of Portuguese and Spanish cultures, at times far away from his new Portuguese home. The author circulates among the Portuguese, studying them from the small fragments of the lives of those he observes. In his writings Bell establishes a connection between his home research in Estoril and his travelling.

Even though the lusophile felt perfectly at home in Estoril, a place where he began to establish new roots (he intended to educate his sons as respectable Manique countrymen), he was always attached to his identity as a traveller. The question of his origin was still meaningful to him even after around thirty years of living in Portugal, with English models, practices and ideas being always a strong point of reference. In *Portugal of the Portuguese* Bell observes: “foreigners may be inclined to smile when they see foreign customs and institutions (as the British parliamentary system) distorted and misapplied in Portugal...” (256).

Lisbon, and the centre of Portugal – its life, architecture and picturesqueness

The next three chapters concentrate on the character, life, colour, picturesqueness and culture of the capital. In the very first lines the author expresses his astonishment at the steepness of the city's streets, routes and stairways: “the *Rua do Alecrim* ... is one of the steepest streets of this city of steep streets...” (Bell, *In Portugal* 74). In these three chapters the

author glorifies Lisbon's natural beauty and particular way of life, its variety of cultural amenities, as well as the city and the country's celebrated history. In his narrative Bell provides a vivid description of market places and popular characters, clearly identifiable with the city of Lisbon:

The fishwomen (*peixeiras*) of Lisbon are to be seen in every part of the city.... Their flat baskets, saucer-shaped black hats and large gold earrings, their kerchiefs of black or, more often, of bright gold, yellow, orange or green, flowing down to the waist, their stiffly folding skirts of dull green, mauve or blue, their piercing cries and tired faces render the most curious sight and sound of the city (*In Portugal* 78).

Other unforgettable and vivid scenes may be witnessed in the fish-markets of Lisbon, where the traveller can see the bustle of commerce and business of sellers who call potential clients' attention by crying out prices and names of goods in a ceaseless and repetitive way. Even after having witnessed such scenes, Aubrey Bell still felt that the city of Lisbon had been gradually losing its singularity and becoming too cosmopolitan in its outlook, manner and ideas. This opinion is expressed in *Portugal of the Portuguese* and *In Portugal* respectively:

Indeed, it is one of the charms of Lisbon that beneath all its cosmopolitanism it has succeeded in retaining a certain rustic air (*Portugal of the Portuguese* 44).

It is small wonder that Lisbon should have interested Borrow, since even now, when the city has lost so many of its quaintness, an old street name, a narrow archway, an ancient custom or costume continually disappearing, it has preserved its somewhat baffling and mysterious individuality, often remaining strange and unfamiliar to the visitor, even after a long stay (*In Portugal* 81).

This is not the only problem regarding Portuguese society in the first decades of the 20th century that the author identifies though. Aubrey Bell is a politically engaged writer who vehemently disagrees with the political system that prevailed in Portugal after the 5 October 1910 Revolution. The author reveals his dissatisfaction with the pseudo-liberal Portuguese Republic and manifests a political and social discontent with various decisions taken by the Republican government. He also disapproves of the people's widespread indifference towards politics:

[T]hey [people in Portugal] are in fact much more apt to be indolently indifferent, ever ready to say of a government, whether Monarchist or Republican: "*nem é bom nem é ruim...*" The Portuguese peasant preserves a noble independence, and if at an election he votes as he is directed without a thought or murmur, it is that he is practical, and considers the result of an election to be quite immaterial to his affairs.... (*In Portugal* 5).

Bell's anti-republicanism

According to the lusophile, the decisions of consecutive Republican governments lead the country towards an absolute social rupture, chaos, political turbulence, as well as a spiritual and economical poverty. The author's opinions become more severe with time; *In Portugal* evidences the beginning of his critique that initially centres on some general aspects of society's affairs in present conditions, whereas *Portugal of the Portuguese* openly scorns the Republicans for their complete failure in questions concerning the Church, education, economy, international policy, decentralization of power, effective administration and democratization.

Bell sees progress, represented by the Republic, in direct correlation with uniformity, cosmopolitanism, an almost fanatical zeal for change and an inflexible determination to break up with old patterns and traditions. He affirms:

[N]ow the priests are forbidden to wear their cassocks, many of them having but a slovenly appearance in slouching black suits, soft shirts, and bowlers or black squash hats; and by a decree of the Republic the students of Coimbra are not obliged to wear their gowns. Thus Progress extends its dreary net of grey uniformity over the land; and neglect of old traditions is one of the contradictions in the character of a people whose eyes turn willingly to the past.... (*In Portugal* 9)

As we know, Bell suffered imprisonment in both countries, and, in Spain, was once a victim of police coercion. The author did not deposit trust neither in the Republic, nor in the organized civil forces of both Spain and Portugal. It was actually the Spanish Guardia Civil that he blamed for bringing fear and terror to the roads of Spain. According to Edgar Wigram, another English voyager to the Peninsula, the Guardia Civil was actually the only menace to the traveller in Spain (52-53). In Bell's opinion, there was a substantial discrepancy

between the crime, the fault and the punishment in that country which, along with the fugitive act, he strongly disapproved of: "Famishing men are dragged off to prison for rooting up onions on a rich man's estate, and shot down by the Guardia Civil when they try to escape – the official report runs: 'the prisoners attempted to escape, and were overtaken by an accident from which a natural death ensue'" (Bell, *The Magic of Spain* 204).

The lusophile thoroughly criticized the policy of the Republican governments that were, in his eyes, responsible for all the evils of the time, such as: caciquism, corruption, abuse of power and poverty. He would always look down on governmental measures of any kind and despise the majority of the decisions taken by the Republican politicians. In *Portugal of the Portuguese* he argues: "the Democrat party will always be known as the party which, under cover of the World War, raised itself to power over the dead bodies of its fellow-countrymen" (215).

Also, according to Douglas Wheeler, it was Aubrey Bell who in the years 1911-1912 initiated a humanitarian campaign in favour of the political prisoners (Wheeler 98). This subject was touched upon many times in Bell's writings to *The Morning Post*, as well as in *Portugal of the Portuguese* and *In Portugal*. The situation of the prisoners in this country was dramatically grave, informs the lusophile; his accounts report that the number of prisons and detention centres throughout the country outnumbered churches and schools. Indeed, the Republican regime was not prepared for such a large number of political detainees, who got banded together with criminals and juvenile delinquents. A solution for prison overcrowdedness that the politicians agreed upon was to transform old convents and various public buildings into penitentiaries, however, most of the times their internal arrangements were ill-adapted for the purpose.

In the Portugal of the time prisoners were habitually underfed. According to the author, "to give a meal to prisoners is a recognized form of private charity, and stands between them and actual starvation" (Bell, *Portugal of the Portuguese* 50). The Republican solution to the problem of street begging was handled in a likewise, violent and unscrupulous way, as beggars would be imprisoned and then deported overseas, "with far less care or concern than a cargo of frozen meat" (*Portugal of the Portuguese* 57), affirms the lusophile. Bell struggled to comprehend that a deep sense of compassion and this "barbaric neglect of prisons and prisoners" (*In Portugal* 10) would make part of the same nation.

Aubrey Bell's viewpoint on the regime was unchangeably radical and hostile. The author would animadvert on nearly every decision of the government, as well as on the shape of every reform programme, its management, form and the pace in which it was to be implemented. This approach reflects a contradicting nature of his character and testimony, *i.e.* the writer can be considered a compassionate person, for he occasionally got distressed by the sufferings he witnessed around him, like that of the prisoners "white and hungry, stretching out their hands through the bars" (Bell, *Portugal of the Portuguese* 92), or by the despair of the Monarchists, hunted and beaten on the streets for their political beliefs. On the other hand, though, this sense of empathy did not interfere with his political thinking and judgement, as Bell continuously failed to recognize the merit of political reforms, intended, first of all, to increase the political participation of the citizens, which would eventually lead to political democracy and more social justice. These policies also included the legalization of divorce and encouraged feminine emancipation. Unfortunately, the lusophile's political opinions and convictions define him as highly conservative, one-sided and tendentious.

Sintra and Aubrey Bell's "anti-touristic angst"

The next step on his journey is Sintra. In the chapter dedicated to this quaint and delightful little town, Bell recalls again various legends and anecdotes associated with the Monarchy or national heroes. This literary and historical input makes Bell's writing unconventional and singular.

While it is true that the author seeks to portray the architectural beauty of the magnificent palaces and castles the town is so famous for, he also makes an honest effort to call the traveller's attention to the native flora of the place, as well as to Sintra's cultivated gardens of various types. Sintra has always been a touristic location that enhanced the appeal of a paradise in the imagination of its visitors. In fact, places like Sintra attract travellers and voyagers who, on their part, usually attract commerce that, eventually, makes places lose the qualities that initially attracted foreigners. According to Richard Butler, destinations like this one "carry with them the potential seeds of their own destruction" (4). This possible "metamorphosis" of Sintra absorbs at first the lusophile's thoughts, making him hesitant about forming impressions of his own; however, all in all, he confesses that Sintra appears to have maintained its original status and identity.

The town receives then a well deserved eulogy: "...although it cannot disappoint, but must surprise and enchant all those who go there, it is not a little difficult to write of Cintra, since in the first place it cannot be described, and, secondly, it has been described so often" (Bell, *In Portugal* 90). By adopting the attitude that he did, Bell is likely to be viewed as an anti-tourist. The main objective of anti-tourists is to separate themselves from the masses and to avoid the areas offering a very superficial experience of their country. Such locations are defined by Fussell as "pseudo-places", which means sites drained of any local particularity and character; in addition, it is believed, "pseudo-places" are homogenous, "placeless," and meant to evoke a familiar image (Fussell 43).

Bell's "tourist *angst*" is signalled in the following passage:

Possibly many of those who go to Portugal have a certain prejudice against Cintra, and are even at times inclined to leave it unvisited. They are a little weary of the intervening of its glorious Eden, they have heard it so often praised in verse and prose, the name is so familiar, the beauty recognized by all, it has become like one of those great classics which everyone knows so well but which no one has great curiosity or incentive to read (*In Portugal* 90).

This is not the only anti-tourist sentiment that Bell expresses on the subject of travelling. The author seems to distance himself from conventional tourists and "mass tourism," as well as from the majority of his own compatriots in the Peninsula. Aubrey Bell considers himself a *bona-fide* and long-term appreciator, researcher, critic and traveller, as opposed to short-term visitors and holidaymakers. In his writings the lusophile addresses the reader as "the traveller", encouraging him/her to step off the "beaten track;" he also undermines the irreplaceability of "red books" and argues against the encroachment of "pseudo-places" that eliminate the "real" places. Speaking of Sintra, Bell comments ironically on the reported presence of English tourists: "But the most obnoxious thing in Cintra now, besides the English everywhere spoken, is ... a thing so small that it might escape notice, a sign-board high up on the 'many-winding mountain-way' that leads to the *Castello da Pena* bearing the inscription *Avenida de Candido dos Reis*" (Bell, *In Portugal* 92).

A similar concern is also expressed in *Portugal of the Portuguese* where the author defends Portuguese places of interest from environmentally insensitive and destructive "mass-tourism" industry: "It [Batalha] must ever continue to be one of the chief attractions to those who visit Portugal, and it is to be

hoped that it will ever retain its rustic situation, far from trains, hôtels and all those appurtenances of civilization which usually dog the tourist's footsteps" (Bell, *Portugal of the Portuguese* 95).

However, sadly, we may also notice quite a contrary attitude upon the matter of tourism on the part of Aubrey Bell. In the same publication, the author indirectly persuades potential British investors to support the infrastructure projects on the coast of Cascais: "There is a road for part of the way from Cascaes along the coast with sand-dunes, and hollows of scented cistus and many a delightful cove or broader sandy bays, which are now without a house, but might at the whim of fashion – *absit omen* – become favourite and crowded watering-places" (*Portugal of the Portuguese* 78).

Although, certainly, it was far from Bell's intention to help transform the places he had visited in Portugal into "pseudo-places" (e.g. Paul Fussell uses the Algarve as a typical example of a "pseudo-place" (43)), his writings presumably incited many to come to the country, and this fact can brand the lusophile as an accomplice in the development of the tourism industry in this country. James Buzard believes that "while tourists pursue their anti-touristic ends, they fuel tourism's industry and its coercive construction of the foreign" (12).

Batalha, Alcobaça and Mafra

The following section of the book focuses on Portugal's two most famous monasteries: Alcobaça and Batalha (the author also mentions Aljubarrota, the site of a famous battle fought between the royal armies of King John I of Castile and of King John I of Portugal), as well as on the impressive palace-monastery of Mafra. The author makes it explicit that the latter did not impress him most favourably; in directing the reader's attention to certain architectural facts, Bell reports on a record number of workers employed to its construction, the overall cost of the enterprise and the building's countless windows and doors. Indeed, the lusophile seems to have found the life beyond the palace more overwhelming than the monumental architecture itself, preferring to portray such issues as: the countryside around the village of Mafra, its flora and the people met on his way.

Aubrey Bell manifests a very different view on the Alcobaça Monastery, pronouncing an especially flattering opinion on the monastery's church: "The interior of its church, over three hundred feet long, is of a severe and marvellous beauty, the perfectly plain pillars, twenty-four in number and over sixty feet high,

going up to the very roof and dividing the nave from two very narrow side aisles" (*In Portugal* 103). Unlike in Mafra, Bell studies here with scrutiny the monastery's architecture and history, including the tragic love affair of Inês de Castro and Prince Pedro of Portugal. The lusophile takes advantage of the fact that dozens of poets and writers dwelt upon the story of these unfortunate lovers, resolving to incorporate a few citations of Camões and Garcia de Resende into his work. The author's discourse on the Batalha Monastery is packed with a number of descriptive adjectives that reflect his admiration for the unique beauty of the building. Aubrey Bell seems to truly appreciate the detail and nuance of the Manueline arches, pillars and framed windows.

At the end of his visit Bell expresses his genuine desire for these three places (Mafra, Batalha, Alcobaça) to remain untouched by "mass tourism", simultaneously wishing them to maintain their identity, authenticity, as well as local culture and tradition: "It is no slight charm of Batalha, as of Alcobaça and of Mafra, that the village has an appearance of being still as it were a dependency of the Convent, and has not acquired any pretensions of its own" (*In Portugal* 113).

Leiria and Tomar

On the occasion of describing the town of Leiria, Bell presents a portrait of King Dinis. The author reminds us that it was Dinis who ordered the construction of Alcobaça's cloister, as well as the planting of the pine forest in the neighbourhood of Leiria, and on whose order its castle was erected. The little town charmed the author with its steep cobbled streets, the richly coloured fabrics that characterise the clothes of the locals, the town's countless gardens, a fascinating entrance-arch to a local church, and, obviously, its graceful castle. The very last lines of this chapter depict the evening busy life of Leiria observed by Bell from the castle walls. The author leaves the town behind with a feeling of genuine but melancholic satisfaction: "Everywhere was a sense of peace, and even in these narrower streets a feeling of the open country. For, lying among wooden hills, many of them crowned by a white church, Leiria has an air and scent of many trees and open fields, a little town pleasant in itself and in the country that surrounds it" (*In Portugal* 117).

The next stage of Aubrey Bell's journey leads him to Tomar and Beira Baixa. The lusophile commences his narrative by giving a brief account of the road that joins Leiria and Tomar, "illustrating" life in the local countryside; only then, he introduces the description of Tomar. We are informed by Bell that

Tomar's most important characteristic is a significant number of small churches from different periods dotted around the town, as well as ancient rough-cobbled streets with small shops that crown the main square, the Praça da República. However, the author's main interest must lie in the Convent of Christ. Bell recognizes the beauty of the Manueline architecture in the construction of the church, as well as in the multi-form decorative motifs and naturalistic symbols of the sea featured in the Convent's interiors.

The three last though extensive paragraphs of this chapter characterize the countryside in the town's neighbourhood. Bell shares his enthusiasm for the enchanting scenery of this region, revealing himself to be a true nature-lover, delighted in the local wilderness, virgin landscapes and forests.

Bell's proximity to nature and the *topos* of Nature in his publications

The lusophile's affection for Nature in its unspoiled state is also reflected in the following chapter, entitled the "Pinewoods of Extremadura." Aubrey Bell gives here an expression of a truly Romantic insight into the natural world and rural life. The countryside of Portugal is perceived as an attraction on its own, eliciting the same attention as the country's most impressive monasteries, castles and monuments. This is in the Iberian countryside where the author situates his *locus amoenus*, an uncorrupted environment, an ideal place for rest and meditative reflection.

Inspired by Romantic poetry, Aubrey Bell would seek the picturesque in nature, with mountain landscapes, moorland and forest sceneries becoming the *locus* of a sublime experience. In addition, the writer would always attempt to interpret that mysterious, softly tinted, beautiful Iberian sky that marvelled him greatly. It is worth to emphasise as well that in his writings the lusophile deploys a range of motifs characteristic of Gothic fiction, *i.e.*: a nostalgia for the medieval past, a recreation of wild and natural scenery, decaying structures (for instance, Bell's fascination with the Convent of Santa Cruz at Buçaco), and the preference for distant, catholic southern countries.

Aubrey Bell and his South

Even though the lusophile chooses to reveal in his publications certain aspects of his thought, making quite explicit his political opinions, his preoccupations with Iberian societies, as

well as his enthusiasm and delight in Iberian literature, nature and rural life, he essentially confines himself to a narration devoid of any form of autobiographical material. Still, from some of his observations we may infer that he knew, like so many of his contemporaries, the Mediterranean world (Italy, Sicily, Greece and France), and was also familiar with the Swiss countryside.

It is generally known that the South (the Holy Land and Palestine) and the Mediterranean (especially Italy and, in the second place, Greece) were considered by the Victorians and the Edwardians (namely, the upper and middle classes) the cradle of humanity and civilization. This is perhaps what partly explains why so many of them were regular visitors to those countries. John Pemble characterizes the South of that period as “the haunt of the British artists, academics, and literati” (4).

Although it is a fact that the entire Mediterranean region would receive large numbers of travellers on a yearly basis, it was mainly Italy that continued attracting massive attention. The British looked upon that country with awe and veneration; it is significant to note that at the time Italy was the only country the English were willing to assume as a point of reference in the fields of art, music, literature and painting (Pemble 60). In the “Preface” to *The magic of Spain* Bell acknowledges:

It is not easy in a few words to account for the strange Oriental spell that Spain has exercised over many minds nor to explain the potency of its attraction. For indeed the great Peninsula possesses a special spice and flavour. It has not the immemorial culture of Italy, nor the pleasant smiling landscapes of France with her green meadows and crystal streams. (vii)

Unlike in the era of the Grand Tour, these travellers would pay annual visits to the Mediterranean (in particular to Italy and the south of France), often enjoying their stay from autumn till Easter. The time of their departure was thus deliberately chosen in order to avoid the months considered inadvisable for travel in the southern countries (Pemble 41). Aubrey Bell also expresses his concern for the well-being of the traveller, providing hints on the best season for voyaging to the Peninsula. In *Portugal of the Portuguese* the author issues an opinion that supports this view on the matter of travelling: “The Estoril climate even excels that of Lisbon, being slightly warmer in winter and cooler in summer. It is a little surprising that more foreigners do not settle temporarily or permanently in this region, which is so easy of access and has so many advantages” (*Portugal of the Portuguese* 80-81).

Travel literature on the Iberian Peninsula has its roots well into the late Middle Ages, (Payne 9) and yet notwithstanding, at the time of Bell, Spain and Portugal still held the status of a region lying off the “beaten track.” The key reasons for this neglect may be traced back to the 18th century, for neither Spain nor Portugal had been included in the itineraries of the Grand Tour. This tendency continued till the end of the nineteenth century, hence keeping these countries remote for the majority of Victorian and Edwardian travellers.

“In Italy strangers seem to be at home and the natives to be exiles,” observed in 1854 an American voyager to that country (Hillard 184). Indeed, Italy and southern France were appealing to the traveller because their popular tourist resorts would evoke the familiar cultural and social frame of reference, thanks to British fashions, manners, services and facilities available (Pemble 43). Surprisingly, even though some writers, like for instance Aubrey Bell, sought in the South values or components of life different to the ones that define the modern world and a complex, advanced society, they would not renounce some little comforts provided for travellers abroad. The lusophile informs his reader about the services (un)available in Estoril:

Gambling, on a large scale, and great luxury, it is true, he [the Englishman] will not find, but cleanliness and ordinary comfort are to be had at the existing hôtels, and any other deficiencies are amply compensated for by the excellent climate and the charms and interest of the surrounding country, and by the courtesy and helpfulness of its inhabitants. It is not often that travellers can live in a comfortable hôtel, have English newspapers, English books [...], English tinned foods and tobacco, all the delights and none of the drawbacks of a southern climate.... (*Portugal of the Portuguese* 81)

Another characteristic of Victorian and Edwardian travelogues, also evident in Aubrey Bell’s writing, is the justification of travelling. It was believed that travel, and especially to the South, had to be purposeful. According to James Johnson, “long residence in foreign countries tends to sap or at least to weaken the force of British patriotism” (272). Travellers only adopted a more relaxed form of behaviour after the Great War, argues Pemble (54).

Taking into account his writings, Aubrey Bell could never be accused of being unpatriotic; however, the causes for his and his family’s absence in the homeland had always been clearly specified. While his mother’s reason to leave the United Kingdom and

settle in the south of France was her poor health, Bell's motive to live in a foreign country was his work as correspondent, as well as a desire to pave the way with his publications for a better comprehension of the Iberian countries, cultures and peoples. In the "Preface" to *Portugal of the Portuguese* he writes: "Great Britain has everything to gain from a better understanding of a people with which she has so many dealings, and which is in itself so extraordinarily interesting and attractive" (v-vi).

The north of Portugal

In his escapade to the country's north, Bell discovers the Serra da Estrela, to which he dedicates an entire chapter. In this section of the book the author provides a general geographical and anthropological outline of the northern part of the country, developing special interest in its inhabitants, their way of dressing, as well as their routine activities; however, it was the great natural features of that region that caused the most profound impact on the lusophile, becoming the object of his keen attention.

Local markets would always rivet Bell's interest, which is why the information concerning their location, the days they operate, as well as a range of goods on offer, were considered by the writer as particularly relevant for travellers who wished to sample local products and witness actions in which different socio-economic needs meet; these were, to Aubrey Bell, the small centres of economic activity through which flow innumerable varieties of commodities and which bring together hundreds of colourfully dressed people. Aubrey Bell reports:

Twice a week, on Thursdays and Sundays, there is high market at Covilhã. Then the *Praça do Municipio* is from an early hour filled with women sitting on the cobbles in front of huge baskets of broa..., selling them at a *vintem*, a *meia tostão* and a *tostão*. Immediately above, in a second *praça* is the market of fruit and vegetables and of large flat cheeses. The women wear their kerchiefs entirely covering the hair and tied beneath the chin, of every conceivable shade of blue and green and yellow, red, orange, purple, brown; some of them with a pattern of flowers, and nearly all of delicate soft dyes, so that the open, densely crowded market of moving colours in this *praça* is a sight extraordinarily beautiful. (*In Portugal* 133)

The following chapter concentrates on the quiet daily life of two villages in the Serra da Estrela, Verdelhos and Manteigas.

In his description of these two pleasant rural areas, Aubrey Bell focuses on such aspects as: the scenery, architecture, local outfits and hospitality. On the occasion of the author's mentioning a small square in Verdelhos, the reader is reminded again of his political standpoint. Thus, Bell associates the travelogue with the literature of political protest. John Pemble claimed that some British writers:

[S]ignified in their accounts of journey to the South a hostility towards the values of the modern world and a desire to withdraw from its problems and complexities. They wrote less as the representatives of their society than as its casualties and defeated rebels. Their work proclaims the sadness and the anger of men who were at odds with contemporary life, and who were looking not for action but for rest. (12)

Bell's defence of the Church

As regards this description, Bell may be considered an enemy of modern society that runs afoul with its own traditional values, and aspires to develop cosmopolitan and hybrid identities. The lusophile never hesitates to show hostility towards the Republic and social progress, hence, rejecting the inevitability of modernity.

One of the causes the author strongly defended was the religious question. He claimed that Portugal had never been an anti-clerical country, certifying that the new radical movement was a mere echo of the slogans of the French Revolution. Bell argued that the measures adopted by the Republicans to deal with the Church were inappropriate, far too repressive and reactionary in their nature. Aubrey Bell, a member of the High Church, was conservative and contra-revolutionary. The lusophile, like many of his contemporaries, believed in religious instruction based on the Holy Bible; however, while many authors kept their personal beliefs private, Bell's religious convictions were always genuinely pronounced.

Victorian and Edwardian societies, being intensely religious, would strongly advocate the teachings based on the Bible. It was insisted that children should read it for their daily instruction, as a means of developing regular habits of disciplined reading of the Holy Book. The Holy Word, it was firmly believed, was expected to be read literally, non-critically, with pastors obliged to refrain from any denominational comment when providing and coordinating religious education (Davie 15). John Pemble explains: "the Scriptures were a fetish. It was an age of family

Bibles, Bible commentaries, framed and illuminated biblical texts, Biblical classes, Bibles on lecture in railway stations, and the Bible, as an essential part of childhood experience" (56). In *Portugal of the Portuguese* Bell says: "In a land of few industries, where a large majority of the inhabitants live by agriculture and fishing, there is but little need for book-learning, nor is there any universal book to be found in peasants' houses, as the Bible in England" (71).

Aubrey Bell, a solitary traveller in *In Portugal*

The next step in Bell's journey is directed to the *Cercal* [sic] of Buçaco and a small village that lies below the woods, named Luso. However, the old Carmelite Convent, set in a landscape of wild beauty and in glorious isolation, seems to have been the main purpose of the author's excursion. Fleeing from urban environments, civilization, the world of progress and the impersonal, Aubrey Bell finds himself walking in the woods and exploring the ruins. The relaxing atmosphere invites the traveller to contemplate the unfortunate decline of the convent, as well as the wild beauty of the untamed nature that surrounds the edifice. He appears to have found there, like in many other places in the Portuguese countryside, spiritual solace and comfort. This is where the author discovers innocence, peace, retreat and meditation, the qualities that allow him to channel in the best way his enthusiasm for Portugal. Aubrey Bell liked to live and work in silence and solitude, and the Portuguese nature would open this silent wonder to him. In the end of the chapter he writes: "The sunset sky appears through the trees cut into little globes of intense flame-coloured light, as though the branches were hung with a magic splendour of myriad oranges. Probably nowhere in Europe are there so many cedars as at Bussaco..." (Bell, *In Portugal* 146-147).

Aubrey Bell belongs to the group of travellers who looked for refuge away from cosmopolitan "pseudo-sites," haunted by others for the purpose of socialization, health recovery or cultural education. The author enjoyed and highly appreciated the timeless, sparse, unspoiled countryside, deserted roads, small village temples, rural monasteries, as well as the sturdy, sociable and genuine country people.

Coimbra and Oporto

The author, ascribed a non-academic identity, dedicates three and a half pages to Coimbra and its University. In this

section of the travelogue Bell employs again his admirable qualities of projecting in the reader's mind the pictures and images that occur to their perception with the freshness of first impressions. Thanks to the vivid and elaborate descriptions of the architecture and the scenes of life that the writer witnessed, his readers can see them with their eyes shut, *i.e.* with the eyes of imagination. The lusophile observes:

The water [of the Mondego] is green and exquisitely transparent; a pine-covered hill farther up stream across the line of the river seems to block its course, and along a white curve of sand carts drawn by dark-brown oxen are being loaded, and women wash clothes from dawn to dusk, standing in the water. (Bell, *In Portugal* 160)

The city of Coimbra leaves a definitely indelible imprint in the reader's mind and memory. Bell asserts: "From the court of the University, close to the entrance of the Library, there is a view of the fruitful valley of the Mondego and of the hills beyond, which is one of the most beautiful views in Portugal, and that is not saying little, in this land of 'goodly prospects'" (*In Portugal* 154).

Located in the heart of Coimbra, the only university of the country is portrayed as a lively centre meant to benefit society, for this is where governmental officials and public authorities would "initiate" their political careers. As we are informed by Bell, it counts among its graduates many famous figures from the Portuguese literary world, *e.g.* Camões and Almeida-Garrett. However, in the times of Bell the academic climate was marked by increasing political tensions and conflicts between conservatives and Republicans (Bell, *Portugal of the Portuguese* 58).

Architecturally, the most interesting buildings of the city, according to his relation, are the University, the *Sé Velha* and the Old Convent that houses a famous legend featuring Queen Elizabeth of Portugal as protagonist; namely, in her apron occurred the miracle of transforming the bread, carried for the poor, into roses, which allowed the Queen to avoid the anger of her husband, King Dinis.

From Coimbra the author proceeds to Oporto. The lusophile projects a very positive picture of the city, what seems rather peculiar for someone who always seeks to experience in the first place the countryside and nature, *i.e.* the environments where he hopes to seize the real spirit of the country and its people. The reason for this exception lies in the fact that Oporto is much

more industrial and far less sophisticated than the Portuguese capital. What Bell discovers in the labyrinth of Oporto's steep streets is the busy life of an energetic and prosperous city centre that remained decidedly unc cosmopolitan.

In his works Aubrey Bell recalls several times the figure of the Duke of Wellington.⁹ This historical personage is associated with the Peninsular War and the city of Oporto, where on May 11th took place a daring passage of the river Douro by Wellington and his army in order to capture the city from the French. In a brief passage the author praises the general's tactic and strategic skills in carrying out that successful *coup de main* operation: "it is from the high bridge of Dom Luiz I that one may best realize how deep and steep the gorge is, and the immense difficulty of throwing an army across the river" (Bell, *In Portugal* 160).

In Oporto, just like in many other places visited by Bell, we are made able to "spectate" quaint scenes involving daily life activities of common people, such as women washing clothes in the river or people selling goods on the street or in small, local stores.

The preference for the unfamiliar

It is important to bear in mind that the lusophile preferred to step outside the familiar, which was not the case of so many of his fellow travellers journeying to the South in that period. Having received a classical education or having completed a long period of preparation for the travel, scrutinizing countless volumes of handbooks, guidebooks and history books, containing information concerning their destination, these travellers would set off with high expectations and pre-established opinions. John Pemble argues: "Few tourists can have reached the level of academic expertise...; but many aimed at it and went on their way overloaded with information and judgments about art and history which determined both the things they saw and how they saw them" (70).

These anticipations gave them the comfort of being familiar with the visited places before they actually saw them; in other words, this kind of approach was likely to generate the feeling of *déjà vu*, recognition, familiarity and recollectiveness. In fact, the sensation of affinity would also help to simplify the South and the experience of the South (Pemble 113-120). This attitude

⁹ V. In *Portugal*, 1912: 142, 160; *Portugal of the Portuguese*, 1917: 129, 194.

was certainly far from Bell’s intention though. The author must have, obviously, planned his trips; however, a touch of surprise was always present. Bell always cherished the moments of harmony, relaxation and joy when being in union with nature:

When the north wind has driven every cloud from the sky, one seems here to have come to a heavenly undiscovered country: at the back a huge uninterrupted semicircle of mountains, their steep lower flanks covered with pinewoods; at the north end of this semicircle the purple crags of lofty Pindo outlined on the soft turquoise sky; in front glimpses through pines of the sapphire bay, foam round an islet of rock and in an inner lagoon of pale turquoise separated from the sapphire by a white tongue of sand. (Bell, *Spanish Galicia* 92)

Attention to colour

Besides the great awareness of nature, the colour-sensitivity of the lusophile is another characteristic of his writing resonant with Romantic influences. This facet of his thought gives Bell’s style a peculiar glow and animation that may intensify the reader’s sympathy with the depicted world.

The name of the publication.	The number of words “colour” and its derivations.
<i>In Portugal</i>	49
<i>Portugal of the Portuguese</i>	19
<i>The magic of Spain</i>	51
<i>Spanish Galicia</i>	62

Table 2: The number of occurrences of the word “colour” and its derivations in the four writings of Aubrey Bell.

As far as *In Portugal* is concerned, out of the forty nine occurrences of this word throughout the travelogue, twenty two have to do with the colours of textiles and fabrics dyed in the clothes of common people Bell happens to meet on his way, with female kerchiefs and dresses being the garments he discusses most frequently. The weather and the scenery (landscapes, habitats, wildlife, houses and marketplaces) are other aspects of the rural environment explored by the author through the use of colour.

The motif of light and a peasant woman

Another important feature that reappears frequently in the travelogues on the Mediterranean is light (Pemble 150). Due to the fact that London and other British cities had succumbed to the effect of pollution, making the atmosphere and the air quality poor and unhealthy, many of the tourists found the Mediterranean light delightful, charming and, most importantly, translucent. This nostalgia for light is also characteristic of Bell. Even though the author does not make any reference to the situation in his home country, he clearly shows a preference for the southern setting. In numerous passages we shall encounter expressions like: "blue sky," "clear blue sky," a sky of "soft light blue," "the softest imaginable blue," of "clearest turquoise," "clearest green," "intense light," "soft and beautiful," "cloudless" and "glowing." Even the winter sky proves attractive to the lusophile: "the winter sky, clear and luminous, is not less beautiful, and reappears after rain in a fresher radiance" (*In Portugal* 73), he writes. We can conclude that in Aubrey Bell's writings light evokes a comfortable feeling of safety, well-being and life: "... often the summer sky in Portugal by night scarcely seems to lose its clear softness of day; the stars appear lightly set without intensity, a faint mist of sprinkled silver sinking into a yielding woof of grey rather than, as, for instance, in Andalucía, hard knobs of glowing gold thronging in a sky of deepest blue" (*In Portugal* 126).

Bell's valuable insight into the female way of dressing is evidenced in the work. He observes that Portuguese peasant women dress in a very picturesque way, using bright and vivid colours, with their heads always bound in brilliant kerchiefs and, in the region of Minho, draped with gold jewellery that makes part of their traditional outfits. The jewellery that adorns each woman is supposed to show their families' wealth, however, no doubt, some scenes, depicted by the author, can provoke a smile from the reader: "...all the ornaments... of real though perhaps not very fine gold, are thick and heavy, and many of them curiously worked, so that it is strange to see these gilt peasant-women barefoot, chaffering over the price of a lettuce or a chicken" (*In Portugal* 168-169).

The uniqueness of the north and Iberian hospitality

The Province of Minho is the next step on Aubrey Bell's journey. As a matter of fact, the chapter under this very title is the

longest in the book, which may reflect a certain degree of affinity towards this region. The more the lusophile advances towards the north, the more the countryside resembles to him that of a northern country, evoking, perhaps, a nostalgic memory of his homeland. In Matosinhos Bell recalls a poem by Francisco de Sá e Meneses about the stream of Leça in which the lyrical subject discovers the idyllic landscape of that river and enjoys the atmosphere of pastoral peace. The author presents an interesting panorama of the rural life of the Minhotans, with peasants being in the focus of his attention. The author observes that women use their heads to carry all the loads and that an umbrella is a frequent requisite to occupy idle hands; other elements, such as peasant outfits, also do not escape his attention.

The author enumerates elements and characteristics that distinguish Minho and Trás-os-Montes from the rest of the country, and these are: religiousness, the way of speaking, yokes, *cangas* or *mulhelhas*, and capes of *caroça* used by peasants to protect against strong winter rains. Bell's eye never tires of looking at picturesque valleys, hills with vine-clad slopes, appealing gardens, orchards and fruit yards, small, neat churches half hidden among trees, as well as lovely but solid, grey granite houses.

Bell was delighted with Portuguese hospitality, politeness and flattering kindness. The author noted that strangers are treated here with honour, consideration and respect; and any foreign traveller is always welcomed and received indoors as a person of great importance. He acknowledges: "And these peasants, living in isolated houses or tiny villages, will offer their house (*a minha casa*) and their food (*é servido*) like Castilians, or spend much trouble and time in preparing a meal for the stranger, scouring the village for coffee or eggs, for which they will charge but a few *vintens*" (*In Portugal* 69-70).

Indeed, Portuguese and Castilian hospitality are characterized as most generous and exemplary out of all Iberian peoples (the lusophile observes that Basque and Galician hospitality is less lavish and sumptuous). Aubrey Bell cherished the courtesy and civility of the Portuguese towards strangers considering it genuine and innate:

The serviceableness of the peasants who crowd the inn and their hospitality to the stranger are unfailing, one going out into the burning sun to fetch icy fresh water, another to look for a loaf or a part of a loaf of yellow maize-bread, a third offering cigarettes, another going hundreds of yards to point out the way across the *serra* to Manteigas. (*In Portugal* 138)

However, on the other hand, the author notices that hospitality in Portugal may not be entirely disinterested, being biased by other interests and advantages. In Bell's opinion, the Portuguese, in his friendly attitude towards an outlander, can manifest an egoistic desire to: "stand well in the eyes of the stranger" (*Portugal of the Portuguese* 12); moreover, the Portuguese also beneficiates from the mutual cultural exchange, with Bell being a "broker of contacts among cultural domains" (Leed 15), for instance, teaching local peasants that "England is not Oporto" (Bell, *In Portugal* 24) and communicating knowledge of this country to his compatriots in England.

Aubrey Bell felt himself perfectly safe on the roads and in the urban centres of the Iberian Peninsula, where he came to witness political demonstrations of mass society. The common people the author crossed with on his trips were generally helpful, civil and attentive, he confesses. Many of the travellers to the South saw the civilized ways and the behaviour of peoples of the South in contrast with the rude, rough and aggressive nature of the northern people, especially when they gather in a crowd (Pemble 143-144). Indeed, Bell never found the Iberian crowd menacing; he attests that in Portugal most of the times people seem to assemble out of sheer curiosity, listen to political speeches and then look upon the events with indifference, because in Portugal "the mass of people is equally unfanatic" (Bell, *Portugal of the Portuguese* 63).

Those who travelled to the South feared revolutions, republican anticlericalism and anarchy (Pemble 138), which explains why the Iberian Peninsula could possibly have been avoided by many Victorian and Edwardian tourists. To the hesitant British travellers, the author responds saying that Portugal is a safe destination (Bell, *Portugal of the Portuguese* 81).

An opportunity of testing Portuguese hospitality occurred to Bell in a small inn on his way to Trás-os-Montes. The luso-phile dedicates one brief chapter to describe the inn's interior, the habits of its guests, the food served, and the persons of the inn-keeper and his wife. We learn from Bell that places like this one are among the ones the traveller should definitely explore, because it is in these exciting environments that the traveller can enquire into the true Portuguese character as well as into the various components of the local culture. "In winter especially," he recalls, "the *lareira* becomes a gathering-place where laughter and song, legends and wise saws and proverbs find their natural expression" (Bell, *In Portugal* 181).

The mobility of a “passing stranger”

Aubrey Bell's journeying started with his discovery of the Iberian culture and literature when still a child in the Basque Country. However, the physical and mature journey to the Peninsula began with his departure as a correspondent to *The Morning Post*. Ever since then he had been a solitary wanderer, enjoying the silence and freedom on desert Iberian roads and trails. His mobility, that special force responsible for “shaping human history” (Leed 21), brought him back to the Iberian Peninsula after his studies at Oxford and the apprenticeship served in the British Museum. Bell's journey structure was abundant in departures, passages and arrivals, which reflects his commitment to the self-assigned role as a hispanist and lusophile.¹⁰

Having in mind Aubrey Bell's experience of travel, we may deduce that he was not very much attached to the place where he was born, nor was England the destination of his returns. It was in Portugal, where he resided for almost thirty years, and it was his house in Estoril that he considered his home place and where he wanted to raise his two sons. Estoril was a place where he could breathe the air of liberty and, simply, it was a place he identified with.

The absence of references to any travel companion lets us assume that he was a solitary traveller in his tours in the Iberian Peninsula. In *Spanish Galicia* Bell quotes “the guide” speaking of the convent of Osera, however, all indicates that it was a travel book (had it been a hired guide, the quote would, in all likelihood, have appeared in Galician or Castilian, supplemented with the English translation).

The lusophile was willing to cross the boundaries of the unknown and the unfamiliar. His great advantage as a traveller lied in his perfect command of Iberian languages and the very fact that he was not a conventional “passing stranger” (Leed 61),¹¹ but a stranger with a wide knowledge of the countries’

¹⁰ The sequence of his motion draws up the following scheme: departure from England > passage through France and the Basque country > arrival in the Basque country > departure for England > arrival in England > stay in England > departure for the Peninsula > passage through Spain and Portugal > arrival/residence in Portugal, Estoril (in the meantime he changed the place of residence but continued living in Estoril) > departure for the exploration of Portugal in 1911 > Portuguese landscape and urban spaces > arrival in Estoril > departure for Galicia > passage through Portugal and Galicia > arrival in Estoril (*Spanish Galicia* was published in 1922) > departure for Canada in 1940 (where he also changed house once).

¹¹ Leed, Eric J. coins that expression to explain that whatever the traveller ob-

literature and history. His journeying *via* Portugal was not accidental; it was a culmination of his work and research, as well as the expression of his interests and dreams.

The author would record what he saw with words and with images, which is the case of *Portugal of the Portuguese* that contains thirty illustrations and *Spanish Galicia* that includes seven. Besides, in *Spanish Galicia* the reader is introduced to nine Medieval Galician lyrics (all translated into English), fifty two popular quatrains (also translated into English), to seven modern Galician poems and to musical notations of three traditional musics. Moreover, the lusophile also provides a literary review in the last chapter of *In Portugal*, dedicated essentially to a Portuguese modern poet, Guerra Junqueiro, whose soul, as we have the opportunity to find out, is filled with *saudade*. It is important to observe that some of the poems and lyrics incorporated into Aubrey Bell's publications are the merit of his own translation. Taking in consideration these facts, it would be highly misleading to call his travelogues superficial.

Even though one should be very careful in making comparisons between the countries he had seen, making comparisons is an instinctive component of every scholar and scientist. Leed advocates: "The comparison is the way in which the traveller calls up a base of familiarity before the spectacle of the new and the strange, which is perceived as such only in relationship to the known. In doing so one may diffuse the anxiety normally associated with the strange and unusual" (68). Cross-cultural comparisons are also present in Bell's writings; however, these comparisons are not merely visual, they evidence that the lusophile possessed a penetrating insight into the Iberian values, life patterns and behaviours. Clearly, he is not objective in his judgments, because by means of generalization the traveller loses absolutes; on the other hand, though, this generalizing activity can "become a source orientation for the passenger and an anchor in the flux of passage" (70), says Leed.

The countryside of Trás-os-Montes renders some familiar images, making the writer recall his homeland landscape of Dartmoor, as well as the dark colours of the Spanish *sierra*, distinguished by the following colours: "dull green, brown and blue" (Bell, *In Portugal* 186). Bell's description also captures small, picturesque villages that he discovers meandering through the quiet, northern countryside of Portugal. The next stage in the lusophile's journey is the capital of the province, Vila Real,

serves are just superficial images "glimpsed in passing," *op. cit.*, 61.

called by the author “a delight.” After a visit to Vila Real by diligence, Bell travels to Murça where he happens to get to know the mayor; the author employs a sly touch of irony in the lines describing the faineance of the city official: “it was in the cool of the morning, and the walk would have been a pleasant one had dignity permitted” (*In Portugal* 190), he joked.

Bell would act on his own advice; he was an unhurried traveller journeying through the Iberian Peninsula. Heading for a certain destination, the traveller would take his time to explore the countryside, always hankering to identify authentic local flavours, traditions and idiosyncrasies. The author’s relaxed attitude, mixed with humbleness of mind and unhurriedness in his manners allowed him to appreciate the simplicity and serenity of the Portuguese countryside and its people.

The lusophile, a solitary wanderer in the open fields and lonely roads, had a discerning relationship towards the natural world; receptive of sights, sounds, colours, smells, and respectful of the lives of simple, uneducated people, Bell perceives things that often pass unnoticed to other travellers. He compares the unknown of Portugal with the known of Spain, proving to the reader a great wealth of information stored in his memory. Unfortunately, Bell’s writings contain only few personal anecdotes recording his travels, and these are not meant to amuse, but to illustrate the author’s point, *e.g.* asking the way to local peasants may prove, according to Bell, slightly discouraging:

Here [in Portugal], as in Spain, *nã ha atalho sem trabalho*, there is no short cut without long toil, and one may distrust all the peasants’ shortcuts, while their vaguer directions, such as that one may arrive *à tardezinha*, in the little afternoon or *à noitezinha*, at the little nightfall, or that the village is *perto*, *lá acima*, or *lá embaixo*, or that one has *um bocadinho* still to go, should fill one with dismay (*In Portugal* 205).

The Portuguese language and Portuguese modern poetry

What makes Aubrey Bell’s travel book unconventional is the juxtaposition of Portuguese and Spanish words in order to identify, compare or contrast them. Bell uses notoriously native Portuguese and Spanish words that sometimes, in spite of their superficial similarity, have non-harmonious meaning. Other reasons for this procedure might be the lack of a precise equivalent in English, the lusophile’s intention to familiarize the traveller with useful foreign words or to give a colourful perspective of these “exotic” countries. The author’s usage of Portuguese

words also gives some linguistic verisimilitude to his portrait of Portugal. Nevertheless, unlike in his other titles, *Spanish Galicia* and *Portugal of the Portuguese*, he does not provide any glossary of foreign vocabulary in the end of the book.

In the final section of the travelogue Bell draws an essential distinction between the Spanish and Portuguese languages, the latter ignorantly called by some “a dialect.” This part is especially useful for travellers planning to learn a few foreign words and phrases before actually visiting the Iberian Peninsula. The author gives the reader a quick guidance to the Portuguese pronunciation; his empirical correlation analysis between the pronunciation of Spanish, French and Portuguese may be particularly useful for some speakers.

The author’s knowledge of the Portuguese reality permits him to criticize the Gallicism of the national press; he goes to lament on the number of words and expressions that are being transplanted daily into the Portuguese language. The lusophile is convinced that peasants are the true guardians of the past in the present, and not only of traditional outfits, folklore, habits or values, but also of the language, as the language, in their use, remains uncontaminated by French modes of speech. He closes the chapter demonstrating a particular liking for diminutive forms typical of Spanish and Portuguese that increase softness in these languages.

In the very last chapter of the travelogue the author presents the figure of Guerra Junqueiro, “a modern Portuguese poet,” and looks at the content of a few of his poems. The main objective of Aubrey Bell was to familiarize English readers with different writers than they were used to. Bell admits that to an average English reader other names than that of Camões had been meaningless for too long, which is why he aimed to extend the reader’s knowledge of and sympathy for Portuguese modern poetry and literature.

Guerra Junqueiro’s poetry, as we learn from Bell, is marked by a deep sadness that reflects the sheer misery of common people such as peasants, toilers, fishermen and shepherds. It is noteworthy that several times in his writings (Bell, *Portuguese Literature* 331; Bell, *Studies in Portuguese Literature* 221-222) the author compares Junqueiro to Victor Hugo, underlying these poets’ revolutionary attitudes and genuine compassion for the miserable, misguided and weak. Guerra Junqueiro is considered by Bell: “the Portuguese Victor Hugo” (*Portuguese Literature* 331) and “the greatest of Portugal’s living poets” (*Studies in Portuguese Literature* 222).

Conclusions

In Portugal projects a broad picture of every region of the country. The author proceeds from the south to the north, where the journey ends. The narrative of the journey into Portugal abounds in useful and interesting travel information, as well as in practical hints addressed to those disposed to follow his footsteps. The author also provides rich descriptions of human diversity and landscape, including all the relevant information concerning towns and localities of interest that are always distinct in their features in every region.

Bell's impressions of Portugal are sufficiently favourable. The lusophile holds idealized positive images of the country's rural life as well as the countryside where he seeks the true Portuguese way of life and the genuine Portuguese spirit. The countryside dwellers are, in his mind, the guardians of the country's heritage and traditional culture. Bell's gaze is also fascinated with the scenery; the picturesque character of the settings he passes through is essential in his discovery of Portugal.

The lusophile's reflections upon political subjects left him disappointed; his major accusation being against the Republican government that it was unable to preserve law and order in the country, and that it consisted of people who continually failed to respond to the country's needs and emergencies. Another aspect of Bell's criticism centres on the predominance of Gallicism over Lusophilism in styles, tastes and fashions. His harsh judgement on Lisbon is motivated by the city's rage for imitating foreign manners, rendering the city destitute of identity and character.

The author's attitude towards tourism seems to condemn the superficiality of the tourist experience; his disregard for tourists is displayed in the manner Bell speaks about Sintra, the well-known red covered guides and the "beaten tracks." Portugal and Spain represented to Aubrey Bell the last vestige of traditional values and a certain familiar order of things, already lost in the modern, developing world; this perception of reality was, in all likelihood, responsible for Aubrey Bell's doubleness of vision: on the one hand, the author was determined to protest against the decline of the traditional organization of society, but, on the other, he understood its replacement with the modern idea and spirit as inevitable. He resignedly accepted that the process of democratization, development and modernization of society through education would gradually help the country restore its former wealth, prosperity and greatness.

WORKS CITED

1. Primary sources: Aubrey Bell's publications on Portugal and Spain

- Bell, Aubrey F.G. *In Portugal*. London and New York: John Lane, 1912.
- . *The magic of Spain*. London and New York: John Lane, 1912.
- . *Studies in Portuguese Literature*. Oxford: B.H. Blackwell, 1914.
- . "A Palavra 'Saudade' em Gallego." *A Águia* 49, 1916: 18-20.
- . *Portugal of the Portuguese*. New York: Charles Scribner's Sons, 1917.
- . *Portuguese Literature*. Oxford: The Clarendon Press, 1922.
- . *Spanish Galicia*. London: John Lane, 1922.

2. Secondary sources:

2.1. Aubrey Bell – the author's biography and his work

- Anonymous, "The Relic by José Eça de Queirós." *The Complete Review*. n.p., n.d. Web. 23.08.2011. <<http://www.complete-review.com/reviews/portugal/ecadeq2.htm>>
- Aseguinolaza, Fernando Cabo, Anxo Abuín Gonzalez and César Domínguez. *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula I*. Amsterdam: John Benjamins, 2010. 63.
- Baubeta, Partícia Anne Odber de. *The Anthology in Portugal: A New Approach to the History of Portuguese Literature in the Twentieth Century*. Bern: Peter Lang, 2007. 65.
- Black, Georgina Dopico. *Perfect Wives, Other Women: Adultery and Inquisition in Early Modern Spain*. Durham: Duke University Press, 2001. 51, 239.
- Dilevko, Juris, Keren Dali, Glenda Garbutt. *Contemporary World Fiction: A Guide to Literature in Translation*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2011. 272-273.
- Figueiredo, Luiz Antônio de. *Antologia poética de Frei Luis de León*. São Paulo: Arte e Ciência, 1997. 10.
- Read, Malcolm K. *Language, text, subject: a critique of Hispanism*. West Lafayette: Purdue Research Foundation, 1992. 179-180.
- . *Educating the Educators: Hispanism and its Institutions*. Newark: University of Delaware Press, 2003. 20-24.
- Silva, João Paulo Ascenso Pereira da. "Da Monarquia à República." *Regicídio e República: Olhares Britânicos e Norte-Americanos* (eds. Manuel Canaveira and David Evans). Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010. 227-264.
- . "Aubrey Bell e *Portugal of the Portuguese* (1917): uma antevisão do futuro de Portugal no turbilhão político da Primeira

República.” Paper presented at the II International Congress of Anglo-Portuguese Studies in Lisbon. 17-19 April 2011.

Wheeler, Douglas L. *Republican Portugal: a Political History, 1910-1926*. Madison: University of Wisconsin Press, 1978.

2.2. Travel Literature

- Butler, Richard, ed. *The tourism area life cycle: applications and modification*. Clevedon: Channel View Publications, 2006.
- Buzard, James. *The Beaten Track: European Tourism, Literature, and the Ways to 'Culture,' 1800-1918*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- Davie, Peter. *Raising up a faithful people*. Leominster, Herefordshire: Gracewing, 1997.
- Fussell, Paul. *Abroad: British Literary Travelling between the Wars*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- Jameson, Anna. *Visits and sketches at home and abroad: with tales and miscellanies now first collected*. London: Saunders and Otley, 1834.
- Johnson, James. *Change of air or the pursuit of health and recreation (through France, Switzerland and Italy, &c.)*. London: S. Highley, 1835.
- Hillard, George Stillam. *Six months in Italy*. Vol. 1. Boston: Ticknor, Reed, and Fields, 1854.
- Leed, Eric J. *The mind of the traveller*. The United States of America: Harper Collins, 1991.
- Payne, Stanley G. *Fascism in Spain, 1923-1977*. Madison: University of Wisconsin Press, 1999.
- Pemble, John. *The Mediterranean Passion: Victorians and Edwardians in the South*. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- Wigram, Edgar Thomas Ainger. *Northern Spain, Pained and Described*. London: Adam and Charles Black, 1906. 52-53.

2.3. Portuguese History

- Canaveira, Manuel. “O ‘Anjo Salvador,’ O Catedrático Sidónio Pais.” *Regicídio e República: Olhares Britânicos e Norte-americanos* (eds. Manuel Canaveira and David Evans). Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010. 309-319.
- Fava, Fernando Mendonça. *Leonardo Coimbra e a I República: percurso político e social de um filósofo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- Gallagher, Tom. *Portugal: a Twentieth-Century Interpretation*. Manchester: Manchester University Press, 1983.
- Müller, Margrit and Timo Myllyntaus. *Pathbreakers: Small European Countries Responding to Globalisation and Deglobalisation*. Bern: Peter Lang, 2008. 197.

Torres, Flausino. *História contemporânea do povo português*.
Porto: Prelo, 1968.
Wheeler, Douglas L. and Walter C. Opello Jr. *Historical Dictionary
of Portugal*. Lanham: Scarecrow Press, 2010.

**“ALL LISBON IS AN AQUARELLE... LIKE A TOWN
IN DREAMLAND”: EKPHRASEIS E PAISAGENS ACÚSTICAS
E ECOLÓGICAS EM MOMENTS IN PORTUGAL OR LAND
OF THE LAUREL (1939), DE LADY LOWTHER¹**

Rogério Miguel Puga
Universidade Nova de Lisboa
CETAPS

Alice Lowther, née Blight (f. Bournemouth, 20-11-1939), mais conhecida como *Lady Lowther*, publicou, em 1939, *Moments in Portugal or Land of the Laurel*, obra composta por excertos do diário da viagem que a autora fizera a Portugal continental, após ter visitado a Madeira, entre Abril e Maio de 1936, cerca de três anos antes de falecer e dois meses antes do início da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), episódio bélico que encurta a sua estada em terras lusas. No dia 11 de Maio a autora refere que é informada por telegrama e por cartas que a situação política em Espanha está a piorar, pelo que terá que abandonar a Península Ibérica rapidamente, deixando para trás “the pages of the past [of Portugal]” que teria visitado nas inúmeras cidades que enumera e descreve sumariamente nas páginas 128 e 129, ao deslocar-se rumo à fronteira galega.

Ao longo deste estudo analisamos sobretudo a secção inicial da obra, nomeadamente as temáticas da percepção da viajante, a representação das paisagens ecológicas, sonoras e visuais da

¹ Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Este estudo foi apresentado no âmbito do ‘Seminário Permanente sobre Escrita de Viagens’ do CETAPS, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 12 de Abril de 2012.

capital portuguesa vistas à luz da chamada Ecocrítica, os elementos paratextuais e estratégias narrativas como a *ekphrasis*² e a intertextualidade, ou seja, o diálogo inter-artes e entre relatos de viagem que se intensifica no século XX.

Alice Blight, natural de Filadélfia, filha de Atherton Blight e de Nina Greenough, de Boston³, e neta do escultor Richard Greenough (*The New York Times*, 19-04-1908), casa, como noticia a imprensa norte-americana (*The New York Times*, 19-04-1908, *The San Francisco Call* 4), em 1905, com Sir Gerard Augustus Lowther (1858-1916), primeiro baronete de Belgrave Square e diplomata britânico que ocupou, desde 1879, postos em Tóquio, Budapeste, Washington, Santiago do Chile, Tânger e Constantinopla. O casal teve três filhas: Edith Alice Cecilia (n. 1906), Gladys Mabel (n. 1908) e Violet Eleanor (1910-1911). *Lady Lowther* publicou apenas duas obras, os diários de viagem *Land of the Gold Mohur* (Londres, P. Allan) em 1932, sobre uma viagem à Índia, e, em 1939, pouco antes de falecer, *Moments in Portugal or Land of the Laurel*, o relato de viagem íntimo de que nos ocupamos. A autora afirmou sobre si mesma: “I am American by birth, with the rare traditions of both Quaker and Puritan. My heart and spirit are divided between the two great lands, believing that the English heritage is the highest the world has ever known” (*The Times* 10).

A diarista viajou frequentemente com o marido e viveu em Tânger após a Conferência de Algeciras (1906), e, a partir de 1908, em Constantinopla, onde fundou a Sociedade para a Prevenção da Crueldade contra os Animais⁴. Durante a Guerra dos Balcãs a autora fundou e presidiu o Lady Lowther’s War Relief Fund, que reuniu largas somas de donativos para alojar e assistir mais de 25.000 refugiados da zona da Trácia. *Lady Lowther* foi também uma das fundadoras do American Women’s War Relief Fund, membro da House Committee of Lady Violet Brassey’s Hospital (Londres), e, durante 25 anos, presidente da (Sewing) Work Society of St. George’s Hospital, bem como membro de outras associações de caridade londrinas como a Day Nursery. Entre outras condecorações, Alice Lowther recebeu

² Para uma definição de *ekphrasis* enquanto “descrição de uma obra de arte... descrição plástica” (Ceia “*Ekphrasis*”), veja-se Avelar (2006).

³ Lowther (129) compara a cultura norte-americana a hábitos europeus ao afirmar que no seu país natal apenas se valorizam as pessoas que ‘estão sempre certas’, enquanto o resto do mundo valoriza o erro e a aprendizagem que dele decorre.

⁴ Em 1913, o *New York Times* (19-01-1913) noticia o cuidado de *Lady Lowther* para com os animais em sofrimento na Turquia, bem como o apelo que ela fez ao governo britânico para ajudar a resolver essa situação.

a da Ordem da Benevolência Shefa-kat (Shefakat), a Ordem da Rainha Isabel dos Belgas e a Medalha da Coroação do Rei George V (*The Times* 10).

O diário de viagem começa *in medias res*, uma vez que a viagem até Lisboa, o porto de entrada da viajante em Portugal continental, não é contemplada. A primeira entrada, redigida em 24 de Abril de 1936, é antecédida pela errata, por uma fotografia a preto e branco do interior da igreja do Mosteiro dos Jerónimos que exhibe o esplendor do estilo manuelino, bem como pelos agradecimentos ao Professor Sir Edward Denison Ross (1871-1940)⁵ e ao estudioso William Loftus Hare (1869-1943) por correcções e sugestões, legitimando assim (academicamente) a informação veiculada pela obra. Segue-se-lhes a dedicatória-homenagem à mais antiga nação aliada da Grã-Bretanha: “In homage to our most ancient Ally, I offer these pages from my diary – and to those who believe in the beauty of evocation and the beauty which is evocation” (3). Esse elemento paratextual estabelece, desde logo, um contrato de leitura ao informar o leitor que está perante uma selecção de páginas de um diário pessoal, agora publicado em homenagem a Portugal e a todos aqueles que acreditam no poder da beleza da evocação dos actos de viajar, escrever e de sugerir paisagens e culturas distantes. Aliás, a estratégia da evocação está presente desde logo no título da obra, que sugere uma estada temporária e fragmentada no país a descrever, bem como no subtítulo, que remete, através do louro, para a paisagem natural, ou seja, para a flora portuguesa, para a *smellscape*, ou paisagem olfactiva, e para o paladar lusos.

A primeira secção da obra ocupa-se de Lisboa e dos seus arredores, sendo o início da viagem marcado por uma descrição ‘telegráfica’ de um universo quase medieval: “Portugal: lost corner at the lower point of the map of Europe, always passed by as one sails to more distant horizons, yet whence the rare traveler returns bemused by the enchantment of vineyards and wildernesses, of castles and monasteries” (5). O imaginário e o campo semântico associados ao país pouco visitado por britânicos, a não ser (quase apenas) a caminho de paragens mais longínquas, são o do encantamento produzido por paisagens como as vinhas, pela natureza selvagem, pelos pitorescos e grandiosos castelos e mosteiros medievais. Também em 1932, outra viajante anglófona, Lady Russell, afirmara o mesmo de Portugal, “[the] least known country in Europe” (Gordon 1).

Lady Lowther torna claro que qualquer viajante não chega

⁵ Linguista, orientalista e director da School of Oriental and African Studies entre 1916 e 1937.

ao seu destino isento de influências de leituras e de conversas anteriores ao afirmar que ouvira falar da profundidade do rio Tejo e dos loureiros verdejantes (“the green of its laurels”, 5) que adornam as suas margens, revelando, desde logo, a razão de ser do subtítulo da sua obra: o loureiro é uma das primeiras visões do viajante que chega a Lisboa de barco. Aliás, essa imagem já fora descrita por outros viajantes, nomeadamente o francês Ferdinand Denis (1798-1890) em 1846: “Au bord du Tage s’exprime ainsi: ‘Les constructions de Lisbonne ont une blancheur qui n’est altérée que bien rarement para la fumée. Ses palais, aux murs éclatants, reflètent, comme d’ardents miroirs, le splendeur de son beau ciel; ses terrasses, ses belvédères semblent suspendus entre des touffes de lauriers, de buis gigantesques, d’autres arbres à la vive verdure” (Denis 371). No século XX, o loureiro luso é ainda referido por outros turistas britânicos, por exemplo *Lady Inchbold*, em 1907, ao descrever as avenidas e a flora de Lisboa e dos seus arredores (109-111, 146), nomeadamente o “Portuguese laurel” (110, 146), também mencionado no *Illustrated Home Book of the World’s Great Nations* (447), de Thomas Powell. Esse símbolo botânico confere circularidade temática à obra de que nos ocupamos, pois perto do final da viagem, por entre o denso arvoredo do Buçaco, *Lady Lowther* personifica e hiperboliza cedros, ciprestes e eucaliptos, como veremos mais adiante, e recupera o tema dos loureiros, tão comuns na paisagem ecológica portuguesa: “Laurels, always laurels and yet more of this tree of Portugal” (124), relacionando o tema da saudade à árvore, ambos profundamente lusos para a autora: “Saudade-in this land of laurels” (127). Essa associação encerra a obra através de uma despedida sentimental: “Portugal, the land of laurel, ever high and verdant and glittering in its pride of grace, shall I never see your smiling wistfulness, your gallant charm again? I have learned one word of Portugal, and when I remember her, I think of that Word which beckons a return and will not say good-bye – but remember with yearning, with *saudade!* “wistful longing” (132). O discurso feminino é assim marcado pela descrição da flora local, e o loureiro assume-se como um símbolo ecológico associado à paisagem típica de Lisboa na Escrita de Viagens não apenas inglesa, mas francesa e norte-americana, influenciando-se esses autores entre si através de um processo intertextual que tem como base a leitura e a paráfrase uns dos outros. O olhar da diarista sobre Portugal, tal como o de *Lady Russell*, não é ingênuo, pois se a segunda afirma que traz consigo o seu “guide book” (2), a primeira informa o leitor que “the Guide Books say that” (50) ou “the guide book noted” (118) para complementar e corrigir

esses mesmos guias, pelo que o processo de intertextualidade inscreve o passado, as palavras de viajantes-autores anteriores e as leituras de *Lady Lowther* na paisagem real, também por ela textualizada. Quando tem que deixar Portugal antecipadamente, via Espanha, devido ao perigo da Guerra Civil espanhola, a autora nada mais pode fazer que enumerar os locais que planeava visitar e ler os guias que anteriormente corrigira, passando a viagem a fazer-se através da leitura, num processo de compensação pela partida inesperada através da aprendizagem livre: “But now I read of a really early Gothic cathedral” (129).

Partindo da paisagem natural, a viajante alude à paisagem cultural ou mítica da capital portuguesa e refere a sua fundação por Ulisses, temática por nós já estudada no que diz respeito às literaturas de língua inglesa (Puga 2011), bem como a serra de Sintra, os jardins tropicais de Monserrate e Alcobaça, espaços com que se familiarizara previamente através da obra de William Beckford. Mais uma vez, a intertextualidade marca presença na primeira página do diário, enquanto a entrada em Portugal assume contornos oníricos, pois as descrições que *Lady Lowther* lera e ouvira do estuário do Tejo fazem-nadar asas à imaginação, impossibilitando-a de abandonar essas imagens mentais anteriores e de observar a realidade de forma objectiva. Assim sendo, a autora aborda as questões do olhar, do filtro mental do viajante, bem como da percepção que ela (enquanto turista) tem do que a rodeia: “In truth the scenes had become so vivid to the eye of my mind from the many descriptions of a measureless estuary, overhanging peaks, a towering city above the crowded quays, that I could not immediately readjust it to the reality before me” (5-6). O início da obra assume-se assim como original ao ocupar-se da temática da possibilidade de se representar fielmente a realidade no âmbito da Escrita de Viagens. A autora confessa que ao chegar, por mar, a um porto “estranho” o cenário parece ter sido esmagado, e as montanhas parecem colinas e os rios aparentam fugir, tratando-se de uma questão de perspectiva e de posicionamento do observador. A noção de perspectiva, bem como a do ângulo de que se vê a urbe do barco são aliás temas recorrentes na narrativa (6-8, 68-69), sobretudo enquanto os viajantes percorrem o rio até chegarem à pacífica cidade-bela adormecida, onde a industrialização não se faz sentir, tornando-se logo evidente a preocupação ecológica da diarista: “Now Lisbon draws nearer; white and rose and grey on the slopes of her seven hills. She lies veiled and still, beauty asleep... For where are the shrieking machines and clanging chains, the smoky factories, the grimy warehouses? All was wrapped in peace” (8). Esta imagem idílica de Lisboa

recorda o leitor que a viajante reside em Londres, metrópole em que, na década de (19)30, foram fundadas 1.573 fábricas, 43% do total nacional, e cerca de 900 firmas abriram portas (Porter 331).

Através dos comentários sobre o que observa e a forma como percebe, a viajante deixa claro que a sua passagem física e cronotópica⁶ através da paisagem marca a sua escrita e as imagens que plasma, pois estas são-lhe sugeridas ou evocadas pela urbe, facto que nos recorda as suas palavras na dedicatória sobre o poder evocativo da viagem. O desconhecido espaço é também textualizado pela diarista com um público-leitor em mente, os seus conterrâneos, muitos dos quais não conhecem Portugal. As geografias por conhecer são, portanto, visualizadas e recriadas através quer de leituras prévias (os pré-textos que muitas vezes funcionam como pretextos), quer da forma como são observadas por viajantes recém-chegados. Lisboa, tal como qualquer outro porto, é observada de longe e do geral para o particular, transformando-se esse espaço urbano complexo quando a viajante se aproxima e consegue captar um plano detalhado, pelo que esta chama a atenção para a focalização ou ponto de vista do viajante que filtra, com as suas expectativas, memória e limitações, o que observa, ouve e cheira. A paisagem visual é assim complementada quer pela paisagem sonora (*soundscape*)⁷ – por exemplo os sons das rodas dos carros de boi (6), das gaivotas (8) e do eléctrico (106), os ruídos intensos típicos da cidade industrial (9), os sons e o silêncio da floresta (125-126) –, quer pela paisagem olfactiva ou *smellscape*⁸ (62,

⁶ Bakhtin (84) define a dimensão cronotópica do romance como “the process of assimilating real historical time and space in literature... the intrinsic connectedness of temporal and spatial relationships that are artistically expressed in literature..., it expresses the inseparability of space and time... . Spatial and temporal indicators are fused into one carefully thought-out, concrete whole”.

⁷ Em estudos recentes (Puga, 2011; Puga 2012) definimos imagem sonora como o conjunto de sons que são ‘descritos’, sugeridos e/ou reproduzidos num texto literário. O referido conceito/termo foi cunhado por Raymond Murray Schafer (1933-), com base no termo *landscape*, no âmbito da sua investigação na área da ecologia acústica [*The New Soundscape* (1969), *The Soundscape: Our Sonic Environment and The Tuning of the World* (1977)], e tem vindo a generalizar-se em diversas áreas do Saber, remetendo para os elementos sonoros presentes no texto literário, nomeadamente sons humanos (vozes, música, ruídos industriais), naturais (clima e fenómenos naturais) ou animais, entre outros. A *soundmark* literária encontra-se ainda associada aos sons típicos de um período, de uma determinada zona geográfica ou de uma situação, e, de acordo com Emily Ann Thompson (1), “like a landscape, a soundscape is simultaneously a physical environment and a way of perceiving that environment”.

⁸ Num estudo sobre o olfacto, Jim Drobnick (92) estende o conceito de *soundscape* para o campo da *smellscape* ao afirmar que “soundscapes consist of sound events, some of which are soundmarks (compare landmarks). Similarly, smellscape will involve smell

68, 126), enquanto a curiosidade, a diversidade e a alteridade exacerbam os sentidos do viajante. Utilizando a tipologia que R. Murray Schafer (212) cria para identificar os objectos procurados pelo turista através dos sentidos, poderemos caracterizar *Lady Lowther* como uma viajante em busca de *Sehenswürdigkeiten* (objectos com interesse visual) e de *Hörenswürdigkeiten*, ou seja objectos com interesse auditivo. Lisboa e Coimbra tornam-se assim objectos de um olhar atento, neste caso feminino, como a autora-*flâneuse* confessa nas páginas 9, 84, 106, 122 e 125 ao observar as ruas das urbes e ao apreciar os transeuntes e a natureza, auto-caracterizando-se como “explorer” (85).

A percepção das margens do rio Tejo, muito mais baixas do que a autora antecipara, face às ‘alturas vulcânicas’ da Madeira, é descrita como um anti-clímax, enquanto a “sinfonia dramática” da fusão da cidade com os montes lilases e a paisagem natural circundante são adjectivadas como “pastorais” (6). A narrativa segue o olhar da viajante de forma cronológica, e o Mosteiro dos Jerónimos, descrito mais tarde (28-29), serve de cartão-de-visita a Lisboa, rodeado de verdes árvores, tal como o palácio da Ajuda. Como o subtítulo da obra revela, é notória, desde cedo, a preocupação ecológica da viajante ao descrever as árvores que adornam os locais visitados, não se prendendo o seu olhar apenas na paisagem humana e monumental, mas também nas várias dimensões e formas dos cenários apreciados, desde os montes “vulcânicos” da Madeira à paisagem horizontal (inicial) de Lisboa, estratégia que chama a nossa atenção para o processo de metaforização de espaços que não nos são familiares.

A verticalidade das torres de Lisboa acompanha a das árvores e contrasta com a horizontalidade dos sonoros carros de boi e das coloridas cangas, até que a paisagem humana invade a narrativa de forma lírica: “Agile fish-wives walked bare-footed,

events and smell marks. “Eyewitness” is replaced by “earwitness” and nosewitness. Visual evidence becomes hearsay and nosesay. The heightening of visual perceptions becomes ear-cleaning and nose-training”. Como já afirmámos nos referidos estudos, a paisagem olfactiva poderá então ser entendida como o conjunto de aromas por vezes associados a pessoas, locais ou estímulos exteriores que intensificam a descrição da paisagem visual [Relph 1976; Engen, “The Origin of Preferences in Taste and Smell” 263-73, Engen, *The Perception of Odors*; Engen e Ross 221-222]. Yi-Fu Tuan (*passim*) e John D. Porteous (356-378) têm estudado a dimensão olfactiva da experiência geográfica, e este último generalizou o uso do termo *smellscape* para aludir à sua dimensão geográfica e às evocações de determinados espaços: “the concept of smellscape suggests that, like visual impressions, smells may be spatially ordered or place-related” (Porteous 359). Enquanto a paisagem humanizada e arquitectónica percepcionada pela visão não muda de imediato, cheiros e sons aparecem, mais ou menos intensos, e esbatem-se rapidamente, podendo o cheiro impregnar-se (Rodaway 61-81).

shawls draped in classic carelessness about their slender figures, their silver burden glittering in flat baskets balanced on their kerchief-bound heads. These all bring the sea-like meadows and the meadow-like seas to the heart of this ancient town” (6). A enumeração dos verbos de acção, a repetição e a adjetivação fundem a varina, o mar, os montes e o centro histórico da cidade, ainda avistada do barco. Já a Torre de Belém, estranha “torre de marfim”, convoca simultaneamente mercadores, príncipes, exposições e navegadores que importaram riqueza de todo o mundo para Lisboa e tornaram a fama de Portugal uma “herança eterna” (8, tradução nossa). Para além de descrever monumentos e quadros humanos de forma realista, a autora também veicula a realidade de forma subjectiva e lírica, impregnando-a com o passado histórico, figuras e tempos pretéritos por si imaginados, como acontece com a imagem de Vasco da Gama:

My eyes were caught by the fantastic elegance of a white tower standing out..., its base washed by swirling Atlantic tides. It was crenellated, balconied, adorned by small look-out turrets and armed by stern shield-bound parapets. A tower of ivory it rose behind its terraced battlements; so lofty, so strange, I thought it the creation of some modern Merchant prince-or perhaps a pavilion prepared for an Exhibition! The outline was so fanciful, the design so gay, I could not believe it had been braving the waves of centuries... From the shore beside it Vasco da Gama, arrayed in velvet glittering with gems, armed and helmeted, embraced by one of the greatest kings of Christendom, stepped into his richly draped galley... to sail beyond the oceans into the unknown. (7).

As glórias dos navegadores lusos são posteriormente enumeradas (7), bem como as origens e a história do país e as suas manifestações artísticas e literárias (10-15, 18-23, 25-30, 40-44, 49-56, 63-65, 129-131), exercício que adensa o cariz histórico do relato e auto-caracteriza a autora como uma viajante interessada e informada que visita os museus do Palácio das Janelas Verdes, o actual Museu Nacional de Arte Antiga e o Museu dos Coches (minuciosamente descritos: 33-37, 57-58) na companhia do embaixador britânico, o seu privilegiado guia-informante. O império português, então ofuscado pelo britânico, decerto interessaria ao leitor britânico, que identificaria paralelismos entre ambos os países no que diz respeito à construção (discursiva) desses territórios coloniais.

Várias vezes, a autora se refere à herança árabe em Portugal, pitoresca e até exótica para uma viajante anglófona,

como também acontece com outros viajantes, nomeadamente Helen Gordon, *Lady Russell*, que, em 1932, se refere a Portugal como “the country of Alladin’s lamp” (276). A simplicidade, a sobriedade elegante e o refinamento artístico caracterizam quer o Terreiro do Paço e a arte lusa, quer os portugueses, povo contador de lendas e de histórias, declarando a autora inicialmente que o exuberante estilo manuelino é uma exceção na arte portuguesa, tratando-se de um estilo “brought forth by men drunken and made mad by sudden and fabulous riches” (11). Este comentário jocoso pretende apenas atribuir à obra alguma carga humorística, pois mais tarde (28-32) o Mosteiro dos Jerónimos, materialização do esplendor do estilo manuelino, é minuciosamente descrito e elogiado, concluindo *Lady Lowther*, em forma de interrogação marcada pelo espanto perante o monumento:

I could but admire the mastery of the builders; I could but be carried away by the triumph they strove to express... .What was it all? Where could we place this passionate expression in the development of Art?... . All forms of architectural style seemed melted within it together, but, one is forced to admit, in spite of the incongruous detail, they are fused into the flame of a magnificent achievement. (32).

A segunda entrada do diário, datada de 25 de Abril, informa que o embaixador britânico acompanha *Lady Lowther*, de carro, na visita ao Convento de Madredeus, espantando-se a autora perante a talha dourada, pois desconhecia as tradições artísticas ibéricas, acontecendo o mesmo na igreja de São Roque (47-49). Esse espanto leva-a a descrever o referido convento com minúcia, enquanto a falta dessa sensação em Cascais e no Estoril (que, após a visita à Madeira, lhe parecem ecos esbatidos de Cannes ou St. Raphael) a leva a não descrever a ‘Riviera’ portuguesa. Próximo da despedida de Lisboa e antes de visitar Coimbra, a Batalha, Alcobaça e o Buçaco, *Lady Lowther* atribui à capital um ar aristocrático devido aos seus palacetes, conventos e fortalezas, no entanto a urbe personificada não se mostra vaidosa, como revelam estrategicamente a comparação e o imaginário erótico: “like a lovely woman veiled, she smiles a secret smile at those who hurry past in their thoughtlessness; she lifts her veil for those who worship beauty and those can never forget her” (47).

À chegada, a viajante comenta o movimento cronotópico do barco antes de entrar no ‘Mar da Palha’ e de descrever o seu

desembarque como se de uma *ekphrasis* se tratasse. O diálogo inter-artes continua mais adiante quando o Rossio é comparado a um quadro de uma Veneza estranha e mais espaçosa pintado por um “estranho Canaletto”, e Lisboa a uma enorme aguarela (10). Também o Palácio das Necessidades é apresentado como “a palace in an eighteenth-century coloured print!” (26), enquanto o cenário natural de Sintra se assemelha às paisagens plasmadas por Claude Lorrain (1600-1682): “Portugal is far more like his pictures than Italy... . Here too, as on those silvery canvases, the mountains play at terror” (45). Portugal convoca imagens, cores, ambientes e imaginários artísticos na memória da viajante, que dá assim forma a um exercício de comparação cultural e ao diálogo inter-artes ao introduzir o tema da pintura no seu diário-relato de viagem. Como veremos, a paisagem ecológica é também descrita através desta estratégia, pois quadros naturais lusos transportam a autora para cenários miméticos da pintura europeia.

Lady Lowther chega a Lisboa e instala-se no Hotel Aviz num alegre dia de primavera, e, tratando-se de uma amante da natureza, o clima influencia a apreciação da urbe e consequentemente a escrita⁹; daí que a paisagem natural regresse à narrativa, bem como o loureiro, a imagem da limpeza das ruas e a preocupação com o ‘equilíbrio’ ecológico (a existência de flora em contextos urbanos) que caracteriza a autora: “The windows and gardens were glowing with flowers; Palm and laurel hung above the terraces-and there are many terraced heights and hills in Lisbon... . No streets looked sombre, no avenue dirty, the very dust seemed white and clean” (9). No horizonte não existem arranha-céus, anúncios a apelar ao consumismo, nem panóplias de sons, muito menos “smoking motors menacing death or destruction” (9), tratando-se de uma alusão indirecta ao consumismo que então caracterizava Londres e ao número de vítimas de acidentes rodoviários nessa cidade devido à substituição das carruagens por automóveis e autocarros nos anos (19)20-30 (Baker *passim*; Pooley, Turnbull e Adams 30-33, 51-54). Lisboa é assim representada por comparação indirecta a

⁹ Num estudo sobre os viajantes ingleses nesse período, Fussell (4-5, 15, 21-22) aborda a temática da atracção inglesa por países ‘quentes’, sobretudo após a primeira Guerra Mundial, concluindo: “it sometimes seems that it is only after the war that the British weather becomes a cause of outrage and a sufficient reason for departure. Before the war one had been rather proud of the fogs and damps... . The post-war hatred of the weather was a convention of the lettered designed to advertise England’s deficiencies in other ways,... an emblem of grey Puritan repression” (21). *Lady Lowther* tem, no entanto, uma visão romântica do clima português e das consequências ecológicas deste, pois o país também sofre com secas, cheias e temperaturas negativas no Norte.

Londres, e o contraste entre a calma e a ausência de paisagens e sons industriais em Portugal e a azáfama industrial britânica remetem para o período de crescimento de Londres entre 1890 e 1945 durante o qual surgem novos padrões de alojamento e uma nova forma de consumismo (Porter 326), fenómenos esses referidos por *Lady Lowther*. São ainda enumerados os eucaliptos e as andorinhas (9) que caracterizam a capital portuguesa, e cinco dias após a chegada, a diarista elogia a urbe da seguinte forma:

Alas for the short days I can give to Lisbon, to the intimate charm of this discreet capital, to the grace and suavity of its women; to the lithe activity of its men. One realizes how long they have been civilized: the food is excellent, nothing is out of tins, the vegetables varied, the roasts tender, the sweets light, the fruit as fresh as though just plucked from the stem. I admit to real surprise; but I found this culinary art reigning almost everywhere, it appeared to be the natural taste of the people. (46-47).

A autora atenta no civismo dos portugueses, mas principalmente no facto de os produtos naturais e a comida em geral serem frescos e saborosos e não enlatados, ou seja, Lisboa é, mais uma vez, associada à quase ausência do progresso, por oposição a Londres, e tal atraso é considerado positivo devido à qualidade de vida, à inexistência de fábricas, de automóveis poluidores e de comida processada e sem sabor, já comuns na metrópole britânica.

A beleza das carruagens no Museu dos Coches, repositório e símbolo de um *modus vivendi* então perdido, recordam a autora que, na era do progresso, a Humanidade perdeu qualidade de vida e ‘quality time’, pois parece não haver tempo para fazer nada, e tudo se desenvolve com rapidez: “This mechanical age seems to belong to a planet different to the one we knew so few years ago” (57). Os coches, velhos símbolos de uma antiga forma de poder e de um mundo desaparecido, recordam à autora (entristecida) a ameaça de Hitler a dirigir-se às massas alemãs e despertam nela as saudades da ‘velha sociedade’ face ao admirável novo mundo tecnológico do pós-guerra. São inúmeras as referências às deslocações de *Lady Lowther* por Portugal de automóvel, ficando assim implícita uma nova imagem ‘tecnológica’ que também caracteriza a paisagem lusa. O automóvel é aliás um motivo literário presente ao longo da narrativa, pois a viajante recorre sobretudo a esse meio de transporte. A tecnologia, enquanto símbolo da modernidade e do modernismo, transforma a forma de viajar, e o automóvel modifica, como não poderia

deixar de ser, a forma de se visitar e de se representar Portugal, mudança que a autora sugere ao contrapor o passado histórico ao presente tecnológico: “Portugal looms large in history, but the distances there by car or train are refreshingly soon covered and the country through which one travels is gracious and serene” (59). O meio de transporte confere ainda ao turista uma maior liberdade de escolha e de alteração do percurso: “Although it involved a motor drive of two hours each way, I was determined to see the church [of Tomar]” (98). A rapidez e a liberdade ‘geográfica’ que o automóvel possibilita a quem desejar alargar a área geográfica das suas visitas transformam a forma como o viajante (re)visita Portugal, sobretudo povoações não tão visitadas anteriormente e que passam agora a ser atrações turísticas, nem que temporariamente. Chris Ryan (11), ao elaborar a história do turismo no mundo anglófono, aborda esse fenómeno e conclui: “it was not until the twentieth century and the greater geographical freedom permitted by the motor car that these locations entered the domain of tourism more fully. Tourists were also helping to create new products. Perhaps one of the best better examples of this was the development of the Alpine tourism”. O automóvel modifica assim não apenas a forma de viajar, bem como a própria paisagem observada, dando o antigo coche ou a carruagem lugar ao automóvel em Portugal, tal como já acontecera em Londres durante os anos (19)20-30. Não admira, portanto, que ao visitar o Museu dos Coches *Lady Lowther* se recorde do progresso e das mudanças que este acarreta ao nível da paisagem, do ritmo de vida, cada vez mais acelerado, e até da nossa forma de pensar e de agir. O atraso tecnológico luso permite assim à diarista uma reflexão e um exercício comparatista em torno dos aspectos negativos do progresso britânico.

Durante a visita à embaixada britânica a temática da flora local regressa à narrativa, sendo descritos vasos com flores e um terraço ajardinado: “The ancient trees spread protecting arms, the flowers waved tiny banners of triumph at the passing of the rains, and the quiet peace which prevailed was very restful... above the palms, the laurels, the magnolias in flower” (18); aliás a autora confessa na terceira entrada do diário: “Trees are my deep delight, and of trees are many in Lisbon” (24), levando-a essa paixão a visitar, por duas vezes, o exótico Jardim Botânico:

Trees I had only read about, trees I had seen but in the shape of straggling bushes, were proud and verdant, beckoning my notice. Palms I had known elsewhere now seemed but stunted members of their species. Here stood the most gorgeous I had ever

seen in the East or West Indies or in Africa... . Wonderful cacti and aloes, agave and euphorbia flourish in this benign climate where it never reaches freezing point and never suffers drought. (24).

Nos jardins de Monserrate – comparados ao protegido Jardim de Éden e aconselhados aos amantes de *evergreens* –, a autora também enumera as diversas espécies que aí crescem por entre “leafy gorges” (24), do eucalipto às árvores de cânfora, vendo, pela primeira vez, um metrosídero, que volta a encontrar no Buçaco (124) e compara às plantas em quadros do século XVII, nomeadamente dos artistas franceses Nicolas Poussin (1594-1665) e Sébastien Bourdon (1616-1671). O diálogo inter-artes permite comparar a natureza real aos ambientes plasmados pela arte mimética, assumindo-se assim como um diálogo inter-artes ecológico, exercício que continua no Buçaco, cujas paisagens são comparadas às paisagens clássicas do pintor galês Richard Wilson (1714-1782). A diarista acrescenta mais um apontamento anglo-português ao seu texto ao informar o leitor que a “exotic fame” (25) de Monserrate se deve aos proprietários do jardim que, conforme informa, são britânicos desde que Beckford aí residira, então há mais de cem anos.

O Palácio das Necessidade é apresentado rodeado de verdes árvores empoeiradas, e a Basilica da Estrela ladeada por jardins (26-27), enquanto o interesse pela flora local leva *Lady Lowther* a um local pouco visitado, situado num parque ainda inacabado, onde se acumulam apenas montes de terra e carreiros que levam à Estufa Fria (“Fern and Palm House”), sendo este um dos poucos relatos de viagem anglófonos que descreve o espaço inaugurado em 1933, ou seja, três anos antes da visita da autora. Apenas em 1940 a Estufa e o Parque Eduardo VII seriam alvo das transformações que lhe deram a forma actual; daí que o texto se refira ao “Parque da Liberdade” como “unfinished and treeless” (33). A Estufa é descrita como “densely planted with palms, tree ferns, exotic plants of many kinds and traversed by tinkling rills” (33). Mais tarde, em Coimbra, a autora continua o elogio à riqueza e à diversidade da paisagem natural lusa e adverte o leitor anglófono: “No one knows the natural beauties of flowers who has not visited Portugal. Not only the colour and perfume of those rare flowers... but the charm of our own, well-known varieties... Portugal being a land of flowers, the inhabitants scarcely realise the beauty that is theirs” (62-63). Portugal é, portanto, elogiado pela sua beleza e pela abundância e variedade da sua flora, bem como pelo requintado gosto do seu povo (112). Para além de referir as riquezas artísticas trazidas nas caravelas lusas, como a porcelana chinesa que então adornava

museus (114), ao visitar o Buçaco *Lady Lowther* refere o efeito ecológico da Expansão Portuguesa quando descreve o clima local e a sua influência na paisagem natural, que fora alterada através da incorporação de árvores exóticas também trazidas pelos navegadores e missionários-botânicos portugueses. *Lady Lowther* demonstra ainda a sua preocupação pela destruição de árvores e *habitats* naturais que há séculos se mantinham inalterados:

The mountain vales are full of streams, the ground fertile and sheltered, the winters never know the scythe of ice, the shroud of snow, so that even tree ferns and tropical plants grow there in secluded corners and trees from every corner of the globe have risen and flourished untouched by vandal hands for centuries. Many of the trees were brought from distant countries by the Portuguese discoverers, many sent from the missionary fathers who followed upon the heels of these conquerors. (122).

Esta interessante referência à viagem de plantas por todo o mundo em caravelas e à sua incorporação na paisagem natural lusa remete para uma área de estudos recente, o chamado Imperialismo ou Colonialismo Ecológico¹⁰, que estuda a forma como os colonos europeus adoptaram e adaptaram as paisagens nativas e exportaram culturas de um continente para o outro, tendo, portanto, o processo de colonização uma componente também ecológica ou biológica.

O imaginário botânico ou ecológico da obra adensa-se quando as palmeiras do Buçaco são humoristicamente personificadas e descritas como estando vergadas para a terra porque dela têm saudades, exibindo um sentimento deveras luso: “Did they suffer from the tender melancholy of the Portuguese which they call “saudade”?” (124). Também os cedros são personificados e apresentados em procissão rumo à igreja situada no final da alameda que ladeiam (124). A altura dessas árvores e dos eucaliptos espanta a viajante, como revelam a hipérbole e a personificação que os caracteriza (“forest giants”, 124), enquanto a folhagem do cipreste luso é metaforizada como tapeçaria densa que bloqueia a luz solar. A paixão da autora por árvores explica o subtítulo da obra e torna a mensagem ecológica recorrente ao longo da narrativa íntima, que pode também ser interpretada à luz da chamada Ecologia Literária ou Ecocrítica, ou seja, do

¹⁰ Sobre a viagem das plantas no âmbito da Expansão Portuguesa, fenómeno botânico referido por *Lady Lowther*, veja-se a obra de Ferrão (1994). Relativamente ao Imperialismo Ecológico, consulte-se, por exemplo, Crosby (1986).

estudo da forma como a escrita literária representa, comenta e influencia a interação entre o ser humano e a Natureza através de temas que normalmente ocupam as chamadas Ciências Naturais, tais como a industrialização, o desenvolvimento, a poluição e a preservação e apreciação da natureza (Garrard 2004; Gersdorf e Mayer 2006), temas abordados, como vimos, por *Lady Lowther*.

As colinas e os azulejos da capital formam um espectáculo policromático apreciado pela viajante que, do plano elevado da janela do seu hotel, confessa: “I wondered at my delight and ease of the eye and mind” (9), enfatizando de novo os processos de percepção através do olhar e do processamento mental da informação apreendida pelos sentidos. Se, como sugerimos atrás, Lisboa se assume como “geografia imaginativa” (Said 90) para a viajante, o ambiente e a arquitectura da cidade são associados aos de contos de fadas ou de sonhos, como se o “génio da Lusitânia” espalhasse a sua magia sobre tudo, pois a viajante esperara, em vão, vir encontrar uma metrópole atarefada como Londres, mas a capital portuguesa “was like a town in dreamland” (9), que poderia ser pintada por um Canaletto a sonhar (10). A própria autora apela à imaginação e à criatividade do leitor para que ele possa visualizar os quadros ou *ekphraseis* por ela representados (31). Também a Universidade de Coimbra parece “a University in a story; an old French fairy tale by Perrault” (91), enquanto o Mosteiro de Santa Cruz transporta a autora “into a mimic world of fantasy like the pages of a fairy story” (108), tal como o silêncio e os sons da floresta do Buçaco (124-124, 127) que preconizam encontros com fadas e duendes. Através dos seus sons e das suas paisagens naturais ou históricas, Portugal é associado ao mundo irreal dos contos de fadas, espaço histórico e ecológico onde o progresso ainda não quebrou a magia e o encanto da forma de se ser e de viver. Como veremos de seguida, determinados locais são ainda fortemente marcados pela memória histórica que une Portugal e a Grã-Bretanha.

A descrição da magnificência do Rossio e do Terreiro do Paço dão lugar a um apontamento histórico anglo-português, pois a autora imagina Catarina de Bragança a descer os degraus junto ao Tejo, acompanhada pelo conde de Sandwich, na sua partida para Inglaterra para se tornar “rainha de Carlos II” (10, tradução nossa), uma cerimónia régia recriada mentalmente por *Lady Lowther* num espaço físico e simultaneamente simbólico e histórico quer para Portugal, quer para a Grã-Bretanha. Uma vez que o público-alvo da obra é britânico, as relações anglo-portuguesas são tema recorrente quando a autora elabora

breves sínteses da história de Portugal ou apresentações de monumentos, tendo o cuidado de introduzir nesses parágrafos notas sobre a Aliança ao longo dos tempos, nomeadamente o apoio dos cruzados anglo-normandos a D. Afonso Henriques quando da tomada de Lisboa ao Mouros (11, 50), os combates de John of Gaunt na Península Ibérica e a aliança entre a sua casa e a corte de D. João I através do casamento deste último com Filipa de Lencastre (13-14, 40), o casamento de Catarina de Bragança com Charles II (15, 36), a Guerra Peninsular (15, 59, 127-129), a participação de arquitectos ingleses na construção do Mosteiro da Batalha (74), as actividades de vários embaixadores britânicos em Lisboa (8, 33, 36) e de Beckford e de outros residentes britânicos (5, 25, 38, 68, 71). Os espaços naturais e monumentais são assim associados a figuras e a episódios das relações anglo-portuguesas, o que leva a diarista a concluir: “It is amazing how much the Portuguese and English histories are interwoven, and a satisfaction to know that these ancient amities still continue” (128).

Lady Lowther visita Portugal em 1936, país que apresentava um atraso significativo relativamente à Europa do Norte, e durante os sete dias da visita a autora, obcecada com o progresso e o ‘mundo’ que está a desaparecer com o advento da tecnologia, é exposta a uma capital diferente de Londres e de outras que visitara, uma cidade em que o tempo parece não ter passado e na qual o progresso ainda não deixou marcas ecológicas, o que lhe agrada; daí que a urbe pitoresca e verdejante pareça saída de um sonho, de um conto de fadas ou de uma pintura setecentista. Ao ler nas entrelinhas, o leitor apercebe-se de que a diarista, enquanto turista, autocaracteriza-se como uma observadora estrangeira e descreve Lisboa por comparação à Londres dos anos (19)30, metrópole industrial na qual a electricidade substituíra a iluminação a gaz e os automóveis e os autocarros tomavam o lugar das carruagens, pelo que a capital britânica, com dezenas de milhares de fábricas, tentava ser mais limpa, moderna e eficiente (ecológica) para os seus mais de oito milhões de residentes. O discurso em torno da viagem a e em Portugal constrói, assim, cumulativamente representações de cidades, nações, identidades locais, nacionais e europeias, bem como de paisagens históricas ecológicas.

OBRAS CITADAS

- Avelar, Mário. *Ekphrasis: O Poeta no Atelier do Artista*. Lisboa: Edições Cosmos, 2006.
- Bakhtin, M. *The Dialogic Imagination: Four Essays*. Ed. Michael Holquist e Vadim Liapunov. Trad. Kenneth Bostrom. Austin: U of Texas P, 2000.
- Baker, Michael H. C. *London Transport in the 1930s*. Hersham: Ian Allan, 2007.
- Ceia, Carlos, ed. "Ekphrasis". *E-Dicionário de Termos Literários*. Web. 12 Dez. 2011. <http://www.edtl.com.pt>.
- Crosby, Alfred W. *Ecological Imperialism: The Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Nova Iorque: Cambridge UP, 1986.
- Denis, Jean-Ferdinand. *Portugal*. Paris: Firmin Didot Frères, 1846.
- Drobnick, Jim. *The Smell Culture Reader*. Oxford: Berg, 2006.
- Engen, T. "The Origin of Preferences in Taste and Smell". *Preference, Behaviour and Chemoreception*. Ed. J. H. A. Kroese. Londres: Information Retrieval, 1979. 263-273
- . *The Perception of Odors*. Nova Iorque: Academic Press, 1982.
- Engen, T. e B. M. Ross. "Long Term Memory of Odors with and without Verbal Descriptions". *Journal of Experimental Psychology* 100 (1973): 221-227.
- Ferrão, José Eduardo Mendes. *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: IICT-CNCDP, 1994.
- Fussell, Paul. *Abroad: British Literary Travelling between the Wars*. Oxford: Oxford UP, 1980.
- Garrard, G. *Ecocriticism*. Londres: Routledge, 2004.
- Gersdorf, C. e S. Mayer. *Nature in Literary and Cultural Studies: Transatlantic Conversations on Ecocriticism*. Amsterdão: Rodopi, 2006.
- Gordon, Helen Cameron (Lady Russell). *My Tour in Portugal*. Londres: Methuen & Co., 1932.
- Inchbold, Lady. *Lisbon & Cintra*. Londres: Chatto & Windus, 1907.
- Lowther, Lady. *Moments in Portugal or Land of the Laurel*. Londres: Luzac, 1939.
- (The) *New York Times*, 19-04-1908.
- (The) *New York Times*, 19-01-1913.
- Pooley, Collin G., Jean Turnbull e Mags Adams. *A Mobile Century?: Changes in Everyday Mobility in Britain in the Twentieth Century*. Aldershot: Ashgate, 2005.
- Porteous, John Douglas. "Smellscape". *Progress in Human Geography* 9:3 (1985): 356-378.
- . *Landscapes of the Mind: Worlds of Sense and Metaphor*.

- Toronto: U of Toronto P, 1990.
- Porter, Roy. *London: A Social History*. Cambridge, Mass.: Harvard UP, 2001.
- Powell, Thomas. *Illustrated Home Book of the World's Great Nations. Being a Geographical, Historical and Pictorial Encyclopedia*. Nova Iorque: Werner Company, 1898.
- Puga, Rogério Miguel. "A Odisseia de um Mito: Diálogos Intertextuais em torno da Fundação de Lisboa por Ulisses nas Literaturas Anglófonas". *Ágora: Estudos Clássicos em Debate* 13 (2011): 145-176.
- . "Soundscape (Paisagem Sonora)". E-Dicionário de Termos Literários. Ed. Carlos UP, 2001. Web 12 Dez. 2011 <<http://www.edtl.com.pt>>.
- . "Every Fresh Object Was Amusing": Representações Sonoras de Portugal em *Travels Through Portugal and Spain, during the Peninsular War* (1820), de William Graham". *Actas do XX Colóquio de História Militar: A Guerra Peninsular em Portugal (1810-1812): Derrota e Perseguição. A Invasão de Masséna e a Transferência das Operações para Espanha*", vol. I, (2012): 223-231. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, no prelo.
- Rodaway, Paul. *Sensuous Geographies: Body, Sense and Place*. Nova Iorque: Routledge, 2002.
- Rolph, E. *Place and Placelessness*. Londres: Pion, 1976.
- Ryan, Chris. *Recreational Tourism: Demand and Impacts*. Clevedon: Channel View, 2003.
- Said, Edward. *Culture and Imperialism*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1993.
- Schafer, R. Murray. *The Soundscape: Our Sonic Environment and the Tuning of the World*. Rochester: Destiny Books, 1993.
- (The) Times. n. 48. 468. 21-11-1939: 10.
- Thompson, Emily Ann. *The Soundscape of Modernity: Architectural Acoustics and the Culture of Listening in America, 1900-1933*. Cumberland: MIT Press, 2004.
- Tuan, Yi-Fu. *Topophilia*. Prentice-Hall: Englewood Cliffs, 1974.

**SAMUEL ELIOT MORISON, LEONARD BACON,
AND "THE 'MYSTERY BOYS' IN PORTUGUESE HISTORY"**

*George Monteiro
Brown University*

The principals in this epistolary exchange of four letters written in 1950 are Samuel Eliot Morison (1887-1976), the American scholar-professor-sailor famous for *The Admiral of the Ocean Sea*, a biography of Christopher Columbus, and Leonard Bacon (1887-1954), a poet-translator whose 1950 version of *Os Lusiadas* was the first (and to this day the only) American translation of that work to achieve print.

This exchange of letters between Morison and Bacon in 1950 was initiated when Bacon sent Morison a copy of his recently published translation of Camões' epic. The excerpts that follow are taken from this correspondence.

1. Bacon to Morison, 5 August 1950

Under separate cover, I am sending you a copy of my translation of *The Lusiads* of Camões, which I hope may interest you. I found "The Admiral of the Ocean Sea" very much to my purpose in some connections, and I regret to state that I ridiculously exaggerated in a note a point you made. It wasn't until the book reached me that I realized what a hyperbolic statement I had made with respect to the superiority of Portuguese navigators. If there is ever a second edition, which is extremely doubtful, those expressions will be softened.

[Bacon's note in his translation of *Os Lusiadas* reads: "The improved Mariner's Astrolabe had only been in use for about twenty years ([Jeremiah D. M.] Ford). One gathers that the region where they landed was St. Helena's Bay, about ninety miles

north of the Cape. The superiority of Portuguese navigation has been noticed by Professor [Samuel Eliot] Morison. Vasco da Gama went ashore so as to get a really accurate observation. He was incapable of the astounding blunders of Columbus" (*The Lusiads of Luiz de Camões*, trans. Leonard Bacon [New York: Hispanic Society of America, 1950], p. 204). The note glosses Canto V, 25, 7-8, of Camões's poem, which reads: "Pelo novo instrumento do Astrolabio, / Invenção do sutil juizo e sabio" in the original and "By the astrolabe, that novel instrument, / which skill and wisdom jointly could invent" in Bacon's translation (p. 181). Bacon's translation, reprinted several times, is still in print, but to the best of my knowledge there has never been a true second edition.]

2. Morison to Bacon, Seal Cove, Maine, 9 August 1950

Thank you so much for sending me your translation of the *Lusiads*. I am sorry to say that it will have come to my study in Cambridge [Massachusetts], and that I cannot read it in this appropriate setting; but I shall certainly look forward to it with great gusto.

The *Lusiads* is one of my favorite long poems, and I have even tried translating some of the more nautical passages myself.

You can hardly exaggerate the superiority of the Portuguese navigators in the period of Prince Henry and of Camoens, although in my opinion the small group of Andalusians that Columbus consorted with were just as good. After all, they were right over the border from Portugal.

3. Morison to Bacon, Boston, 7 October 1950

On returning home after a summer in Maine, I found your translation of the *Lusiads* and have been reading it with increasing delight in your poetry and respect for your scholarship. I am using some of the cantos of your translation to recite to my class in order to emphasize the essential difference between Portuguese colonization in the Far East and Spanish colonization in the New World.

Almost at the same time there has come to my hand a book by Fidelino de Figueiredo, *A Epica Portuguesa [sic] No Seculo XVI*, published by the University of São Paulo, Brazil, 1950. This author is one of those whom I call the "mystery boys" in Portuguese history, who maintain that the Portuguese made all manner of secret and mysterious voyages of which there is no record, before anyone else did. I have not had time to look into the book to see whether he is trying to drag Camoens into that too, but as he goes so far afield as to assert the influence of Camoens on the Finnish epic *Kalevala*, I shouldn't wonder.

If you would like to add this book to your Camoens collection, I shall be very glad to send it to you.

[Morison, who taught at Harvard University, refers to Fidelino de Figueiredo, *A Épica portuguesa do século XVI. Subsídios documentares para uma theoria geral da epopêa* (Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, CL Letras – no. 6) (São Paulo: Universidade de São Paulo, 1950). Although Figueiredo writes some about the Lönnrot work, he makes no such claim for Camoens's influence on the *Kalevala*. Morison's view of "the 'mystery boys' of Portuguese history" is questioned by John Dos Passos, the American novelist, who writes: "Morison's *Portuguese Voyages to America*, though I think he is a little dogmatic in his refusal to admit any secret or unpublicized voyages prior to the official ones, is essential to the understanding of Atlantic exploration in the fifteenth century" (*The Portugal Story: Three Centuries of Exploration and Discovery* [Garden City, New York: Doubleday, 1969], p. 383)].

4. Bacon to Morison, Washington, D.C., 19 October 1950

Your letter of the 7th should have been answered a week ago, but it was bound to my soul.

I am down on the Luso-Brazilian business, and they have been awfully nice about the book.

I will write you more at length when I get on the ground, but meanwhile I'll be immensely grateful for Figueiredo's book on the epic.

Everything you say about the mystery boys coincides with my own experience. The Portuguese are delightful people, but there is an imaginative element in most of their scholarly work, which I feel must be deplored.

According to the English Lusophile and historian, Harold V. Livermore, who was present at the Luso-Brazilian Colloquium, held in Washington, D. C., October 18-21, 1950, Leonard Bacon was "the lion of the occasion" (*Atlante*, 2 [No. 3, 1954], 168).]

RECENSÃO CRÍTICA

**GABRIELA GÂNDARA TERENAS, *ENTRE A HISTÓRIA
E A FICÇÃO. AS INVASÕES FRANCESAS
EM NARRATIVAS PORTUGUESAS E BRITÂNICAS,*
CASAL DE CAMBRA: CALEIDOSCÓPIO, 2012***

*Maria Leonor Machado de Sousa
Universidade Nova de Lisboa
CETAPS*

Desde 2007 que têm tido lugar em Portugal diversas actividades nas esferas histórica, militar e cultural, com organização de conferências, congressos, exposições e publicações centradas na evocação das invasões napoleónicas. Realmente, se pusermos de lado a recolha de informações que os últimos Embaixadores franceses desta época, os generais Lannes e Junot e o Encarregado de Negócios Rayneval, terão com certeza feito para dar a conhecer a Napoleão a situação de Portugal, aquilo que poderemos considerar como início do processo que envolveu a relação do Imperador com Portugal e que justifica a escolha dessa data foi o tratado assinado em Fontainebleau no dia 27 de Outubro de 1807 por representantes da França e de Espanha, tratado esse que na prática dividiu Portugal entre esses dois países. A abdicação de Carlos IV de Espanha e o fracasso das invasões militares na Península Ibérica tornaram inviável o Tratado de Fontainebleau, mas não evitaram uma situação política, militar e social dramática na Península que se repercutiu numa abundante produção literária, manifestada em obras que vão desde a área estratégica e militar até à descrição da experiência pessoal vivida nos vários anos de guerra, possivelmente

* Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

ainda não completamente conhecida. No caso português, esta última vertente foi já analisada pela Doutora Gabriela Gândara Terenas na obra *O Portugal da Guerra Peninsular*, publicada no ano 2000.

Esta Investigadora foi agora mais longe, procurando nas literaturas portuguesa e britânica, mais precisamente no romance, o tratamento que os autores de ambas as nações não deixaram de fazer até aos nossos dias dos problemas que a situação de guerra internacional provocaram no nosso país. Tanto quanto sei, a obra que nos é apresentada agora é o primeiro estudo realizado nesta área, centrado no número inesperadamente elevado de obras deste tipo publicadas nos dois países, respectivamente 22 e 28 até 2011, se exceptuarmos as 19 obras portuguesas consideradas secundárias neste contexto. À partida, é particularmente inovadora – e direi mesmo aliciante – a perspectiva do modo como é feita a abordagem do material que coligiu, combinando equilibradamente a história e a ficção, revelando simultaneamente um sólido conhecimento histórico e uma fina sensibilidade no tratamento literário de uma época e de uma problemática que felizmente não conheceu.

O próprio esquema do trabalho, teoricamente apresentado na “Introdução: Entre a História e a Literatura”, é particularmente meritório ao mostrar bem claro como sabe distinguir o perfil histórico das personagens a que não pode fugir, como os generais franceses, Bernardim Freire de Andrade, Beresford e Wellington, da visão que as personagens romanescas poderiam ter delas. Este estudo, que ocupa o segundo capítulo, incide separadamente nas figuras reais portuguesas, britânicas e francesas que directa ou indirectamente determinaram os acontecimentos que são o pano de fundo dos enredos que os romancistas imaginaram. Pretende esta abordagem não apenas dar a conhecer aquilo que nos foi transmitido pelos historiadores mas também – talvez até principalmente – pelo que delas ficou na tradição, na cultura e até em expressões que ainda hoje encontramos na língua portuguesa.

A descrição da guerra, sobretudo dos episódios que foram escolhidos para cenário e justificação das tramas romanescas, ocupam os dois capítulos seguintes, os que melhor revelam o minucioso trabalho de investigação histórica a que a autora se entregou.

Último na estrutura da obra mas que merece um destaque particular é o capítulo intitulado “Auto e Hetero-Avaliações dos Povos Envolvidos”. Na verdade, é um tipo de análise que o leitor não esperaria encontrar, sobretudo porque aparentemente ultrapassa aquilo que seria de pensar que teria sido

feito numa análise que se apresenta como abordagem ficcional. A atestar a validade desta abordagem, não posso deixar de referir aqui a citação de Mendo Castro Henriques que a autora faz na página 26:

É a ficção a melhor forma de contar a história? ... o debate sobre as relações entre historiografia e ficção é milenar, desde que Aristóteles estabeleceu na Poética que, no que toca a transmitir a experiência humana, a ficção usufrui de superioridade sobre a historiografia devido aos mitos que cria ..., às peripécias da acção.

Embora alguma coisa da sua avaliação tenha aflorado ao longo da análise dos romances, esta parte do trabalho não é uma conclusão que reúna aquilo que já foi dito. Mais do que isso, é uma visão que poderemos considerar sociológica, sinal de uma tendência de que a autora já dera mostras na primeira obra que publicou. Este capítulo é muito interessante e está amplamente justificado com aquilo que nos vai contando dos romances estudados.

Penso que temos que aceitar o ponto de vista de Aristóteles atrás citado, o que valoriza extremamente o romance histórico, género algo desacreditado nas primeiras décadas do século XX, mas que, a partir dos anos 80, teve uma recuperação extraordinária que ainda não deu sinais de abrandar. Relativamente aos romances sobre a Guerra Peninsular, os números confirmam estas realidades. Ainda no século XIX, quando o género surgiu, encontramos sete romances sobre esta temática em Portugal e oito em Inglaterra, mas o número cresce na era do seu renascimento, sobretudo já no século XXI, com dez em Portugal e nove no Reino Unido.

Contudo, nunca neste trabalho se perde a avaliação crítica, que não faz generalizações. Por exemplo, encontramos o destaque para a preocupação dos autores portugueses, que alternam ficção com factos históricos, sublinhada inclusivamente com notas de rodapé explicativas, tendentes a mostrar o conhecimento das fontes históricas e a veracidade do que contam. Em contrapartida, os autores britânicos, tão desconhecadores do nosso país como os seus leitores, não revelam empenho no rigor histórico e dão maior relevo à trama romanesca.

Das figuras reais que a ficção recordou, tenho que destacar as duas que realmente decidiram para mal e para bem este período dramático: Napoleão e Wellington. Quanto a Napoleão, praticamente a personagem ausente que apesar disso é o motor de todo o mal que esta guerra representa, é curioso que tanto portugueses como ingleses o reconheceram como um homem excepcional, como diz Pinheiro Chagas, que o vê mesmo

como “o mais assombroso general que o mundo tem conhecido”. É claro que esta grandeza acaba por ser considerada negativa. Para os portugueses, ele era o “Anti-Cristo”, a “Grã-Besta do Apocalipse”. Quanto aos ingleses, centraram-se mais na sua personalidade, que revelava os piores e por vezes ridículos defeitos. Mas não podiam negar a sua grandeza como chefe, estratega e militar, e serviram-se do reconhecimento dessa grandeza para enaltecer o valor do seu herói nacional Wellington, que conseguiu derrotá-lo.

São muitos os aspectos interessantes desta obra. A minha intenção foi essencialmente chamar a atenção para a leitura interessante e fluída que ela proporciona. Por todos os méritos, os que referi e os muitos que nesta obra se encontram, termino com os mais sinceros parabéns à autora e aos estudos anglo-portugueses, que passam a contar com mais um importante trabalho que desbrava uma área até agora desconhecida. A Guerra Peninsular tem sido muito estudada nos aspectos históricos e políticos e também, por parte dos membros do CETAPS, sobretudo na produção epistolar, diarística ou simplesmente apresentada como algo que se aproxima de recordações ou notas de viagem dos militares britânicos que na época em causa serviram a Península. Com esta obra dá-se um passo mais, na literatura, demonstrando como numa época tão trágica para o nosso país e para as tropas luso-britânicas que a viveram, os romancistas encontraram ainda assim uma fonte abundante para uma produção que ainda hoje consegue prender o interesse do leitor.

ABSTRACTS

1. Ceia, Carlos, "Portugal como fim do mundo em *Where Are the Snows*, de Maggie Gee"

Where Are the Snows (1991), by Maggie Gee, is a novel that studies the different aspects of two mature lovers selfishness who give up of the paternal responsibility for their adolescent children, abandoning them, and leaving out to a global adventure that includes a passage through Portugal. The problems of the human condition are treated in parallel to the problems of the world, which in Gee's fiction come down to ecological questions. Portugal is a symbolic passageway in this novel: it is the end of the world not only in the historical image of the last place on earth before the endless sea that our discoverers of the past wanted to explore but also as a place where some of the idiosyncrasies of the protagonists reveal to the reader.

2. Gomes, Diogo José, "A Legislação Régia no Início do Século XIII: Afonso II de Portugal (1211) e João de Inglaterra (1215)"

In 1211, with the clergy and nobility alarmed by the potential growth of royal power, and with a civil war looming in his political horizon, Afonso II of Portugal proclaimed a general body of laws to be applied to all his subjects without exemption. Four years later, in England, John *Lackland*, after a short civil war, would also be compelled to sign a document determining the rights of (some of) his subjects. Both monarchs, faced with strong opposition and fearing for their throne, resorted to legislation as a way of pacifying their subjects and guaranteeing their own continuity in power. This article tries to find the common ground in both bodies of law, by analyzing their contents and structure, first separately and then comparatively, in order to ascertain whether these (so far considered as totally separate) bodies of law do

or do not represent similar strategies pursued by two 13th century kings in order to preserve and affirm their personal power whilst at the same time keeping their subjects contented and controlled.

3. Casimiro, Tânia Manuel, “Faiança Portuguesa na Inglaterra e na Irlanda”

More than seven hundred Portuguese faience ceramic objects were identified in England and Ireland, exported between 1590 and 1720. These were found in domestic, industrial and commercial archaeological contexts, and reveal that these wares were appreciated by high status families such as nobles and merchants. Although represented by many forms, plates, bowls and bottles with Chinese styled decoration were the most frequent, certainly decorating the interior of many households across the country.

4. Sousa, José Baptista de, “‘Lisbon declared for Doña Maria’: Convidados e *habitués* portugueses da Holland House nos anos de 1802-1838”

The Holland House Dinner Books, a set of eight manuscript volumes deposited at the British Library, contain a daily and exhaustive record of the guests of Lord and Lady Holland between 1799 and 1845. The Dinner Books are a valuable source of historical and biographic information because they facilitate the contextualization of facts and personalities – leading to interesting findings and conclusions. We hope that this article, and especially the appendix – a comprehensive inventory of all Portuguese guests at Holland House between 1802 and 1838 – will be valuable to scholars who work on the political and cultural history of the early nineteenth century, and above all to those interested in Anglo-Portuguese political and diplomatic relations.

5. Lopes, António, “Comércio em tempos de guerra: a correspondência de Samuel Farrer – Parte 2 (setembro de 1812-Junho de 1813)”

The article consists of the second part of the translated correspondence between Samuel Farrer, residing in Lisbon,

and his brother Thomas, of Farnley, Leeds, from September 1812 to June 1813. In his letters, Samuel writes about the wool trade between England and Portugal, the state of the Portuguese economy, the way in which commercial transactions are carried out, the circumstances of the transport of merchandise, the quality of the wool cloths and their manufacturing process, fashions, business opportunities, Wellington's military victories and the preparations for his welcome reception in Lisbon, among many other topics.

6. Castanheira, Maria Zulmira, "Seeing and Admiring: The Formative Journey of José Félix Henriques Nogueira to Britain in 1853"

José Félix Henriques Nogueira (1823-1858), journalist, writer and politician with republican ideals whom historian Joel Serrão defined as one of the key personalities of mid-nineteenth-century Portugal, undertook in 1853 a journey, both for leisure and study purposes, to Spain, France, Belgium, Germany and Britain with a view to gathering knowledge which might prove of use to the reform plans which he dreamt of for Portugal. In 1857 he began publishing his 'Travel Memoirs' in the periodical *Arquivo Pittoresco*, interrupted by the sudden death of the author. The ten chapters he succeeded in publishing regard his visit to London exclusively.

This article analyses how Henriques Nogueira narrates his experience of travelling in the United Kingdom, precisely the nation in which railways and steamers had recently made possible the industrialisation of leisure. Coming from a peripheral, poor, underdeveloped country, his visit to London – a centre of power, progress and prestige – represented for the author the materialisation of a dream, the chance to acquaint himself with the 'magnificent aspects of a new world, the world of civilisation'. My article also focuses on the relation of the traveller with the foreign space, his reaction to the unknown, the author's gaze at the 'social', conditioned by his interests and ideology, the articulation in his discourse of hetero and self-images, the more or less explicit presence of intercultural comparison processes, in sum, how Henriques Nogueira's narrative, as a locus for the construction of memory, records an inebriating and enriching travel experience, a rending of horizons where the visited Other appears to the foreigner as a civilisational model from which

he can extract useful examples for projects of political and cultural renovation in his own country.

7. Neves, Marco António Franco, “A Discreta Aliança: a Imprensa Portuguesa e a Inglaterra no Tricentenário de Camões”

This article analyses how the Portuguese press looked at England and Anglo-Portuguese relations during the commemoration of the tercentenary of the death of Luís de Camões, in 1880. This commemoration was an opportunity for the press to reflect on the Portuguese History, especially on the past glory and subsequent decadence of Portugal, since Camões was, by 1880, a symbol of that lost glory. A reflection on the History of Portugal would supposedly include multiple references to Portugal's oldest ally, England. However, in fact, when analysing articles published during 1880, we find relatively few references to England, contrasting with multiple references to other European countries and their own commemorations and translations of Camões. This article tries to analyse the reasons for this scarcity of references to England.

8. Benmansour, Katarzyna, “*In Portugal* (1912): Aubrey Bell's depiction of Portuguese society under the First Republic”

The following article provides an overview of Aubrey Fitz Gerald Bell's work and achievement, with specific focus on *In Portugal*, a travelogue that dates from 1912 and relates the lusophile's journey through this country from 1911.

This text is the result of a systematic, qualitative research, based on the analysis and critical reading of primary and secondary literature. Our study comprises a detailed survey of evidence from Bell's travelogue; it also includes a compilation of analytical data that is presented into two tables (the occurrences of the word “picturesqueness” and “colour” in four publications of Aubrey Bell).

It has been endeavoured to outline Aubrey Bell's depiction of Portuguese society and reality under the First Republic. During his journey the lusophile became familiar with the countryside, the varieties of the Portuguese language, customs, as well as with the many aspects of Portuguese life. The author would invariably glorify the country's landscape, its rich flora and the simple-ways of Portuguese rural life,

contrasting it with the commercial and cosmopolitan life of the capital that, in the eyes of Bell, was no longer compatible with the heritage of traditional culture and the values associated with it.

9. Puga, Rogério Miguel, “All Lisbon is an aquarelle... like a town in dreamland’: *Ekphraseis e Paisagens Acústicas e Ecológicas em Moments in Portugal or Land of the Laurel* (1939), de *Lady Lowther*”

In 1939, Alice Lowther, née Blight (d. Bournemouth, 20-11-1939), better known as *Lady Lowther*, published *Moments in Portugal or Land of the Laurel*, which consists of excerpts from the diary she kept during her travels in mainland Portugal after visiting Madeira, between April and May 1936, three years before her death and shortly before the Spanish Civil War. This paper deals mainly with the initial section of the work and analyses themes such as the traveller’s perception, the lyrical representation of ecological landscapes and soundscapes of the Portuguese capital (ecocriticism), paratextual elements and narrative strategies such as intertextuality, ie, the inter-arts dialogue in twentieth-century Travel Writing.

